

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

ELENA STEINHORST DAMASCENO

A RESEX DE TAUÁ-MIRIM E SEUS RIZOMAS: um trabalho de construção coletiva e
etnografia do processo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Políticas Públicas da
Universidade Federal do Maranhão para Defesa
Pública.

São Luís, 21 de março de 2016.

ELENA STEINHORST DAMASCENO

A RESEX DE TAUÁ-MIRIM E SEUS RIZOMAS: um trabalho de construção coletiva e etnografia do processo

Orientador Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (UFMA)

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt (UFRJ)

Profa. Dra. Josefa Batista Lopes (UFMA)

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita (UFMA)

Profa. Dra. Madian de Jesus Frazão Pereira (UFMA)

Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho (UFMA) Suplente

Profa. Dra. Cíndia Brustolin (UFMA) Suplente

São Luís, 21 de março de 2016.

*A Deus, aos meus pais, aos meus filhos, aos
meus irmãos, ao ciclo da vida que tudo
encerra e dá continuidade.*

*Aos jardineiros de Rubem Alves, que aqui são
todos os povos e comunidades tradicionais.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade, ao Mestre Jesus, Oxalá e meus guias espirituais nessa jornada terrena.

Agradeço aos meus pais, Walkíria Steinhorst e José Antônio Sarmanho Damasceno, e meus irmãos Eduardo Steinhorst Damasceno e Elisa Steinhorst Damasceno pelo amor, cuidado e incentivo. Ao meu companheiro querido, Zé Filho, por ter topado essa aventura comigo. Aos meus filhos Davi Steinhorst Viana, Heitor Steinhorst Viana e Valentina Steinhorst Viana, agradeço a paciência e peço desculpas pelas ausências, ninguém mais do que vocês merece esse diploma!

Agradeço ao mestre e amigo Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior por mais essa oportunidade, pelo cuidado e carinho desde que cheguei ao GEDMMA, ainda menina! Agradeço aos Professores Doutores Cynthia Kyaw e Antônio Sebben, que juntamente com Horácio, são minhas inspirações permanentes na carreira docente.

Agradeço a minha amiga e colega Prof^a. Dr^a. Madian Frazão pelas valiosas sugestões na área da antropologia, como membro da banca de qualificação. Agradeço, também, a gentileza e contribuições do Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita, como membro da banca de qualificação. Espero ter atendido, ao menos, parte das expectativas.

Agradeço a querida Prof^a. Dr^a. Josefa Batista Lopes e ao Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt, por aceitarem o convite para participar da Banca Examinadora desta tese.

Agradeço aos moradores das comunidades da RESEX de Tauá-Mirim, especialmente Alberto Cantanhede Lopes e Maria Máxima Pires pelos conhecimentos compartilhados, pela confiança e parceria na luta. Esse trabalho é de vocês! Agradeço aos colegas e amigos do GEDMMA, pela confiança e parceria, nos estudos e na luta, somos mesmo uma família. Esse trabalho é nosso!

Agradeço aos funcionários, colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, foram anos de agradável convivência e aprendizado. Também sou grata ao CNPq, pela bolsa de doutorado recebida, que foi fundamental para minha dedicação ao curso.

Agradeço ao Pai Euclides, *in memoriam*, pelos sábios conselhos e pelo legado cultural que nos deixou à frente da casa Fanti Ashanti.

Agradeço a todas minhas amigas e amigos, que contribuíram diretamente, ou indiretamente, na elaboração dessa tese, a amizade é uma bênção! Em especial Mariana Leis Balsalobre, Nelsinho Brito Martins, Raquel Roronha, Flávia Moura, Jakeline Bogéa, Claudio Castro, Janaína Alexandre, Janilde de Melo Nascimento, Débora Lima (e toda a família Viana Lima!) e tantas outras queridas e queridos....

Agradeço, em especial, as minhas amigas Karina Borges e Gabriela Xavier Abreu pela revisão dos resumos em espanhol e francês, respectivamente. E a mana Elisa pela revisão do resumo de inglês! Gratidão ao amigo Marcelo Stehling, pelo alívio das agulhas nos momentos de dor...

Agradeço aos colegas professores, alunos e funcionários do curso de Licenciatura em Ciências Naturais (LCN – Biologia) do CCSST/UFMA, de Imperatriz - MA, pela acolhida, incentivos e paciência com a “professora caloura e doutoranda”. Especialmente ao Prof. Dr. Leonardo Hunaldo dos Santos, ao Prof. Dr. Marcelo Soares dos Santos e respectivas famílias.

Enfim, o que seria de nós sem a amizade e a gratidão?!

É importante ir construindo a relação entre as lutas sociais e as ambientais, pois elas tendem a concordar, unidas ao redor de objetivos comuns. [...] Conquistar uma rede de transporte público gratuito significa que a circulação de automóveis vai diminuir, que a poluição será menor, que o ar se tornará mais respirável.

Michel Löwy

A evolução garante novos panoramas ao direito, mas ainda explodem guerras pela hegemonia da força; a ciência resolveu enigmas da alimentação, entretanto há quem morre de fome pelas úlceras do duodeno; a liberdade triunfou sobre a escravidão, contudo, ainda existem milhões de encarcerados na superfície da terra e, se é indubitável que o duelo e o envenenamento fugiram dos costumes tribais dos povos mais cultos, as mortes violentas e deploráveis continuam, aos milhares por ano, na própria engrenagem da maquinaria do progresso.

Humberto de Campos

O que é que se encontra no início? O jardim ou o jardineiro? É o jardineiro. Havendo um jardineiro, mais cedo ou mais tarde um jardim aparecerá. Mas, havendo um jardim sem jardineiro, mais cedo ou mais tarde ele desaparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro. O que faz um povo são os pensamentos daqueles que o compõem.

Rubem Alves

A criação é a única resistência digna do presente.

Gilles Deleuze

RESUMO

Esse trabalho é fruto das investigações realizadas por uma rede de grupos acadêmicos e de movimentos sociais, organizados como um rizoma, que atuam na prática, transformando objetivamente a realidade que é estudada. Como metodologias são utilizadas a multivocalidade dos pesquisadores do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e seus interlocutores, determinando um trabalho de construção coletiva do conhecimento; e etnografia do processo, ao realizar pesquisa no processo que tramita na Justiça Federal, por denúncia do Ministério Público Federal (MPF), acerca da morosidade na efetivação legal da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim, em São Luís – MA e que gera os chamados conflitos ambientais entre as comunidades secularmente estabelecidas e os grandes projetos de desenvolvimento. O trabalho é dividido em ATOS e momentos que pretendem demonstrar, através de uma arquitetura, um processo efervescente e dramático da luta de povos e comunidades tradicionais pela manutenção de seu território e concomitante conservação da natureza.

Palavras-chave: multivocalidade; GEDMMA; comunidades tradicionais; desterritorialização; conflitos ambientais; Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de las investigaciones llevadas a cabo por una red de grupos académicos y movimientos sociales, organizados como un rizoma, los practicantes de la transformación de la realidad objetiva se estudia. Dado que las metodologías se utilizan multivocalidad de los investigadores del Grupo de Estudio: Desarrollo, Modernidad y Medio Ambiente (GEDMMA) y sus socios, el establecimiento de un trabajo colectivo de construcción del conocimiento; y la etnografía del proceso, para llevar a cabo la investigación en el proceso que está siendo procesado en la Corte Federal para la terminación del Ministerio Público Federal (MPF), por los retrasos en la ejecución legal de la Reserva Extractivas (RESEX) Tauá Mirim, Sao Luís – MA, y genera los llamados conflictos ambientales entre las comunidades secularmente establecidos y grandes proyectos de desarrollo. El trabajo se divide en ATOS y momentos que pretenden demostrar, a través de una arquitectura, un proceso efervescente y dramática de la lucha de los pueblos y comunidades tradicionales para el mantenimiento de su territorio y la conservación de la naturaleza concomitante.

Palabras clave: multivocalidad; GEDMMA; comunidades tradicionales; desterritorialización; conflictos ambientales; Reserva Extractivas Tauá Mirim.

RÉSUMÉ

Ce travail est le résultat d'enquêtes menées par un réseau de groupes universitaires et les mouvements sociaux, organisés comme un rhizome, qui agissent du point de vue pratique en transformant objectivement la réalité étudiée. Comme méthodologies, ont été utilisées la multivocalité du groupe d'études: développement, modernité et environnement (GEDMMA) et à ses interlocuteurs, l'établissement d'une travail collective du construction de la connaissance; et l'ethnographie du processus, en effectuant des recherches dans le procès qui suit à la Cours Fédérale, par dénonciation du Ministère Public Fédéral (MPF), sur les délais dans l'instauration légale de la Réserve Extractive (RESEX) de Tauá Mirim, São Luís - MA et qui génère les conflits dits environnementaux entre les communautés séculairement établies et les grands projets de développement. Le travail est divisé en ACTES et en moments qui cherchent à démontrer, grâce à une architecture, un processus effervescent et dramatique de la lutte des peuples et des communautés traditionnelles pour la manutention de leur territoire et la concomitante conservation de la nature.

Mots-clés: multivocalité; GEDMMA; communautés traditionnelles; déterritorialisation; conflits environnementaux; Réserve Extractive de Taua Mirim.

ABSTRACT

This work is the result of investigations carried out by a network of academic groups and social movements, organized as a rhizome, objectively transforming reality studied. The methodologies of multivocality of the Study Group: Development, Modernity and Environment (GEDMMA) and its partners, are used to establishing a working collective construction of knowledge; and ethnography of the process, to conduct research in the legal proceeding which is in course at the Federal Court for termination of *Ministério Público Federal* (MPF), about the delays in the legal execution of the Extractive Reserve (RESEX) Tauá Mirim, São Luís – MA, that generates the so-called environmental conflicts between secularly established communities and major development projects. The work is divided into ATOS and moments that seek to demonstrate, through an architecture, an effervescent and dramatic process of the struggle of peoples and traditional communities for maintaining its territory and concomitant conservation of nature.

Keywords: multivocality; GEDMMA; traditional communities; deterritorialisation; environmental conflicts; Extractive Reserve Tauá Mirim.

LISTA DE ABREVIATURAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ALUMAR	Consórcio Alumínio do Maranhão
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Comissão Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPSL	Complexo Portuário de São Luís
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSP/Conlutas	Central Sindical e Popular Conlutas
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEDMMA	Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MICCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MOQUIBOM	Movimento Quilombola do Maranhão
MPF	Ministério Público Federal
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RESEX	Reserva Extrativista
TIJUPÁ	Associação Agroecológica Tijupá
UDR	União Democrática Ruralista
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

FIG. 1	Mapa da RESEX de Tauá-Mirim
FIG. 2	Mapa do RESEX de Tauá-Mirim e sua localização na Ilha do Maranhão e no Brasil
FIG. 3	Fotos feitas por mim em saídas de campo nos limites e entorno da RESEX de Tauá-Mirim
FIG. 4	Fotografia de Osmarino Amâncio Rodrigues
FIG. 5	Fotografia de Osmarino Amâncio Rodrigues
FIG. 6	Mapa das Unidades de Conservação segundo o Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZZE)
FIG. 7	Fotos feitas por mim dentro dos limites da RESEX de Tauá-Mirim
FIG. 8	Costa norte de macromarés brasileira
FIG. 9	Tabela sobre as Mudanças na cobertura de manguezais entre 1971 e 2004 na Ilha de São Luís
FIG. 10	Fotos feitas por mim em saídas de campo nos limites e entorno da RESEX de Tauá-Mirim
FIG. 11	Localização das comunidades da RESEX de Tauá-Mirim
FIG. 12	Porto do Itaqui avistado do Morro do Egito na comunidade do Cajueiro
FIG. 13	Imagem de satélite com os limites da RESEX de Tauá-Mirim propostos originalmente.
FIG. 14	Imagem de satélite com os novos limites da RESEX e marcação do DISAL
FIG. 15	Situação da Resex do Tauá-Mirim em relação ao Plano Diretor do Município de São Luís – PDSL.
FIG. 16	Situação da RESEX do Tauá-Mirim em relação ao Zoneamento Urbano do Município de São Luís
FIG. 17	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 18	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 19	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 20	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 21	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 22	Fotografia de Rosana na Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 23	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 24	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 25	Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 26	Fotografia do Grafiti produzido na Assembleia Popular na Casa das Águas, Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015
FIG. 27	Diagrama, ou mapa simbólico, construído na mística de abertura da casa das águas no Taim na Assembleia de 17/05/2015
QUADRO 01	Produção de origem animal e vegetal das comunidades
QUADRO 02	Etno-espécies listadas por Beto do Taim como sendo usualmente pescadas na região da RESEX de Tauá-Mirim.
QUADRO 03	Distribuição das comunidades da RESEX de Tauá-Mirim
QUADRO 04	Cronologia do processo de disputa territorial na Zona Rural II de São Luís - MA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: prefácio, epílogo, carta de intenções e metodologia de trabalho.....	14
Bases epistemológicas e Arquitetura da tese.....	20
Trabalho coletivo de construção do conhecimento.....	26
Método e Definição do Campo de Pesquisa e Extensão do grupo	
GEDMMA.....	29
A etnografia e a construção coletiva do conhecimento.....	31
A autoria coletiva.....	33
Há a superação da autoridade etnográfica?.....	35
Sobre o pensamento Complexo.....	40
PRÉ-ATO - COMO TUDO COMEÇOU.....	42
O ideário de Chico Mendes e a “invenção” da categoria Reserva Extrativista.....	43
Osmarino Amâncio.....	46
Os Povos da Floresta e a lei, as RESEX na lei.....	58
Unidades de Conservação no Maranhão.....	61
Outros conflitos no Maranhão.....	65
A questão da identidade e a desterritorialização.....	69
O manguezal amazônico.....	75
A resiliência do mangue.....	76
O povo do mangue.....	84
As comunidades da RESEX de Tauá-Mirim.....	90
Vila Maranhão.....	94
Cajueiro.....	95
Limoeiro.....	104
Porto Grande.....	105
Rio dos Cachorros.....	109
Taim.....	114
Ilha de Tauá-Mirim.....	121
Zona de amortecimento da RESEX de Tauá-Mirim.....	123
As Comunidades Tradicionais do entorno da RESEX.....	126
1º ATO - O PEDIDO DE CRIAÇÃO DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM.....	138
A reação contra o Polo Siderúrgico, o Movimento Reage São Luís e a movimentação das comunidades.....	138
Beto do Taim.....	140
O processo.....	148
A constituição dos órgãos ambientais federais e a conjuntura política institucional.....	150
2º ATO - TÉRMINO DA PRIMEIRA FASE E INÍCIO DA SEGUNDA: terminam os direitos objetivos do meio ambiente e dos povos e comunidades tradicionais e começa a disputa de interesses.....	153

3º ATO - TENTATIVA DE CONSENSO: novos limites da RESEX de Tauá-Mirim.....	162
O ATO FINAL (?) - A possibilidade de ruptura com o <i>status quo</i> e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim.....	181
As políticas desenvolvimentistas versus as políticas ambientais no Brasil.....	182
A possibilidade de ruptura com o <i>status quo</i> e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim.....	191
“O Apagar das Luzes”: a tentativa de alteração do plano diretor de São Luís e a criação da RESEX de Tauá-Mirim.....	196
Assembleia Popular na Casa das Águas.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
REFERÊNCIAS.....	217

INTRODUÇÃO: prefácio, epílogo, carta de intenções e metodologia de trabalho.

Tauá-Mirim é uma ilha localizada na costa Sudoeste da Ilha do Maranhão (ou Ilha de Upaon-Açu¹), entre o Estreito dos Coqueiros (ou Rio Coqueiro) e a Baía de São Marcos. Não possui ligação rodoviária com a cidade de São Luís e seu único acesso é feito a partir de balsas e pequenas embarcações. Tauá-Mirim é quem dá nome a uma Reserva Extrativista (RESEX) que está em processo de criação², ou melhor dizendo, oficialização pelo Estado brasileiro, na Zona Rural do município de São Luís (MA), desde o ano de 2003.

A área proposta para a RESEX de Tauá-Mirim abrange povoados da Ilha de Upaon-Açu: parte do Cajueiro (Praia de Parnauçu), Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Taim e parte da Vila Maranhão. Abrange, também, a Ilha de Tauá-Mirim, na qual são localizados os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho, Ilha Pequena e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d'água na Baía de São Marcos, totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km. Essa é uma região estuarina com intensa presença de manguezais, além de várzeas e nascentes, sendo local de reprodução de várias espécies marinhas, dentre elas o Peixe-Boi (*Trichechus manatus*) e o Mero (*Epinephelus itajara*), que estão ameaçados de extinção. São também encontradas importantes espécies terrestres, como o macaco-cuxiú (*Chiropotes satanas*), o guariba (*Alouatta alouatta*) e o tamanduaí (*Cyclopes didactylus*), todos ameaçados de extinção, segundo o IBAMA (2007).

As comunidades tradicionais que vivem nos limites da RESEX possuem modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade e trabalho) adaptados às condições ecológicas, predominando agricultura, pesca e criação de pequenos animais. A constatação de um calendário sazonal anual, conforme os recursos explorados, normalmente sob o regime familiar de organização do trabalho, além da vasta extensão de manguezais e recursos relativamente conservados e a convivência produtiva com os mesmos, sem provocar impactos

¹ Upaon-Açu é uma ilha brasileira no estado do Maranhão, com área de 1.410,015 km². Faz parte do Arquipélago do Golfão Maranhense e nela se encontra a capital do Estado, São Luís. O nome Upaon-Açu foi dado pelos tupinambá e significa "ilha grande". Também é conhecida como ilha de São Luís. A denominação indígena foi restabelecida pela Constituição do Estado do Maranhão: "Art. 8º - A cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado". A Região Metropolitana é composta por: São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Santa Rita e São Luís, sendo que os três primeiros também estão situados na Ilha.

² A RESEX de Tauá-Mirim foi criada pelas próprias comunidades, no dia 15 de Março de 2015, na Assembleia Popular sobre a RESEX de Tauá-Mirim, na Casa das Águas, localizada na comunidade do Taim, Zona Rural II de São Luís. Na ocasião estavam presentes moradores de diversos povoados e membros de grupos e entidades que defendem as lutas populares.

relevantes, são os principais argumentos justificadores para a criação da Reserva Extrativista (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES; MENDONÇA, 2007).

Esses povoados localizam-se na porção sudoeste do município de São Luís, próximos ao Complexo Portuário de São Luís, composto pelo Porto do Itaqui, administrado pela estatal Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, de propriedade da Vale S.A., e Porto da Alumar, de propriedade do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar)³. Ainda fazem parte do mesmo complexo o Terminal de Pesca de Porto Grande, Terminal de Ferry Boat da Ponta da Espera e o Terminal de Sinalização Náutica do Norte na Ponta da Espera. Os povoados também ficam próximos aos Terminais Ferroviários da Estrada de Ferro Carajás, da Vale S.A., e da Ferrovia Transnordestina Logística (FTL), de propriedade da concessionária Transnordestina Logística S.A.⁴, além de ser ponto de chegada da rodovia BR 135, que se liga à rede rodoviária que corta todo o país. Toda essa infraestrutura vem sendo implantada desde a década de 1970 e tem atraído para a área uma grande quantidade de empreendimentos industriais e logísticos, o que tem gerado vários conflitos em torno do uso e ocupação dos territórios.



FIG. 1: Mapa da RESEX de Tauá-Mirim. Este mapa apresenta limites que já foram alterados, porém é esquemático e de fácil visualização, representando as rodovias (em

³ O Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) atua na produção de alumínio primário e alumina e foi inaugurado em julho de 1984; é formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto Alcan (ALVES, 2014).

⁴ A concessionária pertencia à antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA).

vermelho) e ferrovia (em preto) no local do estudo. Fonte: Laudo Socioeconômico e Biológico da Reserva Extrativista do Taim (IBAMA, 2007).

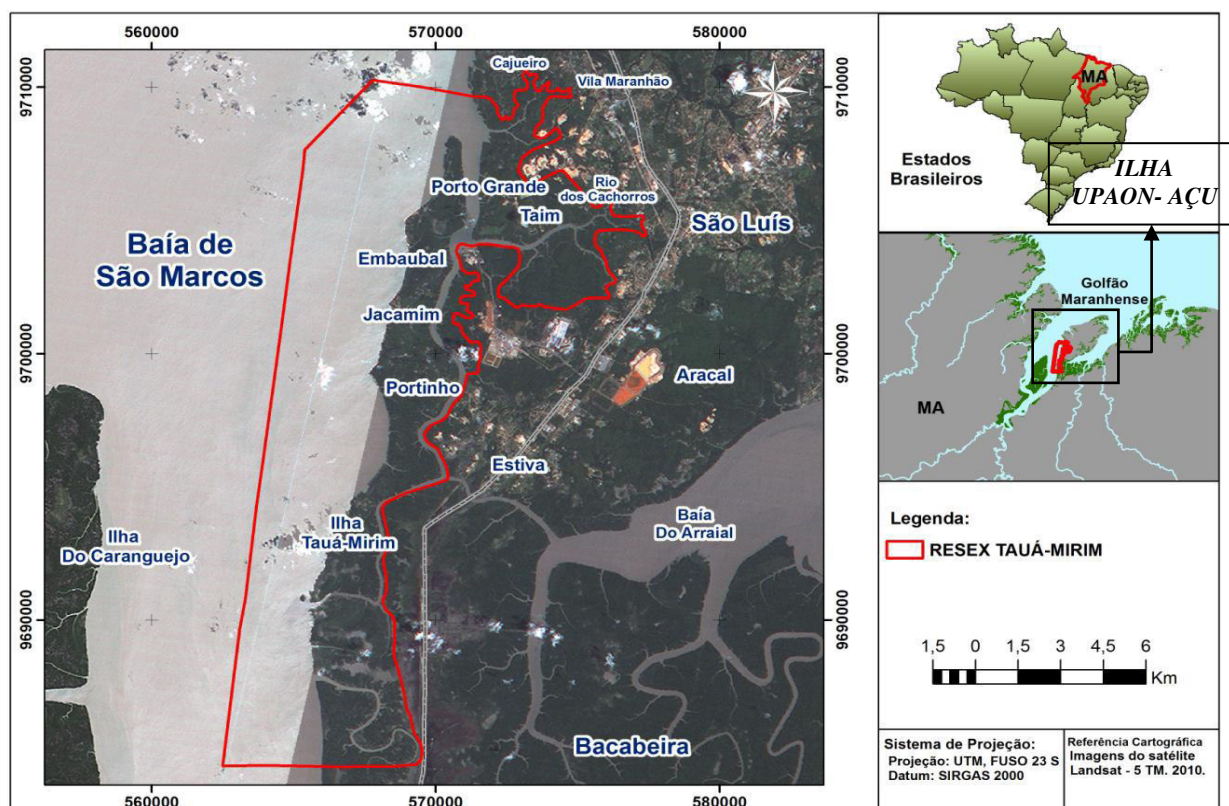


FIG. 2: Mapa do RESEX de Tauá-Mirim e sua localização na Ilha do Maranhão e no Brasil. Cedido por Clarissa Lobato (GEDMMA) e adaptado por mim.

Feita essa breve localização da área do estudo de caso abordado no trabalho, gostaria de falar um pouco sobre minhas motivações, mas também descrever minha metodologia de trabalho. Assim, começo falando de como conheci este lugar, que ainda hoje é minha área de estudo, que se tornou meu campo de pesquisa e onde descobri uma nova área do conhecimento.

Em 2006, conheci o Taim e o Rio dos Cachorros, uma bela área da zona rural de São Luís (MA), rica em nascentes e manguezais, habitada por pessoas cujos ancestrais a ocuparam há mais de 100 anos. Essa aproximação se deu por intermédio dos pesquisadores do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)⁵, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

⁵ O GEDMMA é vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e aos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

À época, eu estava iniciando minha pesquisa de campo para o Mestrado em Saúde e Ambiente, na mesma universidade, na linha de pesquisa “Biologia e Ecologia de Populações Humanas” e fui indicada por meu então orientador, Bruno Gueiros, a procurar o Professor Horácio Antunes no GEDMMA, para ter meus primeiros contatos com a pesquisa de campo.

Foi durante o mestrado que tive o contato mais intenso com aquelas comunidades e tomei conhecimento da sua luta por reconhecimento como comunidades tradicionais de pescadores e a demanda pela criação da Reserva Extrativista do Taim⁶. Fazendo algumas entrevistas e nas conversas informais durante a acolhida (lanches e almoços maravilhosos, feitos com muito capricho, com ingredientes produzidos, pescados, plantados e colhidos lá mesmo na região), me deixei envolver por minha área de estudo e tomei como minha a luta que aquelas pessoas enfrentavam, e ainda enfrentam. Não faço isso sozinha, hoje somos muitos em defesa da mesma causa.

Este é, portanto, um trabalho engajado, militante e cheio de intenções. Ao deixar transparecer minha posição política, fico mais à vontade quanto ao delineamento das metodologias escolhidas para estruturá-lo.

A etnografia ora apresentada não é feita como quem segue uma receita de bolo, mas com a intensidade de uma década em contato com o conflito. Apesar disso, possui a complexidade inerente à dinamicidade do objeto de pesquisa, trata-se de um processo histórico em andamento, o que é importante destacar.

Nós do GEDMMA, juntos, conhecemos a maioria dos detalhes de cada momento, os encontros nas comunidades, as audiências públicas, as manifestações na BR-135, as reuniões a portas fechadas e interinstitucionais, o planejamento de estratégias de luta, os argumentos dos diversos agentes ou sujeitos envolvidos e até mesmo os momentos nos quais o conflito envolveu a violência⁷. Este é, portanto, um trabalho coletivo de construção do conhecimento, apenas sistematizado nessas linhas sob um olhar específico.

⁶Inicialmente o nome escolhido foi Reserva Extrativista do Taim, como consta no Laudo Socioeconômico e Biológico do IBAMA (2007), posteriormente o nome foi modificado para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, por exigência do Ministério do Meio Ambiente, uma vez que já existe uma Unidade de Conservação no estado do Rio Grande do Sul com este nome, a Estação Ecológica do Taim – ESEC Taim.

⁷ O conflito envolveu violência explícita, por diversas vezes. No confronto dos moradores do povoado do Cajueiro há denúncia de coação dos moradores por milícias armadas. *“Dessa forma, essas pessoas encontram-se sob constantes ameaças de jagunços enviados pelas empresas a fim de intimidá-las e coagi-las a vender suas posses por preços mínimos, sem considerar os vínculos produtivos e simbólicos que elas têm com suas terras. A*

O GEDMMA tem como objeto de pesquisa o estudo sobre os conflitos socioambientais e muito tem produzido academicamente sobre esse tema, especialmente a respeito de conflitos no estado do Maranhão. O principal projeto de pesquisa do Grupo, hoje em vigor, é denominado de *Conflitos Ambientais no Maranhão* e procura investigar projetos de desenvolvimento e modernização econômica relacionando às suas consequências sociais e ambientais.

Tal projeto dá continuidade ao projeto de pesquisa *Modernidade, Desenvolvimento e Consequências Socioambientais: a Implantação do Polo Siderúrgico na Ilha de São Luís - MA*, com vigência entre 2005 e 2009, que teve como objetivo analisar o processo de implantação de um Polo Siderúrgico no município de São Luís - MA, suas consequências socioambientais e sua relação com a demanda pela Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, procurando identificar os variados sujeitos envolvidos nestes processos, quais os conflitos internos a cada instituição ou segmento social e quais os instrumentos de divulgação de suas posições. Outro projeto, agora de pesquisa e extensão, que deu continuidade a este foi *Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão*, com vigência entre 2009 e 2013, abordando a mesma temática, mas ampliando para construção de um banco de dados sobre conflitos socioambientais no estado do Maranhão e contemplando o estudo de outros casos empíricos, com destaque para os conflitos ambientais resultantes da instalação da Termelétrica Porto do Itaqui, no município de São Luís; a tentativa de instalação da Refinaria Premium I no município de Bacabeira; a duplicação da Estrada de Ferro Carajás, atingindo vários municípios do Maranhão.

A proposta desta tese de doutorado, que está inserida no projeto principal do GEDMMA, é etnografar o conflito em torno do território da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, através de um experimento de autoria coletiva⁸ e etnografia do processo⁹, apresentando os diferentes sujeitos envolvidos, em uma tentativa de fazer uma abordagem

situação que hoje se configura em Cajueiro é essa: a iminência da expulsão a partir do assédio moral e econômico, do embate físico, da intimidação e das ameaças diretas” (GEDMMA/UFMA, 2014).

⁸ Autoria coletiva é entendida, como definida na área da tecnologia da informação, conforme descrito por Miranda, Simeão, e Mueller (2007) e a legislação sobre direitos autorais é definida na Lei Nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. Outros experimentos de autoria coletiva têm sido utilizados em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) e na web, como o *Creative Commons*, *Science Commons*, *Wikipedia*, etc. suscitando uma discussão relevante, porém, por não ser o foco deste trabalho, ficam para aprofundamento posterior.

⁹ A etnografia do processo entendida aqui não pretende focar na burocracia em si, mas em informações, fatos e histórias que podemos extrair do processo que tramita na Justiça. Este não pretende ser um trabalho de antropologia jurídica, mas uma etnografia documental mesclada com trabalho de campo realizado por mim e por outros membros do GEDMMA.

histórica, mesmo que em muitos pontos não seja possível seguir uma “linha do tempo”, já que alguns eventos ocorrem de forma **sincrônica e paralela**, outros de forma **diacrônica e transversal**, mas que são eventos importantes para o entendimento do processo. Por exemplo, o desenrolar dos conflitos entre os seringueiros e agentes estatais e empresariais da expansão da pecuária no estado do Acre, nos anos 1980, e as respostas que foram criadas por eles são relevantes no contexto da “invenção” de uma categoria (RESEX¹⁰) e influenciaram diretamente a criação de respostas para os conflitos no estado do Maranhão, mais especificamente na Zona Rural II de São Luís.

Por isso, é justificada a retomada dos conflitos no Acre, aparecendo logo no 1º ATO¹¹, para o entendimento do processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, que vai desde a mobilização da comunidade para a escolha do tipo de estratégia de enfrentamento, que gera a oficialização do pedido de constituição da Reserva Extrativista, que, no caso em estudo, passou pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a aprovação do instituto, até a instauração do Inquérito Civil Público pelo Ministério Público Federal, em 21/07/2008 e da Ação Civil Pública pela Justiça Federal, que tramita desde 29/07/2013 até hoje.

A questão da RESEX de Tauá-Mirim é complexa e multifacetada. Para sua análise, partimos de uma crítica radical ao modelo de desenvolvimento social e ambientalmente predatório, que vem ocorrendo no Brasil desde a década de 1930, na chamada “Era Vargas”, até chegar à alternância entre as ideologias chamadas neoliberais e neodesenvolvimentistas.

A partir de deste ponto é importante destacar a necessidade de fazer um recorte temporal no objeto de estudo para fins analíticos, já que é um processo que se arrasta desde 2003, sem previsão de término, apesar dos esforços dos movimentos sociais para a criação da RESEX e da fiscalização realizada pelo Ministério Público Federal. Então, neste trabalho, vamos considerar, como ponto inicial de análise, o ano de 2003, no qual foi feito o abaixo assinado pelas comunidades e que dá início ao processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim. Os momentos imediatamente anteriores, no qual essa decisão foi elaborada, também são retomados, com a finalidade de ampliar o entendimento sobre as motivações dos sujeitos envolvidos.

¹⁰ A partir daqui me referirei as Reservas Extrativistas, mais frequentemente, pela sigla “RESEX”.

¹¹ Nesta tese os capítulos são chamados de Atos, mais que por uma decisão estética, a escolha pretende demarcar um protesto contra os rígidos enquadramentos acadêmicos. Os Atos determinam pontos de ruptura no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim.

O recorte temporal para fins analíticos considera como ponto limítrofe¹² para o trabalho acadêmico o dia 15 de março de 2015, momento no qual houve uma *Assembleia Popular* que determinou a criação da RESEX de Tauá-Mirim pelas próprias comunidades. Essa *Assembleia Popular* sobre a RESEX de Tauá-Mirim foi realizada na Casa das Águas, localizada na comunidade do Taim, Zona Rural II de São Luís. Na ocasião estavam presentes moradores de diversos povoados e membros de entidades que defendem as lutas populares, sendo o momento emblemático na luta em torno da criação da Unidade de Conservação, possivelmente o mais intenso desses 12 anos.

É importante destacar que estratégias ainda estão sendo desenvolvidas pelos agentes favoráveis aos grandes projetos de desenvolvimento. A mais importante delas é o debate sobre a alteração do Plano Diretor do município de São Luís, implementado a partir do início de 2015 pela Prefeitura Municipal, na tentativa de transformar parte da Zona Rural II em Zona Industrial, procedimento que está sendo contestado por movimentos sociais e que se encontra em grande efervescência, por isso será tema de comentários parciais neste trabalho.

Bases epistemológicas e Arquitetura¹³ da tese

Em termos estruturais, de arquitetura da tese, foram demarcados momentos históricos, que denominei de ATOS, estando entre eles pontos de ruptura em relação os fatos apresentados no conflito. Por que a divisão em ATOS? Operamos com atos como representando momentos, ou movimentos, que descrevem elementos de um momento histórico maior¹⁴.

A preocupação de construir uma estética textual diferenciada é inspirada em autores como Rubem Alves, Edgar Morin e Gilles Deleuze. A forma de construção desta tese está

¹² Refiro-me a *ponto limítrofe* no lugar de *ponto final*, pois, em coerência com a proposta metodológica desse trabalho, não percebo a possibilidade de um estancamento, principalmente por se tratar de um processo conflituoso em andamento.

¹³ Utilizo o termo *arquitetura*, pois penso que o mesmo sintetiza intenções de *estética* e *estrutura* em uma só palavra. *Arquitetura substantivo feminino*. **1.** *arq* arte e técnica de organizar espaços e criar ambientes para abrigar os diversos tipos de atividades humanas, visando tb. a determinada intenção plástica. **2.** *arq* conjunto das obras arquitetônicas executadas em determinado contexto histórico, social ou geográfico. **3.** *arq* maneira pela qual são dispostas as partes ou elementos de um edifício ou de uma cidade. **4.** *arq* conjunto de princípios, normas, materiais e técnicas us. para criar o espaço arquitetônico. **5.** *p.ext.* conjunto de princípios e regras que são base de uma instituição. "uma sociedade de a. jurídica defeituosa". **6.** *p.ext.* conjunto de elementos que perfazem um todo; estrutura, natureza, organização. "a atleta era dotada de bela a. física". **7.** *fig.* boa forma arquitetural. "uma casa sem a." **8.** *fig.* elaboração de um empreendimento futuro; plano, projeto. Origem © ETIM lat. *architectūra, ae* 'arte de edificar'. Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=arquitetura+significado>

¹⁴ Os ATOS são momentos em uma ópera e significam movimento, é a forma como percebo o desenrolar do caso da RESEX, é um conflito não menos dramático, porém criativo e produtivo (e positivo).

inspirada, de forma geral, pelo meu contato com a licenciatura e os desafios do ensino transdisciplinar vivenciado na área de educação, no curso de Licenciatura em Ciências Naturais. Para Rubem Alves (2012, p. 49), a leitura de um texto deve ser prazerosa, e a compara ao ato de comer. Por ter a intenção de ser um instrumento de luta, a ideia era tornar a leitura desta tese o mais agradável possível, de fácil digestão. Obviamente encontro limites na escrita, quando me deparo com as normas acadêmicas.

A necessidade de criação, em termos de uma modelagem estética ou estilo de escrita, vem de uma inspiração deleuziana, na qual percebo a importância de se tratar um assunto “trágico” do ponto de vista de uma degradação social e ambiental, que configura a chamada “questão ambiental”, de forma a lhe conceder certo senso de humor e beleza.

Outras inspirações, em Deleuze e Guattari (2011a, 2011b) dizem respeito à prerrogativa, na sua filosofia, de não conceber oposição entre o homem e a natureza e entre a natureza e a indústria, mas simbiose e aliança, pelas quais a Terra é a Mecanosfera. Outro ponto inspirador é a transdisciplinaridade nas obras dos autores, que geram um modo mais livre de juntar ou separar as coisas, permitindo algo que se aproxime de uma “liberdade do pensamento”.

Ainda de Deleuze e Guattari vêm os conceitos de **rizoma** e **desterritorialização**, esses conceitos estão na base da arquitetura da tese, que reflete uma combinação de dimensões nas quais os fatos se interrelacionam de forma espiralada.

Para os autores, o rizoma é oposto a uma estrutura definida por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre esses pontos e relações biunívoca entre estas posições:

... o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. Não se deve confundir tais linhas ou delineamentos com linhagens de tipo arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. Oposto à árvore, o rizoma não é objeto de reprodução: nem reprodução externa como árvore-imagem, nem reprodução interna como a estrutura-árvore. O rizoma é uma antogenealogia. É uma memória curta ou antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso. Contra sistemas centrados (e mesmo policentrados), de comunicação hierárquica e ligações preestabelecidas, o rizoma é um sistema acentrado não hierárquico e não significante, sem General, sem

memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados. O que está em questão no rizoma é uma relação com a sexualidade, mas também com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício, relação totalmente diferente da relação arborescente: todo tipo de devires (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 43 e 44).

No decorrer do trabalho a utilização do conceito de rizoma será retomada, contudo, a complexa “ramificação” apresentada até o momento, em torno do caso da RESEX, já apontaria para um modelo rizomático (horizontal) e não arborescente (vertical) (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Esse conceito, provavelmente o mais famoso de Deleuze e Guattari, nem sempre é bem compreendido. Por si só, é um manifesto: uma nova imagem do pensamento destinada a combater o privilégio secular da árvore que desfigura o ato de pensar e dele nos desvia (a introdução de Mil platôs, intitulada "Rizoma", foi publicada separadamente alguns anos antes do livro; a noção surge pela primeira vez no *Kafka*). É flagrante que "muitas pessoas têm uma árvore plantada na cabeça" (ZOURABICHVILI, 2009, p. 52).

A utilização do conceito deleuziano de **rizoma** é feita aqui por uma representação estética da resistência e luta das comunidades (um movimento sem hierarquias) e dos diversos agentes envolvidos em torno da criação da RESEX de Tauá-Mirim.

Segundo Zourabichvili (2009, p. 23), “inspirado antes na etologia do que na política, o conceito de território decerto implica o espaço, mas não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico”. Portanto, o valor do território, para Deleuze, é existencial:

...ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos. O investimento íntimo do espaço e do tempo implica essa delimitação, inseparavelmente material (...) e afetiva (...). O traçado territorial distribui um fora e um dentro, ora passivamente percebido como o contorno intocável da experiência (...), ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência.

Ainda para Zourabichvili (2009, p. 23), o termo "desterritorialização", neologismo surgido no *Anti-Édipo*, desde então se difundiu amplamente nas ciências humanas:

Mas ele não forma por si só um conceito, e sua significação permanece vaga enquanto não é referido a três outros elementos: território, terra e reterritorialização - o conjunto formando em sua versão acabada o conceito de *ritornelo*. Distingue-se uma desterritorialização *relativa*, que consiste em se reterritorializar de outra forma, em mudar de território (...); e uma desterritorialização absoluta, que equivale a viver sobre uma linha abstrata ou de fuga (se devir não é mudar, em contrapartida toda mudança envolve um devir que, apreendido como tal, nos subtrai à influência da reterritorialização...).

O movimento das comunidades que demandaram a Reserva Extrativista segue como reação à possibilidade de **desterritorialização**, ou **re-territorialização** (caso sejam

deslocadas¹⁵), seguindo os conceitos de Deleuze e Guattari (2011a, 2011b), não apenas em termos do território físico, mas em sua complexidade de relações sociais e com o meio ambiente.

O território é, portanto, a dimensão subjetivante do agenciamento - na medida em que não há intimidade senão do lado de fora, vinculada a um exterior, oriunda de uma contemplação previa a qualquer divisão de um sujeito e de um objeto. (...) Nem todos os territórios se equivalem, e sua relação com a desterritorialização, como vemos, não é de simples oposição (ZOURABICHVILI, 2009, p. 24).

Em termos de pensar as fronteiras disciplinares, o conceito de desterritorialização pode ser tornado mais restrito:

Se tomarmos o trabalho clássico desse debate, de Deleuze-Guattari, estes vão se referir a “teoremas” da desterritorialização no livro *Mil Platôs*. O primeiro grande teorema da desterritorialização é que não há desterritorialização sem concomitante reterritorialização em outras bases. Eles trabalham com esse conceito num nível muito amplo. Então, é claro que aí também tem que ter o olhar do geógrafo para fazer seu recorte. Como geógrafos, vamos trabalhar com o território numa dimensão bem mais estrita, embora muito inspirada também no que falam os filósofos Deleuze e Guattari (Entrevista com Haesbaert *In*: FROTSCHER, LAVERDI, VANDERLINDE, 2009, p. 166).

Nesse caso autores como Haesbaert (2004) estão preocupados em delimitar as fronteiras dos territórios disciplinares, o autor usa Deleuze e Guattari com ressalvas, trazendo para a geografia sua delimitação¹⁶. Não vejo, porém, a desterritorialização sem a perspectiva de reterritorialização (seja em outro local ou em outra subjetividade, imersa em uma dimensão de tempo-espço), ou seja, não parto do pressuposto da ausência de território nessa tese, mas ao contrário disso, o território é objeto de disputa e é relacionado a subjetividades diversas, que envolvem a dimensão étnica, cultural, econômica, política, mítica, religiosa, etc.

O pensamento vem antes da ação, por isso a desterritorialização já é impressa na subjetividade dos atingidos, antes mesmo que se dê o fato, pois o medo e a insegurança são reais, como nas ameaças de deslocamento compulsório.

Bruce e Haesbaert (2002) explicam que a proposta de Deleuze e Guattari é pensar a territorialização e a desterritorialização como processos paralelos, fundamentais, a fim de

¹⁵ Mais do que isso, há uma sensação de insegurança quanto à permanência dessas pessoas no seu território, que em seu devir, já significa a imagem subjetiva de desterritorialização/reterritorialização em seu imaginário. O território aqui não é apenas espacial, mas representação subjetiva de relações cotidianas, como as de trabalho, relações mitológicas e religiosas.

¹⁶ No meu entendimento de *desterritorialização* não há a preocupação com a delimitação de nenhuma disciplina específica, mas sim o comprometimento com o *pensamento complexo*, por isso, sinto-me livre para usar o conceito filosófico.

compreender as práticas humanas, as suas mudanças, as fugas de territórios, os seus componentes, seus agenciamentos e suas intensidades.

Com esse movimento mútuo de agenciamentos, um território se constitui. Uma aula é um território porque para construí-la é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos; a mão cria um território na ferramenta; a boca cria um território no seio. O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha essa amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo - desejo entendido aqui como uma força criadora, produtiva. Deleuze e Guattari vão, assim, articular desejo e pensamento.

Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação. O território pode ser construído em um livro a partir do agenciamento maquínico das técnicas, dos corpos da natureza (as árvores), do corpo do autor e das multiplicidades que o atravessam; e do agenciamento coletivo de enunciação, nesse caso, um sistema sintático e semântico, por exemplo. Cria-se um território dos Krenak, onde agenciamentos maquínicos de corpos estão fixados diretamente na Terra, onde a circulação dos fluxos desejantes se inscreve diretamente na Terra. Criam-se agenciamentos coletivos de enunciação para recortar o Sol e A Lua, por exemplo, e fixar-lhes atributos.

Tentamos mostrar dois exemplos extremos, que seriam a territorialização do pensamento no livro e a construção de territórios indígenas. Como podemos observar, a obra de Deleuze e Guattari nos permite pensar de forma muito ampla, sem perder a riqueza de sua proposta filosófica.

Os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação são apenas dois dos quatro componentes do território. Os outros componentes são a desterritorialização e a reterritorialização. Esse ponto é fundamental na obra dos autores: *os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização*. (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 8)

Com base nessas concepções, surgiu a arquitetura da tese. No primeiro Ato, analisamos o pedido de criação da RESEX de Tauá-Mirim: a inspiração no ideário de Chico Mendes e a invenção da categoria Reserva Extrativista; a movimentação da comunidade; a reação contra o Polo Siderúrgico e o papel fundamental do Movimento Reage São Luís; a questão da identidade e da desterritorialização; e a conjuntura política na qual se inicia o processo.

O segundo Ato demarca uma ruptura, o início de uma nova fase, após a aprovação da RESEX pelo órgão ambiental, na qual perde importância o direito objetivo do meio ambiente e das populações tradicionais e inicia a disputa de interesses políticos, econômicos e territoriais.

No terceiro Ato, percebe-se uma tentativa de consenso entre o governo do Maranhão e os defensores da RESEX, momento no qual são definidos novos limites para a RESEX de Tauá-Mirim. Porém, essas tentativas de consenso fracassam e o Estado do Maranhão mostra-se irreduzível, não aceitando a criação da RESEX.

O Ato Final aparece como uma possibilidade de ruptura com o *status quo* e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim, tendo em vista a mudança de governo do estado do Maranhão, no início de 2015, apesar da conjuntura da política ambiental no país permanecer desfavorável à criação de novas Unidades de Conservação. Trataremos ainda neste ATO, sobre “O apagar das luzes”, momento no qual é utilizada a estratégia de alteração do plano diretor de São Luís, realizada com pouca ou nenhuma divulgação, dificultando a participação dos cidadãos ludovicenses nas discussões, como uma tentativa, também, de inviabilizar a criação da RESEX e transformar parte da Zona Rural II em Zona Industrial.

É importante destacar, para o entendimento da etnografia do processo, que o início da judicialização do conflito em torno da RESEX não marca seu início de fato, mas o momento a partir do qual esse se torna público, ou se torna um conflito visível no meio jurídico. No Ministério Público Federal (MPF) foram instaurados dois (02) Inquéritos Civis Público (ICP) para investigar denúncias envolvendo a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e ameaças à segurança dos povos e comunidades tradicionais que habitam a área. O inquérito mais antigo e principal é o ICP de número 1.19.000.000719/2008 – 89, com data de autuação em 21/07/2008, que trata de ocorrência de possível mora no desfecho das providências administrativas da RESEX de Tauá-Mirim.

O segundo processo de investigação, ICP17 de número 1.19.000.001090/2009 – 75, instaurado pelo Ministério Público Federal, com data de autuação em 21/10/2009, sobre a ocorrência de lesão ao direito à moradia e direitos culturais das comunidades de Bom Jesus do Cajueiro. O processo de número 1.19.000.001090/2009 – 75 está apenso ao processo de número 1.19.000.000719/2008 – 89. Esses são processos de Inquérito Civil Público (ICP) promovidos no âmbito do Ministério Público Federal, que seguem em paralelo. Atualmente ambos compõem a Ação Civil Pública (ACP) que tramita na Justiça Federal.

Este é apenas um “Resumo da Ópera” sobre o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, que tem seu *grand finale* em aberto. Tragédia ou redenção? Para quem?

¹⁷ Inquérito Civil Público diz respeito à investigação interna feita pelo Ministério Público Federal (MPF) a qual precede a solicitação de abertura de Ação Civil Pública pela Justiça Federal. Em seguida, no processo, há um documento chamado de Portaria de Instauração, que considera as declarações prestadas na Procuradoria da República. A partir dessa denúncia é que o MPF dá início a uma das investigações que posteriormente é encaminhada à Justiça Federal.

Trabalho coletivo de construção do conhecimento

Esse trabalho é fruto das investigações realizadas por uma rede de grupos acadêmicos e de movimentos sociais, organizados como um *rizoma*, que atuam na prática, transformando objetivamente a realidade que é estudada. Como vetor dessa *práxis*, o GEDMMA desenvolve projetos de pesquisa e extensão, financiados por órgãos de fomento, que serão descritos em seguida, em termos de sua relevância para o que chamamos de uma atuação engajada e militante dos pesquisadores.

O Projeto de extensão, articulado ao projeto maior do GEDMMA (*Conflitos Ambientais no Maranhão*), intitulado “Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís-Ma”¹⁸, surgiu da percepção da necessidade de engajamento da juventude na luta pelo território, já que moradores e lideranças dos povoados da área em conflito, desde 2003, pleiteiam a criação da RESEX de Tauá-Mirim¹⁹, sendo uma de suas principais atividades o Curso de Educação Ambiental, destinado aos jovens de 16 a 29 anos. O curso foi realizado pelo NEA (Núcleo de Educação Ambiental, vinculado ao GEDMMA), que criou dois núcleos com fins à sua execução prática: **Núcleo Taim**, formado pelos povoados Rio dos Cachorros, Porto Grande, Taim, Limoeiro, Cajueiro, Vila Maranhão; e o **Núcleo Tauá-Mirim**, formado pelos povoados Portinho, Imbaubal, Jacamim, Ilha Pequena, Tauá-Mirim e Amapá. O curso teve duração de dois anos com encontros mensais, em finais de semana, na perspectiva da Educação Popular, visando à construção de conhecimentos a partir do levantamento dos saberes prévios dos participantes e do modo de vida dos mesmos. Buscou, também, fortalecer os jovens enquanto protagonistas e futuras lideranças na organização social da comunidade. Além do Curso de Educação Ambiental, os trabalhos de extensão universitária consistiram no acompanhamento e assessoria às Associações e Uniões de Moradores e às lideranças das comunidades que demandam a criação de RESEX de Tauá-Mirim.

As informações que estão apresentadas nesta tese foram coletadas a partir de fontes documentais, principalmente com relação à Ação Civil Pública impetrada pelo MPF; porém,

¹⁸ Fonte: Relatório Técnico do Projeto de Extensão: Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA. Processo: AEXT-01701/12/ FAPEMA. Proponente: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior.

¹⁹ A ideia de fazer uma preparação política, em termos de uma Educação Ambiental, surgiu nos encontros do Grupo de Trabalho Interinstitucional, autointitulado GT Pró RESEX de Tauá-Mirim, no qual militantes de várias instituições faziam parte, inclusive o GEDMMA, com a intenção de propor ações voltadas para pressionar as esferas governamentais para que oficializem a criação da RESEX e envolver o conjunto dos moradores que dos povoados, já que era apontada uma superexposição das lideranças locais em contraponto a certa apatia do restante dos moradores da localidade.

no que diz respeito ao trabalho coletivo de construção do conhecimento, as informações também vêm das pesquisas, teses, dissertações, monografias; bases de dados sobre conflitos ambientais e relatórios de pesquisa do próprio GEDMMA e geram o que denomino de uma experiência coletiva de construção do conhecimento:

O Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA – completa em 2015 uma década de existência, com muito a ser comemorado por todas e todos que integram esse coletivo de pesquisadoras e pesquisadores, que dedicam suas vidas militantes e acadêmicas à construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento que destrói modos e sonhos de vida de diversos grupos e comunidades. Dessa forma, buscamos sempre integrar a pesquisa acadêmica rigorosa ao saber e ao fazer de povos e comunidades tradicionais (fonte: <http://4sedmma.wix.com/ufma#!10-anos-de-gedmma/sl9sx>).

Para continuar demonstrando o nível de engajamento do GEDMMA e sua participação ativa na transformação da sociedade e a relevância da construção do conhecimento coletiva no grupo, trago, também, a citação abaixo:

Através de parcerias com associações de moradores e moradoras de comunidades rurais, ONG, movimentos sociais, pastorais sociais e sindicatos que têm como foco a defesa dos territórios livres para o bem viver de comunidades e povos tradicionais, o grupo vem produzindo relatórios, peças técnicas, materiais acadêmicos que destacam os conflitos existentes em várias comunidades de São Luís e do Maranhão (fonte: <http://4sedmma.wix.com/ufma#!10-anos-de-gedmma/sl9sx>).

Além das peças produzidas na forma escrita e acadêmica, o GEDMMA troca experiências e se reinventa a cada SEDMMA (Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente)²⁰, nos contatos com os movimentos sociais, nas parcerias com comunidades atingidas:

Os avanços e as sínteses acadêmicas, os saberes de povos e comunidades que se inseriram no GEDMMA são periodicamente postos ao diálogo mais amplo e aberto nos Seminários: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (SEDMMA), que por ocasião do decênio comemorativo, celebra sua quarta edição, agora de caráter nacional, nos dias 11 a 13 de novembro de 2015. A luta é grande, ininterrupta, e não desistiremos dela! Pelo Bem Viver e manutenção da vida dessas e de tantas mais comunidades impactadas pela expansão do capital ao seu entorno (fonte: <http://4sedmma.wix.com/ufma#!10-anos-de-gedmma/sl9sx>).

O maior desafio dessa experimentação de autoria coletiva é fazer algo que não seja mera repetição dos diversos trabalhos já realizados no grupo sobre o assunto, tendo em vista que o grupo tem acompanhado conflitos há muitos anos, ressaltando que esse conflito em torno da RESEX é extremamente complexo, portanto fértil no sentido da experimentação:

²⁰ Os SEDMMAs ocorrerem sem regularidade definida desde 2006. Aconteceram quatro edições do Seminário: 10 a 12/07/2006; 02 a 05/07/2007; 23 a 25/05/2012; 11 a 13/11/2015.

Desde sua formação inicial o GEDMMA atua junto às comunidades na luta pelo território ancestralmente construído e pela criação da RESEX de Tauá-Mirim, formada por 12 comunidades rurais da Grande Ilha do Maranhão, além de atuar junto a grupos de atingidos pelo Programa Grande Carajás e seus desdobramentos, pesquisando e apoiando comunidades ao longo da Estrada de Ferro Carajás, no Maranhão. O GEDMMA surgiu das inquietações de jovens graduandos decorrentes da tentativa de implantação de um Complexo Siderúrgico em São Luís e da falta de iniciativas acadêmicas militantes e sem falsas imparcialidades, no ano de 2004, que impactaria não só as comunidades da Zona Rural II da capital, como toda a população ludovicense (fonte: <http://4sedmma.wix.com/ufma#!10-anos-de-gedmma/sl9sx>).

Dentre outros projetos significativos do GEDMMA, circunscrito à temática da RESEX, está o livro *Ecos dos Conflitos Socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*, uma coletânea de artigos de autoria de pesquisadores do grupo:

Em 2009, como primeiro resultado editorial do grupo, foi publicado o livro “Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim”, pela EDUFMA, fruto das pesquisas do grupo, e lançado em 2010 na comunidade Rio dos Cachorros com ampla participação de moradores da zona rural de São Luís e diversos outros grupos e movimentos. Momento ímpar de integração entre pesquisadoras e pesquisadores com sua base de pesquisa, de muita troca de conhecimentos agregados a quem o grupo dedica todas as suas pesquisas, pois, não haveria pesquisas sem a recíproca confiança e coautoria construída ao longo desses 10 anos de GEDMMA (fonte: <http://4sedmma.wix.com/ufma#!10-anos-de-gedmma/sl9sx>).

Outra experiência de troca de conhecimentos envolvendo pesquisadores acadêmicos e participantes de movimentos sociais, sindicais e populares foi efetivada pela participação do Grupo na organização e Coordenação do Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. Além do GEDMMA, o Seminário foi organizado por trinta e três entidades e grupos acadêmicos e do movimento social. Ocorreu entre os dias 05 e 09/05/2014, sendo precedido de seminários preparatórios em Imperatriz – MA (16 A 18/10/2013); Santa Inês – MA (20 a 22/03/2014); Marabá – PA (21 a 23/03/2014) e Belém (09 a 11/04/2014) (mais informações em www.seminariocarajas30anos.org).

Método e Definição do Campo de Pesquisa e Extensão do grupo GEDMMA



FIG. 3: Essas imagens são fotografias feitas por mim em saídas de campo nos limites e entorno da RESEX de Tauá-Mirim.

Nesse subitem pretendo apresentar as bases metodológicas que utilizamos no grupo de estudos. Conforme o Relatório Técnico-Científico do Projeto de Pesquisa e Extensão intitulado: *Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão*²¹, nos fundamentos do modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos, está uma leitura da Amazônia e do Maranhão como regiões de grandes potencialidades econômicas, porém, com “atrasos e déficits” que devem ser supridos numa atuação conjunta de Estado e iniciativa privada. Esta atuação, percebida como um eficiente instrumento de promoção do *desenvolvimento* e da *modernidade*, deve ser analisada criticamente (IANNI, 1979; BUNKER, 1988, SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

A operacionalização mais geral da pesquisa envolveu os participantes do GEDMMA, partindo de um levantamento geral de conflitos socioambientais decorrentes de projetos de

²¹ Relatório Técnico-Científico do Projeto de Pesquisa e Extensão *Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão*, submetido ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenado por Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, Madian de Jesus Frazão Pereira e Elio de Jesus Pantoja Alves. Fontes Financiadoras: CNPq e FAPEMA. Período de Execução: Início: 1º/05/2009, Término: 31/12/2013.

desenvolvimento no Maranhão e da seleção de casos empíricos que foram estudados mais detalhadamente por pequenos grupos de pesquisadores ou pesquisadores individuais, resultando em relatórios, relatórios de PIBIC, monografias de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado, projetos para mestrado e doutorado, trabalhos apresentados em eventos científicos e artigos publicados em periódicos científicos.

Nesse contexto de pesquisa como um todo, seja em campo ou nas reuniões de estudo, os seguintes **procedimentos metodológicos** foram adotados: revisão bibliográfica, para nivelamento teórico do grupo; levantamento e mapeamento dos principais projetos de desenvolvimento no Maranhão; levantamento e mapeamento dos principais conflitos socioambientais no Maranhão; acompanhamento e registro do noticiário sobre conflitos socioambientais veiculado na imprensa nacional e local; identificação e seleção de áreas para estudo empírico e de agentes da iniciativa privada, do setor público e de movimentos sociais (definição de unidades de análise e universo da amostragem); trabalho de campo nas áreas com conflitos socioambientais, com observação do cotidiano e de eventos importantes, registro no diário e no caderno de campo para registro etnográfico e uso de máquina fotográfica; realização de entrevistas com uso de gravador junto a interlocutores selecionados; levantamento de panfletos, relatórios, documentos, diagnósticos, laudos, páginas eletrônicas produzidas pelos diferentes agentes sociais envolvidos em conflitos socioambientais; coleta de material bibliográfico e documental em arquivos públicos, de empresas, de movimentos sociais e entidades populares; acompanhamento e observação de audiências públicas, reuniões, assembleias e outros momentos de realização de debates públicos envolvendo os casos empíricos selecionados; levantamento e estudo da legislação ambiental brasileira; oficinas semestrais ou anuais de avaliação e planejamento da pesquisa.

Na parte da Extensão, no Projeto de Educação Ambiental, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: elaboração e realização de curso de educação ambiental, ofertado a jovens da Zona Rural II de São Luís; preparação e/ou assessoramento na elaboração de peças técnicas relativas a conflitos socioambientais e à criação ou consolidação de unidades de conservação e acompanhamento e assessoramento de organizações sociais envolvidas em conflitos.

Apresento ainda a parceria do GEDMMA com Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e os conceitos de **justiça ambiental** e **racismo ambiental** (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004), como fazendo parte do escopo desta tese. A justiça

ambiental nasce da luta da sociedade civil contra a apropriação desigual dos recursos ambientais e a luta contra a prática de destinar a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento nas populações marginalizadas e vulneráveis, por conseguinte, reivindicação por justiça ambiental é também por justiça social. A RBJA surgiu a partir da associação de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONG), sindicatos e pesquisadores de todo o Brasil, com o objetivo de denunciar a destruição do meio ambiente e dos espaços coletivos de vida e trabalho que ocorrem predominantemente em locais onde vivem populações negras, indígenas ou sem recursos econômicos e fortalecer ações coletivas que possam se contrapor a esse processo. Apresentada como uma rede virtual, a RBJA constitui-se como um fórum de discussões, de denúncias, de mobilizações estratégicas e de articulação política, no sentido de ampliar e dar visibilidade às lutas encampadas por entidades e populações envolvidas. É um espaço de identificação, organização, unificação e fortalecimento dos princípios e das lutas contra as desigualdades e injustiças ambientais no Brasil. Todas as ações e campanhas assumidas são decididas consensualmente por seus membros, levando-se em conta as estratégias definidas nos encontros bienais e na Declaração de Princípios da RBJA (STEINHORST DAMASCENO; SANT'ANA JÚNIOR, 2011, p. 6).

A etnografia e a construção coletiva do conhecimento

Desde o início do curso de doutorado esse trabalho trilhou vários rumos, outros trabalhos sobre a RESEX vieram, no seio do grupo de pesquisa, e eu abandonei uma linha mais político-econômica em “favor da etnografia”, ou por uma “artimanha do acaso”, como diria Peirano (1995).

Em termos de um desafio epistemológico da antropologia, Cardoso de Oliveira (2006, p. 172) indaga, “não seria a ‘cultura’ a medida de todas as coisas”? Em termos de uma “ética discursiva” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 173), e vigiando para não cair na armadilha da “hegemonia do discurso ocidental, de raiz europeia” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 175), ele propõe a verificação fática do cumprimento de alguns requisitos básicos da ética do discurso: a simetria e igualdade de posições entre as partes envolvidas no diálogo, os requisitos de pretensão de validade, a inteligibilidade, a verdade, a veracidade e a retidão (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 176). É assim que temos estudado o conflito em pauta, com a clareza que estamos tratando com uma diversidade de sujeitos políticos que defendem interesses diversos, mesmo que porventura sigam em caminhos paralelos, o que não implica em neutralidade de posicionamento.

Minha opção metodológica por utilizar as produções dos colegas do grupo de estudos, como uma espécie de “etnografia de terceira mão”, não foi feita por negligência ao trabalho de campo, nem por receios de ordem pessoal, nem por indisponibilidade de tempo para tal investida, ao contrário, fui ao *campo* por diversas vezes²². Aqui cabem parênteses sobre meu entendimento acerca do trabalho de campo, no universo dos estudos dos conflitos ambientais vivenciados no grupo de estudos GEDMMA, em termos da possibilidade de uma construção coletiva do conhecimento.

Pensando em um sentido mais amplo, todos os momentos vivenciados no grupo propiciaram uma experiência de trabalho de campo, momentos de aprendizado nas trocas e na convivência no próprio grupo (reuniões semanais de estudos e administrativas, oficinas de planejamento, construção de projetos de pesquisa e extensão) e entre nós e nossos interlocutores, informantes, que são ao mesmo tempo companheiros de luta na militância (visitas às comunidades, audiências públicas, reuniões interinstitucionais). Além disso, muitos de nossos companheiros pesquisadores no grupo de estudos estão ou estavam trabalhando temáticas semelhantes, em áreas geográficas às vezes muito próximas ou até mesmo nas mesmas comunidades, dialogando conjuntamente com os interlocutores, o que permitiu uma grande riqueza de trocas, gerando o que tenho chamado de “trabalho coletivo de construção do conhecimento”.

Daí veio a ideia de utilizar nesta tese os trabalhos de membros do grupo GEDMMA, que compartilham(os) de um ou mais projetos maiores, que são financiados por órgãos de fomento, dando um sentido de complementaridade aos trabalhos, no contexto da unidade gerada por tais projetos no seio do grupo de estudo.

Na primeira parte da tese, principalmente no primeiro ATO, esse é o formato metodológico utilizado, implicando em momentos de multivocalidade, nos quais os pesquisadores do GEDMMA são mediadores, mas com voz ativa, que recolhem informações e amplificam as vozes dos *interlocutores-informantes-companheiros militantes*, ou seja, tal procedimento resulta em uma espécie de autoria coletiva do trabalho. Denomino a metodologia utilizada nesse ATO de ***trabalho coletivo de construção do conhecimento***.

²² Participei pessoalmente de audiências públicas por diversas vezes, reuniões interinstitucionais, reuniões do GT Pró-RESEX de Tauá-Mirim, e fiz e acompanhei entrevistas de pesquisadores do GEDMMA aos interlocutores nas comunidades da RESEX, desde o ano de 2006.

Já nos segundo e terceiro ATOS, há uma alteração na metodologia - mas não de forma radical, pois ainda há a presença da multivocalidade – com uma profunda incursão pessoal aos calhamaços de papéis, que são o Inquérito e Ação Civil Pública, portanto, meu campo nessa etapa da tese é mais solitário: são os papéis. Denomino essa etapa de *etnografia do processo*.

A ideia de um ATO final surge da perspectiva de mudanças efetivas na política no Estado do Maranhão quando da proximidade das eleições de 2014, e consequente saída da então governadora Roseana Sarney, assumindo Flávio Dino, que gera uma expectativa de tempos melhores, inclusive em relação às negociações sobre a legalização da RESEX de Tauá-Mirim. Dessa forma, o Ato final significava a esperança de ruptura com o *status quo* e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim. Por necessidade de contextualização histórica – para abrir a possibilidade de uma análise crítica – parte deste ATO é constituída por um breve resumo da trajetória política e econômica do Brasil e do Estado do Maranhão. Isso leva à reflexão acerca dos conflitos ambientais no Brasil e como estes têm sido tratados pela Política Ambiental Brasileira, sendo assim, o caso da RESEX de Tauá-Mirim é um reflexo de tais políticas.

A autoria coletiva

Para continuar a justificativa para as escolhas metodológicas da tese, trago reflexões mais gerais no âmbito da autoria coletiva, posteriormente sigo para a “seara antropológica”. Para os autores Miranda, Simeão e Mueller (2007, p. 35), no artigo *Autoria coletiva, autoria ontológica e intertextualidade: aspectos conceituais e tecnológicos*, a autoria é uma instituição em crise:

A autoria é uma instituição em crise. Analisando-a em perspectiva, é possível afirmar que está sujeita a interpretações diversas e até divergentes em níveis de conceito e de práxis, em uma abordagem multidisciplinar. Sempre esteve atrelada às noções de cultura e ciência em que se desenvolveu, mas é na civilização ocidental, sobretudo com o advento do liberalismo, do capitalismo e do individualismo triunfantes, que a autoria ganhou foros de direito e as áureas da sociedade. O estatuto do direito autoral configura-se como reconhecimento máximo legal e social do indivíduo autor como detentor de propriedade intelectual de valor econômico e de caráter hereditário.

Ainda para estes autores, a autoria coletiva na ciência é *sui generi* e o motivo estaria no papel que o reconhecimento da autoria desempenha na ciência – ou certificação do

conhecimento – e na vida do pesquisador, pois mais do que o lucro financeiro é seu “nome” que está em jogo:

Para entendermos o quanto o prestígio do nome significa para um pesquisador, poderíamos fazer uma analogia com o que a credibilidade da moeda representa para a economia de uma nação, ou os bens pessoais para um indivíduo. Assim, é essencial para a sobrevivência profissional de um pesquisador ter a autoria de suas produções científica validada e reconhecida pelos pares. O reconhecimento do valor da contribuição científica se dá com a publicação e se firma pela citação ao texto publicado por outros pesquisadores.

Por isso, chama tanto atenção a emergência, no campo da ciência, da possibilidade da autoria coletiva progressiva. A novidade agora é a possibilidade e a vontade de disponibilizar um texto científico ou trabalho didático e até mesmo os dados coletados para uma pesquisa, para que desconhecidos, mesmo sem contatos prévios, possam utilizá-los para construir algo diferente a partir dele. Para uma área de atuação que depende do reconhecimento da autoria (regida por relações hierárquicas), é algo surpreendentemente inovador (MIRANDA, SIMEÃO E MUELLER, 2007, p. 40).

Assim, para pensar as sociedades complexas como a nossa, informatizadas e intercomunicantes em sistemas de redes, há muito que se pensar sobre a possibilidade de construção coletiva do conhecimento, inclusive sob a sombra da polêmica questão dos plágios na academia.

Para embasar teoricamente minha escolha metodológica, no que diz respeito ao aspecto etnográfico, trago algumas contribuições da Antropologia Pós-Moderna e problematizo a questão da autoridade etnográfica e suas metamorfoses ao longo do tempo. Segundo Clifford (2008, p. 18), o modo moderno predominante de autoridade no trabalho de campo é expresso pela máxima: “Você estava lá... porque eu estava lá”, porém, o autor percebe uma desintegração da autoridade etnográfica no século XX:

Com a expansão da comunicação e da influência intercultural, as pessoas interpretam os outros, e a si mesmas, numa desnorante diversidade de idiomas – uma condição global que Mikahil Bakhtin (1998b) chamou de “heteroglossia”. Este mundo ambíguo, multivocal, torna cada vez mais difícil conceber a diversidade humana como culturas independentes, delimitadas e inscritas. A diferença é um efeito de sincretismo inventivo (CLIFFORD, 2008, p. 18-19).

Assim, se há possibilidade de um “sincretismo inventivo” este está fortemente presente na construção de um trabalho etnográfico militante, como o que fazemos no GEDMMA.

É mais do que nunca crucial para os diferentes povos formar imagens complexas e concretas uns dos outros, assim como das relações de poder e conhecimento que os conectam; mas nenhum método científico soberano ou instância ética pode garantir a verdade de tais imagens. Elas são elaboradas – a crítica dos modos de representação colonial pelo menos demonstrou bem isso – a partir de relações históricas específicas de dominação e diálogo (CLIFFORD, 2008, p. 19).

Portanto, se “nenhum método científico soberano ou instância ética pode garantir a verdade”, a segurança da etnografia apresentada aqui vem da construção de um trabalho coletivo, como mencionado anteriormente, e deposita extrema confiança no trabalho do grupo. É importante observar que a perspectiva do trabalho militante e engajado diferencia o etnógrafo em termos de sua autoridade etnográfica, que aqui não cabe mais a responsabilidade “da verdade” apenas ao pesquisador, mas esta é dividida entre estes, que são mediadores, e os interlocutores-informantes-companheiros militantes.

Isso significa que o pesquisador, nesse caso, é muito mais do que um “observador-participante”, mas ele divide com estes interlocutores-informantes-companheiros militantes a mesma causa e, algumas vezes, o mesmo discurso, o que nos faz refletir sobre o questionamento de Clifford (2008) sobre fazermos, ou não, parte de “culturas independentes, delimitadas e inscritas”.

Definitivamente, a relação de afetividade pessoal e engajamento político dos pesquisadores do grupo GEDMMA com a luta dos interlocutores-informantes-companheiros militantes ultrapassa todas essas delimitações. Assim, a “complexa subjetividade” (CLIFFORD, 2008, p. 32) que a observação participante tende a reproduzir na escrita das etnografias fica aqui diluída na multivocalidade engajada do grupo de pesquisa, passando a ser autoral apenas a forma de apresentação do texto e sua estética. Na pesquisa engajada até mesmo as análises estão, sobremaneira, sob o véu da militância, então, o “‘eu estava lá’ do etnógrafo como membro integrante e participante” (CLIFFORD, 2008, p. 33) já não tem tanta necessidade de aparecer, já que *se eu não estivesse* lá grande parte do grupo estava para compartilhar a vivência, sobretudo com a grande possibilidade de fidelidade dos equipamentos tecnológicos utilizados.

Há a superação da autoridade etnográfica?

Início esse subitem refletindo sobre a possibilidade de adequação de nossos métodos de investigação na academia, tendo no horizonte e abaixo dos nossos pés a realidade de um mundo social extremamente complexo. Se o mundo muda, precisamos adequar nossas ferramentas, precisamos mudar as lentes: “Se o mundo muda, boas monografias continuam a nos inspirar porque não são retratos fiéis, mas *formulações teórico-etnográficas*. (...) Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 383).

Para Clifford (2008, p. 36), a experiência tem servido, historicamente, como uma “eficaz garantia de autoridade etnográfica”. Todavia, o autor destaca “uma reveladora ambiguidade no termo”. A experiência evoca uma presença participativa e um contato sensível e de relação emocional com “seu povo”, gerando uma concretude de percepção, por meio de um conhecimento que é cumulativo. Porém, quando esse “mundo” é concebido como uma “criação da experiência” (do etnógrafo), esta visão de mundo é subjetiva, portanto, não dialógica e não intersubjetiva.

A autoria coletiva, nesse caso, poderia representar uma espécie de superação da autoridade etnográfica unívoca, já que na construção coletiva do conhecimento, o grupo é que seria detentor da exegese, não mais o etnógrafo.

Dizer que uma etnografia é composta de discursos e que seus diferentes componentes estão relacionados dialogicamente não significa dizer que sua forma textual deva ser a de um diálogo literal. (...) O diálogo ficcional é de fato uma condensação, uma **representação simplificada de complexos processos multivocais**. Uma maneira alternativa de representar essa complexidade discursiva é entender o curso geral da pesquisa como uma negociação em andamento (CLIFFORD, 2008, p. 44).

De maneira assemelhada como é referido por Clifford (2008) na citação acima, se apresentam os diálogos, algumas vezes, nesta tese. A entrevista de Osmarino Amâncio concedida a Horácio Antunes, assim como as entrevistas de Beto do Taim concedidas a mim ou a outros colegas do Grupo, podem ser pensadas como uma *representação simplificada de complexos processos multivocais*, nos quais, no primeiro exemplo, Osmarino se refere aos seus companheiros seringueiros, entre eles, o Chico Mendes, e Beto do Taim, no segundo exemplo, se refere aos sujeitos que tiveram interferência direta na constituição do processo de luta pela RESEX de Tauá-Mirim.

Em diferentes momentos, podemos atuar como mediadores desse diálogo e, nesses casos, “o processo de dar-e-receber da etnografia” (CLIFFORD, 2008, p. 45) se torna um movimento complexo, porém não deixa de existir. Portanto, se a escrita etnográfica, como destaca Clifford (2008, p. 46), está procurando novos meios de representar adequadamente a autoridade dos informantes, a polifonia ou complexa multivocalidade da autoria coletiva pode ser uma saída criativa.

Segundo Caldeira (1988), a presença ambígua do antropólogo, o “mostrar-se” e o “esconder-se”, tem se mostrado superada na tendência pós-moderna, assim como a “autoridade etnográfica” de Clifford (2008) dá lugar a certa “autoridade dispersa”.

Em relação à crítica americana pós-moderna ao modelo da etnografia clássica, Caldeira (1988) destaca a relevância da “meta-etnografia”²³ realizada por Rabinow (1986) e Geertz (1988) para a superação do chamado *encontro colonial*:

O antropólogo não defronta mais membros de culturas isoladas ou semi-isoladas, mas cidadãos de nações do Terceiro Mundo que se relacionam por complexos caminhos culturais e políticos com a nação de onde vem o antropólogo. Ou então defronta membros de sua própria sociedade. (...) As discussões epistemológicas se modificaram, e essa mudança não é apenas resultado da transformação do contexto em que se dá a pesquisa de campo, mas se sobrepõe a ela: as dúvidas não são apenas sobre como representar ex-povos coloniais, mas sobre representação em si. As novas discussões teóricas se definem no contexto intelectual das culturas de que fazem parte os antropólogos e se expressam nos debates sobre modernidade e pós-modernidade. A "meta-antropologia" não se explica simplesmente pela derrocada do colonialismo, mas é a expressão de um estilo de crítica pós-moderna em antropologia (Rabinow, 1986) (CALDEIRA, 1988, p. 135 e 136).

Caldeira (1988, p. 140) coloca que “as alternativas propostas pelos pós-modernos tentarão reinventar esses dois aspectos: os textos e a crítica cultural”, apesar de que a autora considera que a maioria das alternativas não se refere ao contexto político na qual ocorre, devia ser feita uma espécie de “crítica cultural das sociedades que estuda ou das sociedades dos antropólogos” (*Ibid*, p. 144).

Os pós-modernos vão tentar romper tanto o caráter de separação das culturas, quanto o de recriação da totalidade. Para eles a etnografia não deve ser uma interpretação sobre, mas uma negociação com, um diálogo, a expressão das trocas entre uma multiplicidade de vozes. Quem melhor resumiu esta alternativa foi James Clifford. (...) A proposta é, então, escrever etnografias tendo como modelo o diálogo ou, melhor ainda, a polifonia. Ter como modelo não significa necessariamente transcrever diálogos, embora alguns autores tenham interpretado isso literalmente (Dwyer 1977, 1982). A idéia é representar muitas vozes, muitas perspectivas, produzir no texto uma plurivocalidade, uma "heteroglossia", e para isso todos os meios podem ser tentados: citações de depoimentos, autoria coletiva, "dar voz ao povo" ou o que mais se possa imaginar. O objetivo final, no que diz respeito ao autor, seria fazer com que ele agora se diluísse no texto, minimizando em muito a sua presença, dando espaço aos outros, que antes só apareciam através dele (CALDEIRA, 1988, p.141).

A autora pontua que “antropologias nativas”, como a nossa, que sempre estudaram a própria sociedade, são um caso à parte: “o processo de entender um ‘outro’ que faz parte da nossa própria cultura conduz quase que inevitavelmente a pensar criticamente sobre a nossa relação com ele e sobre o seu lugar na nossa sociedade” (CALDEIRA, 1988, p. 145).

No mesmo sentido, Peirano (2014, p. 379) nos provoca a examinar o dia a dia e nos deixar surpreender:

²³ Caldeira (1988, p. 135) conceitua como “meta-etnógrafo” ou “meta-antropólogo” aqueles que tomam como seu "outro" os textos etnográficos.

A ideia de “método etnográfico” é complexa. O que eu estava fazendo no posto eleitoral? Simplesmente me cadastrando...? Ou fazendo etnografia? Ou as duas coisas? Desse episódio fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos.

Em termos da crítica pós-moderna, Caldeira (1988, p. 151) afirma que essa só terá sentido se quebrar a autoridade monológica do antropólogo:

Da maneira que eu a vejo, a crítica pós-moderna à antropologia terá sentido se, ao **questionar a autoridade monológica do antropólogo**, ao quebrar a sua condição de única voz ou voz totalmente dominante, criar condições para que sua presença se transforme em uma outra coisa, mas sem desaparecer. E essa outra coisa é, a meu ver, uma **presença crítica**, que não se furte a considerar a sua relatividade, a sua existência entre outras, mas que também não se furte a entrar no jogo de forças em que a pesquisa antropológica se faz para fornecer uma interpretação que se define em termos críticos e políticos (Grifos meus).

O argumento serve como justificativa para a escolha da metodologia desta tese, levando em consideração a preocupação de minhas análises não se sobrepusessem as vozes diversas. As análises são pessoais, mas ao mesmo tempo representam um posicionamento político comum ao grupo de estudos, qual seja a crítica radical ao modelo de desenvolvimento social e ambientalmente predatório.

É necessário (...) não apenas pensar que tipo de representação é possível criar sobre os outros e quais os nossos procedimentos ao construir interpretações, mas que tipo de crítica e de política nós queremos fazer. E essas questões obviamente não se decidem de um modo genérico. Não consigo imaginar o antropólogo crítico se referindo a um paradigma textual apenas, seja ele dialógico, monológico, polifônico ou qualquer outro, do mesmo modo que não é possível pensar em um modelo único de relação com os objetos ou em um único modelo de crítica. O estilo do texto se define em função do objeto e do tipo de análise que se pretende — e talvez seja da **consciência dessa flexibilidade** mais do que de receitas textuais que nós precisemos. Segundo eu o vejo, faz parte do novo papel do antropólogo/autor a busca do estilo que melhor se adapte aos seus objetivos, a definição crítica desses objetivos, e a responsabilidade pelas suas escolhas (CALDEIRA, 1988, p. 157. Grifo meu)

A autoria coletiva aqui está referida aos trabalhos realizados pelos pesquisadores do GEDMMA, mas ao mesmo tempo há preocupação neste trabalho de exaltar as vozes dos *interlocutores-informantes-companheiros militantes*, em um processo polifônico, multivocal, na qual a autoria é dispersa, porém forte.

Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina. E isso desde sempre: de Malinowski encontrando o *kula* entre os trobriandeses; Evans-Pritchard, a bruxaria entre os azande; Florestan, revendo a guerra tupinambá nos arquivos. Antropólogos hoje, assim como nossos antecessores, sempre tivemos/temos que conceber novas

maneiras de pesquisar – o que alguns gostam de nominar “novos métodos etnográficos”. Métodos (etnográficos) podem e serão sempre novos, mas sua natureza, derivada de quem e do que se deseja examinar, é antiga. Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual (PEIRANO, 2014, p. 381).

Segundo Peirano (2014, p. 12), a emergência de novas pesquisas deveria nos levar a uma igualmente constante recomposição da antropologia, do mundo como o entendemos e quem somos. Se essa “lição da antropologia” fosse mais partilhada, teríamos menos certezas, mais dúvidas e mais liberdade. A autora destaca a importância da criação de novos olhares na antropologia:

É este contraste, estas surpresas sempre à espreita dos pesquisadores, este destemor em explorar o mundo em que vivemos, o colocar-se em perspectiva, a negação de demarcação de fronteiras intelectuais, a disposição a nos expor ao imponderável e a vulnerar nossa própria cosmologia – essas são posturas que estiveram sempre presentes, ontem e hoje. Elas tanto enriquecem a antropologia quanto permitem vislumbrar um futuro sempre criativo: “enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia”, disse Lévi-Strauss (1962, p. 26) em um momento feliz (PEIRANO, 2014, p. 382).

Em termos da crítica ao “pensamento único” e das possibilidades restritas de informação a serem obtidas pelos meios de comunicação de massa nas democracias reais, ou pouco maduras, como a nossa, somos levados a refletir: se quisermos dar vozes aos detentores dos saberes tradicionais (ou saberes não acadêmicos) e ao mesmo tempo fazer uma ciência “livre e engajada”, é fundamental a abertura para a possibilidade de um pensamento complexo que permita a inovação e a criação, levando em consideração a “era tecnológica” em que vivemos. García Canclini (2008, p. 15) afirma que “Embora continue havendo inovações na arte e surpreendentes descobertas científicas, as maiores fontes de assombro, agora, provêm da diversidade do mundo presente na própria sociedade...”:

(...) e daquilo que está distante ou é ignorado e que a conectividade aproxima. Toda enciclopédia, toda ordem classificatória, revela-se questionável. Como reorganizar os saberes para dar lugar aos múltiplos conhecimentos e modos de conhecer que desafiam as hierarquias instauradas pelas ciências modernas: as culturas dos continentes periféricos, os olhares críticos do feminismo e dos movimentos étnicos, as hibridações entre vários sistemas classificatórios praticadas por migrantes? Perante o des-concerto gerado pela multiplicação do diferente, do emergente, do que se auto-organiza fora das totalidades conhecidas, surgiram tentativas de definir e classificar de modo aberto. A mais conhecida é a Wikipédia, um site de livre acesso na Internet cujos verbetes podem ser escritos ou modificados por quem quiser. Multiplicam-se as vozes, flexibiliza-se a ordem sem devoção pelos peritos ou pela cultura dominante.

Sobre o pensamento Complexo

Em seu texto *A reforma do pensamento*, Morin (2011, p. 45) afirma que necessitamos de uma “reforma do pensamento”, já que, segundo o autor, a “incapacidade de pensar os problemas locais e os problemas globais em conjunto constitui o aspecto intelectual de tragédia de nossa época”.

Hoje somos vítimas de dois tipos de pensamento fechado: primeiro do pensamento parcelar da tecnociência burocratizada, que recorta o tecido complexo do real em pedaços; o outro, do pensamento cada vez mais local, voltado para a etnia ou a nação, que fragmenta o tecido comum à humanidade em um quebra-cabeças (MORIN, 2011, p. 45 e 46).

O pensamento reducionista, segundo o autor, continua a procurar de maneira pouco perspicaz a causa e o efeito, eliminando qualquer tipo de ambiguidade e incerteza (MORIN, 2011, p. 45), portanto, parece cada vez mais pertinente que:

Precisamos de um pensamento apto a captar a multidimensionalidade das realidades, para reconhecer o jogo das interações e das retroações, para confrontar as complexidades mais do que ceder aos maniqueísmos ideológicos ou às mutilações tecnocráticas – que só reconhecem as realidades arbitrariamente compartimentadas (...). Precisamos abandonar a falsa racionalidade. **As necessidades humanas não são apenas econômicas ou técnicas, elas são também afetivas e mitológicas, religiosas, comunitárias que ultrapassam os interesses materiais e hoje, com frequência, os contradizem** (MORIN, 2011. p. 45. Grifo meu)

Partindo da complexidade inerente ao objeto de estudo dessa tese, parece tentador pensar dicotomicamente: de um lado as comunidades tradicionais reivindicam a criação de uma unidade de conservação; de outro essa destinação de área para a preservação vai contra os planos de desenvolvimento para o município, estado, país e mundo, afinal de contas a globalização nesse caso é uma realidade, em termos de investimento do capital internacional. Parece que o estudo desse conflito exige a “reforma do pensamento” e “necessita de uma refundação epistemológica, a única que permitiria um pensamento complexo” (MORIN, 2011, p. 47).

Não precisamos nem de um pensamento parcelar ou reducionista, incapaz de ver o contexto e a globalidade, nem de um pensamento global e vazio. Precisamos de um pensamento que considere as partes em sua relação com o todo e o todo em sua relação com as partes. Esse tipo de pensamento evita que se perceba apenas um fragmento fechado de humanidade, esquecendo a mundialidade e, ao mesmo tempo, que se perceba apenas uma mundialidade destituída de complexidades. A reforma no pensamento é necessária, então, para contextualizar, situar, globalizar e, também, para tentar estabelecer um metaponto de vista que, sem nos fazer escapar de nossa condição local-temporal-cultural singular, nos permita considerar nosso lugar antropoplanetário como de um mirante (MORIN, 2011, p. 46 e 47).

Para Morin (2011, p. 48- 48), trata-se de restabelecer o ser humano em toda sua complexidade, um ser biológico, social, econômico e mitológico, ou introduzir no pensamento político essa antropologia complexa.

O pensamento complexo também considera a necessidade da transdisciplinaridade, que é mais que a justaposição de disciplinas para resolver um problema por diferentes abordagens, mas “a transdisciplinaridade se caracteriza geralmente por esquemas cognitivos que atravessam as disciplinas, por vezes com tal virulência que as coloca em transe” (MORIN, 2013, p. 51). Assim, assumimos os desafios de tratar tema tão complexo como é a questão ambiental, representada nessa tese pelo estudo de caso da RESEX de Tauá-Mirim.

Algumas opções feitas nesta tese, como a não hierarquização dos itens, denotam uma questão estética, mas ao mesmo tempo uma referência ao sistema rizomático. Da mesma forma, a ausência de um aspecto estrutural que leve o pensamento do geral ao específico, ou do nível macro ao micro (ou vive-versa), possivelmente não será observada neste trabalho, o que também é uma opção, que leva em consideração a lógica espiralada e descontínua, uma maneira alternativa de perceber a realidade.

PRÉ-ATO - COMO TUDO COMEÇOU

Nesse PRÉ-ATO busco contextualizar historicamente a construção do que considero uma estratégia de luta em defesa de um modo de vida, ou de grupos que dependem da natureza para sua reprodução social. Este PRÉ-ATO é dividido em momentos diversos, iniciando com o ideário de Chico Mendes, história contada a partir do olhar de pesquisadores e de um companheiro seu no seringal, Osmarino Amâncio, que nos leva até o que chamo de “invenção” de uma categoria estratégica de luta, a Reserva Extrativista.

Em um segundo momento, busco caracterizar os chamados “Povos da Floresta”, também como categoria estratégica, e sua designação em lei, bem como caracterizar as RESEX na forma da lei. Também são elencadas, em um terceiro momento, as Unidades de Conservação no Maranhão e outros conflitos ambientais que ocorrem no estado e que estão direta ou indiretamente interligados.

No quarto momento destaco a questão da identidade e a desterritorialização como fazendo parte do processo opressor que os povos e comunidades tradicionais no Brasil vêm sofrendo ao longo do tempo. Novas relações com o território alteram as relações subjetivas desses povos com seu meio e sua reprodução social.

Num quinto momento, falo sobre a importância da instrumentalização sobre o manguezal amazônico destacando a resiliência do mangue (ecossistema) e “povo do mangue” enquanto categoria de povos e comunidades tradicionais.

Em seguida, num sexto momento, trago as características mais marcantes e modo de vida das comunidades da RESEX de Tauá-Mirim, de forma mais geral. Em seguida busco detalhar as peculiaridades das comunidades de Vila Maranhão, Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Taim e das comunidades da Ilha de Tauá-Mirim (Portinho, Jacamim, Embaubau, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim). Neste momento é ressaltada a “multivocalidade” e “autoria coletiva” do trabalho, na tentativa de dar voz aos interlocutores e pesquisadores do GEDMMA. São destacadas, também, as comunidades do entorno, que podem ser caracterizadas como a “Zona de Amortecimento da RESEX de Tauá-Mirim”.

No sétimo momento descrevo a reação contra o Polo Siderúrgico, um empreendimento planejado nos termos do “desenvolvimento a todo custo”, que ameaçou de deslocamento compulsório famílias da zona rural de São Luís e culminou com a formação do

Movimento Reage São Luís, dando impulso favorável à criação da RESEX. Em entrevista com um pescador e liderança comunitária, Beto do Taim, mostramos como foi a organização da comunidade em termos da defesa de seu território e sua movimentação até o envio do abaixo assinado que deu início ao processo de criação da RESEX.

No oitavo momento, detalho como se deu a abertura do processo em conformidade com a legislação pertinente e no nono momento descrevo a conjuntura política institucional, naquela circunstância.

Esse apanhado, diversificado aparentemente, porém coeso em termos de uma epistemologia da complexidade (LEFF, 2001; MORIN, 2006), tem por objetivo situar o objeto de pesquisa em um tema complexo, que é a relação da sociedade com o meio ambiente, expressa em lógicas diferentes e frequentemente confrontantes em termos da subjetividade, ora em harmonia e respeito, ora em submissão e domínio.

O ideário de Chico Mendes e a “invenção” da categoria Reserva Extrativista

Para propiciar o entendimento do que é uma Reserva Extrativista e de como ocorreu a “invenção” dessa categoria, é necessário imaginar o estado do Acre, nos anos 1980, e descrever, brevemente, a luta de Chico Mendes e dos seringueiros em defesa dos Povos da Floresta.

Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, nasceu em 15 de dezembro de 1944, em um seringal em Xapuri, no Acre. Chico foi formado na cultura cristã libertadora das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁴ e recebeu, na década de 1960, a influência marxista de Euclides Fernandes Távora²⁵, antigo tenente do Exército brasileiro,

²⁴ As Comunidades Eclesiais de Base são grupos de cristãos leigos, geralmente pobres, que se reúnem regularmente, nas casas de famílias ou em centros comunitários, a fim de ouvir e aprofundar a “Palavra de Deus”, alimentar a comunhão fraterna e assumir o compromisso cristão no mundo. São chamadas de “comunidades” porque são grupos formados por pessoas a partir do lugar onde moram, nos bairros, periferias, centro, morros, zona rural, que procuram viver relações fraternas de partilha, ajuda, solidariedade e serviço (http://comunidade-cebs.blogspot.com.br/p/blog-page_9263.html). Ver mais sobre os movimentos sociais e a influência das CEB em Adriance (1996) e Alves (2014).

²⁵ Para esclarecer: “Quando acontece um encontro que seria decisivo na sua trajetória, ele já estava morando na ‘Colocação Pontão’ no Seringal Cachoeira, também localizado no município de Xapuri. Foi nesta localidade que Chico Mendes relatou ter conhecido, aos dezoito anos de idade, Euclides Fernandes Távora (...), um velho militante do Partido Comunista Brasileiro refugiado nas matas amazônicas. Depois de participar de diversos movimentos insurgentes no Brasil e na Bolívia, Euclides fazia-se passar por seringueiro vivendo numa ‘colocação’ no Seringal Cachoeira” (PAULA e SILVA, 2008, p. 104). Segundo o próprio Chico Mendes: “Dizia ele: Chico nós temos pela frente duros anos de repressão, de ditadura, de linha dura, mas fique certo de que o movimento de libertação nesse país e de qualquer lugar do mundo nunca se acabará. Eu ficava emocionado

partidário de Luís Carlos Prestes, o que contribuiu muito na formação de suas ideias políticas. Em 1975, fundou, juntamente com Wilson Pinheiro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, e pouco depois, em 1977, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, do qual foi presidente. Neste mesmo ano, foi eleito vereador pelo MDB, para a Câmara Municipal de Xapuri, mas logo percebeu que o partido não era solidário com suas lutas. Foi um dos criadores do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e defensor da Amazônia. Em 1985, tornou-se consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento, para projetos na Amazônia, recebendo, em 1997, o Prêmio Global 500, da Organização das Nações Unidas (ONU) e uma medalha da Sociedade para um Mundo Melhor, em Nova Iorque. Em 1988, recebeu o título de cidadão honorário do Rio de Janeiro. No dia 22 de dezembro do mesmo ano, aos 44 anos, às 17h45min de uma quinta-feira, foi assassinado na porta da cozinha de sua casa, em Xapuri, a mando do fazendeiro Darly Alves. A justificativa dada como motivação para o crime foi sua atuação na defesa do Seringal Cachoeira, que Darly Alves desejava dar fim. Chico Mendes foi casado com Ilzamar G. Bezerra Mendes, com quem teve dois filhos, uma menina de quatro anos e um menino de dois anos, à época de sua morte (GRZYBOWSKI, 1989; LÖWY, 2005).

A biografia de Chico Mendes, de relance, se confunde com a de outros tantos seringueiros, trabalhadores rurais, ou sujeitos, membros de populações tradicionais, que defendem a natureza como parte de seu trabalho, de seu sustento e de sua vida. E foi por essa identificação que Chico Mendes foi tomada por vários movimentos sociais como inspiração para a luta por um território livre e um conceito novo, que veio a ser um tipo de unidade de conservação da natureza onde a vida e o trabalho humano fossem permitidos.

Grzybowski (1989) destaca a dimensão dos conflitos sociais na região Amazônica, mas a contrasta com a riqueza que a floresta abriga e a importância que a divulgação de Chico Mendes fez dela. Por outro lado, denuncia que foi em nome da marginalidade e do “vazio demográfico” que, nos gabinetes da ditadura²⁶, se formulou um projeto de modernização da

quando ele colocava aquilo. Falava que o ideal de liberdade iria continuar vivo” (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 28-29 *apud* PAULA e SILVA, 2008, p. 105). Colocação é o nome dado na Amazônia ao local de moradia e trabalho do seringueiro (SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

²⁶ Ditadura militar, no Brasil foi o regime instaurado em 1º de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito. O regime acabou quando José Sarney assumiu a presidência, o que deu início ao período conhecido como Nova República. Apesar das promessas iniciais de uma intervenção breve, a ditadura militar durou 21 anos. Além disso, o novo governo pôs em prática vários Atos

Região Amazônica, no qual “o capitalismo selvagem se incumbiu da tarefa de destruição da selva e da vida humana que ela contém” (GRZYBOWSKI, 1989, p. 11).

Os militares capitanearam um modelo de “ofensiva modernizadora” caracterizada por forte controle do Estado sobre a economia, em um processo imposto de cima, sem participação popular e excludente, aprofundando as seculares desigualdades econômicas, sociais e regionais evidenciadas no país (SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

Daí que surgem os grandes projetos de desenvolvimento na região, como o Projeto Grande Carajás, o Projeto Jari, a rodovia Transamazônica, o garimpo de Serra Pelada, as hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, o projeto agropecuário para o Acre e os conflitos das regiões do Bico do Papagaio, Conceição do Araguaia, São Félix do Araguaia (GRZYBOWSKI, 1989). Lembrando que o antigo, mas atualmente em execução, projeto da Hidrelétrica de Belo Monte data desta época²⁷.

Nos anos de 1970, a luta contra a derrubada das florestas tomou a forma de “empates” (empate significando atrasar, obstruir, empatar), liderados inicialmente por Wilson Pinheiro²⁸. Com o assassinato deste último, em 1980, Chico Mendes aprimorou a tática dos empates, com seus companheiros de sindicato e apoiado pela Igreja Católica e organizações favoráveis a luta dos seringueiros e indígenas. Segundo Löwy (2005, p. 8) e Azeiteiro (2009, p. 284), os famosos empates, “uma forma de luta não violenta inédita no mundo”, foram ações

Institucionais, culminando com o AI-5 de 1968, que vigorou por dez anos. A Constituição de 1946 foi substituída pela Constituição de 1967 e, ao mesmo tempo, o Congresso Nacional foi dissolvido, liberdades civis foram suprimidas e foi criado um código de processo penal militar que permitia que o Exército brasileiro e a Polícia Militar pudessem prender e encarcerar pessoas consideradas suspeitas, além de impossibilitar qualquer revisão judicial (<http://www.suapesquisa.com/ditadura/>).

Carlos Walter Porto-Gonçalves, no livro *Amazônia, Amazônias*, insiste em chamar esse período de ditadura civil-militar, afirmando que denominar apenas de “militar”, tira a responsabilidade de setores empresariais e intelectuais sobre a ditadura. Por outro lado, Pedro Estevam da Rocha Pomar, diz ser essa denominação um mero modismo prejudicial à condenação dos militares e seus crimes cometidos no período (<http://www.brasildefato.com.br/node/10300>).

²⁷ Em 1989, durante o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em fevereiro em Altamira (PA), a índia Tuíra, em sinal de protesto, levanta-se da plateia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz, que fala sobre a construção da usina hidrelétrica de Kararaô (atual Belo Monte). A cena é reproduzida em jornais e torna-se histórica. O encontro teve a presença do cantor Sting. O nome Kararaô foi alterado para Belo Monte, em função da exigência de respeito pelos índios (http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Belo_Monte).

²⁸ Veja mais sobre a história do sindicalista Wilson Pinheiro no documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), SDH/PR, chamado **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**, 2ª Edição (coleção Direito à Memória e à Verdade), Brasília, dezembro de 2011, acessado em 16/06/2015 http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mda.gov.br%2Fsite%2Fsite%2Ffiles%2Fuser_arquivos_64%2Fpageflip-4001789-487363-lt_Retrato_da_Represso_P-16583171.pdf&ei=Rj6DVaqwIs3foASBiYm4BQ&usg=AFQjCNH5OfyB13-NtVGdqUSQLi7ckZv7g.

pacíficas empreendidas pelos seringueiros, suas mulheres e filhos que enfrentavam, “com as mãos nuas”, as máquinas e motosserras das grandes empresas interessadas no desmatamento da floresta, nas quais eram derrotados algumas vezes, mas em outras ganhavam a adesão dos peões encarregados do desmatamento.

Osmarino Amâncio



FIG. 4: Fotografia de Osmarino Amâncio Rodrigues publicada no site <https://osmarinofloresta.wordpress.com/quem-e-osmarino/> (acessado em 15/10/2016)

Em entrevista com Osmarino Amâncio Rodrigues, realizada por Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior²⁹ em Brasília, no Seringal Humaitá, mais especificamente na Colocação Pega Fogo, nos dias 04 e 05 de agosto de 1999, o seringueiro e líder sindical contesta esse caráter tão pacífico dos empates. Segundo ele, nas fotos históricas, é possível ver que os seringueiros levavam facões e carabinas. Acerca dos primeiro empates podemos perceber na sua fala que foram lutas muito duras, que geraram retaliações e assassinatos:

Foi fundado o Sindicato em 75 e o primeiro empate se deu em 76. No Seringal Carmem, que tem uma história muito bonita. Esse empate começou com 16 famílias e terminou com 92. Então, teve uma adesão. E o que foi mais importante é que o empate durou dois meses de conflito, de enfrentamento, trincheiras dos dois lados. Enfrentou-se o exército, polícia, tudo e foi vitorioso. Então, isso foi assim como um querosene que pingou e espalhou, porque aí virou... deu uma infecção de empate na Amazônia, no Acre, principalmente, porque aí foi exportado os empates pra Boca do Acre, pra Assis Brasil, Xapuri. Aí eles não podiam mais vencer, porque a resistência

²⁹ A entrevista foi gentilmente cedida pelo professor Horácio Antunes, já transcrita, para a realização deste trabalho, ao qual sou grata.

começou em Brasília, já organizada. Porque antes a resistência era desorganizada. Mas aí, com os sindicatos, o sindicato só organizou essa resistência. Então, isso foi..., é uma história muito longa, uma história muito bonita e muito triste. Bonita porque a gente conseguiu finalmente obter a vitória, parcial. Pode-se dizer uma vitória parcial, que foi estancar o assassinato. Porque nos empates, não acontecia morte. As mortes são consequência dos empates. Então, quem ia para as listas para ser assassinado era o dirigente sindical, era o padre, era o jornalista que dava apoio, o estudante que dava o apoio, era o advogado, era a religiosa ou o religioso, esses iam pra lista dos paulistas, dos fazendeiros, para serem assassinados. Então, eles colocavam o nome e divulgavam na imprensa a lista negra dos marcados pra morrer. E na época, as autoridades não faziam nada, porque as autoridades eram os mesmos. Então, era tudo ligado. Então era uma coisa que a gente sabia que a gente tinha razão. A gente às vezes..., a gente que geralmente nos conflito, a gente ganhava a briga, mas quando chegava na instância judiciária, aí a gente perdia. E a gente só ganhava uma quando tinha morte. Eles preferiam ver o derramamento de sangue. Porque o Estado, ele próprio...

Ainda acerca dos empates e da importância que esses tiveram no movimento sindicalista dos seringueiros e sobre o primeiro empate, no Seringal Carmem, Osmarino afirma:

Qual é a noção do empate? O Wilson Pinheiro que é um sindicalista que foi assassinado aqui, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, foi assassinado em 21 de julho de 1980. O Wilson Pinheiro chegou um dia e chamou uma assembléia e disse: “bom, pessoal” – em 76 – “nós vamos ter que fazer alguma coisa para parar o desmatamento, ninguém vai aceitar mais ser expulso. Porque eles tocaram fogo em mais de 4.000 casas no meio destas florestas, expulsaram 14.000 famílias para a Bolívia, jogaram milhares de famílias nas periferias das cidades, incendiaram casa, fizeram o diabo”. Aí o Wilson Pinheiro disse: “Oh pessoal, daqui pra frente paulista nenhum vai mais abusar conosco, nós vamos empatar”. O quê que era o empate? Empatar significa: nós para sobreviver aqui na floresta, nós não precisamos desmatar, nós não precisamos fazer o desmatamento. Mas, também, se eles desmatarem, nós não temos como ficar aqui, porque o que nós sabemos fazer é cortar seringa, quebrar castanha, trabalhar no extrativismo. Ninguém está adaptado à agricultura. Então, vamos empatar: nem nós derrubamos nem eles derrubam, então está empate. Nós não derrubamos, mas eles também não derrubam. Só que para a gente era uma vitória, porque se a floresta ficasse em pé, agente sobrevivia.

Foi o Wilson Pinheiro quem surgiu com a idéia do empate. E aí vamos fazer o empate? Então é o empate. Aí a história funcionou e até hoje é empate. O Wilson Pinheiro morreu e ficou a criatividade dele rodando.

(...) Estavam, ele e o Chico Mendes. O Chico Mendes era o Secretário Geral do Sindicato. Em 77 é que o Chico foi para Xapuri para fundar o Sindicato de Xapuri. E aí, a nata do movimento estava em Brasília, porque estavam as figuras que depois vieram a ser assassinadas. Três ou quatro figuras importantes: o Wilson Pinheiro, Jesus Matias, Chico Mendes, Ivair. Todos eram sindicalistas daqui de Brasília, que foram da fundação e que foram assassinados.

Osmarino Amâncio Rodrigues nasceu em 06 de maio de 1957, no seringal Bela Flor, na Colocação Revolta. É filho de descendentes da “segunda leva” de nordestinos que foram para o Acre, no período da II Grande Guerra, os chamados “soldados da borracha”, “em busca de ganhar dinheiro e depois voltar para seus estados de origem” e de indígenas brasileiros, peruanos e bolivianos. É um dos filhos mais velhos de 12 irmãos e presenciou as primeiras lutas dos seringueiros ao lado de seu pai.

Então, tem essa mistura latina. Mas eles já eram daqui e eu nasci já aqui com eles. Mas é uma história bonita por causa da resistência que meu avó, que meus pais viveram. Esse pessoal foi jogado aqui dentro como jogado num campo de concentração. Com a esperança de aqui ganhar dinheiro e depois voltar para seus estados de origem. Então, eles fazem parte daquelas oitenta mil famílias que veio na época dos “soldados da borracha”. E que não sobreviveu quase ninguém com a maleita, falada como empaludismo na época, e outros nem chegavam, morriam na viagem, então mais de 50, 60% não chegavam nem na Amazônia. Primeiro, por causa dos costumes, o pessoal foi jogado aqui na floresta, os nordestinos, com as distâncias muito grandes de um para o outro. Então, eles tiveram que criar culturas diferentes, tiveram que criar suas próprias leis, até eles se adaptarem a como sobreviver dentro desta selva, porque com o declínio da borracha, esse pessoal foi abandonado à própria sorte. Então, aqui era cada um por si e a natureza por todos. As pessoas tinham que aprender muito com os índios para tentar sobreviver aqui. Por isso que nós temos essa cultura mista, misturada mais porque os índios depois passaram a ser os nossos principais aliados.

Osmarino saiu pela primeira vez do seringal com 18 anos e foi alfabetizado tardiamente, graças às atividades desenvolvidas na Igreja Católica. No seringal não havia escolas e não era do interesse dos seringalistas que os seringueiros fossem alfabetizados para que, não tendo acesso a informação, se mantivesse o regime de exploração do trabalho. Ainda jovem, lutou ao lado de lideranças importantes como Wilson Pinheiro, Jesus Matias, Ivair e Chico Mendes, todos receberam ameaças dos fazendeiros e foram assassinados. Sobre essas questões sua fala esclarece:

Nunca tinha visto um aglomerado. Eu lembro que seja hoje, pra ir a Rio Branco, que era a capital, eu não tinha conhecimento. Eu conhecia aqui. Brasília tinha poucas casas, era bem pouquinho mesmo e aí fui assentar, servir o Exército. Com 18 anos de idade fui chamado e aí fiquei. Já trabalhava, em 73, quando nós nos instalamos, aí começou a vir pra cá a discussão que um bispo aqui no Acre chamado D. Giocondo Maria Grotti e ele, junto com o padre Pacífico, uma leva de religiosos da Igreja Católica começavam a discutir a chamada Teologia da Libertação, como evangelizar o povo. Eles usavam muito a palavra libertação e aqui as pessoas viviam num regime muito escravizado. Primeiro pelo sistema de coronéis, que eram os seringalistas falados, que pegavam estas terras arrendavam e mandavam nos seringueiros e o cara não podia tirar sua borracha e tinha que vender para o cara que trouxe eles para aquele seringal. Então, era proibido um seringueiro dum seringal vender o produto que ele fazia para outro dono doutro seringal, um outro arrendatário doutro seringal. Então, isso foi muito difícil. Primeiro, porque as pessoas não podiam colocar nenhuma espécie de agricultura, nem de subsistência, o negócio dele era cortar a seringa, tirar o látex, fazer a borracha. E aí, com isso, eles tinham que comprar a farinha, tinham comprar tudo no barracão³⁰, chamado barracão na época. Então, nós vivemos esse período, que foi um período muito doloroso, foi um período muito horrível, um período onde ninguém nunca pagou a conta no barracão, porque o patrão, o marreteiro..., que ainda hoje existe na nossa região, você comprava uma panela e ele anotava duas.

³⁰ Barracão é o nome dado ao estabelecimento comercial localizado na sede do seringal e de propriedade do seringalista. Seringalista é o termo utilizado para nomear o dono ou o arrendatário do seringal. Seringueiro é o trabalhador braçal, que se ocupa da coleta do látex (SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

Em relação à opressão exercida pelos seringalistas e por atravessadores aos seringueiros, muitos eram induzidos ao etilismo, como forma de manter o sistema de dívidas do que os seringueiros tinham para com estes. Conforme fala de Osmarino:

O seringueiro não sabia ler nem escrever. Chegava lá, eram duas e o cara tinha que pagar duas. Depois, eles enchiam o seringueiro de alcoolismo. Ainda hoje o alcoolismo é muito grande. Eu acho que é uma das regiões onde o alcoolismo é muito alto ainda. O pessoal bebe muito e bebia álcool mesmo, álcool nobre, 96°. E na época eles usavam muito isso, o cara se embriagava e aí a conta dele ia lá pro alto, porque no outro dia, se ele comprasse logo uma garrafa de cachaça eles anotavam 10. Então, o cara ia ter que trabalhar e nunca o cara conseguia sequer comprar roupa.

Osmarino reproduz na sua fala o discurso do “vazio demográfico”, porém, com a devida crítica, trazido no bojo dos grandes projetos de desenvolvimento da Amazônia no período da ditadura e destaca a importância que a Igreja teve nesse período nos movimentos sociais, em especial no movimento sindical dos seringueiros:

Então, este foi um período, da década de 60 até o início da década de 70. No início da década de 70, aí veio a chamada propaganda da ... vamos pra Amazônia, que aí vem a história: o governo brasileiro fez uma grande propaganda dizendo que a Amazônia era um grande vazio demográfico e que precisava ser ocupada para que pudesse chegar aqui o progresso e o desenvolvimento. E a Igreja nessa época começou a desenvolver um trabalho das Comunidades Eclesiais de Base. Foi um levante total dos povos da floresta para as Comunidades Eclesiais de Base, porque eles queriam sair daquele sistema de escravidão que viviam. E a Igreja tinha uma mensagem muito ligada à questão religiosa, mas um pouco à questão social. Então, com isso, fez um levante muito grande, esse bispo. Mas aí, em seguida, aconteceu uma tragédia muito grande com esse bispo. Estranhamente, o avião que ele ia ... existe esta história que foi derrubado e morreram mais de 40 pessoas, incluído estava o bispo, que tinha esta metodologia de trabalhar a libertação da população dentro desta floresta. Que eu achei muito bonito a atitude da Igreja nesse ponto, se preocupar um pouco com esse lado. Aí, assumiu o bispo D. Moacyr Grechi, que tinha mesma noção do outro e que tocou com Pacífico, Pe. Heitor, aí entrou Leonardo Boff, Clodovis Boff. Aí então foi uma leva. As irmãs nordestinas, que vieram para cá, irmãs da Itália.

(...) Eles davam assessoria e se instalavam por muito tempo. Eles ficavam aqui por períodos, eles entravam no meio desta mata com a gente. Escreveram o livro chamado “O homem no inferno verde”, que eu achei muito bonita a história do livro e escreveram vários outros livros contando a situação. O título inclusive “O homem no inferno verde”. Porque eles viam como é que a gente estava vivendo aqui no meio dessa selva. Bom, mas não tem só esse livro. Tem vários, que eles escreveram várias histórias. E eles conseguiram implementar um trabalho nesse sentido. Dentro da própria Igreja Católica, eles criaram o CIMI que dava assessoria também ao movimento indígena, também aqui nessa região. E depois eles criaram a Comissão Pastoral da Terra, que era para assessorar também. Isso, bom, em 72, 73, 74 o movimento das Comunidades Eclesiais de Base subiu. Em 74, começou a discussão, chegou pela primeira vez em nosso meio, Chico Mendes, que já residia aqui e trabalhava também nas Comunidades Eclesiais, Wilson Pinheiro, alguns companheiros que já foram assassinados e um advogado chamado João Maia, que veio de Brasília, que era da CONTAG e outro advogado do Ceará, Dr. Pedro. Vieram e começaram a abrir a discussão da importância do sindicato e foi aí que, no período de um ano, como a população já estava mobilizada, a Igreja deu ... e naquela época a gente enfrentava a ditadura, que estava muito brava. A gente às vezes tinha

que reunir escondido. E a Igreja abria as portas pra gente fazer algumas discussões que a gente não podia fazer, em qualquer lugar, porque aí era muito complicado.

Osmarino chama a atenção para a presença personalidades como Távora, o mesmo que instruiu Chico Mendes, Raimundo Nonato da Rocha, poeta e escritor de cordéis, e Leonardo Boff como principais influências na transmissão do conhecimento e na formação do movimento político de esquerda local, na época.

(...) A guerrilha do Araguaia, por exemplo, passaram para nós que eram os estrangeiros que estava invadindo a Amazônia, ou seja, a gente não tinha conhecimento. Só depois a gente foi procurar escavar e vê que era uma juventude que estava resistindo também. A mesma resistência nossa aqui. O problema é que era uma luta isolada, a dos guerrilheiros do Araguaia. Como os meios de comunicação não informavam nada na época, a gente tinha essas informações através dos companheiros e o Chico Mendes tinha uma fonte de informação importante para nós, porque ele é que pegava e a gente conhecia ... o Chico Mendes e o Wilson Pinheiro eram pessoas que a gente confiava muito porque foram nossos dirigentes, cada um com suas qualidades. O Chico Mendes com um conhecimento muito profundo e mais diplomático e o Wilson Pinheiro com conhecimento menos profundo, mas mais combativo, por exemplo, ele não era muito diplomático com os paulistas. Porque era outra..., ele não sabia ler ... e o Chico Mendes tinha o Távora, lá, que dava aula pra ele. Um refugiado político na época ... e ele tinha um rádio, o Chico Mendes tinha um rádio. Na época quando a gente tinha um rádio aqui, era uma coisa muito ... Aí o Chico Mendes ficava escutando. Rádio de Moscou, Voz da França, um monte de informação ele tinha. Então, ele conseguia transmitir, ele tinha capacidade de ouvir e conseguia transmitir, com o Wilson Pinheiro, para a maior parte. Aí tinha os advogados na época também que davam outras informações. E o movimento foi crescendo. Tanto as Comunidades Eclesiais de Base quanto o movimento sindical.

Os maiores inimigos dos seringueiros eram os latifundiários, o agronegócio, as madeiras e os pecuaristas. Segundo Löwy (2005, p. 9), esses eram inimigos poderosos que contavam com o apoio da União Democrática Ruralista (UDR)³¹, seu braço armado, composto de jagunços, pistoleiros mercenários, e cumplicidade da Polícia, da Justiça e do governo, nas três esferas. Nesta época que Chico Mendes começou a receber as primeiras ameaças de morte, principalmente após o assassinato de Wilson Pinheiro.

Então, o próprio estado..., ele é conivente e ele institucionalizou a violência na região, porque a partir do momento que as pessoas eram assassinadas, o Estado não tomava nenhuma providência. Quando mataram o Wilson Pinheiro, dentro do Sindicato..., nunca tinha faltado luz em Brasília, é aí que a gente começa a perceber que as autoridades estavam ligadas com isso. Nunca tinha faltado luz, pela primeira vez faltou luz. E na hora que o pistoleiro estava debaixo da sede, seis meia pra sete da noite, faltou luz, foi a hora que deu tempo para o cara matar o Wilson Pinheiro e a luz apagou..., a única vez. Ou seja, todas as autoridades da cidade ou, pelo menos, uma grande parte, os maiores, sabiam que o Wilson Pinheiro ia ser assassinado, porque existia já ameaça. Ele tinha sido ameaçado, recebeu carta de ameaça, foi avisado, estava na lista. Então, faltou luz e assassinaram o Wilson Pinheiro. Nada foi

³¹ A UDR era uma organização que atuava em defesa dos direitos de propriedade privada no campo e contra a reforma agrária.

feito. A população toda se levantou com a morte do Wilson, mas o Estado, as instituições governamentais não levantaram uma palha. Quando um dos mandantes apareceu morto, o Estado se levantou todo, as instituições. Aí foi um massacre, entraram nessa floresta, tomaram até as facas de cozinha dos seringueiros, dos povos da florestas, levaram centenas de pessoas presas, sabe? Então, foi uma coisa horrível, lembrando..., a gente se arrepiava quando você lembra da forma como era a gente tratada, nessa época. Então, pra nós, essa foi uma década triste a década de 70.

Anunciando uma “nova era”³², nasce como reação às violências sofridas, a Aliança dos Povos da Floresta, movimento provocado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, com a tarefa central de defesa da Amazônia, aliando seringueiros, índios, castanheiros, garimpeiros e colonos na tentativa de construção de uma nova identidade social de excluídos nos “fundões da floresta” (GRZYBOWSKI, 1989, p. 13). Nas palavras de Chico Mendes, citado por Löwy (2005, p. 11):

Nunca mais um companheiro nosso vai derramar o sangue do outro; juntos nós podemos proteger a natureza, que é o lugar onde nossa gente aprendeu a viver, a criar os filhos, e a desenvolver suas capacidades, dentro de um pensamento harmonioso com a natureza, com o meio ambiente e com os seres que habitam aqui (LÖWY, 2005, p. 11)³³.

Ainda sobre a luta dos seringueiros e formação do movimento sindical, Osmarino afirma:

Mas uma década também que ela deve ser..., década de 70 e década de 80, nós não consideramos também década perdida, porque a gente aprendeu muito... Primeiro foram as táticas que se aprendeu com os empates. Depois, o Sindicato..., a direção do Sindicato nem precisava mais ir onde tinha um conflito, os fazendeiros iam fazer um desmatamento grande, o Sindicato estava tranqüilo, porque lá sempre tinha um dirigente ou um delegado sindical, que ele sabia mais do que nunca organizar um empate, ficou craque, mestre. Primeiro a vantagem, eles tinham que tirar a gente daqui da floresta. Essa era uma das vantagens. O nosso movimento..., a diferença que tem dos Sem-Terra. Porque os Sem-Terra têm que entrar na terra. Nós não, nós estamos na terra, nós estamos dentro da floresta. Então, eles que têm que vir. A outra diferença: pra eles tirar nós daqui, nós conhecemos geograficamente isso aqui como a palma da nossa mão. Nós entramos em qualquer mata dessa e não dormimos. Se a gente não quiser, não dorme. A gente sai. Agora, eles traziam as pessoas lá de Ponta Porã, de São Paulo..., pra cá. E as pessoas chegavam aqui e vê esse monstro, como eu falo, um monstro sensível. Mas eles não tinham o domínio daqui, e você botava ele pra correr com uma cobra e a gente aqui não corre com uma cobra. Então, muitas coisas a gente também aprendeu. Mas nós ficamos brigando isoladamente, na década de 70. A gente brigou, brigou, mas isolado. Não existia uma entidade que pudesse tirar uma política específica aqui pra nossa região. Existia CONTAG, depois veio CUT, um monte de entidades já na década de 80. Mas essas entidades não tinham uma política pra questão dos povos da floresta. E as entidades em si, muitas vezes elas se preocupam mais com a questão eleitoreira dos congressos. E nós na

³² Percebemos que, com o passar dos anos, os atualmente chamados *conflitos socioambientais* não amainaram, mas vêm acirrando-se cada vez mais, porém, é fato que houve contribuição para a construção de novas identidades sociais, como afirma Grzybowski (1989).

³³ Reproduzo a nota de Löwy (2005, p. 11): Discurso de Chico Mendes, citado por Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas, in *Chico Mendes*, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri, Central Única dos Trabalhadores, São Paulo. Janeiro de 1989, p. 26.

discussão: oh pessoal, nós somos sindicalistas, nós participamos da CUT, participamos da CONTAG, mas para ainda... essas entidades não tiraram uma política pra gente. Então, nós precisamos criar uma entidade que possa dirigir uma política para essa coisa específica do extrativismo. E foi aí que surgiu a idéia de fazer o encontro dos seringueiros em Brasília, que aí já em 82, começamos a discussão em 83, e foi-se culminar em 85. Porque nós tínhamos que andar a pé, esse municípijs do Acre, do Estado do Amazonas, de Rondônia, porque no Estado do Amazonas existia pouca organização sindical e é um monstro o Estado, é um continente, cada Estado desse pra você fazer a pé e de barco. Então, não é fácil não. E foi aí que surgiu a idéia de criar o Conselho Nacional dos Seringueiros, que foi essa entidade que foi fundada em 85. Mas criar o Conselho pra fazer o que? Essa foi outra questão e na discussão, logo em seguida... Bom, nós vamos primeiro saber e conhecer quem são os nossos principais aliados aqui. Pra nós sabermos com quem vamos brigar, com quem vamos enfrentar a parada. E aí fomos descobrindo que não éramos só nós os extrativistas. E que os nossos principais aliados, que estavam em conflito um com o outro, eram os índios. E foi aí onde saiu a discussão da aliança dos povos da floresta. E quem eram os povos da floresta? Aí foi-se descobrindo que era seringueiro, que era castanheiro, que era ribeirinho, que era quebradeira de coco do babaçu, que era o índio, que era tudo que trabalhava no extrativismo natural, claro, não incluindo o garimpo, que foi considerado incluído, como que agente deveria levar a nossa política.

Quando provocado por Sant'Ana Júnior (1999) se esse era considerado o início da formação dos Povos da Floresta, Osmarino confirma:

Foi. Aí que surgiu o conceito dos povos da floresta. Criar a aliança dos povos da floresta. Então, aí já empestou também, aí já ... todo mundo ... encontro com essas diversas classes internas aqui. Diversos setores, encontro com seringueiros, índios, encontro com quebradeiras de coco de babaçu, com ribeirinhos. Aí surgiu esse movimento que foi ... Bom, nós criamos isso em 85. Em 86 e 87, foram dois anos de elaboração da própria política. Até aí nós estávamos com Chico Mendes... Criamos os primeiros projetos de assentamento extrativista. Não era essa política que a gente queria. Mas existia uma lei do assentamento extrativista, mas assentamento pra cá não era o ideal pra gente. Nós estávamos discutindo tentar criar uma figura jurídica legal, que a gente pudesse... Nós nos baseamos muito na idéia dos índios que lutam pela reserva indígena. Então muita gente, inclusive as assessorias na época disseram pra gente lutar pelo "uso capião", a lei que tinha, ou então criar APA, floresta nacional, floresta não sei o que e tal... Até que chegou-se a um acordo de se criar as reservas extrativistas. E foi aí que tivemos de brigar pra que a Portaria. E foi aí que o Chico Mendes foi acusado..., como um dos principais mentores da idéia. Chico Mendes, Raimundo de Barros, Gumercindo, muitos companheiros que faziam parte na época do Conselho e da assessoria. O Chico Mendes tinha levado pra fora, pra Miami, pra muitos outros lugares. Porque quando esse movimento surgiu, a gente não sabia o que era essa história de ecologia, essa história de defender o meio ambiente. Então, a primeira vez que a gente ouviu falar nisso, a gente até pensava que... Então, aqui estão os maiores ecologistas do mundo. Vocês aqui estão defendendo o meio ambiente. E nós: é pois, isso deve ser uma sobremesa gostosa. A gente ficava fazendo essas discussões. Mas aí a curiosidade fez a gente despertar e discutir. Depois a gente ia discutir com Chico Mendes, Raimundo de Barros, com todos os companheiros que faziam parte, o Gumercindo, Mary Alegretti, que fazia parte também, tinha uma participação importante com o movimento, porque ela que escrevia e mandava pra fora os acontecimentos aqui e outras pessoas que estavam presentes.

Outra fala interessante na entrevista de Sant’Ana Júnior com Osmarino é sobre a conformação do que veio a ser o chamado “movimento ambientalista”, que estava em alta, os diversos atores ou sujeitos políticos e a descoberta do termo ecologia:

Aí nós descobrimos que os ambientalistas e os ecologistas estavam querendo uma coisa, porque eles explicavam pra gente que se a mata fosse desmatada ia aumentar a temperatura, o que eles chamam de efeito estufa. Tinha uma camada de gelo acumulada não sei aonde e se o efeito estufa aumentasse a camada de gelo ia se dissolver e as cidades na beira-mar iam ficar debaixo d’água, iam sumir, o mar ia subir 12 a 14 metros, o sol ... tinha um buraco na camada de ozônio. A gente nem sabia o que diabo era isso, essas coisas. Eles vinham falando essas coisas e a gente mandava depois eles trocaram em miúdo, pra gente, o que era isso. A nossa curiosidade ... Como já gente dirigia..., fazia parte do movimento, pra gente num está apoiando uma coisa à toa. A gente tinha muito cuidado de saber quem eram nossos aliados. Então, tá bom. A gente fazia as discussões, depois eles sentavam pra lá e o movimento sentava pra cá... Bom o que é que vocês entenderam. Não entenderam nada, então tragam eles pra cá. Vão ter que explicar de novo. Então, a dinâmica era bonita, da assessoria dos ambientalistas, dos ecologistas. A própria imprensa que assumia isso com agente, na época tinha o jornal “O Varadouro”, surgiram muitos jornais importantes que deram apoio aos empates. Então, esse pessoal veio e aí a gente passou a ir descobrindo que eles eram os aliados importantes. Porque a nossa briga aqui era pela reforma agrária. A gente queria o direito de ficar na terra. Mas a gente não queria que fosse igual como eles faziam com a política pra agricultura, colonização. A gente também não queria uma política igual a Vale do Rio Doce ou os garimpos. A gente queria ficar aqui como nativo, mas poder ter o direito de se apropriar de tecnologia, pra ficar aqui que é bom pra morar, mas aperfeiçoar o tradicional, ou seja, modernizar o tradicional. Porque houve uma tal de Eco-92, que veio gente do mundo todo para o Rio de Janeiro. Fizeram uma bonita festa, porque aquilo foi uma festa, mas até agora de concreto pouca coisa, pouquíssima coisa. Então, se ele tivesse investido na Amazônia, em coisas concretas, palpáveis, 50% do que foi gasto no Rio de Janeiro com a Eco-92 resolveria 90% dos problemas aqui da região: economicamente, socialmente e inclusive ecologicamente, porque o desequilíbrio ecológico é consequência do desequilíbrio econômico e social. Para nós o importante não é defender simplesmente a ecologia por defender a ecologia. Aqui a coisa está ligada à questão econômica e social. Antes estava ligada à questão fundiária, mas hoje com a criação da reserva ... Então, o que é que faz o Governo Federal? Ele boicota simplesmente uma política para a região. Boicotando, ele pode dizer mais tarde que a Reserva Extrativista não deu certo. Mas quem é o responsável para investir com tecnologia aqui dentro? Não é o movimento. É o Governo Federal, o Governo Estadual e o Municipal. Porque é o Estado que tem que intervir com escola, com posto de saúde, com políticas de tecnologia, com assistência técnica, com mercado, com escoamento, com transporte, com estas coisas todas. Se o Estado não faz nada disso, e aqui não está fazendo nada, quem quiser ver pode vir para ver, a gente não está inventando nada, você mesmo que veio aqui não chegou aqui de carro e a maioria está nestas circunstâncias.

Com relevância no contexto da “invenção” da categoria reserva extrativista, Almeida (2009 p. 284) destaca que, durante a reunião nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1984, vários sindicatos amazônicos fizeram propostas de solução nos moldes da reforma agrária para os seringueiros, com a previsão de módulos de 600 hectares, o que gerou certa surpresa de alguns dos segmentos “que não

entendiam a necessidade de tanta floresta para uma família só”³⁴. Porém, a baixa densidade natural das seringueiras reflete na baixa densidade humana, o que é compatível com a conservação da floresta.

Segundo Almeida (2009 p. 291), quando a palavra “reserva” veio a público, lida por Chico Mendes na declaração que encerrou o Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985, não tinha um sentido preciso, indicava a necessidade de que as terras dos seringueiros tivessem a mesma proteção que as reservas indígenas. Apenas em dezembro de 1986, em outro congresso dos seringueiros, em Baseleia, Acre, é que, orientados por uma antropóloga da FUNAI sobre a situação jurídica das terras indígenas e outras alternativas fundiárias, os líderes seringueiros decidiram por um sistema que impedisse qualquer possibilidade de privatização e venda da terra, optando pela “propriedade da União” e “usufruto coletivo e exclusivo da terra” pelos seringueiros.

A motivação inicial dos seringueiros era econômica, movida pela necessidade da segurança em termos de um território no qual se baseava seu trabalho e seu modo de vida. Pelo caráter sindical das lutas, a questão se aproximava mais da reforma agrária (ALMEIDA, 2009). Isso porque, na década de 1980, no chamado segundo ciclo da borracha, a produção amazônica era de apenas 40% da demanda nacional, gerando a necessidade de trazer o produto de fora. Contrariando os interesses dos industriais do Centro-Sul do país, favoráveis a liberação indiscriminada da importação da borracha, o governo gerou incentivos à produção amazônica, através de subsídios, beneficiando as elites econômicas e políticas que controlavam o sistema seringalista, portanto, a produção era controlada artificialmente, mantendo a opressão aos trabalhadores³⁵ (SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

Porém, a alternativa de pleito da reserva através do INCRA sucumbiu definitivamente, em outubro de 1989, já que a possibilidade de reforma agrária se tornara mais distante por conta da orientação política do novo governo.

³⁴ A vantagem dessa baixa densidade se justificaria em termos da saúde das árvores, exemplificando o caso dos Seringais da Ásia, onde as plantações são de alta densidade, ou seja, com grande quantidade da árvore da seringa (gênero *Hevea*) por unidade de área. Porém, se plantadas dessa forma, no clima da Amazônia, as árvores padecem de uma doença – o mal das folhas, o que não ocorre com os seringais cultivados em consórcio com outras espécies florestais e em baixa densidade, ou de maneira natural (ALMEIDA 2009, p. 294).

³⁵ No sistema seringalista, as terras eram arrendadas por patrões intermediários para os quais os seringueiros deviam destinar parte da produção e eram coagidos a dever insumos, comida e vestimentas, *etc.*, de forma impagável, o que poderia ser considerado trabalho escravo contemporâneo (SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

Segundo Sant’Ana Júnior (2013, p. 106), em um país com características históricas de altos índices de concentração fundiária e com o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 marcado por intensos debates acerca da Reforma Agrária, com atuação significativa de setores favoráveis e contrários à sua realização, “saiu vencedora a tese que defendia a não desapropriação de terras produtivas, o que frustrou as possibilidades de um amplo processo de redistribuição de terras e, conseqüentemente, de desconcentração de seu domínio”.

Entretanto, Sant’Ana Júnior (2013) destaca que nesse mesmo processo foi possível aprovar leis que garantiram ou criaram novas formas de domínio e controle dos territórios ocupados ancestralmente, em destaque as terras indígenas e quilombolas, além de novas possibilidades de controle territorial a partir das leis de caráter ambiental:

A partir da Constituição de 1988, diante da frustração com relação às perspectivas de realização de ampla reforma agrária, conseqüentemente, uma das mudanças verificáveis nos conflitos em torno de controle territorial tem sido a busca de acionamento, cada vez mais intensa, de dispositivos legais que correspondam à garantia de realização de interesses de grupos sociais atingidos por iniciativas governamentais e/ou privadas.

Na busca da manutenção do acesso e controle sobre territórios e recursos naturais, vários grupos sociais têm procurado identificar, na legislação brasileira, instrumentos que lhes facultem a permanência na terra (SANT’ANA JÚNIOR, 2013, p. 106).

Diante de todo esse processo político, a alternativa encontrada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros foi pleitear o território como área de conservação e espelhando no caso da Reserva Extrativista do Alto Juruá³⁶, assim, foi feito o encaminhamento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (ALMEIDA, 2009).

É interessante destacar que a conjuntura política da época, no que tange às pressões internacionais e ao modismo que se tornou a palavra “ecologia” e à perspectiva neoliberal³⁷

³⁶ A Reserva Extrativista do Alto Juruá foi primeira unidade de conservação desse tipo a ser criada, com seu Decreto de criação (Nº 98.863) do dia 23 de janeiro de 1990. Seu território, de meio milhão de hectares, passou do controle patronal para a condição jurídica de terra da União destinada, por contrato de concessão, ao uso exclusivo de moradores (ALMEIDA, 2009, p. 290).

³⁷ O neoliberalismo na América Latina foi imposto pelos EUA (por meio do chamado Consenso de Washington e sua cartilha neoliberal), representado pelo Banco Mundial, FMI e BIRD, os quais só liberariam novos empréstimos aos países que seguissem seu receituário. Entendemos por perspectiva neoliberal a abertura do mercado nacional às transações internacionais, desregulamentação das leis trabalhistas, cortes no orçamento do Estado com a privatização de empresas estatais e diminuição de tributos para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores. No Brasil, o neoliberalismo teve início no governo Collor e seu ápice no governo FHC, porém Boito Júnior (2012) afirma que o “neodesenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma é sua expressão moderada.

do governo que estava por vir, fizeram sair do papel, “à toque de caixa”, quatro Reservas Extrativistas, nos últimos dias do governo do presidente José Sarney, em 1990 (ALMEIDA, 2009, p. 192).

Os seringueiros não tinham muita clareza de que estavam conservando a biodiversidade, nos moldes cunhado pelo termo “ecologia”, que se tornou modismo nos anos 1990, mas de fato a escolha das reservas extrativistas como unidades de conservação foi uma escolha estratégica:

Porém, dizer que a aliança conservacionista foi uma estratégia não quer dizer que ela era uma mentira, quer em substância, pois os seringueiros de fato estavam protegendo a biodiversidade, quer em projeto, já que esta ainda está sendo traduzida para o plano local (ALMEIDA, 2009, p. 192 - 193).

No Alto Juruá, como já foi dito, a borracha era explorada havia mais de 120 anos, e a área provou-se um *hot spot* de diversidade biológica, com 616 espécies de aves, 102 espécies de anfíbios, e 1.536 espécies de borboletas, das quais 47 da família *Nymphalidae* (BROW JÚNIOR e FREITAS, 2002 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 193).

Os seringueiros, baseados nas suas experiências com os empates e resistência aos desmatamentos, propõem as Reservas Extrativistas³⁸ como uma alternativa para a Amazônia e para sua própria sobrevivência. A intenção era “preservar a floresta, os rios, os animais e respeitar a natureza como espaço parte da própria vida” (GRZYBOWSKI, 1989, p. 12-13).

Mas trata-se, também, de desenvolver uma economia adaptada, não destrutiva, capaz de garantir a riqueza material dos povos da floresta. Todos temos a ganhar com isso. Perdem os grandes grupos econômicos e os latifundiários, tanto pelo fato que a natureza passa cada vez mais a ser vista como patrimônio coletivo cuja exploração não pode obedecer a lei do lucro, como por restringir o negócio especulativo da terra, limitando o poder discricionário dos proprietários sobre os homens que da terra dependem para viver. A proposta de reserva extrativista é um autêntico projeto de reforma agrária, adaptado às características naturais, econômicas, sociais e culturais da Amazônia (GRZYBOWSKI, 1989, p. 13).

Osmarino Amâncio fala sobre a formação do movimento ambientalista da época e as influências dos intelectuais no movimento ambientalista e sobre a criação do “mito Chico Mendes”:

É um movimento que ficou para a história, mesmo. Acontece é depois, na sequência de todas essas coisas, passamos a desenvolver as determinadas políticas. Qual foi o ponto positivo e negativo que eu acho em tudo isso. Primeiro, é que criou-se determinados mitos. Quiseram fazer dos nossos companheiros mitos. Quiseram fazer do Chico Mendes uma pessoa que veio do céu. As diversas histórias que inventaram do Chico são contos de fada, são coisas de cegonha. O filme que fizeram do Chico

³⁸ Segundo Almeida (2009, p. 290), a conquista das primeiras RESEX foi resultado da articulação de organizações e pessoas em diferentes níveis, incluindo militantes das delegacias sindicais das florestas, lideranças do CNS, pesquisadores e assessores, o BNDES, a Procuradoria Geral da República e algumas ONGs brasileiras e estrangeiras.

Mendes é uma vergonha. Eu assisti o filme e fiquei com vergonha. Aquilo é filme para inglês ver, mesmo. Então, o quê que aconteceu? O Estado e o próprio sistema capitalista se apoderou, criou o marketing dessa coisa ecológica e ambiental e levou o filé mignon do movimento, porque começaram a criar selos, criar comerciais para esta questão da Amazônia, em nome... muitas entidades, entidades que tinham o seu orçamento de dez mil dólares, 20 mil dólares por ano, subiu o orçamento para um milhão, cinco milhões, dez milhões. Personalidades... Então, quer dizer, para nós a conquista foi apenas..., criamos as reservas, amenizamos os conflitos, porque foi nas áreas de conflito. Mas, aí... garantido de ficar na terra sem condições de sobreviver. Ou seja, aí vem outra ameaça, as pessoas podem abandonar isso aqui porque o Estado não desenvolveu uma política para consolidar as Reservas. Porque teve participação de muitas estrelas, figuras importantes para cá. A Lucélia Santos chegou até a prender pistoleiros, os assassinos do Chico. Maitê Proença, grandes artistas. Depois criaram o tal do Daime, outro o Céu do Mapiá. E aí passaram a criar determinadas seitas, muitos vinham mais pelas questões folclóricas, que é importante isso, manter o folclórico, mas ninguém vive de folclórico. A gente aqui precisa é de sobreviver mesmo, economicamente. E aí, em torno dessa questão da Amazônia, abre uma discussão... culmina com queda de Ministro do Meio Ambiente. Aí, Collor..., Sarney quer sair como o presidente ambientalista, cria o decreto das reservas extrativistas três dias antes de largar a Presidência. Depois entra o Collor, que foi a vergonha que foi. Então, quer dizer, muita discussão, mas o concreto é que, na realidade, o seringueiro mesmo, os povos da floresta, aqueles um ou dois milhões que tem dentro dessa floresta e pode-se dizer 18 milhões, pois é uma população de 18 milhões que vive na região da Amazônia, que compõem 57% do território nacional, estes estados da Amazônia. Não tiveram as condições, os seus direitos adquiridos no concreto, que foi investimento tecnológico, investimento numa política de saúde, de investimentos nas pesquisas. Não teve isso. O certo é que quem está tirando proveito hoje? A EMBRAPA, algumas universidades, algumas instituições não-governamentais, entre aspas, porque não-governamental é só o nome, porque na realidade a maioria das organizações não-governamentais são bancadas por verbas dos governos, seja ele do Brasil ou do exterior. Aí, o Grupo dos 7 se apropria dessa questão. Banco Mundial, Banco de Tokio e aí, quer dizer, quem tinha uma certa estrutura conseguiu tirar proveito, mas criaram tanta ONG que nenhuma representa nada mas fala em nome do movimento. Junta um ou dois técnicos e já criam uma ONG, mandam um projeto para a Comunidade Econômica Européia, manda outro lá para o Banco Mundial, manda outro para a Fundação Ford, manda outro para o Grupo dos 7 e aí, fica recebendo o dinheiro, montando suas estruturas, seus computadores, comprando linhas de internet e aqui sequer uma estrutura para uma associação ou para um sindicato não chega. E que é que bancou toda esta história? Os povos das florestas. Eles foram os sujeitos de tudo isso, mas eu posso dizer com toda a certeza que mais uma vez serviram como objeto. Porque muitas entidades souberam tirar proveito, mas pouquíssima dá algum mísero de algum financiamento para uma coisinha aqui outra ali.

Paula e Silva (2008, p. 103) refletem sobre a maneira como a imagem de Chico Mendes foi manipulada, em 20 anos, para que as “multidões” acreditassem que as coisas estavam mudando quando, “essencialmente”, pouca coisa mudou na política ambiental brasileira, situando o processo de apropriação e manipulação da imagem para fins de legitimação da ideologia do “desenvolvimento sustentável”, bem como, os sinais de reação a ela por parte de alguns movimentos sociais.

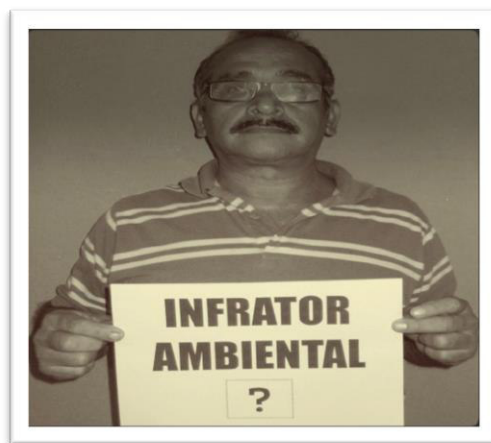


FIG. 5: Fotografia de Osmarino Amâncio Rodrigues publicada no artigo “Defesa pública contra acusação de crime ambiental” do site <https://osmarinofloresta.wordpress.com/> (acessado em 15/10/2016), simbolizando o conflito atual entre os seringueiros e órgãos ambientais.

Os Povos da Floresta e a lei, as RESEX na lei

A legislação brasileira que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Nº 9.985)³⁹, regulamentando o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, data de 18 de julho de 2000. Nesta lei estão inclusas as Unidades de Conservação de Uso Sustentável que, ao contrário das Unidades de Conservação de Proteção Integral, permitem populações humanas em seu interior, regidas por um Plano de Manejo. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Nessa categoria, juntamente com outros seis tipos, estão localizadas as Reservas Extrativistas. Suas regras estão determinadas no artigo 18, o qual define que a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Os parágrafos deste artigo determinam que:

³⁹ A Lei Nº 9985/2000, no art. 2º, define os seguintes termos: “**unidade de conservação** - espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”; “**plano de manejo** - documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”; “**uso sustentável** - exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000).

a Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei;

a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade;

a visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

a pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

o Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo; que são proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional;

a exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade (BRASIL, 2000).

Definidas as bases legais, passamos a observar brevemente uma experiência concreta, passados mais de 10 anos após a criação da primeira RESEX. Dois anos após sua morte, Chico Mendes foi homenageado com a criação de uma Unidade de Conservação com seu nome, a Reserva Extrativista Chico Mendes, com mais de 930 mil hectares abrangendo áreas dos municípios de Rio Branco, Capixaba, Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri e Sena Madureira, todos no Acre. A RESEX Chico Mendes é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que decide as ações a serem desenvolvidas em conjunto com os extrativistas. Lá atuam três associações, nos 46 seringais da reserva, que têm concessões para exploração de recursos naturais e as famílias moradoras se comprometem a não realizar atividades predatórias que descaracterizem os recursos naturais disponíveis. Na Unidade de Conservação vivem cerca de 10 mil pessoas que tiram seu sustento da coleta de produtos florestais, da pequena agricultura de subsistência e da pecuária em pequena escala. Segundo a chefe da Reserva Extrativista Chico Mendes, Silvana Lessa:

A criação da reserva fez com que políticas públicas específicas para o extrativismo fossem criadas. É necessário desmistificar a figura do seringueiro com uma roupa rasgada, poronga na cabeça a coletar o látex. Hoje, muitos andam de moto e suas casas possuem o mesmo conforto de uma casa urbana, geladeira, fogão a gás, televisão. Este é o legado de Chico Mendes. Segundo seus companheiros, Chico Mendes alertava que a criação da reserva não era o fim da história. A luta continuava para manter a floresta conservada (<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/5001-icmbio-constroi-modelo-de-sustentabilidade.html>), acessado em 24/07/2015).

Essa fala é interessante, pois nos permite perceber que há uma tensão entre o que é considerado “tradicional” em oposição ao “moderno”, havendo a suposta necessidade de o seringueiro se desculpar por não precisar mais viver em condições “arcaicas” na floresta. Isto parece ser não apenas uma visão do senso comum, como também dos operadores das políticas públicas.

Segundo o ICMBio, desde 2012, a gestão compartilhada da RESEX reúne as ações de diversas instituições, governamentais e não-governamentais, responsáveis pelas políticas públicas socioambientais, reunidas em uma central de gerenciamento. As ações propostas são validadas e monitoradas pelo Conselho Deliberativo da Reserva. Foi o primeiro plano brasileiro de gestão compartilhada envolvendo um governo de estado e o ICMBio, uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela administração das Unidades de Conservação federais em todo território nacional (<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/5001-icmbio-constroi-modelo-de-sustentabilidade.html>, acessado em 24/07/2015).

O instituto considera, ainda, positiva a experiência do **manejo sustentável**, que visa o desenvolvimento socioeconômico. Segundo o ICMBio, “atividades foram implementadas na Reserva através de parcerias, entre elas, a fábrica de camisinhas Natex, a indústria de beneficiamento de castanha, o manejo madeireiro comunitário e a construção de açudes na reserva” (*Id Ibid*). Nesse caso, a produção de peixes, além de complementar a renda, garantiria a segurança alimentar.

Com o intuito de fortalecer as atividades extrativistas na Reserva Extrativista Chico Mendes, o ICMBio, iniciou a implementação da primeira experiência de oferta do serviço de Assistência Técnica voltada para o Extrativismo (Ater-Extrativista), em parceria com o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS):

O objetivo é qualificar as atividades de manejo, beneficiamento e comercialização de produtos extrativistas através da organização social, da capacitação e assessoria técnica e da estruturação e ampliação das cadeias produtivas dos produtos da floresta. Os serviços oferecidos pelo primeiro contrato de ATER-Extrativista tiveram início no final de 2013 e terão duração mínima de 30 meses. A viabilidade deste modelo pode ser verificada pelo fato de que as atividades produtivas não colocam em risco a natureza, tão prezada pelas comunidades da região. A reserva se mantém firme aos objetivos propostos: o desmatamento acumulado não ultrapassa 7%, índice baixo em comparação com os demais dados de desmatamento na Amazônia. Porém, é indispensável que se garanta a implementação dos instrumentos de gestão e o apoio às atividades extrativistas, através da promoção do manejo sustentável dos recursos naturais e valorização dos produtos do extrativismo

(<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/5001-icmbio-constroi-modelo-de-sustentabilidade.html>, acessado em 24/07/2015).

Notamos a preocupação do órgão ambiental brasileiro, encarregado do gerenciamento das Reservas Extrativistas, de permanente intervenção nas experiências, provavelmente pela responsabilidade que tem no acompanhamento dessas políticas públicas ambientais e pela cobrança da sociedade em termos do seu sucesso. As informações servem como parâmetro, mas não revelam os verdadeiros desafios que os sujeitos envolvidos nas questões de uma RESEX enfrentam no seu cotidiano.

Unidades de Conservação no Maranhão

Segundo Gostinski (2012), as Unidades de Conservação do Maranhão tem sido criadas para proteger os diversos biomas de que o Estado é composto. Há, principalmente, um interesse voltado para proteção das áreas de características amazônicas, contudo existem áreas compostas pelos biomas Cerrado, Caatinga e Zona Costeira.

Em termos político-administrativos foi determinada por lei, em 1966, a grande região chamada de *Amazônia Legal Brasileira*, que compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão - a oeste do meridiano 44°W -, tendo sido estabelecida pela Lei Federal nº 5.173⁴⁰. O Mato Grosso veio a integrar este território no ato de sua criação, com a Lei Federal Complementar nº 31 de 1977, e o estado do Tocantins, criado através das Disposições Transitórias da Constituição Federal, em outubro de 1988. Anteriormente o limite da Amazônia Legal neste trecho era o paralelo 13°S, por onde foi aproximadamente dividido o Estado de Goiás e criado o do Tocantins. A criação da *Amazônia Legal Brasileira* está relacionada ao processo de desenvolvimento, ocupação e da integração dessa região às redes e fluxos que nortearam a política desenvolvimentista, principalmente por meio da concessão de incentivos fiscais industriais e políticas de assentamento rural (<http://uc.socioambiental.org/amazonia/as-varias-amazonias>, acessado em 26/01/2016)

Composta por uma área de mais de 5 milhões km² (dois terços do Brasil), a Amazônia Legal engloba todo o bioma Amazônico, 37% do Cerrado e 40% do bioma Pantanal, e é caracterizada por um mosaico de ecossistemas com significativas diferenças tanto em termos de estrutura e interações de comunidades e populações naturais e ocorrência e abundância de espécies da flora, fauna, fungos e

⁴⁰ Lei Federal Nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Senado Federal, Subsecretaria de Informações.

microbiota. Representando 59% do território brasileiro e 775 municípios, a Amazônia Legal congrega aproximadamente 24,7 milhões de habitantes, dentre os quais mais de 300 mil indígenas pertencentes a mais de 170 etnias e diversas comunidades extrativistas tradicionais como seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais e quebradeiras de coco de babaçu, dentre outras. Vivem aí também mais de 350 comunidades remanescentes de quilombos. Ao lado das populações originais indígenas, caracterizadas por uma íntima e específica relação com o ambiente, e das comunidades tradicionais que chegaram a esse território em diferentes épocas e movidas por diferentes necessidades, somam-se hoje populações que mais recentemente passaram a ocupar a região, com variadas formas de produção, de pequenos produtores rurais a grandes empresas do agronegócio (<http://uc.socioambiental.org/amazonia/as-varias-amazonias> acessado em 26/01/2016)

Os Parques Nacionais (PARNA) são Unidades de Proteção Integral, as Áreas de Proteção Ambiental (APA) são Unidades de Conservação de Uso Sustentável. No mapa abaixo pode ser vista a distribuição destas e outras áreas de proteção no Estado do Maranhão.

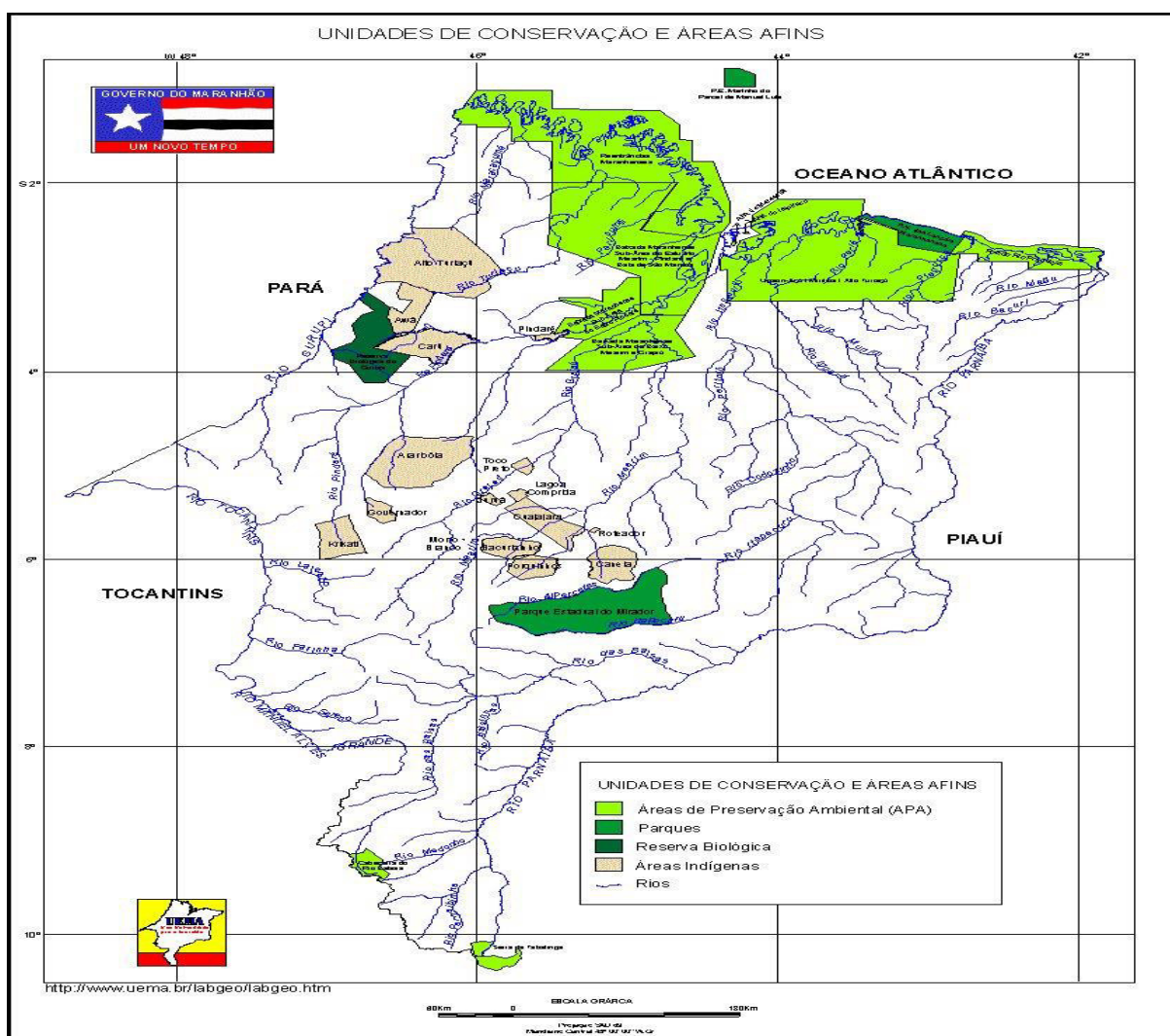


FIG. 6: Mapa das Unidades de Conservação segundo o Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE). Fonte: <http://www.zee.ma.gov.br/html/unid.html> (acessado em 26/01/2016).

De acordo com IBAMA-MA (2008 *apud* GOSTINSKI, 2012), estas áreas são: *Parque Nacional da Chapada das Mesas*, que protege os biomas Cerrado, Amazônia e Caatinga (nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito), cuja proposta de criação é da década de 1970, mas somente em dezembro de 2005 se efetivou; *Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba* que protege os biomas Cerrado e Caatinga, além das matas estacionais e ciliares, resultado de reivindicações sociais em 2001, abrange o Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. *Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, criado em 1981 com proposta do projeto RADAMBRASIL, tendo como objetivo preservação do ecossistema único de dunas, mangues e restinga, além de promover educação ambiental e visitação pública; *Reserva Biológica do Gurupi* (REBIO Gurupi), cuja área é considerada de grande importância desde a década de 1960, quando foi criada a *Reserva Florestal do Gurupi*, porém, em 1988 se redefiniram os limites devido ao fato englobar terras indígenas, criando-se a REBIO, que abrange os municípios de Centro Novo do Maranhão, Bom Jardim e São João do Caru, é importante por conter as nascentes dos rios Gurupi e Pindaré; *APA do Delta do Parnaíba*, na área são permitidas atividades produtivas de forma sustentável que não gerem grandes impactos a fauna e a flora, foi criada em 1996 e abrange os municípios de Água Doce, Araiões, Paulino Neves e Tutóia (Maranhão), Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba (Piauí); Barroquinha e Chaval (Ceará) (GOSTINSKI, 2012).

Em relação às Unidades de Conservação de Uso Sustentável, do tipo Reservas Extrativistas, no Maranhão existem a *RESEX Marinha do Delta do Parnaíba*; *RESEX do Ciriaco*; *RESEX de Mata Grande*; *RESEX de Cururupu*, *RESEX Quilombo Frechal* e *RESEX da Chapada Limpa*. Em seguida faremos um panorama sobre cada uma delas, sua abrangência e/ou especificidades sobre criação (GOSTINSKI, 2012).

A *RESEX Marinha do Delta do Parnaíba* é composta por um conjunto de ilhas de manguezal, predominantemente. Abrange parte dos municípios de Ilha Grande (PI), Araiões e Água Doce (MA) e está sobreposta em relação a área da *APA do Delta do Parnaíba* e também da *APA Estadual Foz do Rio Preguiças, Pequenos Lençóis e Região Lagumar Adjacente (MA)* (GOSTINSKI, 2012).

A *RESEX de Chapada Limpa* foi criada em 2007, no município de Chapadinha. Compreende o ecossistema amazônico e o cerrado e foi demandada por cerca de 100 famílias,

que praticam agricultura familiar e extrativismo, as quais têm sofrido com o crescimento da monocultura do eucalipto, cana e soja (GOSTINSKI, 2012).

A *RESEX do Ciriaco* foi criada, em 1992, para assegurar a proteção da cultura da população extrativista local, bem como os recursos naturais renováveis. Está localizada no município de Cidelândia e passou por audiência pública, em 2006, que autorizou a ampliação de sua área de 7.050 hectares para 8.084 hectares. O comércio dos produtos retirados da área é feito pela Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriaco (ATARECO) (MESQUITA, *et al.*, 2011; GOSTINSKI, 2012).

A *RESEX Mata Grande* também foi criada em 1992, teve como objetivo principal a proteção dos meios de vida das *Quebradeiras de coco babaçu* e atende aos moradores dos povoados Cumaru no município de Senador Larroque, São Raimundo, Água Viva, Vila São Luís, Alto do Mauricio e Mata Grande em Davinópolis e Cacauzinho em Imperatriz, estando esses organizados na Associação dos Trabalhadores Rurais da Mata Grande (ATRAMAG) (MESQUITA, *et al.*, 2011; GOSTINSKI, 2012).

A *RESEX de Cururupu* é o segundo lugar do mundo em concentração de aves migratórias, criada em 2004, compreende 15 ilhas. Classificada como Zona Úmida de Importância Internacional, está localizada em um dos sete *Sítios Ramsar* do país. Está também dentro da *Área de Proteção Estadual das Reentrâncias Maranhenses* e compõe o polo ecoturístico da *Floresta dos Guarás*, criado dentro do Plano Maior de Ecoturismo para a *Amazônia Legal* (GOSTINSKI, 2012).

A *RESEX do Quilombo Frechal* foi criada com objetivo de garantir o uso sustentável dos recursos naturais tradicionalmente explorados pelas comunidades extrativistas do local, preservando o meio ambiente, a qualidade de vida e culturas locais. Dentro da RESEX está o *Quilombo do Frechal*, reivindicado como terra de quilombo por seu histórico de escravidão. Situado às margens da fazenda de mesmo nome, presume-se ter havido uma relação pacífica entre o quilombo e a sociedade da época. O primeiro registro dominial das terras data de 1792, quando por sesmaria foi concedido um quinhão ao português Manuel Coelho de Souza, que construiu, a partir de então, um dos mais prósperos campos de lavoura de cana-de-açúcar da província do Maranhão (MESQUITA, *et al.*, 2011; GOSTINSKI, 2012).

A gestão das unidades de conservação estaduais é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Segundo SEMA-MA (2008, *apud* GOSTINSKI, 2012), tais áreas são: *Parques Estadual do Bacanga; Parque Estadual do Parcel de Manoel Luís, Estação Ecológica do Rangedor; APA da Baixada Maranhense; APA das Reentrâncias Maranhenses; APA Upaon-Açu - Miritiba - Alto do Rio Preguiças; APA do Itapiracó, APA do Maracanã e Reserva de recursos naturais da nascente do Rio das Balsas* (GOSTINSKI, 2012).

Outros conflitos no Maranhão

Mas “nem tudo são flores” no Maranhão, devemos considerar também os conflitos entre as RESEX já constituídas e a pressão do entorno, como, por exemplo, a tensão entre as RESEX de Ciriaco e Mata Grande com empresas de agricultura e pecuária de larga escala, com as gusarias da Vale (Pequiá), as plantações de eucalipto da Suzano e da antiga Celmar⁴¹. Da mesma forma, em São Luís a Alumar e a Vale exercem pressão contra a oficialização da RESEX de Tauá-Mirim, devido à influência direta na futura “zona de amortecimento”.

As iniciativas desenvolvimentistas, desde a década de 1970, foram a implantação de extensa rede de estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense (administrada pela Companhia do Vale do Rio Doce); o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui, Grande (estes dois administrados pela estatal estadual Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP), da Ponta da Madeira (pertencente à Vale S.A.) e da Alumar (pertencente ao Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiária da multinacional do alumínio Alcoa); a hidrelétrica do Estreito e a Termelétrica do Porto do Itaqui.

Paralelo e associadamente a estas grandes obras de infraestrutura, foram instalados neste período: oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem

⁴¹ A Vale iniciou, em 1992, a implantação do projeto da Celmar (Celulose do Maranhão S/A), em Imperatriz, ficando com 30% do capital, enquanto a empresa japonesa Nisso Iwai teria 15%. Os 55% restantes seriam distribuídos entre a Cia. de Papéis Simão e a Ripasa. Começando no mesmo ano, o projeto de “pseudo reflorestamento”, mas que na verdade é plantação de eucalipto, desenvolvido em áreas degradadas - consumiria US\$ 200 milhões até 1998, quando já haveria madeira para ser usada. Somente a partir de 1999 os sócios começariam a desembolsar US\$ 500 milhões para iniciar a fase II da Celmar, implantando em módulos a unidade de produção de 500 mil toneladas de celulose e uma futura fábrica de papel. Toda a produção seria destinada à exportação. O projeto não foi executado.

<https://registropublicodeemissoes.com.br/index.php/cms/news/see/idnoticia/290266>

processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara-CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral (SANT'ANA JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 3-4).

Segundo Mesquita (2011), pelo menos duas das RESEX no Maranhão sofreram influência direta do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) para que sua criação preservasse o modo de vida de muitas famílias extrativistas do coco babaçu, quais sejam, RESEX de Ciriaco e Mata Grande. Porém, todas as duas RESEX sofrem conflitos por causa da falta de regularização fundiária e pressão de desmatamento por fazendeiros que exercem agricultura e pecuária:

Sabe-se que no último quartel do século XX, nos dois estados, o modelo econômico adotado pelos diferentes governos baseou-se em doações fiscais e créditos subsidiados, direcionados para o aproveitamento extensivo e intensivo de recursos extrativos (minério e madeira), sem preocupação com a questão da sustentabilidade do desenvolvimento. O apoio irrestrito a grandes projetos agropecuários, na década de 1970, foi reproduzido nas décadas seguintes por órgãos governamentais, tais como BNB, BNDS, SUDAM, visando atrair empresas para atividades de guseiras, irrigação, eucalipto e soja em grande escala (MESQUITA, *et al.*, 2011, p. 367).

A origem dos conflitos está no modelo de desenvolvimento hegemônico implantado no período da ditadura. Tal modelo ambientalmente e socialmente predatório prossegue e é aprofundado pelos governos subsequentes, principalmente na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo – “o projeto é do capital”. A política de desenvolvimento é que gera desenvolvimento regional de ocupação da Amazônia (SUDAN/SUDENE), porém, sem considerar as políticas sociais e ambientais.

Em termos do conflito em Alcântara (Baixada Maranhense) entre os moradores que reivindicam a posse de seu território étnico, representados principalmente pelo Movimento dos Atingidos pela Base de Espacial de Alcântara (MABE), que disputam território com o capital internacional, destaco a seguinte citação:

Os eventos a seguir resumem os principais passos na luta dos quilombolas pelos seus direitos a partir de 1980, sem esquecer da resistência de todo dia e dos pequenos atos, como o daquela moradora da agrovila de Pepital que entra escondida, na área de onde foi deslocada pela força, para colher caju nos cajuais plantados por seus avós ou como o de um morador da comunidade de Mamuna que continua roçando nas terras onde a Agência Espacial pretende construir plataformas de lançamento para a Ucrânia ou ainda como o das quebradeiras de coco babaçu que, durante a safra, tem que entrar cotidianamente nos babaçuais arbitrariamente interditados (ALMEIDA, 2007, p. 5).

A Amazônia brasileira tem sido alvo de estratégias empresariais e de decisões políticas que definem formas exaustivas de exploração de seus recursos naturais, que os transformam em mercadorias – o que é inerente ao capitalismo. As atividades relacionadas à extração ilegal de madeira, à pecuária, à soja, à mineração, à siderurgia, às plantações de eucalipto e acácia e às denominadas “obras de infraestrutura” (hidrelétricas, estradas, portos) estão provocando sucessivos desastres ambientais e sociais na Amazônia Legal, quais sejam, “desmatamentos constantes, poluição dos rios, especulação imobiliária, grilagem de terras, concentração fundiária, perseguição e ameaça aos povos e comunidades tradicionais e formas de imobilização da força de trabalho, oficialmente designadas como análogas ao trabalho escravo” (MARIN; MARTINS, 2014, p. 2).

O chamado “carvoejamento” é uma das principais atividades diretamente relacionada com esse tipo de exploração no sudeste do Pará, no sul do Maranhão e no Bico do Papagaio (Tocantins) e iniciou a partir da “implantação das indústrias siderúrgicas, na década de 1980, quando as guseiras foram estimuladas a se deslocarem do Sudeste do país para essa região, atraídas por incentivos fiscais”. De acordo com o discurso falacioso dos governos, essas siderúrgicas seriam responsáveis pelo desenvolvimento industrial da “região de Carajás”, já que produziriam “produtos de maior valor agregado, gerando maior renda e maior quantidade de empregos” (MARIN, MARTINS, 2014, p. 2).

Entretanto, contrariando esse discurso oficial, a implantação dessas indústrias siderúrgicas na Amazônia não foi capaz de gerar a renda ou atender ao número de empregos esperados. Ao contrário, as siderúrgicas continuam promovendo intensa destruição da floresta amazônica, utilizando carvão de mata nativa, e a exploração dos diversos agentes sociais com os seus respectivos territórios, tais como: as quebradeiras de coco de babaçu, os povos indígenas, os assentados e os quilombolas. Apesar de ser uma indústria causadora de grandes desastres ambientais, as siderúrgicas sempre contaram com o apoio oficial. Num primeiro momento, contaram com os incentivos fiscais liberados pelo Governo Federal para a implantação dos seus parques industriais. Já num segundo momento, mais atual, o Estado contribuiu de forma mascarada para a manutenção dessas indústrias, através do não cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, tanto em relação à produção do ferro gusa, quanto do carvão vegetal.

Nas regiões de Açailândia, no Maranhão, e Sudeste do Pará concentra-se um “Parque industrial” composto por siderúrgicas que beneficiam o minério vindo da Serra de Carajás.

As denúncias de trabalho escravo e destruição dos recursos florestais promovidos por essas empresas ficaram conhecidas nacionalmente através de mobilizações de trabalhadores e entidades de apoio – como Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sindicatos. Foram aplicadas multas a tais empreendimentos. Essas siderúrgicas influenciam a criação de carvoarias, onde trabalham homens, mulheres, inclusive crianças, sem qualquer direito trabalhista. As indústrias COSIPAR, MARGUSA, SIDENORTE, SINOBRA, USIMAR, IBERICA, SIDEPAR, FERRO GUSA CARAJÁS e DA TERRA produzem o ferro gusa para a empresa VALE S.A. (antiga

Companhia Vale do Rio Doce) e para exportação, especificamente para os Estados Unidos e a China.

Ao serem implantadas na Amazônia, essas siderúrgicas estimularam alguns municípios como Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Tailândia, Goianésia do Pará, Abel Figueiredo e Jacundá, a produzirem o carvão vegetal, que consiste no insumo energético básico à produção do ferro gusa. Os desmatamentos registrados nestes municípios evidenciam a ilegalidade destas práticas (MARIN, MARTINS, 2014, p. 2-3).

Portanto, o que podemos perceber na dinâmica das práticas de desenvolvimento e suas consequências no Maranhão, a influência da conjuntura econômica na correlação de forças, disputa por território, ou seja, há uma clara relação entre as Políticas de Desenvolvimento Regional e as Políticas Ambientais na disputa por território

Segundo Mesquita (2011, p. 64), “a ocupação econômica da Amazônia continua avançando nos moldes do passado, baseada em enclaves, privilegiando segmentos específicos”, ou seja, a atual opção pelas commodities não parece ter levado em consideração os efeitos anteriores desse tipo de modelo de desenvolvimento para as populações rurais.

Parece hegemônica a estratégia do grande empreendimento vinculado à exportação com vínculos frágeis à economia local, enquanto atividades ligadas à agricultura familiar ficam no plano secundário ou com apoio restrito, apesar da importância e termos da ocupação da força de trabalho, segurança alimentar, preservação ambiental, geração e distribuição de renda. Nesse contexto, percebe-se a formação, o avanço e a consolidação de diferentes territórios com lógicas antagônicas quanto ao uso e posse da terra (MESQUITA, 2011, p. 64).

Se por um lado, a modernidade invadiu a Amazônia de forma autoritária e excludente, por outro lado essas ofensivas resultaram na reação das populações atingidas⁴².

Povos indígenas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores, posseiros e colonos, de uma forma ou de outra são atingidos pelas políticas voltadas para a região e, em maior ou menor grau, reagem e se organizam. A partir da segunda metade dos anos 1970, esses grupos passam a se configurar como identidades coletivas que, a princípio, têm um comportamento de resistência às agressões aos seus interesses, mas logo se tornam propositivas, contando com o apoio de igrejas, partidos, sindicatos, movimentos ambientalistas, organizações não governamentais, profissionais liberais, intelectuais. Estas coletividades ganham força à medida que seus interesses podem ser associados aos interesses da preservação ambiental e, conseqüentemente, de grupos ambientalistas em todo o mundo (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 123).

Mesquita (2011, p. 60) considera que em qualquer lugar do país isso se mostra muito visível, porém, é na Amazônia que esse fenômeno derivado da questão agrária não resolvida se mostra mais intenso e perturbador há décadas, tendo como vítimas principalmente mulheres, crianças indígenas e pequenos produtores. É na Amazônia, segundo o autor, que os

⁴² É importante lembrar que esses processos desenvolvimentistas e a reação a eles não se restringiram à Amazônia, mas ocorreram em todo o país.

enclaves econômicos mais têm bloqueado o desenvolvimento regional do que o tem viabilizado. Isso se deve ao fato de que os investimentos locais mais significativos estão em indústrias extrativas de capital intensivo e voltadas ao mercado externo, que pouco agrega à economia local.

Dessa forma, em alguns momentos esse fenômeno de expropriação fundiária visto por Marx (1985) na transição do sistema feudal para o capitalista, parece muito atual na Amazônia brasileira, em concordância com Mesquita (2011), e estão na base do conflito por território e dos chamados processos de “desterritorialização” em questão.

A questão da identidade e a desterritorialização

Mas afinal, quem são as populações tradicionais? Qual é sua definição, sua legitimidade e suas estratégias de luta? O objetivo desse subitem não é fazer o estado da arte sobre o tema, mas contextualizar e definir os termos que serão utilizados daqui para frente.

Little (2002) trata a grande diversidade fundiária no Brasil como um problema antropológico, no qual estão inseridos além das sociedades indígenas e comunidades remanescentes de quilombos uma gama de outros, que ele escolhe chamar, temporariamente, de “povos tradicionais”, como as comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçairas, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiérios, sertanejos e varjeiros, etc.

Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias – “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” – cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas] (...) Qualquer dessas combinações é problemática devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação. Mas, em vez de discutir agora a validade ou não dessas categorias, vou pedir licença temporária para utilizar o conceito de “povos tradicionais” (...) (LITTLE, 2002, p. 2).

Para Little (2002, p. 23), o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, sendo a escolha pela palavra “povos” (e não grupos, comunidades, sociedades ou populações) teve como intenção inserir esse conceito dentro dos “debates sobre os direitos dos povos”, transformando-se em um “instrumento estratégico nas lutas por justiça social desses povos” e o “reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que os fundamentam”.

Já a opção pela palavra “tradicional”, segundo Little (2002, p. 23) é ainda mais controversa por causa da “polissemia dessa palavra e a forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico”. Porém, “a importância dada às constantes mudanças históricas provocadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram” permitem referir o termo tradicional a uma realidade moderna, ou até Pós-Moderna.

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política. Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil. São, acredito, razões suficientes para utilizar o conceito dentro dos turbulentos âmbitos das Ciências Sociais (LITTLE, 2002, p. 23).

Inicialmente, Almeida e Cunha (2009) definiram as populações tradicionais como uma categoria “extensional”, na qual existiam os membros e os candidatos a membros (por extensão), e em seguida buscaram redefini-la analiticamente segundo as propriedades de seus componentes, distinguindo apenas populações tradicionais de povos indígenas, que tem tratamento específico na legislação brasileira. Portanto, a categoria “é ocupada por sujeitos políticos (...) que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício (...)” e constituem uma parcela da sociedade que são culturalmente conservacionistas, ou “neotradicionais” ou “neoconservacionistas”⁴³. Almeida e Cunha (2009, p. 300) definem o conceito desta maneira:

...populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (ALMEIDA; CUNHA, 2009, p. 300).

Esta é, portanto, uma categoria autoconstitutiva, ocupada por sujeitos políticos dispostos a trocar os benefícios territoriais, e outros direitos, por uma série de práticas conservacionistas (ALMEIDA; CUNHA, 2009, p. 300). Na atualidade, os chamados deslocamentos compulsórios são a ameaça mais presente na realidade dos povos e

⁴³ Esses neologismos podem ter sua validade justificada pela afirmação de Deleuze que diz que toda readequação de limites provoca uma mudança de subjetividade, ou o processo de criação de algo novo, nesse caso as Reservas Extrativistas ou poderíamos pensar em reassentamentos compulsórios.

comunidade tradicionais, geralmente sofrem a perda do território na disputa com grandes empreendimentos capitalistas do agronegócio, mineração ou grandes industriais transnacionais. Almeida (1996, p. 30) define deslocamentos compulsórios como:

...um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos⁴⁴.

Acerca da análise do processo de construção sociológica e jurídica da expressão “povos e comunidades tradicionais”, Miranda (2012, p. 47) ressalta que a categoria surgiu, inicialmente,

em um contexto das mobilizações realizadas por representantes de movimentos sociais em articulação com instituições internacionais de pesquisa e desenvolvimento com vistas a garantir a efetivação de direitos e a aplicação de políticas voltadas para grupos étnica e culturalmente diferenciados.

Destaca ainda que, internacionalmente, diversos são os instrumentos legais que fazem menção a esses grupos, destacando-se a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, e a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, de 1989 (MIRANDA, 2012, p. 48). Em termos da legislação brasileira Miranda (2012) afirma:

(...) ainda que não utilize o conceito de “povos”, a Constituição Brasileira reconheceu direitos coletivos específicos aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, em especial a seus territórios, também os assegurando aos demais grupos que tenham formas próprias de expressão e de viver, criar e fazer. Da mesma forma, o Decreto nº 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, visa dar reconhecimento político e jurídico aos diferentes grupos que possuam identidades étnicas e culturais específicas. Juridicamente, este é o primeiro documento interno que contém uma definição desses grupos, qual seja: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (MIRANDA, 2012, p. 48-49).

Contudo, Miranda (2012, p. 50) faz um alerta:

a categoria em questão é acionada pelos atores que são identificados pelos órgãos governamentais e instituições internacionais em contextos específicos, o que denota claramente que não é neutra, posto que está imbricada em uma série de relações que envolve reconhecimento, poder e recursos financeiros e simbólicos.

⁴⁴ Para aprofundar a discussão e conceituação de **deslocamento compulsório** e suas variantes, como “reassentamento involuntário” ou “eco-refugiados”, ver a tese **Lamento e Dor: uma análise socioantropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**, Magalhães (2007).

Sendo assim, a categoria “populações tradicionais” pode ser acionada por um grupo para defender seus interesses, mas pode também ser acionada, por outro lado, na tentativa de legitimar formas de subalternização e manutenção de redes de relação de dominação e dependência.

Com a edição do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, resultado de reuniões realizadas com integrantes dos movimentos sociais e representantes das comunidades tradicionais, depois de anos de muito debate, foi finalmente estabelecido um conceito normativo acerca dessas populações, bem como sobre a noção de território (MIRANDA, 2009, p. 93):

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (...)

Os moradores das diversas comunidades pertencentes à RESEX de Tauá-Mirim mostram preferência por referirem-se como moradores de “comunidades” e como “populações tradicionais”, enquanto categoria de autoidentificação⁴⁵.

Gaspar (2009, p. 111) percebe, a partir de conversas informais com moradores e entrevistas na comunidade do Taim, que a expressão *populações tradicionais* no discurso desses informantes é utilizada como categoria de distinção dos grupos sociais da área pretendida para a RESEX. Esta autoidentificação como população tradicional se “relaciona à emergência de símbolos que liguem as famílias a uma ancestralidade comum e à formação histórica anterior às intervenções de órgãos oficiais”, cuja ocupação remonta ao século XVIII (GASPAR, 2009, p. 118).

Nós não nos enquadrámos enquanto assentamento, nós nos enquadrámos enquanto população tradicional. Então não é assentamento, é uma comunidade histórica, com mais de cem anos, quase duzentos, então, nós não nos enquadrámos nesse aspecto com um assentamento, nem muito menos como ocupação (...) (Entrevista realizada com Alberto Catanhede, em 24/03/2007). (GASPAR, 2009, p. 118)

⁴⁵ Categoria de autoidentificação que designa como “aquelas adotadas pelos próprios camponeses [e outros grupos] para se autodefinir, para se diferenciar de outros, para enfrentar situações de conflito nas quais se vêem ameaçados, principalmente, em seus direitos territoriais (PAULA ANDRADE, 2003, p. 37).

Essa identidade estratégica seja ela utilizada enquanto categoria de auto-identificação (população tradicional, no caso da RESEX de Tauá-Mirim) ou como conceito normativo (povos e comunidades tradicionais no Decreto nº 6.040/2007), atua como forma de resistência contra os processos de desterritorialização resultantes da expansão capitalista. Sobre esse movimento de desterritorialização, Deleuze e Guattari afirmam:

Ora, esse movimento de deslocamento pertence essencialmente à desterritorialização do capitalismo. Como mostrou Samir Amin⁴⁶, o processo de desterritorialização vai daqui do centro à periferia, isto é, dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, que não constituem um mundo à parte, mas uma peça essencial da máquina capitalista mundial. Ainda é preciso acrescentar que o próprio centro tem seus enclaves organizados de subdesenvolvimento, suas reservas e favelas como periferias interiores [...]. E se é verdade que no centro se exerce, pelo menos parcialmente, uma tendência para a baixa ou para a igualização da taxa de lucro, que leva a economia para os setores mais progressivos e mais automatizados, tem-se também que um verdadeiro “desenvolvimento do subdesenvolvimento” na periferia assegura uma alta taxa de mais-valia assim como uma exploração crescente do proletariado periférico em relação ao do centro. Pois seria um grande erro acreditar que as exportações da periferia provêm principalmente de setores tradicionais ou de territorialidades arcaicas: na verdade, elas provêm de indústrias e de plantações modernas, geradoras de mais-valia, de modo que não são os países desenvolvidos que fornecem capitais aos países subdesenvolvidos, antes pelo contrário. Tanto é verdade que a acumulação primitiva não se reproduziu de uma vez para sempre na aurora do capitalismo, mas é permanente e não para de reproduzir-se. O capitalismo exporta capital filiativo. Ao mesmo tempo em que a desterritorialização capitalista se faz do centro para a periferia, a descodificação dos fluxos na periferia se faz por uma “desarticulação” que arruína setores tradicionais e leva ao desenvolvimento de circuitos econômicos voltados para fora, a uma hipertrofia específica do terciário, a uma extrema desigualdade na distribuição das produtividades e dos rendimentos. Cada passagem de fluxo é uma desterritorialização, cada limite deslocado, uma decodificação. O capitalismo esquizofreniza cada vez mais na periferia (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 307-308).

Isso explica o que vêm ocorrendo nas últimas décadas no estado do Maranhão, empreendimentos geradores de commodities, como minério, eucalipto e soja, são a tônica, ou seja, a população dos maiores centros urbanos, como a capital, São Luís, acabam por importar de outros estados do Brasil o alimento da cesta básica, enquanto os pequenos agricultores, que poderiam estar fornecendo o alimento para a população local, são desestimulados ou coagidos a entregar suas terras, seja por desapropriação, com indenizações irrisórias, ou por venda barata.

Pensamos o acionamento da identidade estratégica população tradicional, a partir da questão da identidade e da subjetividade de Deleuze e Guattari (2011), no sentido relacioná-la com a noção de território, ou seja, com o conceito de desterritorialização. A luta das

⁴⁶ Samir Amin, *L'accumulation à l'échelle mondiale*, Paris, Anthropos, 1970, pp. 373 ss. Nota reproduzida de Deleuze e Guattari (2011, p. 308).

populações tradicionais está quase sempre relacionada à posse e domínio do território, geralmente em uso coletivo, no sentido que estão em permanente ameaça de perda dessa posse e domínio, na iminência de tornarem-se grupos desterritorializados, necessitando para tanto uma reterritorialização, no caso de deslocamento compulsório, e a necessidade de resignificação de sua subjetividade. Falo isso partindo do pressuposto de que a RESEX de Tauá-Mirim se constituirá, também, em novo território, devido às limitações naturalmente impostas para uma unidade de conservação, normas do plano de manejo, por exemplo:

Guattari e Deleuze sugerem que a “subjetividade” não escapa da invenção, ela sempre está nesse processo. Quando se entende a ideia de subjetividade fora da essência, da unificação, da centralidade, tudo que resta é estabelecer força, um movimento que possibilite a si e ao mundo se verem em movimento. Assim, a subjetividade não pode ser vista pela lógica estruturante, condicionante, ao contrário, para Deleuze e Guattari a subjetividade está em deslocamentos, pois não existe um *a priori* que estabelece um ser essencial, ou algo que não varia, que sempre se conserva e que só precisa ser descoberto. Não há unificação, não há centro, mas sempre trocas, movimentos, diferenças. Mas parece que o ritual da moralidade insiste em buscar um centro onde não existe nenhum centro (BRITO, 2012, p. 9).

Do mesmo modo, se as comunidades pertencentes à RESEX de Tauá-Mirim tiverem que deixar seus territórios, por força de deslocamento compulsório, caso o Estado legitime a instalação de algum empreendimento industrial no território em confronto, o local onde essas comunidades irão se “reinstalar”, provavelmente a periferia do centro urbano, não contemplará seu modo de vida e sua subjetividade, em termos da relação com o território e reprodução social, o que implicará uma reterritorialização e resignificação das suas relações com o ambiente. Isso ocorrerá, principalmente para a parcela de adultos e idosos que dificilmente encontrará ofício de onde tirar seu sustento, tendo se especializado durante sua vida na pesca e na agricultura. Sempre havendo esse tipo de deslocamento, essas populações incharão essas periferias dos centros urbanos e estarão à mercê da mesma omissão de políticas públicas, marginalização e com possibilidade de aumento da violência sofrida, já que, no novo território, o controle sobre o grupo familiar e coesão social não serão os mesmos.

O manguezal amazônico



FIG 7: Fotos feitas por mim dentro dos limites da RESEX de Tauá-Mirim que apresentam elementos naturais associados ao manguezal, como uma área de nascente e vegetação característica, além dos elementos humanos que representam a pesca.

Existe uma aproximação entre as duas realidades, a dos extrativistas seringueiros da Amazônia ocidental e a dos extrativistas pescadores do litoral de São Luís, visto que ambas populações são tradicionais, mas também porque foi nos seringueiros, principalmente, que os moradores da RESEX se espelharam. Os seringueiros “têm” a floresta amazônica como a natureza que permite seu modo de vida, os pescadores da Ilha de São Luís, por sua vez, “têm” o manguezal amazônico.

Portanto, como possibilidade de instrumentalização política, é interessante mencionar argumentos em favor da conservação da natureza, mesmo que para isso seja necessário lançar mão de termos que possam se considerados demasiadamente técnicos. Da mesma forma, se fazem necessários os relatos do modo de vida e cultura dos moradores da RESEX de Tauá-Mirim e sua luta pela manutenção do território.

O que pretendo com essa aproximação é qualificar as pessoas das comunidades que lutam contra a desterritorialização, e a favor da RESEX de Tauá-Mirim, como possuidoras força de enfrentamento perante as ameaças traumáticas de deslocamento que vêm sofrendo e, conseqüentemente, agentes de transformação da realidade na qual estão situados. Ou seja, força de enfrentamento é um termo que pode ser utilizado para caracterizar a capacidade de reação frente às adversidades enfrentadas pelas comunidades da RESEX de Tauá-Mirim, e seu entorno, perante os grandes projetos de desenvolvimento que vêm historicamente ameaçando o território e o modo de vida dessas populações tradicionais. Portanto, essa força que permitiu a criação de alternativas estratégicas para o conflito, visto que em termos da subjetividade as adversidades também nos *desterritorializam*.

A resiliência⁴⁷ do mangue

As florestas de manguezais são florestas inundáveis que marcam a transição entre a terra e o mar, entre o ambiente de água doce e salgada. As espécies arbóreas do manguezal são tolerantes às concentrações de sal características das regiões estuarinas. O manguezal é um ecossistema produtivo e dinâmico e seu equilíbrio é fruto de uma história evolutiva e biogeográfica especial.

Os ecossistemas manguezal e marisma geralmente estão associados às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro de águas de rios com a do mar, ou diretamente expostos à linha da costa. **São sistemas funcionalmente complexos, altamente resilientes e resistentes e, portanto, estáveis**⁴⁸. A cobertura vegetal, ao contrário do que acontece nas praias arenosas e nas dunas, se instala em substratos de vasa de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos, salobra (SHAEFFER-NOVELLI, sd p. 8; grifo meu).

⁴⁷ Resiliência *substantivo feminino* **1.** *fís* propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica. **2.** *fig.* capacidade de se recuperar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças. Origem ☉ ETIM ing. *resilience* 'elasticidade'.

⁴⁸ Essa estabilidade é relativa, ser resiliente não significa ser indestrutível. No jargão ambiental muitas vezes são naturalizados termos problemáticos em termos da conservação e propícios ao utilitarismo. O material da autora por ter sido encomendado pela ANP, Agência Nacional do Petróleo, pode ser tendencioso nesse sentido. Observar, também, a diferença entre resiliência (ou estabilidade de elasticidade) de e resistência (ou estabilidade de resistência) na ecologia (biologia) (ODUN, 2007). “Alguns autores acreditam que estabilidade de resistência e estabilidade de resiliência em um ecossistema são características mutuamente excludentes, assim, ou um sistema apresenta alta resistência e baixa resiliência, ou o contrário. Dessa forma, um sistema não poderia possuir altos índices de ambas as características. Isso pode ser observado, por exemplo, em uma floresta de sequóia sempre-verde da Califórnia, muito resistente ao fogo (epiderme espessa e outras adaptações), quando queima, talvez nunca seja capaz de se recuperar ou o faça muito lentamente. Já uma vegetação de chaparral da mesma região, queima-se facilmente (baixa resistência), mas se recupera de maneira rápida em alguns anos (alta resiliência).” A vegetação do cerrado é considerada altamente resiliente em relação ao fogo. Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Resiliência_\(ecologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Resiliência_(ecologia)).

O ecossistema manguezal é constituído por três diferentes fisionomias: mangue, marisma e apicum. São ecossistemas complexos, altamente resilientes e resistentes (SHAEFFER-NOVELLI, 1999). O mangue é caracterizado por espécies arbóreas que tem tolerância variável a salinidade e adaptadas a inundação. Representam a fisionomia mais característica do ecossistema. Os marismas são campos de gramíneas cuja produtividade é controlada basicamente pelo grau de inundação e temperatura. É fonte importante de nutrientes e detritos para a cadeia alimentar, são mais significativos nas regiões temperadas, como no sul do país. Por outro lado, os apicuns são áreas que sofrem inundações menos constantes e, portanto, possuem maior gradiente de salinidade e menor diversidade de espécies vegetais, porém são importantes para o ciclo de vida do caranguejo do gênero *Uca* e são áreas de forrageamento para diversas espécies de aves (SHAEFFER-NOVELLI, 1999).

As principais espécies vegetais encontradas na região de estudo são *Rhizophora mangle*, ou mangue vermelho, *Avicennia germinans* e *Avicennia schaueriana*, ou siriúba e *Laguncularia racemosa*, mangue branco ou tinteira. O Mangue de botão (*Conocarpus erectus*) é observado nas áreas de transição (REBELO-MOCHEL *et al.*, 2001)

A fauna associada ao manguezal poder ter importância econômica como as 67 espécies de peixes associadas a diversas áreas estuarinas do litoral brasileiro e o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), que vem sofrendo forte pressão, principalmente no litoral do nordeste. Algumas espécies encontradas associadas aos manguezais são raras ou ameaçadas de extinção como o guará (*Eudocimus ruber*), o jacaré (*Cayman sp.*), além de algumas espécies de primatas incluindo o Bugio (*Alouatta belzebul ululante*) (SHAEFFER-NOVELLI, 1999).

Os manguezais brasileiros também abrigam e servem de campos de forrageamento⁴⁹ para espécies de aves migratórias neotropicais e neoarticas, como, por exemplo, o socó amarelo (*Ixobrychus involucris*) e a marreca do bico roxo (*Oxyura dominica*) (PNUD/GEF/MMA, 2008).

Os manguezais são um dos principais ecossistemas costeiros da Amazônia brasileira e tornaram-se importantes na história das comunidades humanas, são fonte indispensável de recursos, berçário para a reprodução de diversas espécies de peixes, além de auxiliar na manutenção da linha da costa, entre outros benefícios ecossistêmicos. São qualidades que têm

⁴⁹ Área de alimentação.

promovido o estabelecimento e a sobrevivência destas comunidades humanas até os dias de hoje.

Muitos países tropicais na América possuem florestas de manguezais. No Atlântico ele se estende da Flórida, ao norte, até o Brasil, ao sul. No oceano Pacífico vai do México ao norte do Peru. A biogeografia dos manguezais é limitada pela sua tolerância térmica, mais adaptada aos trópicos (SUMAN, 1994).

Manguezais e marismas encontram-se distribuídos ao longo de praticamente todo litoral brasileiro. Os manguezais dominam a zona tropical enquanto as marismas constituem o ecossistema homólogo para a zona temperada. Manguezais são considerados como um dos ecossistemas mais produtivos do planeta. Os ecossistemas manguezal, marisma e apicum encontram-se entre as zonas úmidas de importância internacional no contexto da Convenção de Ramsar, de 1971 (SHAEFFER-NOVELLI, 1999).

Segundo Spalding *et al.* (1997), este ecossistema representava cerca de 8% de toda a linha de costa do planeta e um quarto da linha de costa da zona tropical, perfazendo um total de 181.077 km², naquele ano. O Brasil é o segundo país do mundo em extensão de áreas de manguezal, que foi estimada, pelo mesmo autor, em 13.400 km² ao longo da costa, ficando atrás apenas da Indonésia, que apresenta 42.550 km², distribuídos ao longo de seus arquipélagos (SPALDING *et al.*, 1997 *apud* SOUZA-FILHO, 2005)

Em relação ao tamanho da área, em seguida do Brasil estiveram Austrália (11.500 km²); Nigéria (10.515 km²); Cuba (7.848 km²); Papua Nova Guiné (5.399 km²) e México (5.315 km²), sendo estes os países mais significativos em termos de manguezais (SOUZA-FILHO, 2005).

Os manguezais da costa norte brasileira foram considerados a maior faixa contínua de manguezais do planeta, totalizando uma área de 7.591,09 km², segundo Souza-Filho (2005). A região também chamada de Costas de Manguezais de Macromaré da Amazônia (CMMA), estende-se da Baía de Marajó (PA) até a Ponta de Tubarão na Baía de São José (MA) perfazendo cerca de 650 km de litoral em linha reta (SOUZA-FILHO, 2005). Quanto ao Brasil, com seus 9.200 km de linha de costa, a CMMA, que ocupa menos de 10% do litoral do país, abriga 56,6% do total de manguezais. Por isso, este segmento da costa brasileira é

considerado de extrema importância para a conservação da biodiversidade (SOUZA-FILHO, 2005).

Rebello-Mochel (2011, p. 94) concorda com a importância da Costa Norte do Brasil e destaca as delimitações geográficas do que seria a maior área contínua de manguezais do planeta:

A Costa Norte do Brasil, situada na região tropical da América do Sul, é constituída principalmente pela Amazônia Costeira, caracterizada pelos elevados aportes de água doce provenientes de chuvas intensas, das descargas de grandes rios e sob um regime de marés de grande altura (macromarés). Essa região fisiográfica apresenta uma distribuição latitudinal de 4° N, no rio Oiapoque, até 2° 50' S e uma variação longitudinal de 42° a 53° W, incluindo os estados do Amapá, Pará e Maranhão (Figura 1). O Estado do Maranhão, situado entre as coordenadas 01°48'30" - 10°21'07" S e 41°48'30" - 48°50'51" W, é formalmente classificado como região Nordeste do Brasil, mas a porção ocidental, a partir do Golfão Maranhense, está oficialmente incluída na Amazônia Legal. Considerando os aspectos ambientais, a costa maranhense assemelha-se as do Pará e Amapá, com temperatura anual média de 27 °C e pluviosidade média de 2.600 mm, com chuvas intensas de dezembro a maio, e os valores mais elevados ocorrendo no Amapá. A costa amazônica é peculiar em sua forma, caracterizada por dezenas de baías, estuários e reentrâncias, sendo as maiores a desembocadura do rio Amazonas com seu delta, e o Golfão Maranhense. É na Amazônia Costeira que se estende a maior área contínua de manguezais do mundo, com cerca de 8.900 km², sendo que o litoral do estado do Maranhão, sozinho, compreende 50% do total dessa área (...) a distribuição dos manguezais maranhenses, especificamente nas áreas de Tutóia, Araisos, Parnaíba, Amarração, a ilha de São Luís e toda a região das reentrâncias maranhenses desde Alcântara.

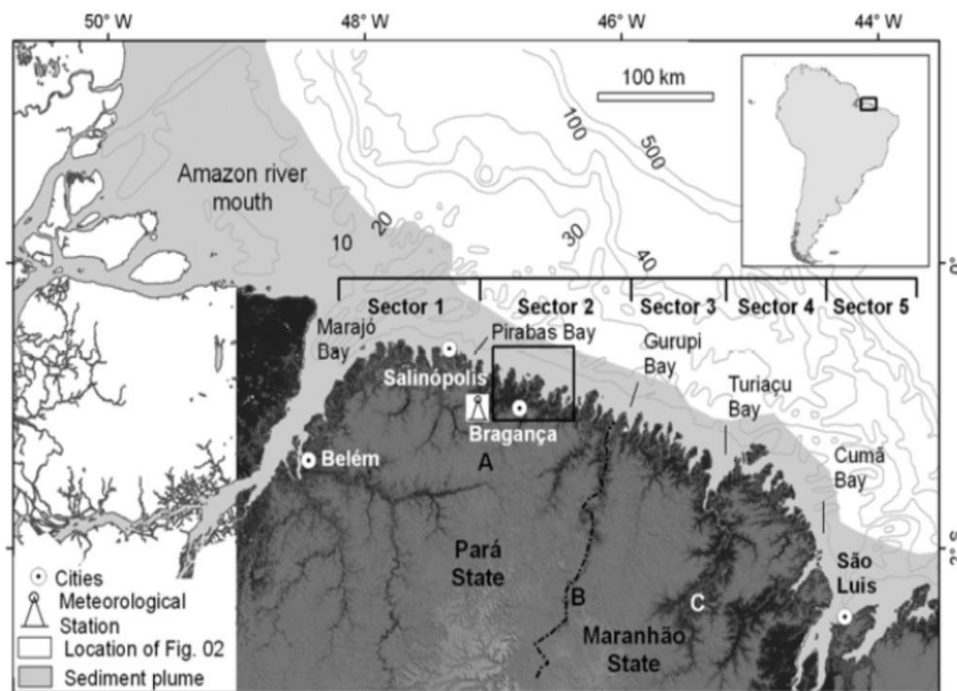


FIG. 8: Costa norte de macromarés brasileira. (...) nordeste do Estado do Pará (retângulo preto) com distribuição de platôs costeiros (tons cinza claro) e zonas úmidas (tons cinzentos escuros). Cinco diferentes setores costeiros são identificados. A imagem é um modelo de elevação

digital processada a partir de dados SRTM (fonte da imagem: SOUZA-FILHO *et al.*, 2009, p. 2). Legenda traduzida por mim.

Segundo Rebelo-Mochel (2011, p. 94), embora toda essa zona costeira possa ser entendida como uma unidade fisiográfica, em termos de macroescala, existem diferenças e particularidades interessantes ao longo desse litoral. Os manguezais no Pará costumam estar dispostos por trás de um conjunto de sistemas como praias arenosas, dunas, restingas e brejos de água doce. Porém, na costa ocidental do Maranhão, os manguezais se dispõem, frequentemente, nas margens das águas estuarinas, com extensas planícies lamosas emersas durante as marés baixas. Marismas hipersalinos, apicuns, brejos de água doce e florestas de várzea geralmente ocorrem por trás da faixa de manguezais, em direção à terra firme. Essa descrição fisionômica é muito parecida com a paisagem que podemos observar na RESEX de Tauá-Mirim.

As principais tipologias vegetais da ilha do Maranhão, de modo geral, são os Manguezais, Restingas, Babaçuais, Florestas Secundárias (Capoeiras), Matas de Várzeas e Matas de Galeria. Os manguezais são as formações normalmente encontradas em ambientes salobro e acompanhando os cursos d'água em trechos sujeitos à influência das marés, bem como no interior de baías, enseadas, lagunas, estuários, igarapés e estreitos. A fitofisionomia da área em estudo é composta por três formações vegetais principais: Mata Secundária de Terra Firme (Capoeira), Manguezais e Mata de Várzeas. A Mata Secundária de Terra Firme é resultante do avanço das ocupações humanas e instalações de áreas agrícolas de subsistência principalmente nas últimas três décadas. Este processo deu origem à vegetação secundária, a capoeira, que em associação com babaçu (*Orbignya*), representa o tipo de vegetação mais comum da ilha (MARANHÃO, 1991).

A flora dos manguezais em São Luís é constituída pelas espécies *Rhizophora mangle*, *Avicennia germinans*, *Avicennia schaueriana*, *Laguncularia racemosa*, *Conocarpus erectus*, este último encontrado em áreas de transição. Os bosques são muito heterogêneos, revelando aspectos fisiográficos incomuns, os quais, geralmente, estão associados à intervenção humana. Nos locais onde se evidencia a erosão, observa-se o estreitamento da faixa de manguezais; em locais onde se detecta disposição de sedimentos, os manguezais avançam em direção ao mar (OLIVEIRA e REBELO, 1999).

Além das espécies arbóreas, há a ocorrência da macrófita aquática conhecida como paturá (*Spartina brasiliensis*), o guajurú e a trepadeira associada ao mangue vermelho conhecida como tem-tem (IBAMA, 2007).

Na área da RESEX de Tauá-Mirim são identificados dois subsistemas ligados aos manguezais: o Igapó, área alveolar onde ocorrem as nascentes localizadas nas cabeceiras do Igarapé; e Igarapé, brejos úmidos contíguos aos Igapós. Na região em estudo, os igarapés estão localizados entre os manguezais e as residências das comunidades (IBAMA, 2007).

Nestas áreas sobressai-se o buriti (*Mauritia flexuosa* L.; Palmae) e a juçara (*Euterpe oleracea* Martius; Palmae) como espécies arbóreas mais importantes, associadas a um estrato de sub-bosque herbáceo (IBAMA, 2007). Na zoologia, excluindo os peixes, as espécies relevantes encontradas são o macaco-cuxiú (*Chiropotes satanas*), o guariba (*Alouatta alouatta*), o tamanduá (*Cyclopes didactylus*) e o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), todos ameaçados de extinção, segundo o IBAMA, (2007).

Dentro da delimitação da RESEX⁵⁰, a área de manguezais foi estimada em aproximadamente 2.768,95 hectares (LANDSAT 7 ETM, 2006), este dado exclui as zonas de transição e não foram feitas confirmações em campo, portanto esta área pode ser maior (STEINHORST DAMASCENO, 2009, p. 48).

Segundo Novaes *et al.* (2007) a ilha de São Luís do maranhão possui máxima sensibilidade ambiental, pontuação 10, para as áreas de manguezais, principalmente quanto a prevenção de impactos ambientais oriundos de derramamento de óleo, produtos químicos altamente comprometedores (uréia, aldeídos, pesticidas, herbicidas, adubos, fertilizantes), o que corrobora ainda mais a importância de preservação da região de estudo.

A superexploração e conversão das áreas de manguezais para fins de urbanização são algumas das atividades humanas que contribuem para a degradação do manguezal. Apesar da dificuldade em comparar taxas diversas calculadas por diferentes métodos, o desmatamento em vários países pode ser considerado significativo (SUMAN, 1994).

⁵⁰ Essa medição foi feita nos limites antigos da RESEX, antes da alteração que desafetou parte da comunidade de Cajueiro.

Algumas atividades degradantes podem ser apontadas como, por exemplo, o desmatamento para uso da madeira para construção, lenha ou carvão⁵¹. A madeira do mangue é famosa por ser relativamente resistente ao ataque por insetos, por isso é bastante explorada. Extração de taninos é mais comum em alguns países da América Central, e também pode ser considerada uma pressão significativa. A produção das salinas, devido à alta concentração de sal, prejudica a vegetação em torno impedindo seu crescimento. A fronteira agrícola teve forte expansão em direção ao manguezal na América Central, as culturas mais comuns são de cana-de-açúcar, de pastagens para gado, plantações de coqueiros, além da prática da carcinicultura⁵² (SUMAN, 1994).

Em termos da relação que nós estabelecemos com o ecossistema manguezal, esse é um processo histórico de longa data, segundo Rebelo-Mochel (2011, p. 96) os manguezais têm sido utilizados pelos grupos humanos desde a pré-história:

(...) e na América Pré-Colombiana há amplos registros da extração de corantes, fibras, resinas, madeira e proteínas de origem animal (...) Sítios arqueológicos ocorrem ao longo da costa amazônica, como os sambaquis, amontoados de antigas conchas de ostras, gastrópodos e ossos de peixes, que denotam a proximidade do homem pré-histórico com os ambientes do litoral e seus recursos. Estudos realizados nos litorais do Pará e do Maranhão revelam que os recursos dos manguezais têm sido extraídos por mais de 4.000 anos com a presença de cerâmica e outros artefatos

Segundo a autora, Claude d'Abbeville, frei capuchinho e naturalista, foi quem fez as primeiras descrições sobre os manguezais maranhenses, sua fauna e flora, bem como os usos dos recursos pelos Tupinambás. Ele descreve os manguezais tais quais “florestas marinhas”, onde se encontravam “ostras enormes”, “peixes-bois marinhos podiam ser vistos alimentando-se de folhas e caranguejos que viviam sob as raízes” (REBELO-MOCHEL, 2011, p. 96).

Porém, é entre os séculos XVIII e XX que a participação dos manguezais na transformação da cidade de São Luís torna-se mais visível. É a partindo inicialmente dos recursos do ecossistema manguezal, mais especificamente das cascas e do lenho de suas árvores, que são gerados períodos de “opulência e modernidade”:

No início do séc. XIX, estabelece-se no estuário do rio Bacanga o maior complexo fabril de curtição de couros da América do Sul: o Sítio do Físico. Uma área de 1.600 m² contendo curtumes, tanques, fornos, armazéns, construções residenciais em azulejos e pedras de cantaria, entre outras edificações. As cascas das árvores de mangue da região, colocadas de molho em grandes tanques, forneciam praticamente todo o tanino usado no processo. O couro era o mais valioso dos produtos, com

⁵¹ É uma madeira com alto poder calorífico, por isso produz um excelente carvão.

⁵² Carcinicultura é a criação de camarões em cativeiros, geralmente espécies exótica, ou estrangeiras, prática considerada vetor de doenças para espécies nativas, entre outros problemas ambientais.

preço superior ao do arroz e do algodão. As ruínas do Sítio do Físico encontram-se hoje entre os mais preciosos sítios arqueológicos do país (REBELO-MOCHEL, 2011, p. 98).

O parque industrial maranhense foi alimentado durante algum tempo tendo a madeira do mangue como base para a produção de energia:

No período das indústrias têxteis, de óleo e sabão de coco babaçu, o Maranhão tornou-se o segundo parque industrial do país com o funcionamento das caldeiras à base da lenha de mangue. A partir da primeira metade do séc. XX, boa parte dos bosques de mangue das ilhas de São Luís, Tauá e dos Caranguejos, entre outros pontos na baía de São Marcos, foram cortados para atender a demanda crescente de energia, gerando uma profunda modificação na paisagem e na estrutura desse ecossistema, gerando em contrapartida uma significativa mudança na estrutura e na paisagem da sociedade maranhense. Em 1926, foi contratada pelo governo do Maranhão, a empresa americana Ulen & Company para realizar a construção das redes de abastecimento de água e de esgoto, fornecimento de energia termoelétrica para luz, tração (bonde) e força, incluindo a instalação de maquinismo para prensagem de algodão (...) A madeira do manguezal foi o combustível da Ulen & Co. por vinte anos, até o encerramento do contrato, em 1946 (REBELO-MOCHEL, 2011, p. 98).

Segundo a autora, apesar da legislação ambiental e das unidades de conservação que proliferaram na segunda metade do século XX, as árvores do manguezal continuaram sendo a fonte principal de energia para os fornos das padarias nos anos de 1980 a 1990, além disso, com o recrudescimento da construção civil, em São Luís, houve um aumento na pressão de corte sobre o manguezal, para o fornecimento madeira a ser utilizada na edificação de casas, “cercas, postes, pontes, de propriedade privada ou pública” (REBELO-MOCHEL, 2011, p. 99).

A cidade cresce e se transforma às expensas do manguezal e esse ecossistema resiliente se ajusta, se remodela, e persiste com novos arranjos espaciais e estruturais forjados por séculos de uso. Novos modelos de desenvolvimento e ocupação do espaço são requisitos básicos para a conservação e a sustentabilidade dos manguezais (REBELO-MOCHEL, 2011, p. 99).

A autora apresenta ainda dados do ano de 2004 que mostram que os manguezais cobriam, naquele ano, uma área de aproximadamente 15.000 ha da Ilha de São Luís e a perda das áreas de mangue pode ser vista na tabela abaixo (MOCHEL *et al.*, 2002).

Ano	Área de Manguezal Estimada (ha)	Base de Imagem
1972	25.790	GMS 1000
1979	23.190	Landsat MSS
1991	20.730	SPOT
1993	19.000	Landsat TM
1999	16.600	Landsat TM
2004	15.000	CBERS 2

FIG. 9: Tabela sobre as Mudanças na cobertura de manguezais entre 1971 e 2004 na Ilha de São Luís (MOCHEL; ALCÂNTARA, 2006; MOCHEL, 1997; 2002; MOCHEL *et al.*, 2002; PEREIRA NETO, 2001, *apud* REBELO-MOCHEL, 2011, p. 112).

O uso e a ocupação desordenada do solo é, provavelmente, o fator que mais acarreta a supressão das áreas de manguezal na ilha de São Luís (REBELO-MOCHEL, 2011, p. 112).

O povo do mangue

Voltando a relacionar as duas realidades postas em questão, dizemos que a casa do seringueiro depende simultaneamente da extração de borracha, de onde obtém o dinheiro, da agricultura, para obter a farinha, de uma pequena criação de patos, ovelhas, porcos e algumas vacas, como forma de poupança em caso de necessidade, mais a caça e a pesca. Além disso, a coleta sazonal também tem importância, como os frutos das palmeiras, plantas medicinais, plantas utilizadas na alimentação e materiais para construções. Assim, mesmo na falta da borracha, os seringueiros não ficam “desempregados” (ALMEIDA; CUNHA, 2009, p. 293). Semelhantemente se dá o modo de vida das populações tradicionais na RESEX de Tauá-Mirim, porém, o extrativismo se dá pela pesca e coleta de frutos, como a *Juçara*⁵³, por exemplo.

Em relação à infraestrutura, algumas casas ainda são de taipa, mas muitas são de alvenaria. Algumas possuem fossa, segundo laudo do IBAMA (2007) e a água para consumo vêm de poços superficiais e artesianos, em menor quantidade. A energia elétrica é bem distribuída. O transporte coletivo é difícil, com intervalo de muitas horas entre um ônibus e outro. As estradas na sua maioria, com exceção dos trechos asfaltados que ligam a Vila Maranhão aos povoados de Porto Grande, Taim e Rio dos Cachorros, são de terra com piçarra ou de areia e as algumas podem ficar ‘cortadas’ no inverno (período chuvoso). Nas ilhas o transporte é fluvial por canoa ou barco a motor.

⁵³ *Euterpe oleracea* Mart. é conhecida popularmente no Maranhão como juçara. É uma espécie palmácea nativa da região amazônica que se destaca pela sua abundância nas áreas onde ocorre e por constituir importante fonte de diversos produtos, tanto de subsistência quanto comerciais (OLIVEIRA, 2003).

Segundo os moradores, gastos com saúde são pouco significativos, pelo que pôde ser observado em entrevistas e conversas informais em diversas comunidades. A escassez de farmácias no local aliada ao conhecimento das ervas medicinais faz com que remédios para dor de cabeça, pedra dos rins, gastrite, anemia, osteoporose, e outras mazelas sejam tirados do próprio quintal, de hortas plantadas ou da fauna e flora ali existente (vide quadro 01). Com exceção de alguns idosos, que fazem uso de medicamentos para doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, que retiram os medicamentos nos postos de saúde (não existe nenhum dentro das comunidades que compõem a RESEX) e outras situações especiais.

Por outro lado, os hospitais são distantes, o transporte e a comunicação difíceis, o que complica a resolução de emergências. As mulheres gestantes costumam se hospedar, no final da gravidez, em casa de parentes em bairros mais próximos ao centro para acesso mais fácil às maternidades, porém muitos partos são realizados em casa, por parteiras da própria comunidade. Os filhos estudam, quando pequenos, nos povoados que têm escola até o nível fundamental, e nas séries mais avançadas no bairro da Vila Maranhão ou na Estiva, que são os bairros mais próximos. Alguns conseguem cursar o nível médio no centro da cidade. De modo geral a escolaridade é baixa, principalmente entre os mais idosos. Estas informações foram percebidas em campo, em conversas informais⁵⁴, e corroboradas pelos dados encontrados no Laudo Socioeconômico e Biológico para a criação da Reserva Extrativista do Taim (chamada atualmente de Tauá-Mirim) (IBAMA, 2007).

A produção familiar dos povoados é baseada principalmente na pesca, na roça e na criação de pequenos animais, geralmente galináceos, raramente porcos. Possuem muitas árvores frutíferas como a mangueira e jaqueira além da juçara, buriti e babaçu, espécies nativas da flora maranhense. Em alguns povoados⁵⁵, a horta é feita em consórcios com o milho e a mandioca, em outros a produção é mais variada. Algumas famílias conseguem vender o excedente para complementação da renda, principalmente nas feiras de bairros próximos, como a Estiva, Vila Maranhão e Anjo da Guarda. Alguns produtos, como a farinha, podem ser trocados por peixe ou outros produtos, dependendo da situação. Na época do plantio, geralmente, a roça é feita em mutirão com a participação de membros de várias famílias, que vão se revezando. Cada comunidade possui pelo menos uma casa de farinha e a

⁵⁴ Essas conversas informais foram realizadas durante a pesquisa do mestrado, entre 2006 e 2009.

⁵⁵ Não temos no grupo GEDMMA nenhum estudo sistemático de todas as comunidades que compõem a RESEX, em termos populacionais, também não existe dado censitário disponível.

produção, quase sempre, é para o consumo interno (STEINHORST DAMASCENO, BARBOZA, 2009; SILVA, 2009).

Segundo Margarida Maria Moura, em sua obra sobre o campesinato, o trabalho familiar camponês abastece a casa e alimenta seus membros, mas também é destinado a lugares e pessoas exteriores a esta realidade. Também podemos perceber da mesma forma a realidade dos povoados pertencentes à região, que tem a produção familiar voltada para o consumo interno, porém com a possibilidade de venda do excedente.

É grande a variedade de formas pelas quais parte da produção camponesa escapa ao controle de quem produziu. Raras são, hoje, as unidades camponesas que visam ao auto-sustento quase completo, reduzindo ao mínimo, ou levando à inexistência, as relações sociais calcadas na cessão de um tributo ou na reserva de uma parcela do produto colhido para ser vendido à feira...a transferência de uma parte da produção para a feira de uma cidade próxima é outro exemplo do modo pelo qual essa produção circula...um camponês poderá levar arroz para vender, enquanto outro levará feijão; ambos se interessam em negociar. O dinheiro obtido na venda de uma determinada quantidade do cereal oferece ao camponês a possibilidade de adquirir tecidos, panelas, remédios. (MOURA, 1988, p. 55).

O quadro abaixo (STEINHORST DAMASCENO, 2009) representa uma amostra do que é produzido pelos moradores, tanto nas criações, que representam os produtos de origem animal, como no roçado e horticultura, assim como as plantas e ervas medicinais utilizadas pelos moradores para problemas como, por exemplo, dor de cabeça, pedra nos rins, gastrite e anemia. A casca do mangue vermelho é utilizada para o controle da diabete e o turu (*Neoteredo reynei*) para osteoporose.

QUADRO 01 - Produção de origem animal e vegetal das comunidades

Origem animal:	Origem vegetal (roça):	Origem vegetal (horta):	Origem Vegetal (Frutas):	Plantas medicinais:
Peixe	Mandioca (farinha e fécula)	Tomate	Limão	Quebra-pedra
Mariscos	Macaxeira	Maxixe	Melancia	Açoita-cavalo
Siri	Milho	Quiabo	Juçara (açai)	Vique
Caranguejos		Abóbora	Pequi	Dipirona
Galinhas		Pimentão	Bacuri	Anador
Patos		Cebolinha	Buriti	Cidreira
Ovos		Coentro	Babaçu	Capim-limão
Porcos		Pimenta	Manga	Tamarindo
		Jerimum	Banana	Carambola
		Pepino	Abacate	Embaúba- branca
			Coco	Santa Quitéria
			Jaca	Tem-tem
			Acerola	Chá caboclo
			Caju/castanha	

O QUADRO 02 (STEINHORST DAMASCENO, 2009) enumera as espécies pescadas pelos moradores da região, de acordo com o nome popular e científico respectivamente. Variam em abundância de acordo com a localidade e sazonalidade. Os dados foram coletados em entrevista com Alberto Cantanhede (Beto do Taim), Foi utilizado trabalho monográfico de Sousa (2003) para listar o nome científico das espécies de peixes catalogadas.

QUADRO 02: Etno-espécies listadas por Beto do Taim como sendo usualmente pescadas na região da RESEX de Tauá-Mirim. Nome científico segundo Nelson, 1994 (*apud* Sousa, 2003).

Etno-espécie	Nome científico	Etno-espécie	Nome científico
Bagre-branco (Uriacica-branco)	<i>Arius bonillai</i>	Peixe-pedra	<i>Genyatremus luteus</i>
Bandeirado	<i>Bagre bagre</i>	Pacamão	<i>Batrachoides surinamenses</i>
Jurupiranga	<i>Arius rugispinnis</i>	Mero	<i>Epinephelus itajara</i>
Uritinga	<i>Arius proops</i>	Baiacu-açú*	<i>Colomesus psittacus</i>
Tainha-sajuba	<i>Mugil curema</i>	Arraia-baté*	<i>Gymnura micrura</i>
Tainha-orixoca	<i>Mugil incilis</i>	Tralhoto*	<i>Anableps anableps</i>
Tainha-pitua	<i>Mugil gaimardianus</i>	Camurim	<i>Centropomus parallelus</i>
Pescada-amarela	<i>Cynoscion sp.</i>	Gurujuba	-----
Cação	-----		

*Outros não citados por Beto do Taim como importantes na região ou citados como de pouca importância econômica.

Castro, Castro e Porto (2010), estudaram a ictiofauna do sistema estuarino compreendido pelo Rio dos Cachorros e o Estreito do Coqueiro, situados entre 2°38' S - 2°43' S e 44°17 W - 44°23' W. As águas que compõe o complexo estuarino da região são oriundas da baía de São Marcos e Arraial, penetrando no Estreito do Coqueiro através de duas aberturas situadas nas extremidades da Ilha de Tauá-Mirim. Foram capturados um total de 2.838 indivíduos pertencentes a 44 espécies, distribuídos em 12 ordens e 25 famílias, sendo que as ordens Perciformes e Cyprinodontiformes predominaram com 31,3% e 22,3 %, respectivamente. Nos estuários investigados por outros autores, compreendido pelo Rio dos Cachorros e o Estreito do Coqueiro, este valor foi de 1,76, sendo inferior ao observado no estuário do Rio Paciência que foi de 2,27, e no Rio Anil que mostrou um índice de 1,86, demonstrando que possivelmente a área estudada tem menor diversidade específica.

Os resultados encontrados por Castro, Castro e Porto (2010), demonstraram que as espécies mais abundantes na área de estudo foram *A. anableps*, *C. psittacus*, *G. luteus* e *S. herzbergii*, e *C. acoupa* totalizando 58,5% do número total de capturas. Estes resultados mostraram uma alteração no padrão de dominância das espécies na área de estudo, que anteriormente evidenciavam *S. herzbergii*, *C. acoupa* e *M. ancylodon* como as mais expressivas. A análise dos valores dos índices de diversidade e riqueza nos quatro pontos de coleta demonstrou que o igarapé Andiroba teve os menores valores, fato que pode ser

atribuído à proximidade das áreas estudadas em relação às instalações da ALUMAR e seu respectivo porto.

Neste contexto, a comunidade de peixes dos estuários investigados mostra-se particularmente adequada para atuar como indicadora das análises de ecossistemas aquáticos sob influência de indústrias de alumínio. É necessário um aprofundamento de análise dos dados disponibilizados por Castro, Castro e Porto (2010), mas em princípio estes corroboram os relatos dos pescadores da RESEX, que percebem a diminuição da biodiversidade e ocorrência predominante de espécies mais resistentes à poluição nos locais próximos ao porto da ALUMAR.

Além da relação produtiva com a terra, rios e mar, em termos de sua segurança alimentar, a população, de modo geral, possui uma forte expressividade de sua cultura, como, por exemplo, o Tambor de Crioula do Taim e o Culto-Afro no Cajueiro. As comunidades participam de Festejos Juninos, para o Divino Espírito Santo, grupos de Bumba meu Boi, entre eles o boi de Maracanã, um dos mais tradicionais de São Luís, entre outras atividades culturais (IBAMA, 2007; SILVA, 2009).

Tais características gerais demonstram que estas comunidades utilizam o território, relacionado ao ambiente natural, para sua reprodução social. Outros trabalhos feitos nesta região por pesquisadores do GEDMMA, com as comunidades que pleiteiam a criação da RESEX, detalham os processos históricos e de territorialidade desta população e sua relação íntima com o meio ambiente⁵⁶.

Em consonância com a proposta da multivocalidade, apresento os estudos realizados pelo GEDMMA sobre as comunidades tradicionais em termos de sua afirmação de direitos territoriais e ambientais⁵⁷. Em relatório apresentado ao MPF em 2014, os pesquisadores do GEDMMA apontam a existência diversas comunidades tradicionais na Zona Rural II de São Luís⁵⁸. Esses grupos, a exemplo de outros em diversas regiões do país, vivem de uma

⁵⁶ Ver também MENDONÇA, (2006), GASPAR, (2007), SILVA (2009), SANT'ANA JÚNIOR et. al., (2009) e DE JESUS (2014) para mais informações acerca do histórico das comunidades e sua luta pela legitimação do território.

⁵⁷ GEDMMA/UFMA. **Relatório Socioantropológico - RESEX de Tauá-Mirim:** Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil, São Luís, 2014.

⁵⁸ Além das 12 comunidades pertencentes aos limites da RESEX existem diversas outras, como Vila Madureira e, que também foram vítimas de deslocamento compulsório para efetivação de grandes empreendimentos (Termelétrica da MPX) ou foram muito impactadas, como Camboa dos Frades. As comunidades do entorno da

economia familiar polivalente (ALMEIDA, 2004), onde prevalecem atividades extrativistas, a pesca, criação de animais de pequeno porte e a pequena agricultura de roças. Muitas atividades são realizadas em comum, como a pesca e os mutirões para os roçados.

Percebe-se que grande parte das comunidades tem sua origem social ligada às comunidades negras de Alcântara, Bequimão, Anajatuba, dentre outros municípios da Baixada Maranhense e ao processo de escravidão no Maranhão. Em pesquisas recentes, pôde-se observar também uma possível ancestralidade ligada ao povoamento indígena nessa região que remete ao período colonial, já que nomes semelhantes aos de algumas comunidades, como Rio dos Cachorros, têm correspondentes históricos em localidades indígenas como *Januarem* (cachorro grande ou aldeia do cachorro, na toponímia tupinambá) que aparecem em mapas do século XVI em espaço territorial compatível ao da comunidade no presente (SILVA, 2009; DE JESUS, 2014; MAIA, 2014).

Mendonça (2006) constatou a interdependência entre as comunidades da parte sudoeste de Ilha do Maranhão, sugerindo a existência de um território étnico que somente faz sentido se for garantida a existência dessas relações entre as comunidades e, portanto, da proteção da faixa territorial por onde se observa uma economia material e simbólica própria, já que uma comunidade não pode ser vista deslocada das outras com quem mantém laços afetivos, simbólicos, econômicos e históricos há séculos (GEDMMA, 2014).

O tratamento acadêmico dado ao conjunto das comunidades da parte sudoeste da Ilha, como sendo um território étnico, demonstrando a interdependência social, cultural, econômica desse mosaico de comunidades, foi paulatinamente sendo elaborado ao longo das pesquisas do grupo e aparece de modo sistematizado no conjunto dos trabalhos publicados na obra produzida pelos pesquisadores do GEDMMA e editado pela EDUFMA: Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim, no ano de 2009, bem como, nos diversos artigos publicados em periódicos, livros e anais de eventos científicos e nas monografias e dissertações elaboradas ao longo de uma década de estudos.

RESEX servem como zona de amortecimento e sua localização e características estão descritas no **Relatório Sucinto de Levantamento de Comunidades Tradicionais no Entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**, realizado pelo GEDMMA em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA), vinculado ao Departamento de Geociências; Núcleo de Estudos Geográficos (NEGO), vinculado ao Departamento de Geociências e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico; Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade (NUPEDD), vinculado ao Departamento de Direito e ao Programa de Pós-graduação em Direito, todos da Universidade Federal do Maranhão, por demanda de reunião com o MPF, MPE e movimentos sociais em novembro de 2015.

As comunidades da RESEX de Tauá-Mirim

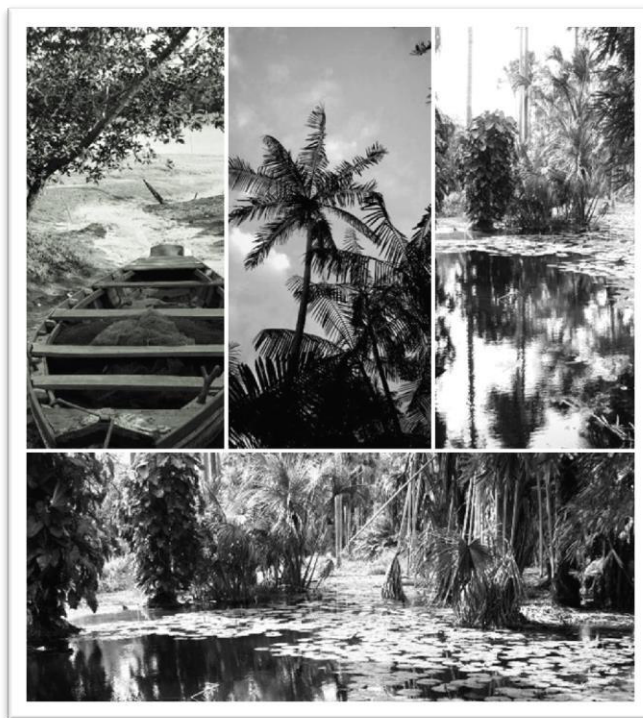


FIG. 10: As fotografias foram feitas por mim dentro dos limites da RESEX de Tauá-Mirim e representam algumas das belezas cênicas da área onde vivem as comunidades.

A RESEX de Tauá-Mirim é composta por 12 comunidades situadas em duas ilhas, Tauá-Mirim é uma ilha pequena, pouco habitada e de característica rural; e Upaon Açu, é uma grande ilha onde estão inseridos vários municípios, inclusive São Luís, no qual está localizada a RESEX⁵⁹.

A área proposta para a RESEX de Tauá-Mirim abrange povoados da Ilha de Upaon Açu: parte do Cajueiro (Praia de Parnauçu), Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Taim e parte da Vila Maranhão. Abrange, também, a Ilha de Tauá-Mirim, na qual são localizados os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho, Ilha Pequena e Tauá-Mirim, incluindo um espelho d'água na Baía de São Marcos, totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km.

⁵⁹ A RESEX está toda localizada na Zona Rural II de São Luís, com exceção de uma pequena área considerada urbana.

QUADRO 03: Distribuição das comunidades da RESEX de Tauá-Mirim, elaborado por mim, para este trabalho.

COMUNIDADES DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM

ILHA DE TAUÁ-MIRIM	ILHA DE UPAON AÇU
Amapá	Cajueiro
Embaubal	Limoeiro
Jacamim	Porto Grande
Portinho	Rio dos Cachorros
Ilha Pequena	Taim
Tauá-Mirim	Vila Maranhão

As informações mais consistentes que temos, fruto de pesquisas de campo para a construção de trabalhos monográficos, relatórios ou artigos científicos, no seio do grupo de pesquisa (GEDMMA) se limitam às comunidades do Cajueiro (também chamada de Bom Jesus do Cajueiro, ou Vila Cajueiro); Porto Grande; Rio dos Cachorros e Taim. Há entrevistas com o senhor Lionel da comunidade do Limoeiro, mas são poucas as informações sobre a história da constituição da mesma. As demais comunidades carecem de informações mais detalhadas, apesar de termos apenas informações mais gerais sobre o modo de vida e sociabilidade das comunidades de forma geral.

Segundo Oliveira (2014; 2015), a região onde estão localizadas as comunidades Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim, durante o período imperial, foi conhecida como freguesia de São Joaquim do Bacanga, a quarta freguesia constituída no Maranhão. Segundo ele, escrever sobre essa região e o processo de ocupação que ali vem ocorrendo desde o século XVIII, ou antes, é muito difícil devido às limitações das informações sobre o tema, ainda assim, os documentos encontrados⁶⁰ estão dispersos, alguns ilegíveis, comparando esse ato investigativo à montagem de um “quebra-cabeças”, no qual faltam várias peças.

⁶⁰ Na pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: o dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão (CÉSAR MARQUES, 1870); no Arquivo Público do Estado do Maranhão foi utilizada a Coleção de Leis e Decretos do Estado do Maranhão, o Inventário dos Códices (volume I a VII) e o Livro de Registros de Batismos das freguesias (OLIVEIRA, 2015, p. 6).

Oliveira (2015), em sua investigação documental aponta registros importantes que indicam a antiguidade do povoamento da região em questão, indicando inclusive a ancestralidade africana da população:

A partir da análise do Livro de Registros, apontamos os 342 batizados que ocorreram na freguesia de São Joaquim entre os anos de 1835 e 1845, entre os batizados havia negros, pardos, cafuzos, mulatos (escravos, livres ou forros) e brancos. Apontamos também os senhores de escravos que havia na freguesia no mesmo período, em um total de 38 (OLIVEIRA, 2015, p. 6).

Oliveira (2015, p. 6), encontra o seguinte relato, que diz tratar-se da comunidade conhecida atualmente como Vila Maranhão, cuja parcela do seu território encontra-se dentro da área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim:

O primeiro foi o projeto do Canal do Arapapaí, cuja primeira tentativa de construção foi anterior a 1742, durante o governo de João de Abreu de Castelo Branco, que governou a capitania do Maranhão entre 1737 e 1747 (...) Após frustrar-se essa tentativa de construção do canal, outras vezes se tentou até 1848, quando as obras são retomadas na administração do “presidente do Maranhão Franco de Sá”... No ano de 1841, uma povoação ali existente encontrava-se “já em bastante decadência” (...).

Podemos destacar ainda a antiguidade do uso estratégico da região em termos de logística de transporte (tentativa de construção de um canal) e de povoamento, com construção de escola, igreja e um importante colégio eleitoral:

Naquele ano foi criada naquela povoação (chamada Arraial do Furo) “uma cadeira de primeiras letras para meninos, criada pela Lei provincial nº 111”... O Arraial do Furo teve construído o templo da matriz daquela freguesia através da Lei provincial nº 186 de 1814. Essa freguesia fazia parte do colégio eleitoral de São Luís, com uma população de 2.012 habitantes, entre homens e mulheres livre (954) e escravos (1058) e cujas principais atividades eram “lavoura de cana, fumo, arroz e algodão... em pequena escala”... (OLIVEIRA, 2015, p. 11)

A seguir apresento o mapa, que é uma adaptação do Anexo IV da Lei de Zoneamento Uso e Ocupação dos Lotes de São Luís, conforme legenda, feita pelo analista ambiental do Ministério Público Federal e adaptado por mim com base em localização das comunidades feita por Clovis Amorim, morador da comunidade do Cajueiro.

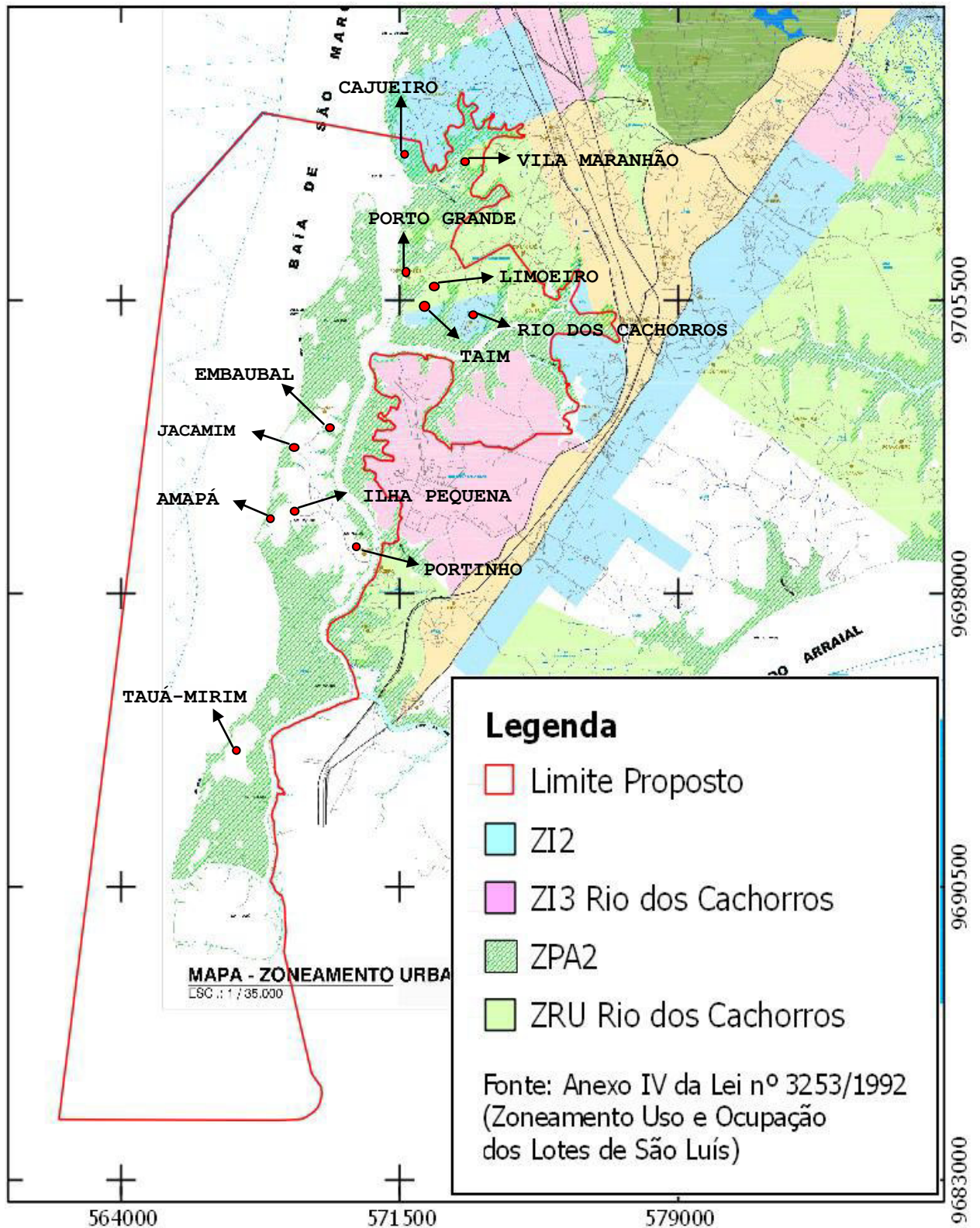


FIG. 11: Localização das comunidades da RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro (Praia de Parnauçu), Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Taim, parte da Vila Maranhão, Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho, Ilha Pequena e Tauá-Mirim. O mapa é uma adaptação do Anexo IV da Lei de Zoneamento Uso e Ocupação dos Lotes de São Luís, conforme legenda feita pelo analista ambiental do Ministério Público Federal e adaptado por mim com base em localização das comunidades feita por Clovis Amorim, morador da comunidade do Cajueiro.

Vila Maranhão⁶¹

A Vila Maranhão é uma localidade maior, em relação às outras comunidades, e mais urbanizada, por ser cortada pela rodovia asfaltada. Porém, apenas uma parte desta, mais rural, está inserida nos limites da RESEX de Tauá-Mirim. É composta pelas localidades Sitinho, Vila Tiradentes, Vila São Joaquim e Porto das Arraias, localizada dentro da área da RESEX.

No século XVIII, a Vila Maranhão era chamada de Furo, em função da tentativa de construção de um canal que ligaria o Igarapé do Arapapaí e o Rio Bacanga, o que possibilitaria melhorar a navegação entre aquela região e o centro de São Luís (GEDMMA, 2015).

Segundo Otoni (2005), a Vila Maranhão, que está localizada na porção oeste da Ilha do São Luís, distante aproximadamente 22 quilômetros do centro da cidade e 14 quilômetros do perímetro urbano, é uma das comunidades que a partir do final da década de 1970 começou a ser cercada por grandes plantas industriais, primeiramente a Empresa de Alumínios do Maranhão (ALUMAR, do grupo da transnacional ALCOA), no extremo oeste da ilha e depois a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente Vale S.A., maior exportadora mundial de minério de ferro, através do sistema da Mina (localizada no sudeste do Pará)/Estrada de Ferro Carajás/Porto do Itaqui, localizado a nordeste da Vila Maranhão.

É na Vila Maranhão que fica localizada uma das mais antigas Igrejas Católicas da ilha de São Luís, a igreja de São Joaquim do Bacanga, fundada pelos jesuítas em 1848 e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987, o que demonstra a antiguidade do povoamento nesta região (IBAMA, 2007).

Anteriormente houve a criação da freguesia de São Joaquim do Bacanga, em 1835, conforme evidenciado na citação:

“Divisão eclesiástica – divide-se a Província em 53 freguesias, tendo cada uma o seu respectivo pároco...” dessas freguesias a que nos interessa nessa pesquisa é a de São Joaquim do Bacanga. Esses números revelam a importância que a freguesia de São Joaquim tinha para a província à época.
O segundo empreendimento foi a criação da freguesia de São Joaquim do Bacanga, no ano de 1835, cuja matriz ficou sendo no Arraial do Furo, atualmente denominada comunidade de Vila Maranhão. “A freguesia de São Joaquim do Bacanga. criada em

⁶¹ Como apenas uma comunidade da Vila Maranhão fica nos limites da RESEX, essa será tratada novamente no item que fala sobre as comunidades do entorno, e que servem como zona de amortecimento.

1835 por lei de 08 de maio, foi a quarta freguesia constituída no Maranhão”... trata-se da Lei Provincial número 13. (...) a freguesia de São Joaquim do Bacanga abrange uma grande área na qual essas comunidades estão inseridas (OLIVEIRA, 2015, p. 12).

Cajueiro

A comunidade do Cajueiro⁶² é uma das comunidades que compõem a RESEX e que tem desenvolvido um forte repertório de lutas contra a possibilidade de implantação de grandes empreendimentos e desterritorialização sendo também a comunidade que mais vêm recebendo ameaças de deslocamento compulsório nos últimos anos.

Segundo o relato da equipe do GEDMMA⁶³, “fazer memória da importância do território em questão” é perceber as particularidades históricas contidas no interior das representações sociais. Cajueiro não só é constituído de terra para plantar e colher, “só não dá, só o que não se planta”, segundo fala de um morador, do mar para retirar o pescado, do mangue para o berçário das espécies endêmicas e não endêmicas, mas também de significados que extrapolam as condições etnográficas de descrição. Ainda mais importante é a relação que é constituída com o ambiente em termos dos mitos e religiosidade:

O apreço que o lugar traz, para os filhos e filhas de santos do Maranhão, supera em suas especificidades, a grandiosidade de qualquer navio que não seja aquele conduzido por D. João nas águas da Baía de São Marcos. Segundo praticantes de religiões afro-brasileiras, a princesa Ina, entidade protetora das águas do Itaqui, por vezes ou outras, expressa o seu descontentamento em relação às ambições dos homens, não aqueles que jogam suas redes ao mar e retiram seu sustento de lá, mas daqueles que desconhecem a natureza local e negligenciam a imponência de um mar que guarda segredos e castiga os mais desavisados aventureiros do capital (GEDMMA, 2014, p. 7).

A comunidade do Cajueiro, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, constitui-se de cinco pequenos núcleos assim denominados: Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. Portanto, quando nos referimos ao Cajueiro, são considerados o conjunto desses pequenos núcleos, “que os próprios moradores reconhecem como sendo o que constitui essa comunidade em termos de configuração físico-geográfica e de representação comunitária, através da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro”. Portanto, segundo aponta relatório do GEDMMA (2014, p. 11) o

⁶² Sobre a comunidade do Cajueiro e seu repertório de luta no ver Mendonça (2006) e Moreira (2015).

⁶³ GEDMMA/UFMA. **Relatório Socioantropológico - RESEX de Tauá-Mirim:** Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil, São Luís, 2014.

desapossamento ou desapropriação de qualquer desses núcleos descaracterizará essa comunidade, mesmo os que não se encontrem no interior da delimitação da RESEX.

Segundo Santos (2013), a comunidade tradicional Cajueiro recebeu o nome dessa árvore frutífera porque na região tem fartura do pé de caju e de seu fruto, conforme diz Aiá, Dona Maria José Araujo, de 86 anos:

Dona Aiá, assim conhecida, faz parte da primeira família da comunidade do Cajueiro e, segundo seu depoimento, é descendente de escravos com brancos de Alcântara e veio ainda menina para São Luís. A moradora relembra os tempos de infância e diz que chegou ao Cajueiro com 10 anos de idade, era o ano de 1937, pois seu pai, o Sr. Boa Aventura Paulo Araujo, veio em busca de emprego em São Luís. Na época, era comum o transporte via mar, pois muitos trabalhadores viajavam de Alcântara para São Luís, atracavam no cais da Praia Grande e iam trabalhar nas fábricas ULE e Cânhamo⁶⁴. A moradora também comenta que para chegar até a comunidade do Cajueiro era feito um percurso de barco, pelo qual se passava no povoado Camboa dos Frades⁶⁵ (SANTOS, 2013, p. 27).

Segundo Dona Maria José, seu pai foi o primeiro morador do Cajueiro e quando o mesmo chegou ao povoado não havia quase nada, porém, ela relembra que quando o pai dela chegou ao Cajueiro já havia alguém morando lá:

(...) um posseiro que se dizia tomar conta da terra. Este se chamava Joaquim Maia. Quando o Sr. Boa Aventura Paulo Araujo chegou ao Cajueiro, este senhor se apresentou como guardião daquela terra e disse que a mesma pertencia a uma senhora cujo nome não foi revelado. O posseiro deixou a família de Dona Aiá se fixar no local, com a condição que seu pai se tornasse o guardião do lugar. Com o passar do tempo, o posseiro desapareceu e o Sr. Boa Aventura Paulo Araujo já estabelecido no local há anos começou a ceder terras para quem vinha de outras regiões (SANTOS, 2013, p. 29).

Apesar dos moradores do Cajueiro não terem na memória uma ideia sobre a data de fundação desse povoado, a memória da comunidade está diretamente ligada ao Terreiro do Egito, instalado na região em 1864. Apesar disso, Oliveira (2015, p. 24) em sua pesquisa nos registros históricos encontra relatos do sobrenome do pai de Dona Aiá: “a versão de Dona Maria José, sobre sua família ter vindo de Alcântara, é bem provável. No entanto já havia na freguesia de São Joaquim uma família de Araujo, (...) são eles: Manoel Joaquim de Araujo e

⁶⁴ Cânhamo foi uma fábrica têxtil localizada no Bairro da Madre Deus. Considerada patrimônio histórico de São Luís, atualmente, depois de restaurada, tornou-se o Centro Cultural CEPRAMA. No final do século XIX e início do século XX, São Luís se constituiu em um dos mais importantes centros de indústrias têxteis do Brasil, atraindo mão de obra do interior do estado.

⁶⁵ Camboa dos Frades é um povoado, constituído por população tradicional, localizado nas proximidades do Porto do Itaqui e que sofreu impactos socioambientais por conta da instalação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui “ficando isolada atrás do projeto”; essas pessoas inclusive “têm tido dificuldade para manter suas famílias através do modelo tradicional de roça; outros de se deslocar para seus trabalhos; e assim de dar continuidade aos seus modos de vida” (CARVALHO, 2011, p. 22). A empresa proprietária da Usina Termelétrica Porto do Itaqui alterou seu nome de MPX para ENEVA, cuja propriedade era de Eike Batista.

Tenente Joze Joaquim de Araujo”, não é possível, portanto, compreender de imediato como as famílias citadas estão ligadas à fundação dessas comunidades, porém são indícios de sua antiguidade.

Segundo Santos (2013), no Cajueiro, somente há um “Jardim de Infância”, as crianças maiores de 05 anos e os adolescentes têm que se deslocar para o povoado da Vila Maranhão em busca de aprendizagem. O povoado se organiza socialmente através da União dos Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro, fundada em 1986 e do Clube de Mães e Pais, que também são responsáveis pela execução de alguns projetos sociais como PETI⁶⁶; há também os projetos Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal; Projeto Mulheres de Fibra, da ONG Plan⁶⁷.

A comunidade de Cajueiro possuía, em 2013, cerca de 250 a 300 famílias residindo ali e já havia sofrido muitas modificações, conforme relata o Senhor Antônio Pereira da Paz (85 anos) e a Senhora Maria Francisca do Nascimento Paz (82 anos), casados há 60 anos e oriundos da região de Tutóia. Relatam que, quando se casaram, o povoado era farto em pescado: bagre, pacamão, tainha, peixe pedra, tralhoto e algumas espécies de mariscos (sururu, siri, caranguejo, camarão, aratu). Mas afirmam que estas e outras espécies marinhas foram sumindo desde a construção do Porto de Itaqui e outros empreendimentos instalados na região (SANTOS, 2013, p. 29).

Em termos dos conflitos ambientais já estabelecidos, os moradores afirmam que “estas e outras espécies marinhas foram sumindo devido uma dragagem que foi realizada no período em que houve a construção do Porto de Itaqui, a partir de meados dos anos 1970” (SANTOS, 2013, p. 30). O processo de criação do Porto de Itaqui parece não ter apenas afastado as espécies marítimas, como também afetou a praia do Cajueiro, que era o local de lazer da comunidade:

Antes da construção, havia uma larga extensão de areia que é muito comum em praias da região que não têm seu ecossistema abalado. Com o Porto de Itaqui, a dragagem transformou a extensão de areia em lama e é nessa situação que está à praia do Cajueiro, inclusive inapropriada para banho. A praia do Cajueiro era um potencial turístico na comunidade, foi altamente degradada pela criação do porto e, em dias atuais, está sujeita a ser extinta, pois há um projeto de expansão do porto que destruirá totalmente praia do Cajueiro para aumentar o canal onde os grandes navios nacionais e internacionais possam transitar e, assim sendo, o porto de Itaqui possa aumentar sua capacidade de carga. Nessa perspectiva, o que é um bem comum coletivo passará a ser somente uma lembrança na memória do Cajueiro, a

⁶⁶ Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, do Governo Federal.

⁶⁷ Organização Não Governamental - Plan International Brasil.

permanência e extensão do “progresso” do Maranhão tira o que é comunitário e torna-o exclusivo de poucos (SANTOS, 2013, p. 30).

A autora percebe a partir de relatos de moradores que, com o processo de criação do Porto de Itaqui, a comunidade que antes era de pescadores e marisqueiras foi obrigada a mudar suas atividades, alguns homens e mulheres deixaram de tirar o pescado dos fundos dos seus quintais, uma vez que o mar corta a comunidade inteira, e voltaram-se para o trabalho braçal nas próprias indústrias que geraram a degradação do Cajueiro, pois com a escassez do pescado, a sobrevivência agora dependia da força física e da mão de obra desqualificada:

Entre as antigas atividades econômicas da comunidade, estavam a roça, a pesca e a extração da amêndoa do coco babaçu, este último era uma atividade realizada somente por mulheres. O Cajueiro foi muito conhecido como o babaçual de São Luís, pois havia muitas palmeiras desse coco em toda sua extensão territorial. Esse título foi aos poucos se perdendo, uma vez que novamente a passagem do progresso nesse povoado fez com que a vegetação onde se encontravam as palmeiras fosse dando vazão ao corpo físico das grandes indústrias ali instaladas. Essas, por sua vez, são causadoras de danos ambientais irreparáveis em toda área da Zona Rural II de São Luís e seus impactos são sentidos até mesmo na área central da cidade, uma vez que a distância do Centro urbano de São Luís é de cerca de 4 Km em linha reta. Alguns dos empreendimentos instalados na Zona Rural II de São Luís são: Vale, MPX, Suzano, Votorantim, Lucena, Porto da Ponta da Madeira, Porto de Itaqui, Alumar. Estes são os responsáveis diretos pelo desequilíbrio socioambiental vivenciado pelas comunidades tradicionais da Ilha do Maranhão (SANTOS, 2013, p. 31).

Além disso, desde a década de 1980, a comunidade do Cajueiro vem sofrendo tentativas de expulsão. Em 1987, o governo federal, pela ação do Conselho de Não Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER)⁶⁸, determinou que o Estado do Maranhão apresentasse o projeto de “uma usina siderúrgica integrada, com capacidade de 3 milhões de toneladas ao ano, através da resolução nº 199/87 de 08.04.87” (GISTELINCK, 1988, p. 109). Tal empreendimento não se consolidou, mas que previu o deslocamento de várias comunidades para sua instalação, ressaltando que foram realizados estudos e sondagens técnicas naquele momento, gerando insegurança quanto à permanência no território (GEDMMA, 2014).

Em 2002 começaram a aparecer vários anúncios na mídia local sobre a instalação de um polo siderúrgico na mesma área. Desta vez foram realizados estudos mais elaborados e sistematizados, pela empresa de consultoria Diagonal Urbana, que passava nas casas dos moradores das comunidades, igrejas e escolas *marcando com tinta preta*⁶⁹ os prédios das residências, dos comércios locais ou os prédios públicos o que, supostamente, garantiria posterior indenização dos mesmos (MENDONÇA, 2006).

⁶⁸ Conselho Federal, presidido pelo então Ministro de Estado da Indústria e Comércio.

⁶⁹ Esse tipo de violência gerou, novamente, sensação de insegurança quanto à ocupação do território, gerando a subjetivação da desterritorialização. Mais a frente o episódio de marcação das casas será retomado.

Em relatório, o GEDMMA denuncia que, mesmo depois de mais de dez anos e nenhum empreendimento ter se instalado no local, o poder executivo estadual e municipal não realizou investimentos significativos em políticas públicas nessas comunidades, confirmando assim, a perspectiva de um desenvolvimento que não contempla as comunidades locais, ou pior, as força a uma situação de precariedade (GEDMMA, 2014). Ainda segundo os pesquisadores, “essas investidas de controle do território e de possibilidades de deslocamento mencionadas são algo que se mantêm na memória das pessoas que ali vivem” (GEDMMA, 2014, p. 12), o que confirma o processo subjetivo da desterritorialização, segundo Deleuze e Guattari (2011), no qual a construção de nova possibilidade de reterritorialização é um constante devir.

A Comunidade do Cajueiro tem uma luta a mais em termos do seu território, em relação às outras comunidades da RESEX, pois vem sofrendo a pressão de um conflito particular que é o caso da “ferrenha disputa territorial”, cujos extremos são: a empresa WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda. e o Estado do Maranhão “com seu aparato jurídico-legal mobilizado para atender às demandas mais expansivas de um ambicioso projeto de incremento de infraestrutura logística na Baía de São Marcos, sem qualquer possibilidade de inclusão das comunidades tradicionais nos planos de negócios” (GEDMMA, 2014, p. 15).

Recentemente, verificaram-se novas ofensivas aos moradores da área, desta vez, com a ação direta de desapossamento, sobretudo em Cajueiro. Na realização de atividades de pesquisa na Zona rural II de São Luís, durante o ano de 2014, integrantes do GEDMMA acompanharam sistematicamente reuniões e processos sociais relacionados às transações de terras empreendidas pela empresa WPR. É importante destacar, segundo nota do relatório socioantropológico, que:

A WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., empresa responsável pela suposta construção do Terminal Portuário de São Luís, afirma no seu EIA (Estudo de Impacto Ambiental) que foi realizada a “compensação social”, sendo a “Urbaniza Engenharia Consultiva, empresa responsável pela gestão fundiária de desapropriação e indenização da poligonal de implantação do empreendimento”, o que atesta que a empreendedora fez às vezes do Estado ao contratar uma empresa responsável em realizar a **“gestão fundiária de desapropriação e indenização”**, o que tudo indica com a conivência dos órgãos estatais (GEDMMA, 2014, p. 12. Grifo dos autores)

A partir daí, uma série de dispositivos de poder foram acionados para potencializar o clima de insegurança jurídica e medo entre os moradores em relação ao destino do seu território, o que favoreceu negociações não desejadas e sem a avaliação adequada por parte dos mesmos:

Pode-se elencar a presença de seguranças armados na localidade (cerca de 20), vinculados à empresa de segurança Leões Dourados, posteriormente, identificada junto à Polícia Federal como em condição de trabalho irregular, portanto, constituindo-se uma milícia privada. Por parte da referida empresa foram realizadas reuniões com os moradores, que davam a entender que se tratava de um processo estatal de desapropriação, em que mais cedo ou mais tarde todos teriam que deixar as terras; assim como houve tentativa de fazer atos públicos, como as audiências públicas para o licenciamento ambiental, sem atender a todos os requisitos legais, sem aceitação das comunidades envolvidas e em desacordo com o processo oficial e com dispositivos legais referentes à criação da RESEX de Tauá-Mirim (GEDMMA, 2014, p. 13).

Uma breve análise das reuniões realizadas no ano de 2014 permite evidenciar o caráter violento e ilegal do processo de negociação da empresa para com moradores da comunidade. Em reunião realizada no dia 11 de outubro de 2014, no Andirobal, que contou com a participação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de pesquisadores da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), assessores do Gabinete do Deputado Estadual Bira do Pindaré⁷⁰ e cerca de 30 moradores da comunidade, foram realizadas diversas denúncias graves acerca da violência do processo em questão. (GEDMMA, 2014, p. 13). De tal reunião depreendeu-se que:

A entrada desse novo empreendimento vem cerceando direitos dos moradores, como elencado acima, tentando colocar postes e cercar com uma corrente a entrada para a área. A facilidade com que essas ações irregulares foram executadas em Cajueiro deve-se à memória dos moradores das possibilidades de deslocamento ocorridas no passado recente e a forma de atuação da empresa que mesclou ritos estatais e privados, não deixando clara a natureza privada das ações, e usando de extrema violência. Exemplo disso foi a notificação do MPE Nº 01/2014 – 38º PJESP com referência ao Procedimento Preparatório no 04/2014 – Vila Cajueiro que versa sobre a proibição de qualquer ato que importe em realização atual de construção (GEDMMA, 2014, p. 14).

Esse é um conflito em plena efervescência e não poderemos acompanhá-lo até o seu desenrolar final, neste presente trabalho. A notícia mais atual é que o governo estadual, através da Secretaria de Meio Ambiente, teria concedido a licença para a construção do terminal portuário no início do mês de janeiro de 2016.

A comunidade do Cajueiro compunha integralmente o conjunto de comunidades tradicionais que lutam pela criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, porém, em negociações realizadas em maio de 2012, que geraram novas demarcações territoriais, a comunidade deixou de fazer parte da RESEX, com exceção da praia de Parnauçu, por estar a maior parte de seu território em desequilíbrio ambiental (SANTOS, 2013, p. 33), sendo

⁷⁰ O deputado, à época, era filiado ao Partido dos Trabalhadores e contribuía para dar voz aos movimentos sociais. Hoje está filiado ao Partido Socialista Brasileiro e faz parte da base política do Governo Flávio Dino.

utilizado assim como barganha política com o governo do estado, para que parte da área fosse “desafetada”, no jargão ambiental:

Em dias atuais, o Cajueiro se encontra em plenas discussões sobre seu futuro, há uma quantidade de moradores que querem sair do local por conta da poluição trazida pelos grandes empreendimentos e outra resiste bravamente à especulação de suas terras (SANTOS, 2013, p. 34).

Trago também, mais um argumento que corrobora a ancestralidade do povoamento na região da RESEX, sendo o povoado do cajueiro como possuindo parte de seu território ligado à RESEX. Podemos perceber também que a ancestralidade quilombola poderia ter sido pleiteada, se não fossem as dificuldades já mencionadas por Beto do Taim, em entrevista citada anteriormente, como ter na alternativa da RESEX uma escolha estratégica no momento:

Nesse sentido, unindo diversas matrizes, principalmente a quilombola, na comunidade de Cajueiro existe a ruína do Terreiro do Egito, que é reconhecido como um dos terreiros mais antigos do Brasil pelos praticantes das religiões de matriz africana. Lugar que simboliza a resistência centenária de um povo, conforme nos revelam as memórias do Pai Euclides, pai-de-santo de grande notoriedade para além da Ilha do Maranhão, o Morro do Egito, em Cajueiro, servia nos idos da colônia “até de quilombo, alguns negros que vinham fugidos de Cururupu, Guimarães, passavam por lá embarcados [...] que nêgo que se jogava no mar [...] por conta da opressão, de não querer se submeter a essa coisa toda né [...]” (Entrevista com Pai Euclides, 30.10.2014, *in*: GEDMMA, 2014).

Assim sendo, outra característica marcante da comunidade de Cajueiro, em termos de sua cultura, é o Terreiro do Egito⁷¹, ou Ilê-Nyame (que significa casa de Deus na língua Ashanti), foi um dos primeiros da ilha de São Luís, portanto, é uma prova da antiguidade do povoamento da região. Foi fundado, no dia 12 de dezembro de 1864, por Massinokou Alapong, que teria vindo da Costa do Ouro, da Capital de Cumassy, em 1855, como escrava para o Brasil (FERREIRA, 1987).

Nos dias de festa, segundo relatos coletados, “avistava-se o navio encantado do Rei Dom João”. Segundo Pai Euclides, era chamado de Ilê Niame e teria sido fundado pela negra africana Basília Sofia⁷², cujo nome privado era Massinocô Alapong, vinda de Cumassi, na Costa do Ouro – atual país de Gana. O Terreiro do Egito seria Fanti-Ashanti e teria dado origem a diversos terreiros de São Luís, como a Casa Fanti-Ashanti de Pai Euclides (FERRETI, 2009).

⁷¹ Em 2013, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) abriu o processo de registro do Terreiro do Egito como sítio arqueológico (cf. BRASIL, 2014, p. 255).

⁷² Ela teria chegado ao Maranhão em 1864 e falecido em 1911.

O terreiro foi constituído sobre uma colina em frente à Praia do Cajueiro. No local eram realizadas festas, ou toques, onde havia muito entusiasmo e muita magia através da miscigenação de entidades e linguagens que ali existiam. O terreiro funcionou durante o período entre 1864 a 1980, existindo hoje apenas o terreno onde eram realizados os cultos no alto da colina (FERREIRA, 1987).

Das histórias contadas por Pai Euclides depreendemos a importância fundamental do território do Cajueiro, “particularmente no que diz respeito ao Morro do Egito, que vislumbra nas suas ruínas, memórias, distinções e genealogias quase que irreconstituíveis na linha do tempo presente”. Ainda segundo relatório socioantropológico do grupo de pesquisa:

A estrutura física e simbólica guarda um conjunto de significados e fatos que ajudam a contar a história do lugar, como lugar de referência, adoração, mas também de resistência do passado memorial e imemorial daqueles que chegaram até a Ilha do Maranhão trazidos por ventos que guiaram não as velas dos navios do Itaqui e da Ponta da Madeira, mas barcos carregados do que seria a maior experiência constituinte da história do Maranhão e do Brasil (GEDMMA, 2014, p. 6).

Tal fato ganha maior relevo na fala da autoridade religiosa, Pai Euclides, que faleceu em 17 de agosto de 2015⁷³, quando perguntado sobre a possibilidade de o Terreiro do Egito ser a pedra fundamental da maioria dos terreiros de São Luís:

Eu acredito que sim, porque foi da onde saiu mais filhos de santo, que abriu casa foi Egito, nenhuma outra casa, nem casa de Nagô, Casa das Minas, não abriram mão pra ter filiado assim, o Egito teve muito mais [...] parece que são 15 a 16 filhos de santo lá que abriram casa. [...] Aonde saíram mais filhos foi do Egito [...]. Do Egito até onde eu sei, abriu casa seu Zacarias, Zacarias do Nascimento; Denira, Margarida Mota, Tiodora de Longuim, Jorge Itacy de Oliveira, Zé de Ciriaco, Raimundo Memê, Manoel Constantino, Manoel do Pão de Açúcar, Eu, Dica de Averkête, [...] Verônica, [...] do Bairro de Fátima [...] todos estão com Deus, só tem vivo eu. Agora tiveram outros filhos que passaram por lá, mas não abriram casa, falei desses que abriram casa. Memê e Zé de Ciriaco, foi em Guimarães, abriram casa em Guimarães esses outros foram tudo aqui na Cidade (Entrevista com Pai Euclides, 30.10.2014. In: GEDMMA, 2014, p. 6).

⁷³ Destaco a Nota de Pesar, emitida pelo site oficial do governo do estado: “O Governo do Estado do Maranhão, por meio das Secretarias de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular; Extraordinária da Igualdade Racial; e da Cultura, manifesta profundo pesar pelo falecimento de Euclides Menezes Ferreira, Pai Euclides (Talabian), Fundador da Casa Fanti Ashanti, ocorrido na tarde deste dia 17 de agosto. Babalorixá desde 1958, grande líder espiritual, responsável pelo fortalecimento da luta do povo negro, estabelecendo vínculos com a ancestralidade africana, sendo um dos expoentes da resistência cultural e religiosa, especialmente em nosso Estado, reverenciado no Brasil e na África. Representante do Candomblé e da Mina, expressões da religiosidade de matriz africana, honrou seus ancestrais e descendentes. Deixa um legado de fé e ensinamentos espirituais, incluídas obras em livros e discos, a seus inúmeros filhos e netos, e a tantos quantos puderam com ele conviver e dele receber as bênçãos e rico aprendizado, com os quais nos solidarizamos neste momento de passagem. Sua vida e obra servem a todos/as defensores/as dos Direitos Humanos pelo respeito à diversidade religiosa e este órgão estadual espera que se mantenha viva a sua memória, a iluminar os passos dos que clamam por um mundo de igualdade”. A nota é assinada por: Francisco Gonçalves da Conceição (Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular), Gérson Pinheiro (Secretário de Estado Extraordinário da Igualdade Racial) e Felipe Camarão (Secretário de Estado da Cultura). Acessado em 08/02/2016 (<http://www.ma.gov.br/nota-de-pesar-pai-euclides/>).

Segundo Dona Aiá, depois da morte da Mãe de Santo Basília Sofia, uma senhora chamada Maria Pia, em datas específicas, ia ao local realizar algumas cerimônias de tambor de Mina no Terreiro do Egito. Sobre este fato, outros moradores também relatam a passagem de Dona Maria Pia e seu grupo de filhos e filhas de Santo no local. Registra-se pelos moradores que, no Terreiro do Egito, havia dois guardiões que eram um casal, o senhor Apolinário e senhora Valeriana. Os moradores comentam que, quando ia haver movimentações no terreiro do Egito, a exemplo de festejos, era comum os filhos e filhas de santo de dona Maria Pia “tirarem joias”. Esse costume é antigo e popular e significar pedir ajuda aos moradores em nome do santo, ou seja, uma espécie de angariação de verbas para custear as despesas das festas, bem como também uma estratégia de mobilização para a participação da comunidade na manutenção da tradição local (SANTOS, 2013, p. 29).

Sobre outras manifestações da cultura local, a comunidade guarda a memória das festas de Divino Espírito Santo realizadas no Terreiro do Egito. Dizem os moradores que no Cajueiro viveu uma Senhora chamada Rafina e que era responsável pela realização de muitas manifestações culturais, dentre essas o Festejo de São Benedito, santo que teve uma capela erguida na comunidade nos anos 1970. Este festejo tinha uma programação cultural que envolvia torneios de futebol, festa dançante e o Tambor de crioula para o santo. Os moradores também comentam sobre a forma na qual eram realizados os batismos na comunidade. No antigo Cajueiro não havia igrejas religiosas, os sacramentos eram realizados na própria comunidade que reservava um local e fazia o sacramento. Com a criação da Capela de São Benedito, tanto o festejo quando os sacramentos passaram a ser institucionalizados. Havia outras manifestações culturais, porém, todas realizadas pela comunidade de santo do terreiro do Egito, que em datas comemorativas faziam os festejos. Disto não se guarda muito a memória na comunidade, somente dos festejos de São Benedito e Santa Luzia que eram realizados por Dona Maria Pia no Terreiro do Egito, com três ou quatro noites de festas.

Ainda acerca dos mitos e religiosidade da comunidade do Cajueiro, Santos (2013, p. 32) afirma:

Sobre as lendas, comentam o Senhor Antônio Pereira da Paz e Dona Maria Francisca Nascimento, em entrevistas, que quando havia toque no Terreiro do Egito, muitas vezes era evocado o navio de Dom Sebastião. Diz seu Antônio que, quando tinha toque do tambor, ele beijava um santo trazido por uma dançante durante o culto. Seu Antônio afirma que beijava o Santo de olho fechado, por medo da encantaria e respeito ao que poderia acontecer e que diz ele que Dona Maria Pia começava a falar em outras linguagens, chamava um santo e o navio encantado aparecia todo iluminado no meio da Bahia de São Marcos. As ruínas do Terreiro do Egito ficam localizadas no morro mais alto da comunidade do Cajueiro e de lá se

pode ver toda baía na qual se localiza o Porto de Itaqui. Diz à lenda que o navio do Rei Sebastião passava no local em que se localiza o Porto e era muito brilhante, bonito e luxuoso. Esta lenda é relacionada com a construção do Porto de Itaqui e há várias fontes escritas que afirmam que a área do Porto de Itaqui pertence ao encantado Rei Sebastião.



FIG. 12: Porto do Itaqui avistado do Morro do Egito, na comunidade do Cajueiro, foto cedida por Santos (2013).

Limoeiro

As informações acerca da comunidade do Limoeiro são singelas, não foram feitos muitos trabalhos no local, apesar de que suas características gerais são semelhantes às demais comunidades da RESEX.

A comunidade do Limoeiro está localizada entre o Taim e Rio dos Cachorros e apesar de pequena possui uma história que os moradores conhecem bem e recontam para os mais jovens. Segundo Oliveira (2014), as terras do Limoeiro tinham como proprietária, reconhecida pelos moradores, a Senhora Inês da Silva Mesquita, em seguida D. Inês passa a propriedade das terras para suas filhas, uma delas chamava-se Vicença Severiana Mesquita

(informações fornecidas pelo senhor Lionel de Eduardo Mesquita⁷⁴, neto de Dona Inês Mesquita e morador mais idoso da comunidade).

As famílias que ali residem são majoritariamente Mesquita e Ribeiro e conta com cerca de seis famílias residentes⁷⁵. O festejo de Nossa Senhora da Conceição, realizado no povoado há cerca de 150 anos, atesta a antiguidade do povoado. Existe também a Santa do Buritizeiro, cuja história contada pelos moradores é que a Santa foi esculpida em uma palmeira de buriti após um morador que havia saído para caçar em um dia proibido. De volta à sua casa, por não ter encontrado nenhum animal silvestre, atirou em um buritizeiro, a seiva saída do ferimento feito na palmeira formou uma imagem semelhante a uma santa. Posteriormente, uma devota dessa Santa construiu uma gruta no local onde ficava o buritizeiro.

Oliveira (2015, p. 24), em sua pesquisa documental, não encontrou referência ao sobrenome Mesquita, no entanto havia um senhor de escravos na freguesia de São Joaquim do Bacanga chamado Manoel *Joze* Ribeiro, porém, novas pesquisas devem esclarecer essa e outras questões.

Em entrevistas anteriores, foi observado que os idosos reclamam, com muito pesar, que os jovens vêm perdendo o interesse pela arte da pesca e pela roça, portanto distanciando seu contato com a natureza: “não sabem mais tirar tinta do mangue branco para não dar limo na canoa”. “Nem sabem mais tirar tinta do cipó para tingir pano, cortam logo, porque hoje em dia se compra tudo pronto”. Estas informações são percebidas na fala de Seu Lionel, senhor aposentado de 80 anos de idade (entrevista realizada por mim, em 17/05/2008, no povoado de Limoeiro) e Beto, respectivamente (em entrevista realizada por mim, em 08/08/2008).

Porto Grande

A comunidade de Porto Grande fica próximo ao canal que divide a Ilha de Upaon Açú da Ilha de Tauá-Mirim e as comunidades mais próximas geograficamente são Limoeiro e Taim. As características marcantes são a pesca, a agricultura e sua cultura ligada ao mar, revelada pela devoção ao São Pedro.

Santos (2013, p. 23), em sua pesquisa, levantou a informação de que a comunidade Porto Grande recebeu esse nome por ser um local em que havia um porto onde muitos barcos atracavam, às vezes era para arrumar (consertar) as embarcações, barcos e canoas, bem como também para realizar negociações comerciais. “Daí o nome do povoado e a chegada dos

⁷⁴ O neto de Inês da Silva Mesquita, senhor Lionel de Eduardo Mesquita, completou 88 anos em 2014, ano do seu falecimento.

⁷⁵ Informação recolhida do trabalho apresentado pelos estudantes do curso de Educação Ambiental oferecido pelo GEDMMA (LOPES *et al.*, 2013; OLIVEIRA, 2014).

primeiros moradores, que em sua maioria eram pescadores e migraram para o Porto Grande pela facilidade de deslocamento pelo mar”.

Os registros, através da história oral, das primeiras famílias a povoarem o Porto Grande são Luz, Aguiar, Veras, Oliveira e Cantanhede. Entre os moradores mais antigos destacam-se Sra. Dalvina, Sra. Maria Madeira, Sr. Raimundo Côco, Sr. Pedro Santos, Sr. Eupídio Veras, Sr. Merquídeo Saraíva e Sra. Raimunda Moraes (SANTOS, 2013, p. 24).

Segundo Santos (2013, p. 24), esses primeiros moradores da comunidade do Porto Grande tinham como principais atividades econômicas a extração de pedra, carpintaria, roça, recuperação de embarcação e a pesca. O trabalho de extração de pedra grande era realizado pelos homens e as extrações de pedras pequenas por mulheres. Contam os moradores que esse trabalho prejudicava muito a postura do corpo feminino e causava muitos problemas de saúde tanto em homens quanto nas mulheres que o executavam.

Além do Itaquí, outro porto foi construído na comunidade de Porto Grande, e posteriormente o Porto da Alumar, que dificultou muito o acesso dos pescadores ao mar:

Por volta do final da década de 1970 e início dos anos 1980, foi construído o porto na área marítima ocupada por moradores, pela CODRASA⁷⁶, e esse novo porto dentro do povoado fez com que os moradores não utilizassem mais o porto grande para desembarque, sendo assim, para achar outra saída os moradores criaram um porto menor e quando eles vinham dos povoados vizinhos era comum se escutar a frase: tu vai pro porto grande ou pro porto pequeno? As comunidades que utilizavam o antigo porto grande tiveram que se adaptar a uma nova realidade, pois a EMAP não permite a entrada dos moradores no porto sem a devida autorização do órgão responsável até os dias atuais.

Em 1982, foi criado o cais da Alumar, o que prejudicou totalmente a estrutura do porto pequeno da comunidade Porto Grande, pois essa construção alterou totalmente o canal e a comunidade acabou ficando sem porto nenhum. Hoje a comunidade atraca seus barcos num pequeno pedaço de manguezal castigado pela passagem do progresso (SANTOS, 2013, p. 24 e 25).

Em relação à organização política da comunidade do Porto Grande existe uma Associação de Moradores, um Centro Comunitário e uma Associação Cultural Beneficente, e para o lazer dos moradores existe o time de futebol da Associação Esportiva.

Jardim (2010) observa, *in loco*, durante a pesquisa realizada no período de maio a junho de 2010, o que parece ser o maior empreendimento que colocaria em risco a estrada de acesso dos moradores de Porto Grande à comunidade do Taim, a Mineração Porto Grande. Em entrevista concedida por morador, ela constata que:

⁷⁶ Companhia de Dragagem Andreasa.

A Mineração Porto Grande já criou uma grande cratera que já está se aproximando da estrada principal de Porto Grande e da entrada principal do Taim sendo que a estrada do Taim já está mais comprometida. Se o período de chuva fosse igual o período de chuva do ano passado automaticamente aquela estrada não existiria mais (entrevista com o morador Júlio César, realizada em 19/06/2010 por Emanuelle Lyra Jardim, integrante do GEDMMA, *In: JARDIM, 2010, p. 20*).

Além do prejuízo à estrada, verifica-se também a configuração de outros problemas para a comunidade de Porto Grande, prejudicando os moradores na prática da agricultura, conforme fala do morador abaixo:

A roça que meu pai trabalha tem próxima uma jazida de extração de areia. Tava tendo areia, barro da jazida já na estrada e a na roça que meu pai trabalha. Com isso você vê a forma de degradação do meio ambiente que a gente tá vendo na nossa região (entrevista com o morador Júlio César, realizada em 19/06/2010 por Emanuelle Lyra Jardim, integrante do GEDMMA, *In: JARDIM, 2010, p. 21*).

Outra questão que gera importante conflito para a comunidade é o impedimento de livre acesso ao porto, que é gerenciado pela estatal Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). O fato que chamou bastante atenção da pesquisadora foi a necessidade de encaminhamento de ofício para permissão de sua entrada para a realização da pesquisa, que já havia sido informada pelos moradores de que o direito de acesso teria sido retirado dos moradores com a vinda da empresa. Segundo Jardim, (2010), as consequências deste ato são extremamente danosas, pois teria sido dito por alguns moradores de maneira informal que tal porto foi criado pela própria comunidade, angústia expressa na fala do morador:

A EMAP tomou de conta do porto da comunidade alegando que toda zona portuária é do estado. Um porto comunitário feito pela própria comunidade, feito por pessoas da comunidade para o seu sustento e que foi tomado (entrevista com o morador Júlio César, realizada em 19/06/2010 por Emanuelle Lyra Jardim, integrante do GEDMMA, *In: JARDIM, 2010, p. 21*).

A perda de seu território por expropriação em favor dos empreendimentos, sejam privados ou não, é significativa e denota uma progressiva desterritorialização da comunidade, conforme destaca Jardim (2010, p. 22. Grifos da autora):

Outro morador chamado José Nilton me explicou que várias famílias receberam propostas de indenizações de seus terrenos. Fotografei o local das antigas casas que foram indenizadas e acompanhei o relato do mesmo morador que expressou que boa parte destes moradores voltaram para a região de Porto Grande. Confessou-me que é extremamente difícil confiar nos que venderam seus terrenos pelo fato dos mesmos receberem novamente propostas de indenização e assim os empreendimentos ganharem espaço cada vez mais e ameaçarem os modos de vida particulares das populações tradicionais além de colocar em xeque a destruição dos manguezais e mananciais presentes na região: *“A quantidade de peixes diminuiu consideravelmente por causa do aprofundamento do canal, teve o aprofundamento do canal da Alumar e começou a matar os peixes, os peixes começaram a sumir, teve uma época que, para pescar tava complicado, não pegava quase nada”*.

Em relação às manifestações religiosas, há na comunidade o Festejo de Nossa Senhora da Conceição, que é realizado há 160 anos. Além desse, há também o Festejo de São Pedro, que é realizado há 65 anos, e o Festejo de Santo Antônio, cuja data de realização não tem registros. A religiosidade na comunidade de Porto Grande é dividida em uma igreja Católica, que é a Nossa Senhora da Conceição, três igrejas evangélicas, “cujos idealizadores são pessoas de fora da comunidade que só frequentam a mesma em dias de culto”, e um terreiro de culto Afro, conhecido como Terreiro de Dona Maria Pilar, na qual o patrono da casa é São Sebastião (SANTOS, 2013, p. 26).

Em relação às manifestações culturais, de modo geral, os moradores afirmam que há na comunidade uma Dança do Boiadeiro, uma Dança Portuguesa, uma Quadrilha, um Bloco Alternativo, um Bloco Tradicional, um Divino Espírito Santo e o Tambor de Crioula Proteção de São Benedito, que das manifestações culturais realizadas no local, ainda é a mais forte e frequente (SANTOS, 2013, p. 26).

Santos (2011) afirma em sua pesquisa o quanto o pescador artesanal é fervoroso na devoção ao santo padroeiro, São Pedro. Segundo a autora, misturando a doutrina católica com crendices e superstições, os pescadores recitam orações que se perpetuam por gerações, fazendo a natureza parte de suas lendas e “causos” que são passadas de pai para filho. O mesmo pode ser verificado na pesquisa realizada por Jardim (2010) na comunidade de pescadores de Porto Grande:

Pude observar em um festejo realizado na comunidade em comemoração ao dia 29 de junho, dia de São Pedro, que os moradores possuem a tradição de realizarem a missa na igreja Católica localizada na região e, logo após a procissão, levam a estátua do santo até o porto. O ritual da missa foi conduzido pelos moradores do povoado de Porto Grande. A maioria das pessoas que estavam na missa eram mulheres e crianças. A equipe do GEDMMA acompanhou a missa e a condução da estátua do santo da igreja até o porto. Havia dois barcos para levar aos que estivessem interessados em participar do ritual. Na trajetória os moradores cantavam diversas músicas as que se destacaram foram: “Senhor São Pedro é protetor. Tu és a glória do redentor”; “Glorioso Senhor São Pedro. Patriarca do mar. Que leva a barca ao vento. Sem temer e vacilar” (JARDIM, 2010, p. 23).

Em relação aos mitos, lendas e religiosidade, Santos (2013, p. 23) conta que os moradores desta comunidade dizem que do porto podia se olhar a Ilha do Encantado, onde eram realizados rituais de Umbanda:

Conta à história que nessa ilha havia uma cobra da espécie jiboia que era a guardiã do local e que essa cobra tinha poder de encantar. Pela noite, os moradores olhavam a Ilha do Encantado e a visão era de uma luz incandescente parecida com fogo, todos da comunidade ficavam inculcados com o fato da ilha do encantado pela

noite parecer que estava pegando fogo e, na manhã, curiosos ia ver se realmente havia vestígios de fogo na ilha e nada se confirmava. A ilha do encantado nunca havia pegado fogo, era só feitiçaria realizada pelos grupos de Umbanda em seus rituais de culto aos seus Deuses. Muitos dos moradores ficavam próximo ao porto só para olhar a ilha incandescente, mas alguns que viam jamais tiveram coragem de ir até o local por conta da guardiã. A cobra jiboia de tamanho extenso não deixava qualquer pessoa se aproximar do local causando medo e posteriormente tirando a coragem de quem queria bisbilhotar o que de fato acontecia na ilha (SANTOS, 2013, p. 23 e 24).

“A Ilha do Encantado não mais existe”. Com instalação da empresa Alumar e a construção de seu porto a ilha foi destruída e seu local foi transformado em canal para a passagem dos navios internacionais de grande porte (SANTOS, 2013, p. 24).

Outro fato curioso pertinente aos costumes e crenças na comunidade de Porto Grande é a existência de um benzedeiro, conforme relata Santos (2013, p. 24):

Também contam os moradores que havia um benzedeiro na comunidade conhecido como Sr. Culuviano, porém, seu nome de batismo era Feliciano e esse senhor tirava olho grande e quebrante⁷⁷ através de rezas. Dizem também que após a reza e a retirada do quebrante sempre apareciam três tucangueiras⁷⁸, o que fazia com esse benzedeiro fosse muito respeitado e temido pela comunidade por se tratar de uma pessoa com poderes sobrenaturais.

Rio dos Cachorros

O Rio dos Cachorros é mais uma das comunidades pertencentes à RESEX que possui o modo de vida tradicional atrelado à pesca, agricultura e criação de pequenos animais, com cultura peculiar e uma forte relação de solidariedade e de parentesco com os moradores das comunidades do Taim e Limoeiro.

Com mais 200 anos de existência, o povoado Rio dos Cachorros, fica localizado nas margens do braço do mar onde também se localiza o Porto da Alumar. Antigamente, a comunidade era dividida em localidades como Santa Cruz, Santo Antonio, Telha, entre outros, não eram oficialmente considerados bairros, eram apenas denominações pelas quais os próprios moradores da época designavam as localidades em que viviam (SANTOS, 2013, p. 18)

Em relação à quantidade de famílias, o Rio dos Cachorros conta com aproximadamente 500 famílias, mas existem casas em que moram duas e ou três famílias juntas. O território do Rio dos Cachorros compreende uma área aproximada de 279 hectares e

⁷⁷ Espécie de mal olhado, mal estar do corpo que só passa a base de rezas.

⁷⁸ Espécie de formiga gigante comum no Nordeste.

sua organização político-social é realizada através da União dos Moradores fundada em 1970. Na visão de alguns moradores do Rio dos Cachorros, não deveria haver necessidade de uma organização social para representá-los, uma vez que para eles, todos nasceram ali e por esse motivo todos são donos daquela terra e assim sendo, todos devem defender sua comunidade (SANTOS, 2013, p. 20). Segundo Santos (2013), há também a “Associação do Menor Carente”, associação legalizada que presta serviços à comunidade na área jurídica em questões que abrangem a área da infância e adolescência.

Sobre religião, a maior parte dos moradores da comunidade se declara católica embora haja uma igreja protestante no local. Essa igreja protestante é uma “Assembleia de Deus” que foi instalada há muito pouco tempo, trazida por pessoas que foram morar no local recentemente. Há também na comunidade uma igreja católica que é a de São Miguel, o padroeiro do Rio dos Cachorros. Os moradores ainda contam que existem três terreiros de religião de matriz africana na comunidade e que entre esses três terreiros o mais antigo é o Terreiro de Badé, que tem como responsável uma senhora conhecida na comunidade por Dona Teté (SANTOS, 2013, p. 20).

Entre os festejos estão o de São Miguel, que é o festejo mais antigo, e o Festejo da Família, que é mais recente. O festejo de São Miguel é realizado pela Sra. Rosinete Pires Borges, que herdou de sua avó o compromisso de manter viva a tradição, no qual há rituais de “levantamento e derrubamento” de mastro e ladainhas.

Há também o festejo de Santana que é realizado através do toque de caixas, levantamento e derrubamento de mastro, alvorada, festa dançante e passeata de Império que, é similar à passeata de império do Divino Espírito Santo, composta por Imperador, Imperatriz, Mordomo Régio entre outros personagens dessa manifestação cultural do Maranhão, que foi trazida pelos colonizadores da cidade (o povo português) e adotada pelos escravos no período escravocrata e tradicionalmente cultuada até os dias atuais nas casas de culto afro pelos pais, mães e filhos de santo. O festejo de Santo Antônio é realizado a partir de missas, procissão pelo povoado, levantamento e derrubamento de mastro, festa dançante e participação da Dança do Boiadeiro e de outras manifestações culturais. Ainda sobre as manifestações do local os moradores contam que no Rio dos Cachorros existiu uma quadrilha junina muito conhecida e respeitada por toda região (SANTOS, 2013, p. 21).

A educação formal na comunidade é responsabilidade de uma escola de Educação Infantil, que se localiza no Rio dos Cachorros, e duas escolas sendo uma de Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio que se localizam na Vila Maranhão, a mesma escola atende a demanda das demais comunidades da RESEX e do entorno.

No povoado, era muito comum a troca de mercadorias, ou seja, o que se tinha em excesso no povoado era trocado pelo que não se produzia ali. Conforme Alberto Cantanhede “essa prática era comum com povoados majoritariamente agricultores, geralmente Carnaúba, Paquatua e Pindotiua”⁷⁹. Trata-se de uma prática comuns na região, realizada entre povoados mais pesqueiros e aqueles mais agricultores. Estas geralmente encontram-se localizadas próximo de cabeceiras de igarapé e afastadas do mar, por isso se torna mais viável a atividade agrícola (OLIVEIRA, 2014, p. 21).

No imaginário local, é contada uma história interessante sobre como teria surgido o nome da comunidade Rio dos Cachorros:

Segundo informações de alguns moradores, a comunidade possui um porto e que nesse local, morava uma família com alguns animais de estimação, principalmente cachorros que eram em maior quantidade. Houve a necessidade dessa família se mudar. Mudaram-se e não levaram os animais que possuíam, deixando-os no local. Havia pessoas que vendia farinha na praia grande e que passavam constantemente pelo local para a coleta da mandioca que ficava de molho no porto (mangue), na passagem dessas pessoas, os cachorros ficavam agitados e corriam para avançar os visitantes. No momento da venda da farinha, as pessoas perguntavam de onde era a mercadoria e os vendedores sempre diziam que era do Rio dos Cachorros e dessa forma o povoado ficou conhecido por esse nome (SANTOS, 2013, p. 18 e 19).

Em relato, moradores da comunidade do Rio dos Cachorros dizem que “foram para a região” alguns descendentes de escravos e de índios vindos da Ilha da Boa Razão, mas que não possuem documentação desta história. Dona Máxima Pires, liderança comunitária e moradora da comunidade, relata que sua bisavó era negra, foi trazida por navios e teve uma filha com um português. Essa moça para casar-se teve que dar um dote para seu avô. Esse dote foi parte das terras daquela região que se chamava Livramento, onde hoje se estabeleceram algumas comunidades deste estudo.

Começaria com a história da comunidade, porque e como foi que a gente veio parar aqui. Eu já sou da terceira geração e na verdade aqui eram três famílias no começo da comunidade, era a família Pires que é a minha, a família Barbosa (esse foi o surgimento da comunidade) e a família Araújo que é de uma pessoa que já até faleceu. Então, o meu avô contava para meu pai, que vieram morar aqui porque já tinha já do outro lado da ilha (ai não sei te dizer se era a Ilha da Boa Razão que fica próximo da aqui), vieram pra cá alguns descendentes de escravos e de índios. Infelizmente, a gente não tem isso documentado. A minha avó foi trazida por navios, meu pai contava que o nome dela era Justina, e ela era negra. E a filha dela, segundo meu pai, era descendente de português, era da família Galvão. Para ela se casar com meu avô, teve que receber um dote que foi parte aqui das terras. Isso é tudo na história que se conhece, não tem documento que comprove isso. Então, que essas terras aqui eram chamadas de Livramento, aqui onde nós estamos [...]. Da família Barbosa, que também era uma pessoa muito antiga que já morreu, e ainda tem

⁷⁹ Referência em Miranda, Maia e Gaspar (2009). Trata-se de povoados que não existem mais, pois foram deslocados na década de 1980 para instalação da ALUMAR.

peças descendentes dessa família aqui na comunidade, ela possuía metade do Rio dos Cachorros que ficava mais próximo do porto, lá do mar. E tem a da família do Araújo, que era a família do Jacinto, que já morreu também. Todas as pessoas já se foram, eram as terras de Santo Antônio, ficam um pouco mais chegando lá na BR. Então era assim, e essas famílias eram unidas, muito unidas, ainda existia, e ainda existe, até nos nossos dias de hoje, que foi por herança mesmo aquilo que a gente considera hoje como ‘uma tal’ de cultura de solidariedade (STEINHORST DAMASCENO, BARBOZA, 2009, p. 129)⁸⁰.

Em termos das estratégias de luta, De Jesus (2015, p. 62) afirma que é perceptível a necessidade de uma construção discursiva como ferramenta de luta, portanto, no Rio dos Cachorros, “apesar de a memória individual não remeter a quilombos, na memória coletiva fala-se da fundação da comunidade no século XIX, tendo sido palco também da escravidão”.

Consequentemente, os moradores entrevistados de Rio dos Cachorros, ao relatarem a história de fundação da comunidade, falam das terras dadas como dote na época da escravidão. Quando dão um significado para o nome do povoado, dizem que, ao chegarem ao local, seu nome já era Rio dos Cachorros por haver um porto na comunidade onde morava uma família que criava muitos cachorros. A família, em determinado momento, foi embora e os cachorros ficaram, não permitindo a aproximação de outras pessoas àquela terra. Esta seria uma das narrativas da origem de Rio dos Cachorros, segundo moradores mais velhos, como o senhor Hilton Barbosa, o Seu Tenente⁸¹ (...) Algumas pessoas, no intuito de dar corpo a essa narrativa, afirmam ainda terem visto os cachorros e apresentam marcas das mordidas que esses animais deram nelas, como prova de que isso realmente aconteceu. Tal situação seria improvável, mas a ênfase dada a esta narrativa chama nossa atenção, aparecendo como um elemento de confirmação da ancestralidade. (DE JESUS, 2015, p. 62-63).

De Jesus (2015, p. 64) ressalta que, aliado ao discurso da ancestralidade, surge o da preservação ambiental. Tendo aquelas pessoas em Dona Máxima uma liderança, passam a afirmar que, ocupando ancestralmente o território, não o degradaram em séculos o que degradam as empresas recentemente instaladas nas proximidades. Mas De Jesus (2015) avança em seu levantamento de dados históricos e constata maiores detalhes para a possibilidade de origem do nome:

É sabido que aldeia é termo português utilizado para denominar um agrupamento de indígenas. O termo caxorro também é português, mas elencamos outra hipótese: na localidade designada por esse mapa também encontramos descrito nas narrativas o termo Januarem que, adaptado para o português da época, significa cachorro grande ou jaguar. Possivelmente, aldeia do caxorro foi a adaptação feita pelos colonizadores para essa localidade que possuía seu nome indígena. Não se deve esquecer do curso d’água também denominado Rio dos Cachorros, que dá nome à comunidade. Recentemente, novos dados incorporam-se à pesquisa a partir do estudo monográfico de Sbrana (2014). Realizando uma localização das aldeias tupinambás do século XVII nas atuais terras ludovicenses, este autor relata que “Rio dos

⁸⁰Entrevista com Maria Máxima Pires, realizada em 24/05/2008 em sua casa, no povoado do Rio dos Cachorros, pertencente à RESEX de Tauá-Mirim.

⁸¹Dados levantados durante o Seminário Temático do Projeto de Extensão Universitária de Educação Ambiental do GEDMMA, Núcleo Taim/ Rio Dos Cachorros, 2013.

Cachorros não seria apenas aquela antiga fazenda em que o proprietário se mudou deixando os cachorros, mas seria um resultado do deslocamento de uma aldeia chamada Icatu, que se mudou da Ilha para o continente depois do início da relação com os portugueses, criando o atual município de Icatu. Porém, seu chefe, chamado de Cachorro Grande, ou um dos seus filhos, teria ficado na ilha e estabelecido uma aldeia, logo conhecida por Aldeia do Cachorro, assim como também ficou conhecido o nome do rio que fazia parte da aldeia”. E ainda: [...] as aldeias Eucatu e Carnaupió, então situadas na Ilha, mudaram-se para o continente e deram origem aos municípios Icatu e Cajapió. Quando as aldeias mudavam, levavam consigo seus nomes. E isso explica por que a localização de aldeias como Junipará, Januarem e Carnaupió, muitas vezes, se confundem. Assim sua localização no mapa deve ser sempre flexibilizada (SBRANA, 2015). Rio dos Cachorros, portanto, não tem seu nome fixo, assim como não eram as aldeias tupinambás. Contudo, o que chama a nossa atenção é a relação que ainda hoje mantêm as pessoas de Rio dos Cachorros e Taim com Icatu (o município atual que carrega o nome da aldeia). Talvez um rastro? (DE JESUS, 2015, p. 71-72).

Amparado nos dados de campo de Santos (2013), Oliveira (2015) relaciona o sobrenome das famílias mais antigas da comunidade com os nomes encontrados nos arquivos históricos. Tendo como base a fundação desse povoamento por volta de 1811, e as famílias fundadoras como sendo Rosa de Oliveira, Pires, Barbosa e Araújo, além do relato de memória dos moradores de que naquele local haviam habitado indígenas e escravos, sobre a situação antes da constituição atual dessa comunidade o pesquisador chega a algumas hipóteses:

A fundação dessa comunidade está vinculada com a história das famílias Rosa de Oliveira, Pires, Barbosa e Araújo (...). Pois bem! Nos documentos pesquisados encontramos referência aos seguintes senhores de escravos: Manoel Joaquim de Araujo e o Tenente Joze Joaquim de Araujo. Como ressaltamos anteriormente, essas informações trazem indícios de fazendas escravistas existentes naquelas localidades com forte ligação com a existência das comunidades que ali existem. Além do sobrenome Araujo, os documentos pesquisados mostram o caso de um batismo ocorrido aos 21 de janeiro de 1837, na capela da Andiroba⁸²; tratava-se de Justino, filho natural de Roza Serliana P[e]res⁸³, sendo padrinhos Joze de Jesus Machado e Maria [palavra ilegível] Gomes. O documento não faz referência a Roza Serliana P[e]res como sendo escrava, indicando que ela seja livre, já que nos casos de batizados de escravos essa informação é especificada. Outra curiosidade é que o padrinho Joze de Jesus Machado tem o mesmo sobrenome de uma senhora de escravos, Leopoldina Maria Maxado, apesar de a grafia variar (OLIVEIRA, 2015, p. 22 e 23).

Ao buscar pelos vestígios da povoação histórica do Rio dos Cachorros, De Jesus (2015) deparou-se com a formulação de uma *memória da resistência*, presente nos discursos de alguns membros da comunidade e sua utilização como “ferramenta na luta pela não supressão das maneiras de viver daquelas pessoas residentes em Rio dos Cachorros e também como

⁸² Andiroba é uma comunidade próxima da comunidade Rio dos Cachorros.

⁸³ O estado desgastado do documento não permitiu ao pesquisador compreender a letra que está entre colchetes, podendo esta ser um [i], nesse caso a palavra seria PIRES, o mesmo sobrenome de Dona Maria Máxima Pires.

autoafirmação individual de alguns sujeitos enquanto detentores de um saber próprio⁸⁴” (DE JESUS, 2014, p. 18).

Taim

A comunidade do Taim tem forte característica pesqueira, apesar de apresentar atividades semelhantes às outras comunidades, como agricultura, coleta de frutos e criação de pequenos animais, sua organização social e política é muito marcante. Os moradores possuem um campo de futebol, onde realizam partidas aos finais de semana e/ou feriados, reunindo tanto times de futebol do povoado como times de povoados vizinhos. Segundo Silva (2009), organizam torneios de futebol voltados para a interação comunitária com disputas entre time de homens ou mulheres casados (as) versus solteiros (as), times de moradores (as) da parte baixa versus parte alta do povoado. Realizam, também, torneios de futebol beneficente:

Nesse caso, recorrem muitas vezes à solidariedade de times de povoados vizinhos, cujo convite para participar de torneio entre povoados pode vir acompanhado do pedido de alimentos para a doação a algum morador com dificuldades financeiras ou com problema de saúde (impossibilitado, portanto, de trabalhar). Esses torneios de futebol são marcados por dinâmicas de entre ajuda que reforçam as relações de solidariedade e sociabilidade entre moradores e entre certos povoados, as quais apontam para povoados organizados em rede, que sabem que podem mobilizar um ao outro consoante às necessidades de cada um (SILVA, 2009, p. 18-19).

O conjunto de imóveis de uso comum da comunidade do Rio dos Cachorros é composto por uma casa de farinha, utilizada pelos moradores para beneficiar a mandioca; uma capela (capela de São Benedito), onde ocorrem as celebrações católicas e rituais do festejo de São Benedito e Santa Maria; uma escola de ensino fundamental menor (1ª à 4ª série), chamada Unidade Integrada São Benedito, que é um anexo da escola Gomes de Souza, que fica na Vila Maranhão (povoado próximo); um prédio de alvenaria que chamam de barracão do PETI onde desenvolvem diversas atividades e reuniões da União de Moradores; um prédio denominado de Casa das Águas, que é utilizado com centro de formação política e comunitária e que foi construído como compensação ambiental por supressão de áreas de manguezal provocada pela ALUMAR. Dois comércios pequenos que abastecem o povoado, uma capela particular erigida em homenagem a São Raimundo Nonato dos Mulundus⁸⁵ e um Terreiro de Mina também se encontram no povoado. Como organizações formalizadas o

⁸⁴ No mesmo sentido, tanto a *multivocalidade* como a *autoria coletiva* são instrumentos acadêmicos de “dar voz” a esses sujeitos na sua luta contra o processo de desterritorialização que enfrentam.

⁸⁵ *mulunduns* significa feijão brabo, segundo esse grupo social.

povoado possui a União de Moradores do Taim e uma Cooperativa de Beneficiamento de Pescado (SILVA, 2009, p. 20).

No Taim, de acordo com a memória dos antigos, o processo de ocupação do povoado remontaria ao Século XIX e estaria vinculado à habitação na área de negros africanos, indígenas e até ordens religiosas. Posteriormente à ocupação dos grupos citados, o povoado teria sido repovoado por famílias vindas do interior do Maranhão, com destaque para a família Moraes. Quanto à organização social do Taim, o que se sobressai é um sistema de parentesco que define quem tem direito a terra. Este sistema funciona como um mecanismo regulador do acesso à terra aos “estranhos” e incentiva a manutenção desse recurso nas mãos dos chamados “Filhos do Taim”, pessoas nascidas no povoado, foi criado num momento de conflito territorial (SILVA, 2009, p. 21).

A suposição sobre o nome da comunidade, segundo Santos (2013), é que inicialmente, o nome era Itaim, nome originado da mistura de dialeto africano com idioma indígena que significaria pedra + povo. Apesar do idioma indígena também compor o nome da comunidade, há o registro histórico da passagem de descendentes de uma nação africana conhecida como taínos, que eram negros escravos que, naquela região, fizeram seu mocambo, seu quilombo, sua moradia, ou seja, o Taim é tido como uma comunidade remanescente de quilombo e se auto intitula como tal.

A principal atividade econômica desse grupo étnico era a curtição de couro, pois no povoado há vestígios de construções de tanques cobertos de cerâmicas muito comumente utilizadas pelos descendentes do povo taino em suas passagens em outros lugares como, por exemplo, nos povoados de Camboa dos Frades, Rio dos Cachorros e Porto Grande, todos localizados nas redondezas do Taim. Segundo Alberto Deusded – Arqueólogo do IPHAN, que foi o responsável pela realização dos exames para comprovar que a cerâmica utilizada pelos tainos no Taim, era da mesma espécie encontrada em Camboa dos Frades, Rio dos Cachorros e Porto Grande, o que comprova também a participação do povo taino nos povoados já citados (SANTOS, 2013, p. 12).

A data de sua fundação não é exata, segundo Santos (2013), estima-se que por volta de 120 a 130 anos, pois os moradores mais antigos do Taim, conhecidos como Dona Arcângela Ramos e Sr. Dionísio Moraes, basearam-se como indício de data de fundação do povoado, no festejo mais antigo da comunidade, que é o de São Benedito, realizado há 97 anos.

Sobre os primeiros moradores, o Taim começou o seu processo de habitação através das famílias de Arcângela Ramos, Dionísio Moraes, João Cância de Moraes e Evangelina de

Moraes. Segundo. Alberto Cantanhede Lopes, o Beto do Taim, essas famílias tinham como economia local, predominantemente, a roça e o transporte marítimo, o qual utilizavam para conduzir frutas, carvão e mercadorias diversas para serem vendidas no centro de São Luís e em povoados vizinhos e também como meio de transporte de passageiros.

Em outubro de 1997, o Taim passou pelo processo de legalização das terras, uma vez que a comunidade já vinha tendo sérios problemas socioambientais no que tange a instalação de grandes empreendimentos industriais nas suas proximidades. Na época, o Taim contabilizava 57 famílias que receberam títulos de terras do ITERMA e, nesses títulos, há um acordo que determina: famílias constituídas naquela data e seus filhos independentemente da sua idade na época, teriam direito a terra, sem ônus quando adultos se quiserem permanecer na comunidade (SANTOS, 2013, p. 13).

Sobre as manifestações culturais e religiosas do Taim, Santos (2013) conta que um dos mais antigos festejos que se tem registro era o do Divino Espírito Santo, realizado pela Sra. Maria Salomé. Este festejo e outras manifestações foram extintos ou se modificaram:

Com a morte de Dona Salomé, assim conhecida, a manifestação foi extinta por não haver interesse pela conservação da mesma por parte de seus familiares, uma vez que a realização do festejo era o pagamento de uma promessa passada de geração em geração na família de Dona Salomé. Também existiu o Bumba-meu-boi de Sabina, organizado por dona Sabina, assim chamada por toda redondeza. Inicialmente denominado de boi de cofó, o boi de Sabina tinha como Amo o Sr. Miguel Baldez e essa era uma forma de entretenimento da comunidade. O boi de cofó com o passar dos anos se transformou em um bumba-meu-boi tradicional de sotaque da Ilha, ou seja, sotaque de matraca como é popularmente conhecido esse sotaque. Nessa época, o Taim, através desse boi, fazia uma brincadeira chamada de disputa de amos que se caracterizava pela participação de vários amos de Bumba-meu-boi de matraca, que vinha de diversos locais de São Luís para disputarem com suas toadas. Hoje o festejo já não existe mais (SANTOS, 2013, p. 14).

O festejo de São Benedito é a manifestação cultural mais forte do povoado. Realizada há 97 anos, o festejo inicia-se no domingo de páscoa com o levantamento do mastro e o ritual compreende oito dias de ladainhas, procissão, missas, rodas de tambor de crioula, forró e derrubamento do mastro. Existe ainda o festejo de São Raimundo dos Mulunduns, durante o qual são realizadas ladainhas na capela de São Raimundo, roda de tambor de crioula, festa dançante na residência de “Seo” Raimundo Nonato. Na última noite do festejo, “o tambor de crioula toca até o raiar do dia e se encerra com um café da manhã que geralmente é uma alimentação equivalente a um almoço, ou seja, uma feijoada, um mocotó, carnes, pescados entre outros, para os participantes”. “Seo” Raimundo Nonato é o único morador do Taim que possui uma capela em sua residência (SANTOS, 2013, p. 14 e 15).

Santos (2013) afirma que o festejo de Santa Maria, realizado no mês de maio, não é um festejo dos mais antigos, sua composição também é de levantamento de mastro no dia 1º e derrubamento dia 31, ladainhas durante todas as noites do festejo em homenagens a uma família da comunidade escolhida para ser homenageada pelos moradores. O auge do festejo é a noite dos jovens, na qual há um encontro dos jovens da comunidade com jovens de comunidade vizinhas.

Os festejos do dia dos pais e das mães são uma forma da comunidade prestigiar os familiares, entre os homens, no dia dos pais há uma brincadeira chamada de troca de copo. “Eles compram cerveja e mandam preparar uma feijoada e se confraternizam entre si. Essa brincadeira tem a participação do Bumba-meu-boi de Maracanã, um dos mais tradicionais do Estado do Maranhão”:

Existe uma forte ligação entre a comunidade do Taim e a comunidade de Maracanã, uma vez que alguns brincantes do boi de Maracanã são do Taim, além da relação de parentesco que os moradores do Taim têm com as comunidades próximas e o povoado de Maracanã é uma dessas comunidades. O boi vai visitar o Taim e esse costume antecede a morte do boi e essa passagem faz parte do auto do Bumba-meu-boi na qual o boi se esconde para não morrer. O Taim oferece o café da manhã para os brincantes do boi e depois dessa participação, o boi do Maracanã segue caminho. Essa manifestação se dá sempre no sábado que antecede o dia dos pais que é o mesmo dia que antecede a morte do boi que é no mês de agosto (SANTOS, 2013, p. 15).

Em relação às religiões, o Taim conta com três tipos de expressão religiosa: o catolicismo, sendo que grande maioria da comunidade se declara católica, embora na comunidade não haja igreja católica, só há uma capela que é a de São Raimundo, as missas são realizadas pelo padre no espaço da associação de moradores do Taim; o protestantismo já se manifesta no povoado e existe uma igreja Evangélica Batista na comunidade; e a religião de Matriz Africana é uma das mais antigas na comunidade e se mantém no povoado através do terreiro do senhor Arlindo Baldez, “que tem seguimento de Tambor de Mina” (SANTOS, 2013, p. 15).

Desde tempos imemoriais, o Taim mantém relações de parentescos entre as comunidades vizinhas. A primeira família que se tem registro que manteve relação de parentesco entre as comunidades é a da família Moraes, que se mudou para o Rio dos Cachorros devido um casamento entre membro da comunidade do Taim com membro da comunidade Rio dos Cachorros, sendo “comum até os dias atuais o casamento entre familiares, ou seja, entre primos” (SANTOS, 2013, p. 15). É interessante destacar que era

costume de algumas famílias promover casamentos arranjados, talvez pela estreita relação entre as comunidades ou mesmo para favorecer a manutenção do território.

Sobre os transportes, anteriormente era utilizado o sistema marítimo para condução. Com a chegada de estradas de rodagem, o Taim passou a utilizar sistema de transporte coletivo. Atualmente, o ônibus urbano passa na comunidade de hora em hora e faz o percurso do Mercado Central (próximo ao Centro de São Luís) até a comunidade do Porto Grande. São também utilizados carros, motos e embarcações. Antes as embarcações costumavam ir até o Centro, mas atualmente esse ainda é um meio de transporte utilizado para o deslocamento até as comunidades de Portinho, Porto Grande, Embaubal, Ilha Pequena, Jacamim entre outras que formam o conjunto de comunidades da Ilha de Tauá-Mirim (SANTOS, 2013, p. 16).

Além da pesca, outra atividade muito comum também é a roça de mandioca no mês de julho conhecida entre os moradores como roça de São Miguel. E o outro tipo de roça é a roça mista, cujo plantio contém diversos tipos de legumes, verduras, frutas e tubérculos. Os homens são responsáveis pelo preparo da terra e “as mulheres pela plantação e capina, e todos, homens e mulheres pela coleta” (SANTOS, 2013, p. 16).

Na comunidade do Taim existe uma Associação de Moradores, com data de fundação de 04 de abril de 1987, que segundo os moradores foi criada para suprir a necessidade gerada por conflito territorial com um indivíduo que teria se apropriado indevidamente de uma parte das terras da comunidade, fazendo com que se mobilizassem através de personalidade jurídica para comprovação de que as terras eram de uso comum. Anos após, a Associação de Moradores do Taim capitaneou a luta contra a instalação de um Polo Siderúrgico⁸⁶ na região, em articulações com várias entidades do movimento social, bem como, grupos de religiosos, profissionais liberais, sindicalistas, professores e alunos universitários (SANTOS, 2013, p. 16).

O Taim tem outras agremiações, que denotam sua organização social, entre elas estão a Associação do Tambor de Crioula e a Cooperativa de Beneficiamento de Pescado (SANTOS, 2013, p. 17).

Silva (2009) destaca a antiguidade do povoamento da comunidade do Taim, de acordo com a memória dos antigos, cujo processo de ocupação do povoado remontaria ao

⁸⁶ Esse conflito será detalhado mais a frente, ainda no 1º Ato.

século XIX e estaria vinculado à habitação na área de negros africanos, indígenas e até ordens religiosas. A pesquisadora (Silva, 2009, p. 37) ressalta a genealogia característica da comunidade (filiação cognática), sua ligação de parentescos com as demais comunidades da RESEX, bem como as ruínas do igarapé Tanque que são memórias apropriadas simbolicamente através das histórias que evocam em provas materiais concernentes à antiguidade do povoado (SILVA, 2009, p. 63).

O que os moradores denominam de “ruínas do Igarapé Tanque”, segundo Silva (2009, p. 60), são “restos de construções, cuja estrutura, sem reboco e com pedras à mostra, assemelha-se a alicerces quase totalmente cobertos por vegetação e palhas secas”. Além de ruínas, essas construções também são chamadas localmente de “alicerces”, “quadrados”, “baldrame”, “tanque”, “poço”, “paredão” e localizam-se próximas ao porto do povoado, em um brejo assoreado, envolto por grandes árvores, que também são indicadores de povoamento antigo. Os interlocutores da pesquisadora relatam que antes do assoreamento do brejo era possível perceber melhor a dimensão dessas construções, que “se apresentavam na forma de quadrados” (em torno de oitenta), sendo que cada quadrado tinha, aproximadamente, quatro metros de largura e eram bastante fundos. Em um desses quadrados havia um “poço” ou “tanque” do qual saía uma corrente de ferro que se enrolava na raiz de uma gameleira (*Ficus Adhatodifolia*) e terminava no mangue, sendo essa história que dá nome ao Igarapé Tanque.

Silva (2009, p. 60) destaca que o local poderia ter servido de porto para o desembarque de navios negreiros, o que corroboraria para o pleito de quilombolas para a comunidade do Taim:

A proximidade do rio e as referências a ter existido naquele lugar uma ponte ou um cais sustentam o imaginário de que ali também funcionara um porto de embarque e desembarque de mercadorias ou de negros trazidos da África para o trabalho escravo. O entupimento do poço e assoreamento do brejo deu-se, segundo relatos, há aproximadamente quarenta anos quando um morador do povoado Porto Grande, conhecido pelo nome de Bibi Ribeiro resolveu escavar o poço que tinha a corrente para tentar descobrir o que a prendia, que a impedia de vir completamente à tona. O senhor Bibi Ribeiro achava que podia encontrar ouro no fundo do poço, deixado por religiosos que, segundo a memória repassada pelos mais velhos, habitaram área hoje ocupada pelo povoado Taim há quase dois séculos. Motivado por uma espécie de sonho ou visão sobre o poço, arranhou uma bomba e resolveu secá-lo para, assim, descobrir o que havia no fundo. Algumas pessoas do Taim participaram da empreitada que, como todas as investidas voltadas para a tentativa de descobrir o que prendia a corrente naquele poço, fracassou. Sr. Valdimiro, morador do Taim, que hoje tem setenta e sete anos recorda: “... filho lá de Porto Grande, comprou um fardo, um cofo cheinho de carne seca, uma sacola dessa aí pra nós cavar aí. Quanto mais nós cavava, a água popocava. Nós olhava a corrente, mas quem que podia puxar”. Da tentativa de descobrir o que prendia a corrente de ferro ao fundo do poço, ficou um caminho de rio quase imperceptível ao olhar desavisado e ruínas

praticamente aterradas. Essas ruínas funcionam como lugares de apoio da memória na medida em que são a expressão material do imaterial. Por isso, normalmente, são exibidas após o relato das histórias e memórias que as cercam.

As histórias misteriosas sobre o brejo continuaram e entre elas a presença de seres e acontecimentos sobrenaturais: “homem montado em cavalo em noite de lua cheia, caixão no poço ou amontoado de terra como se houvessem enterrado alguém são alguns dos mistérios que me foram relatados”. As imagens sobrenaturais são tradicionalmente denominadas de *visagens*. Segundo a pesquisadora, esses relatos referem-se ao tempo em que no povoado havia poucas residências, não havia eletricidade e a mata era mais densa e com medo das *visagens*, as pessoas costumavam não sair de casas após as dezoito horas (SILVA, 2009, p. 61 e 62).

Silva destaca ainda, como elemento marcante nas falas referentes à ocupação do território, a genealogia da família Moraes, emblema da ancestralidade que marca o *repovoamento* do Taim e registra a longevidade da ocupação:

Apesar de citarem a vinda de três famílias para a localidade, só há o registro na memória da permanência no povoado da família Moraes e Cruz, sendo a família Moraes em maior quantidade, a qual se encarrega, via memória, de difundir a história como fundadora do Taim. A descrição oral recupera as relações de parentesco e apresenta elementos para se entender, inclusive, as relações atuais no Taim e deste com outros povoados. Para além disso, ao descreverem a genealogia da família, não só reforçam o argumento de antiga ocupação e, portanto, sustentam o direito ao território baseado na longevidade da ocupação, como tentam deslegitimar o discurso do Governo do Estado do Maranhão que não reconhece a antiguidade da ocupação territorial. As lembranças dos interlocutores registram que estão na sexta geração de descendentes dos Moraes (...) (SILVA, 2009, p. 27).

Em pesquisa documental e da história oral da comunidade do Taim, são encontrados fortes indícios sobre a ancestralidade africana do povoamento:

De acordo com os relatórios de pesquisa anteriores (SANTOS, 2013; OLIVEIRA, 2014), o Taim foi formado inicialmente pelos indígenas e depois pelos negros africanos de uma nação chamada tainos. Ainda, segundo o relatório, “os escravos fugiram e encontraram abrigo e proteção de uma ordem religiosa ligada a Igreja Católica” (OLIVEIRA, 2013: 16). Com o passar do tempo, pescadores se instalaram na região e assim se formou a comunidade Taim. As descrições dos moradores vão além, eles afirmam que os primeiros moradores foram membros da família Moraes: a Dona Arcângela Ramos e o Senhor Dionísio Moraes. Sabemos que entre os anos de 1835 e 1845 havia na freguesia de São Joaquim do Bacanga um senhor de escravos com o mesmo sobrenome dos “fundadores” do Taim; a saber Antonio Lellis de Moraes Rego. Pode tratar-se apenas de uma coincidência, mas sabe-se que era comum após a abolição da escravidão, os ex-escravos continuarem habitando na terra. Isso deve ser melhor investigado na continuação da presente pesquisa (OLIVEIRA, 2015, p. 22).

Em termos da pesca artesanal e da relação com a natureza, destaco essa citação de Silva, que reforça as informações do trabalho de Costa; Almeida e Garcez (2015), sobre a pesca na região da RESEX, que afirmam que os instrumentos de pesca são rudimentares, confeccionados pelos próprios pescadores artesanalmente, e as embarcações são pequenas:

A utilização e apropriação dos recursos hídricos no povoado concentram-se nas áreas de brejo e rios, sobretudo no rio dos Cachorros. Os brejos são ecossistemas “freqüentemente formados por águas represadas, ocorrem atrás das margens dos rios, em áreas em que há depressão, sendo razoavelmente inundado, é composto por dois subsistemas interligados em épocas de chuva: igapó e igarapé” (IBAMA, 2006, p. 29), apresentam espécies como palmeiras de juçara, buriti, bacaba, cujos frutos são consumidos pelos moradores. Igarapé do Tanque, Piquizeiro, Pitui-Açu e Coimbra são alguns desses ecossistemas que compõem o território do Taim. Todavia, ainda consoante o IBAMA, há dez igarapés no povoado com suas respectivas nascentes, além de quatro grandes brejos e outros pequenos margeando o mangue. Por serem espaços de usufruto comum, rios e igarapés são apropriados por homens, mulheres e crianças. Realizam a pesca artesanal de cabeceira durante todo o ano com utensílios como *puçá*, *espinhel*, *caçoeira* e *landruá*, que são utilizados de acordo com a espécie de peixe ou marisco pretendida (SILVA, 2009, p. 56).

Em relação ao enfrentamento dos conflitos ambientais, a comunidade do Taim, através de suas lideranças, foi das que mais se destacou por suas ações e discursos contrários aos grandes empreendimentos instalados ou planejados para a região, mais detalhes sobre o enfrentamento do conflito pelas comunidades serão apresentados mais a frente.

Ilha de Tauá-Mirim

A ilha de Tauá-Mirim está localizada no litoral ocidental, a sudoeste da ilha do Maranhão, a 20 km do centro de São Luís, entre o Estreito dos Coqueiros e a Baía de São Marcos, só é possível se chegar por via marítima com travessia de pequenos barcos. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 44° 17' 11,5" longitude Oeste e 02° 45' 43,5" latitude Sul. Encontra-se próxima ao Rio dos Cachorros, Taim, Vila Limoeiro (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 192).

Segundo Vieira, Gomes, Camara e Diniz (2016, p. 193), a Ilha de Tauá-Mirim está caracterizada como uma Região das “reentrâncias maranhenses”, sendo caracterizada pela presença de manguezais e profundos estuários. Na ilha o transporte é feito por motocicletas que variam de R\$ 3,00 a 5,00 reais.

A ilha é constituída por seis comunidades: Portinho, Jacamim, Ilha Pequena, Embaubau, Amapá e Tauá-Mirim, o percurso entre as três primeiras deve ser feito de motocicleta, devido ao difícil acesso e distância entre as comunidades. Somente na

comunidade de Tauá-Mirim não pode ser acessada por carro ou motocicleta, existem poucos carros que são utilizados no local, porém, na ilha Tauá-Mirim somente se chega com barco.

A população da ilha é simples sendo constituída por pequenos núcleos familiares e obtém seu sustento através da agricultura e pesca, com destaque para a produção da farinha de mandioca, em que há o aproveitamento da casca para produção de ração animal, a pesca de camarão, cultivo de frutas em quintal e estabelecimentos comerciais de pequeno porte, como quitandas e bares (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 193).

Em 1995, a ilha recebeu a implantação de energia elétrica e como consequência, a estrada principal foi ampliada. Antes disto, não existia nenhum tipo de fiação elétrica e os moradores faziam o percurso pela ilha através de “caminhos estreitos” feitos por eles mesmos (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 193).

As moradias em sua grande maioria são constituídas de taipa e barro, principalmente as que estão localizadas em Portinho, a primeira comunidade da Ilha. Entretanto, em setembro de 2014, começou a implementação do *Projeto Minha Casa Minha Vida* na comunidade:

Segundo Vieira (2015), moradora da vila, o projeto tinha como princípio a construção de casas no terreno dos moradores e os materiais eram realocados por eles mesmos não havendo nenhum controle de distribuição que consequentemente ocasionou falta de materiais para construção. Como resultado disto, as casas foram entregues apenas com estruturação para porta e janela sem qualquer acabamento. A moradora ao ser questionada sobre a finalização do projeto, afirmou que não houve nenhuma explicação por parte do governo e que não há previsão de término. A princípio os moradores da Vila Portinho seriam realocados para essas novas casas, mas como o projeto não fora concluído as casas encontram-se em estado de abandono (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 194).

Segundo Vieira, Gomes, Camara e Diniz, (2016, p. 195), este não foi o primeiro projeto implantado na Ilha. Em Ilha Pequena e Jacamim, as casas apresentam acabamento melhorado, isto porque o *Minha Casa Minha Vida* teria sido concluído. Em termos de infraestrutura, Jacamim é a que possui melhor estado, com casas com acabamento completo e alinhadas umas às outras e pequenos jardins criados pelos moradores, modelo organizacional típico deste projeto.

No que diz respeito à educação, as autoras afirmam que a ilha possui apenas duas escolas que ensinam até o 6º ano. Dentre elas, uma não está em funcionamento. Para cursar o ensino médio, os alunos precisam fazer o trajeto até o centro da cidade de São Luís ou ao bairro da Estiva, implicando em travessia de barco. Entretanto, foi observado um ônibus

escolar que também não está em funcionamento (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 196).

Nessa mesma área, foi constatada a existência de nascente no percurso entre Ilha Pequena e Jacamim a qual é utilizada pelos moradores no uso doméstico, para a lavagem de roupas, louças, sendo a água aproveitada pra banho e consumo próprio. As autoras observaram que o uso da nascente tem ocasionado certa poluição e degradação do meio ambiente, pelos próprios habitantes da comunidade, visto que as embalagens dos produtos domésticos utilizados para lavagens e banho em geral são descartadas no local (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 197).

Quanto às áreas de lazer, foram observados trilhas ecológicas, campos de futebol e pequenos bares com atrações musicais, uma praça, que apresenta condições de abandono, e algumas praias, que apesar de aspectos intactos e beleza cênica, há dificuldade em seu acesso (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 197).

A Ilha teve sua infraestrutura melhorada há apenas 20 anos com implantação da energia elétrica e mais recentemente com o projeto do governo federal *Minha Casa Minha Vida* que:

trouxe aspectos negativos, como o abandono de casas inacabadas e, pontos positivos, como a melhora de infraestrutura nas casas da comunidade Jacamim, que se mostrou a mais bem estruturada. Porém, a ilha apresenta uma estrada principal não pavimentada e moradias de barro e taipa com precariedade no saneamento básico (VIEIRA; GOMES; CAMARA; DINIZ, 2016, p. 198).

As informações sobre as comunidades da Ilha de Tauá-Mirim são escassas e ainda são necessários maiores estudos. Sabe-se que o local é bastante procurado por quem aprecia “turismo de aventura” e há algumas “casas de veraneio” de pescadores.

De praias, como Amapá e Jacamim, é possível ver o porto do Itaqui, a Ilha do Caranguejo e parte do litoral da baixada Maranhense. A Ilha também é procurada para trilhas noturnas, que são realizadas uma vez por ano no local, “para observação das estrelas, através de instrumentos próprios da astronomia, e com apenas a luz das lanternas e da lua”⁸⁷.

Zona de amortecimento da RESEX de Tauá-Mirim

Considerando a discussão pública sobre o Plano Diretor e sobre a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís, que ocorre desde julho de

⁸⁷ Fontes: <http://equipeoros.no.comunidades.net/ilha-de-taua-mirim-sao-luis>,
<https://www.youtube.com/watch?v=qaJh-XJt4t4>

2015, e partindo de solicitação feita pelo Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE)⁸⁸, foi apresentado um quadro sucinto, através de confecção de um relatório, do levantamento da localização e das características de algumas das comunidades tradicionais do entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim que, na sua prática social, constituem uma área de amortecimento⁸⁹ para a referida Reserva⁹⁰.

O relatório foi baseado na metodologia descrita a seguir:

As informações aqui apresentadas foram obtidas a partir da adoção do trabalho de campo como procedimento metodológico básico, no qual foram feitos contatos com moradores e tomada de pontos de GPS das comunidades. Sendo estes últimos obtidos da utilização de pares de coordenadas UTM (*Universal Transversal Mercator*). O trabalho de campo buscou consolidar informações preliminares de duas reuniões com equipes de pesquisadores e representantes de comunidades. A primeira reunião ocorreu no dia 24 de novembro de 2015, no Auditório do Sindicato dos Bancários, e contou com a participação de membros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís e da comunidade do Cajueiro. A segunda reunião aconteceu no dia 29 de novembro de 2015, na Casa das Águas, localizada na Comunidade do Taim, e contou com a participação de membros do Conselho Gestor da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, envolvendo representantes das comunidades do Taim, de Rio dos Cachorros, do Cajueiro, do Jacamim, de Camboa dos Frades. Estas duas reuniões possibilitaram um levantamento prévio de quais são as comunidades que podem ser definidas como tradicionais, de suas principais características socioeconômicas e dos principais espaços sagrados para as diferentes religiões e sítios históricos e arqueológicos nelas existentes. Foi, também, planejado o trabalho de campo para confirmar informações levantadas e coletar pontos de GPS. Para realização do trabalho de campo, foram formadas equipes compostas por pesquisadores e membros experientes das comunidades, que conhecem bem a região e seus moradores, facilitando a obtenção de informações. Cada um dos povoados levantados previamente foi visitado pelas equipes, em trabalhos de campo realizados nos dias 05 e 08 de dezembro de 2015 e 31 de janeiro de 2016 (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 1).

Possivelmente, a obrigatoriedade de criação de uma Zona de Amortecimento no entorno da RESEX seja o quesito que mais preocupa os grandes empreendedores e parte do Estado que se coloca à disposição do grande capital e por isso se utilizam de estratégias como a alteração do Plano Diretor. O artigo 27, parágrafo 1º, da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de

⁸⁸ A solicitação foi feita em reunião realizada no MPF, no dia 06 de novembro de 2015, com a presença de representantes do Instituto da Cidade (INCID), de comunidades da Zona Rural do município de São Luís, de pesquisadores universitários, de advogados, de membros do Movimento de Defesa da Ilha.

⁸⁹ Ou *Zona de Amortecimento*, que segundo a legislação ambiental, SNUC 2000, é definida como: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

⁹⁰ O levantamento foi realizado envolvendo pesquisadores dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado aos Departamentos de Sociologia e Antropologia e de Geociências e aos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais, em Políticas Públicas e em Desenvolvimento Socioeconômico; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA), vinculado ao Departamento de Geociências; Núcleo de Estudos Geográficos (NEGÓ), vinculado ao Departamento de Geociências e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico; Núcleo de Pesquisa em Direito e Diversidade (NUPEDD), vinculado ao Departamento de Direito e ao Programa de Pós-graduação em Direito, todos da Universidade Federal do Maranhão.

2000 (SNUC), diz que “as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo que deve abranger a área da unidade de conservação, sua *zona de amortecimento* e os *corredores ecológicos*, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”. Mais adiante a norma define a necessidade de compensação por danos ambientais, o que inevitavelmente ocorrerá com a RESEX de Tauá-Mirim, quando tiver seu decreto publicado, já que é cercada por grandes indústrias, como a Vale e a Alumar, conforme descrito no parágrafo 3º do artigo 36 do SNUC (BRASIL, 2000):

Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

O supracitado relatório das comunidades do entorno da RESEX faz levantamento preliminar, *in loco*, de dezoito comunidades e permite verificar que nelas há características típicas de comunidades tradicionais, quilombos e aldeias indígenas. Foram encontrados sítios arqueológicos e históricos, espaços sagrados de matriz africana e cristã, áreas expressivas de conservação ambiental que formam um mosaico de grupos sociais e mantêm, entre si, relações econômicas, sociais, de parentesco, culturais e religiosas específicas, constituindo um território tradicional historicamente articulado às comunidades que constituem a RESEX de Tauá-Mirim.

Algumas dessas comunidades, contudo, têm sido, nos últimos anos, ameaçadas ou diretamente impactadas por projetos industriais e de infraestrutura, estatais ou privados, o que prejudica os aspectos sociais e ecológicos do grupo, tendo em vista a sua reprodução social, religiosa e cultural. O planejamento do município, através da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, também pode impactar negativamente essas comunidades. Por esses supracitados motivos, o relatório aponta que é importante garantir a manutenção do modo de vida tradicional, criando mecanismos de proteção e garantia de importantes sítios religiosos, de conservação ambiental e da memória social, bem como adotar instrumentos de consulta prévia estabelecidos na legislação internacional e brasileira sobre populações tradicionais (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p.).

Tal documento tem autoridade para sugerir que se estabeleça, por via legal, o território compreendido por essas dezoito comunidades como zona de proteção das comunidades tradicionais. Esta zona de proteção, ou zona de amortecimento, é de

fundamental importância para a mitigação dos efeitos nefastos, de caráter social, provocados por empreendimentos econômicos, habitacionais de grande escala ou pela instalação de presídios, além de proteger o ambiente dos impactos negativos desses empreendimentos.

As Comunidades Tradicionais do entorno da RESEX

Segundo relatório do GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA (2016), as comunidades pesquisadas, que fazem parte do entorno da RESEX de Tauá-Mirim e servem como zona de amortecimento, são as seguintes: Vila Maranhão; Cajueiro; São Joaquim; Camboa dos Frades; Porto Grande dos Bragas; Sítio Conceição; Mãe Chica; São Benedito; Jacu; Murtura; Laranjeiras; Vila Maruaí; Inhauma; Estiva; Vila Juçara; Vila Coqueiro; Piçarra e Vila Samara, totalizando 18 comunidades.

A comunidade da **Vila Maranhão** tem uma parte dentro do território da RESEX, mas também faz parte do entorno. É composta pelas localidades Sitinho, Vila Tiradentes, Vila São Joaquim, Porto das Arraias (localizada na área da RESEX). No século XVIII, a Vila Maranhão era chamada de Furo, em função da tentativa de construção de um canal que ligaria o Igarapé do Arapapaí e o Rio Bacanga, o que possibilitaria melhorar a navegação entre aquela região e o centro de São Luís. Dentre os principais sítios históricos da Vila, encontram-se a Igreja de São Joaquim (construída a pau-a-pique em 1648 e reconstruída em 1835, quando foi criada a Freguesia de São Joaquim) e o Cemitério da Vila Maranhão, que em sua história recente tem sido marcado, também, por receber restos mortais de cemitérios que foram desativados em função do deslocamento de comunidades, na sua maioria, atingidas por desapropriações em favor da Vale S.A. e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR). Os cemitérios desativados foram: Cemitério da Andiroba (desapropriado em favor da ALUMAR), que atendia às extintas comunidades de Tainha, Pindotiua, Paquatiua, Carnaúba, Macacos, Tambaú, Lavapés, Boa Vista, Alegre e Andiroba; Cemitério do Mapaura (desapropriado em favor da Vale S.A.), que atendia às comunidades de Mãe Chica, São Benedito, Portas Verdes, Alto Paraíso, Itaqui, Boqueirão, Camboa dos Frades, Vila Madureira e Irinema (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016).

Além da Igreja de São Joaquim como espaços sagrados foram identificados o Terreiro de Moisés (terreiro de mina, umbanda e tambor de índio, localizado no Sitinho), o Terreiro de Maurício (terreiro de umbanda e quimbanda, localizado no Sitinho), o Terreiro de

Florência (terreiro de mina, localizado na Vila Maranhão), o Terreiro de Joana (terreiro de mina, localizado na Vila Tiradentes) (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016).

As principais atividades econômicas dos moradores são: pesca, agricultura tradicional, extrativismo de juçara e buriti, que tem sido recentemente prejudicadas pela morte dos brejos, provocada pela construção e duplicação da BR-135 e das ferrovias Estrada de Ferro Carajás e Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e pela inserção de grandes projetos na área. Os moradores mais antigos da Vila, em função da especulação imobiliária e das características de seu modo de vida, localizam-se principalmente na sua periferia. A localização da Vila Maranhão por coordenadas geográficas é 0575935 E; 9710298 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 2).

A comunidade do **Cajueiro** é composta por diversas localidades. **Andirolal** é caracterizada como o Quilombo. Em **Guarimanduba** há o sítio que abrigou o terreiro do Sr. Lotério e que se encontra próximo a uma área de brejo e à beira do igarapé Arapapaí, cujo nome indica de que seja de uma aldeia indígena que havia na localidade (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

Parnauaçu é uma “área de obrigações de terreiros” da Vila Maranhão e do bumba-boi de Maracanã, todos os anos seus participantes vão até à praia para pedir permissão antes de sair para os festejos juninos. Parnauaçu abrigou também o terreiro de mina de D. Ângela (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

Sol Nascente é a localidade na qual está localizado o Terreiro de Samuel. Também é o local onde está situado o Terreiro do Egito e o Poço de São Benedito, que servia de fonte de água para membros do Terreiro do Egito (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

Cajueiro é a localidade onde está a praia do Cajueiro e a Croa do Cajueiro, um dos pontos de referência dos espaços sagrados vinculados ao Reino da Princesa Ina⁹¹, que fica num quadrilátero que tem como pontos de demarcação a Croa do Cajueiro, a Pedra de

⁹¹ Reza a lenda, que o local onde foi construído o Porto do Itaqui, na década de 1970, seria o Reino da Princesa Iná e os habitantes da terra não teriam pedido permissão para construir o porto encima do Palácio da Princesa, assim, esta passou a atrapalhar construção do porto, fazendo desaparecer, materiais e pessoas, levadas para o mundo dos encantados, e nunca encontradas, nem mesmo restos de roupas ou pedaços do corpo humano, a população imaginou que poderiam ter sido devorados e comidos por grandes peixes marinhos. Fonte: <http://averequete.blogspot.com.br/2012/01/vale-beijing-e-o-reino-da-princeisa-ina.html>, acessado em 19/02/2106.

Itacolomi, em Alcântara, a Ponta da Areia e a Ilha dos Caranguejos. A comunidade do Cajueiro faz, a cada ano, o festejo tradicional de São Benedito. O Cajueiro é via de acesso ao mar para várias comunidades, como Vila Maranhão e São Joaquim, permitindo a pesca e o transporte marítimo (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

As praias de **Cajueiro** e de **Parnuaçu** se destacam por serem áreas produtivas do camarão piticaia, também conhecido como "Sete Barbas". Entre **Cajueiro** e Porto Grande, no manguezal do **Arapapáí**, há um ninhal de Taquiri⁹², pássaro que está na lista de extinção, segundo a Portaria 445/2015 do MMA. As principais atividades econômicas das localidades que compõem a comunidade do Cajueiro são a pesca, a agricultura tradicional e o extrativismo vegetal, principalmente do babaçu, da juçara e do buriti. Nos últimos anos, a comunidade tem assistido a um crescimento populacional, relacionado à vizinhança com grandes empreendimentos. Sua localização geográfica se dá pelas coordenadas 0572369 E; 9711041 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

A comunidade de **São Joaquim** localiza-se entre a BR-135 e a Estrada de Ferro Carajás e encontra-se em uma área com presença de brejo e de nascentes que atravessam a comunidade, apresentando muitos juçarais. Seus moradores extraem juçara para consumo e venda esporádica na Vila Maranhão. O brejo foi o que restou do antigo “furo”, um canal do período imperial, feito por mão de obra escrava, que ligava o igarapé Arapapáí com o Porto dos Braga e com o brejo do Jacú, e que foi interrompido após a construção da ferrovia e da estrada (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

Na comunidade havia um terreiro cuja autoridade sacerdotal era D. Celina. Esta senhora se mudou para Madre Deus e a autoridade sacerdotal da casa foi assumida por D. Justina. Os moradores antigos relatam que ali funcionou o Engenho de Gelicó, mas não conseguem precisar a data de seu funcionamento (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p.3).

92 O nome científico do Taquiri é *Nycticorax nycticorax* (Linnaeus, 1758) e significa “corvo da noite ou pássaro de mau presságio”. É uma ave Pelecaniforme da família Ardeidae. Conhecido também como savacu, garça-cinzenta, sabacu, savacu-de-coroa, sabacu-de-coroa (Bahia), taquari ou taquiri (Pará), taiaçu (algumas regiões da Amazônia), dorminhoco (Rio Grande do Sul), socó, garça-dorminhoca, guacuru ou guaicuru, arapapá-de-bico-comprido, garça-da-noite ou ainda socó-dorminhoco. O nome socó-dorminhoco deve-se ao fato de esta ave passar boa parte do dia dormindo, pois se trata de uma espécie predominantemente noturna. Fonte: <http://www.wikiaves.com.br/savacu>, acessado em 19/02/2106. O Taquiri, Tamatião ou Savacu-de-coroa (*Nyctanassa violacea*) é o nome da espécie classificada como ameaçada de extinção pelo PAN-Manguezal, Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal - PAN Manguezal (PORTARIA Nº 9, DE 29 DE JANEIRO DE 2015 do ICMBio).

Os pescadores de São Joaquim pescam no Cajueiro e no Igarapé das Arraias, mas o acesso a este igarapé foi impedido por uma empresa mineradora e precisam pedir permissão para a segurança da empresa para ter acesso ao local. Segundo relatos estes pescam também no porto do Londres e no igarapé Buenos Aires (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

Os moradores da comunidade de São Joaquim frequentam as praias do Cajueiro e de Parnauçu nos finais de semana para, historicamente as praias sempre foram frequentadas pela população daquela região, não só para pesca, mas também para diversão e lazer. A localização geográfica da comunidade de São Joaquim é 0575953 E; 9710510 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 3).

Segundo os moradores, para o nome da comunidade **Camboa dos Frades** existem duas explicações. A primeira se refere ao fato de haver uma antiga camboa, armadilha de pedras para prender peixes na praia e a segunda se deve à vista panorâmica, na qual se percebe que na área há um recuo de maré muito grande, formando a chamada camboa⁹³. A palavra Frades deriva da presença portuguesa na área, que se iniciou com a instalação dos jesuítas no período colonial. No local ainda encontra-se um cemitério de indígenas, “possivelmente Tupi”, além do cemitério dos jesuítas. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou trabalho na área e retirou vestígios de cultura material (arqueológicos) dos arredores do povoado, como cacos cerâmicos, pedras polidas e uma “sandália de ferro” (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p.4).

A principal atividade econômica da comunidade é a pesca, que atrai, inclusive, pescadores oriundos de São José do Ribamar, de Alcântara, de Raposa e de comunidades do entorno. A agricultura é realizada no período chuvoso, há também o extrativismo do coco babaçu. Camboinha é uma localidade vinculada à comunidade, que fica próxima ao porto do Itaquí. Segundo relato de pescadores, neste local há muito derramamento de óleo por parte das embarcações que atracam no porto e, às vezes, não se pode pescar, pois morrem muitos peixes, caranguejos e camarões devido às dragagens feitas pelo porto, que atrapalham a pesca (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 4).

⁹³ camboa *sf* (do *tupi*) 1 *V gamboa*². 2 Lago artificial, pequeno e junto ao oceano, onde entra peixe miúdo na preamar. 3 Tapagem em bacias pedregosas com muros das mesmas pedras e panos de pari, destinada à pesca. 4 Esteiro que se enche com o fluxo do mar e fica seco no refluxo. Fonte: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/camboa%20_922063.html

Foi verificado em campo que há apenas um poço artesiano que abastece toda a comunidade de **Camboa dos Frades**. No passado, a principal fonte de água potável da comunidade era o “Bebedouro”, um olho d’água que antes era conhecido como “Bebedor de Cutia”, pois ali se reuniam animais para beber água. Segundo relato de uma moradora, essa fonte é misteriosa, pois “pega a água salgada, solta e fica só a água doce” (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 4).

Com a construção da Termelétrica do Porto do Itaqui, em 2011, Camboa dos Frades ficou isolada por um bom tempo, pois a estrada que ligava a comunidade à BR-135 passava por dentro da área que foi ocupada pela empresa:

Somente depois de muita pressão, foi construída uma nova estrada para dar acesso à comunidade. A comunidade sobrevive entre o Porto do Itaqui e a Termelétrica, sofrendo cotidianamente com a forte poluição resultante dessas atividades econômicas. Os moradores já não confiam na qualidade de água do poço artesiano do povoado e a produção tradicional de caju, melão e azeitona preta (jamelão) foi quase que completamente impossibilitada (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 4)

Camboa dos Frades fica localizada segundo as coordenadas geográficas: 0571398 E; 9713969 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 4).

A comunidade de **Porto Grande dos Bragas** é conhecida também como Porto Grande dos Valentes, lá encontra-se a ruína da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que tem placa de registro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 4).

Moradores relatam que, ao lado da igreja, havia um sumidouro, no qual Ana Jansen, antiga e poderosa senhora de terras e escravos de São Luís, “mandava desovar cadáveres de seus desafetos”. No local há uma grande área de campo inundável e de lagos, com grande quantidade de mangueiras no entorno do canal do Furo, que ligava Porto Grande dos Bragas ao igarapé do Arapapaí. Existem no local estruturas de construção antiga de pedra na beira do antigo igarapé, que hoje restou como brejo (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 4).

Antigamente muitas famílias tiravam o seu sustento daquela área, havia plantações de arroz e outros cultivos, mas, após a construção da barragem do Rio Bacanga, houve alteração da área de mangue que impactou negativamente a atividade agrícola. Próximo ao

local há um conjunto habitacional do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 4).

A comunidade de **Porto Grande dos Bragas** possui a seguinte coordenada geográfica: 0577722 E; 9711317 S (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 5)

Na comunidade de **Sítio Conceição**, também conhecida como Vila Conceição, a economia local é caracterizado por atividades relacionadas ao extrativismo, à agricultura tradicional e à pesca artesanal. Na comunidade encontra-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. A localização da comunidade Sítio Conceição tem as seguintes coordenadas geográficas: 0574735 E; 9712841 S (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 5)

A comunidade de **Mãe Chica** é marcada por atividades econômicas relacionadas com agricultura tradicional e extrativismo, principalmente do buriti. O nome do povoado é em homenagem ao Terreiro de matriz africana que teve como autoridade sacerdotal a Mãe de Santo conhecida como Mãe Chica. Na comunidade encontra-se uma Igreja Adventista. A localização da comunidade **Mãe Chica** se dá pelas coordenadas geográficas: 0574792 E; 9711206 S (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 5)

As principais atividades econômicas da comunidade **São Benedito** estão relacionadas à pesca artesanal, à agricultura tradicional e ao extrativismo, principalmente do buriti e do tucum, cuja palha é utilizada para fazer peças de artesanato. A entrada do povoado fica na beira da BR 135, algumas casas acompanhando o sentido da rodovia. No núcleo mais antigo do povoado, as casas deixam de acompanhar a rodovia e se dispõem em forma de círculo com uma área aberta no centro. Nesse local ocorre o tradicional festejo de São Benedito, no dia 06 de maio de cada ano. A comunidade São Benedito tem as seguintes coordenadas geográficas: 0574264 E; 9717470 S (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 5).

A comunidade de **Jacu** possuía um antigo porto de referência para as comunidades da região, porém, depois da construção da barragem do Bacanga tal porto perdeu sua importância, pois a maré não chega mais ao nível que chegava antes. A comunidade tem como principais atividades econômicas o extrativismo, agricultura tradicional e pesca

artesanal. A comunidade de Jacu é atravessada por um grande brejo, com áreas baixas de nascentes e de muitos juçarais, mangueiras e demais plantações. Os moradores extraem juçara para consumo próprio e as áreas do brejo foram cercadas por quintais das casas onde se notam plantas e criações. O brejo é uma extensão dos quintais e têm uma função importante para o extrativismo vegetal, principalmente da juçara. Os moradores da comunidade pescam e apanham camarão no Igarapé do Buenos Aires (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 5).

Na comunidade de **Jacu**, funciona o terreiro de mina de D. Zeca, Geogelita Ramos Amorim, de 89 anos, que é filha do Terreiro do Egito e fundou seu próprio terreiro em 1961. Consta do calendário litúrgico do Terreiro, a festa anual para São Benedito. O terreiro mantém um grupo tradicional de Tambor de Crioula. A comunidade Jacu é localizada geograficamente pelas seguintes coordenadas: 0576886 E; 9710914 S (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 6).

Murtura é uma comunidade de foi ocupada na década de 1950 por pescadores e agricultores vindos de várias localidades do interior do estado. A comunidade tem cerca de 30 famílias e é marcada pela presença de um grande brejo com uma vasta vegetação que vem resistindo ao impacto da Ferrovia Transnordestina Logística e do complexo penitenciário de Pedrinhas, cujos esgotos são despejados diretamente no rio Murtura, que deságua no Rio dos Cachorros. A mesma ferrovia passa por cima dos rios Ananandiba e Grande que também sofrem com impactos do complexo penitenciário. Na comunidade existe uma área de apicum e de mangues nas margens dos rios. No passado, o rio Murtura era piscoso, havia navegações de pequenas embarcações e era um lugar de lazer. Um trecho do rio tem queda de água corrente que sai de uma nascente onde a vegetação ainda está preservada. Em 1993 houve uma tentativa de grilagem de terra por parte de uma senhora, mas a comunidade, depois de muita luta, ganhou na Justiça, pois, a suposta dona não teve como provar a sucessão na cadeia dominial. Na oportunidade, algumas casas foram derrubadas e aconteceram mortes e muita gente foi embora deixando seus terrenos. Com a organização e auxílio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís, os que resistiram se fortaleceram. Em 2003, a comunidade foi declarada como área de assentamento do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), ficando como domínio útil, porém não receberam o título de propriedade definitivo. Atualmente, os moradores lutam para obter domínio pleno. Na comunidade existe a Associação de Produtores Rurais de Murtura, sendo esta é composta por

agricultores tradicionais com plantação de banana, mandioca, milho, arroz, feijão, coco manso, cana. Destaca-se pela presença de grandes e antigas mangueiras no centro do povoado de modo a formar uma praça de árvores (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 6).

Um dos antigos moradores se chamava Antonino Baldez, que fazia consultas e era curador famoso na região, havendo, também, na comunidade vizinha do Igarau, um espaço sagrado reservado à memória desse curador. Há algum tempo foram encontradas moedas, espingardas, potes de cobre e vasos de cerâmica, que os moradores acreditam que devem ser vestígios de antigas ocupações do local. Existem caminhos antigos anteriores à chegada das famílias que hoje compõem a comunidade. Há um caminho muito profundo e embaixo dele havia um poço. Há uma trilha por dentro do brejo que é conhecida como caminho dos índios. Nas margens da trilha há muitas árvores e nascentes que se conectam formando pequenos igarapés, muito impactados. Há, também, um caminho antigo que vem do cemitério localizado na comunidade Laranjeira até o manguezal. Existem ainda dois caminhos antigos e um deles tem continuação no povoado Rio dos Cachorros. Moradores relatam que a comunidade era um porto antes da construção da Estrada de Ferro Carajás. O nome Murtura é anterior à ocupação atual e se refere à grande quantidade de pés de murta, pequena fruta adocicada. As linhas dos trens da Ferrovia Transnordestina Logística e da Estrada de Ferro Carajás localizam-se proximamente à comunidade, de onde se ouve o barulho dos trens (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 6).

As coordenadas geográficas que localizam a comunidade Murtura são: 0577408 E; 9704078 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 7).

O nome da comunidade **Laranjeiras** se dá pelo fato de ser um antigo sítio, Sítio Laranjeiras. É uma área de assentamento do ITERMA desde 1993, com 35 famílias de agricultores tradicionais e que também praticam a pesca, mas esta última atividade é para consumo próprio. Fica localizada proximamente ao manguezal, fazendo fundo e margeando ao Rio dos Cachorros. Há um porto rústico no qual o rio é navegável e profundo. É, também, um acesso ao mangue para pessoas de outros bairros que esporadicamente, retiram caranguejos. Encontram-se, na comunidade, brejos e uma área com pequizeiros, mangueiras e juçareiras. A comunidade tem uma Associação de Produtores que recebe apoio da Embrapa e da Petrobras. Há um projeto de irrigação que teve apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através da Secretaria Municipal de

Agricultura. Verificam-se, ainda, projetos agrícolas com plantação de hortaliças, pimenta, nos quais usam argila que dizem ser rica em nitrogênio.

A localização da comunidade Laranjeiras se dá pelas coordenadas geográficas 0577020 E; 9703740 S (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 7).

A comunidade de **Vila Maruaí**, formada por pescadores e agricultores tradicionais, que foram deslocados da área em que hoje está localizada a ALUMAR (comunidades Paquatua, Pindotua, Tainha e Andiroba). A comunidade está situada ao lado do Parque Ambiental da ALUMAR, cuja área era de uso comum dos moradores. A comunidade da Vila Maruaí não tem livre acesso aos brejos e igarapés que ficaram nos limites do Parque, “sendo seus moradores impedidos e humilhados pelos seguranças da empresa e pela Polícia Militar Ambiental”. Restou apenas o Rio Ribeira, mas que está muito poluído. “Antes da chegada da ALUMAR, no rio havia muito camarão, caranguejo, siri e sururu”. O rio Ribeira foi cortado pela Estrada de Ferro Carajás e está muito impactado pelos poluentes da AMBEV, de matadouros e pelo esgoto do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o que tornou insustentável a pesca e extrativismo. “Mesmo diante dos constrangimentos, os moradores ainda trabalham com agricultura tradicional e pesca artesanal”. A atividade de pesca é feita nos rios Ribeira e Mauá.

Na comunidade existem muitas igrejas evangélicas. A “casa do vigia” do Parque Ambiental da ALUMAR (abandonada e destruída) é utilizada como marco para delimitar o início da área da comunidade Maruaí em relação àquele estabelecido para o Parque.

A comunidade da Vila Maruaí está localizada de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: 0576538 E; 9701619 S (GEDMMA, NERA, NEGO, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 7)

A comunidade de **Inhauma** é considerado o povoado antigo de pescadores e agricultores tradicionais. Nesta comunidade há um Terreiro de Mina que, há doze anos, após a morte do Pai de Santo que o fundou – chamado Moisés – foi continuado pela Mãe de Santo Isabel, que hoje mora no bairro do Cohatrac e ainda realiza rituais no espaço sagrado. A principal festa do Terreiro é realizada em setembro, em homenagem ao Divino Espírito Santo, com frequentadores advindos de vários lugares.

A comunidade de Inhauma fica licalizada de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: 0572405 E; 9698431 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 8)

A comunidade da **Estiva**, cujo povoamento aparece em mapa desde 1820, teria se formado por causa dos estivadores que descarregavam sal no porto próximo ao Estreito dos Mosquitos. A comunidade tinha uma estrada velha, por onde passavam os carros que traziam carga e possui uma antiga estação ferroviária. A comunidade também possui fortes relações com a Ilha de Tauá-Mirim, especialmente com o povoado de Jacamim.

A localização da comunidade da Estiva se dá pelas seguintes coordenadas geográficas: 0572425 E; 9695908 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 8)

A **Vila Juçara** é um povoado que foi fundado por de pescadores e a comunidade possui um grupo de bumba-meu-boi chamado “Prenda de São João”, presidido pela dona Maria Nazaré, de 61 anos. Possui também um festejo tradicional chamado “Gloriosa Santa Maria”, realizado na Capela de Santa Maria. Também tinha uma fonte antiga que foi destruída pela construção da Estrada de Ferro Carajás. As práticas de constrangimento da Vale S.A., repetem-se quanto a infringir direitos dos moradores. O exemplo maior são os relatos dos moradores quanto à construção de estrada de rodagem no local que corta a comunidade.

A comunidade da Vila Juçara fica localizada de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: 0571767 E; 9697589 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 8)

A comunidade da **Vila Coqueiro** remonta suas origens ao século XVII. A ocupação estaria relacionada com os padres jesuítas do período colonial os vestígios dessa ocupação, ainda não estudados, estão na antiga fonte do coqueiro. Observamos, no local, ruínas de duas estruturas, aparentemente construídas em épocas distintas. Ainda existe um olho d’água e um caminho de pedras construído com material reutilizado da antiga fonte e, nas proximidades, um poço antigo em desuso. O povoado possui cerca de 500 casas. Moradores praticam atividades tradicionais como a pesca e a agricultura. As marcas de raspagem nos caules de algumas árvores indicam um rico conhecimento de remédios extraídos de árvores de diversas espécies (como *Gipió* e *Açoita Cavallo*) e para os mais variados males. Na comunidade há um grupo de bumba-meu-boi chamado de “Brilho do Horizonte”. Tradicionalmente a comunidade

organiza “um boizinho numa varinha”, que influenciou a concepção do “Boi Barrica”, famosa brincadeira sediada no bairro da Madre Deus. Na comunidade havia um curador (“Preto Vêi”), chamado Policarpo, que tinha um tambor de mina. Há também no um terreiro chamado Centro de Reunião Reis Barajô das Oliveiras. O terreiro situado no Coqueiro mais uma vez remonta à forte relação com os povoados da Ilha de Tauá-Mirim, local de sua antiga localização. O povoado do Coqueiro possui ainda outros dois bumbas-meu-boi, “Unido de Coqueiro” e “Mocidade de São Marcos”, e também um tambor de crioula intitulado “Tijupá”. Possui, ainda, uma capela católica.

A localização da comunidade da Vila Coqueiro tem as seguintes coordenadas geográficas: 0571613 E; 9698395 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 8).

A comunidade de **Piçarra** fica localizada atualmente fica dentro do bairro Pedrinhas, mas o nome Piçarra é a sua antiga denominação. Possui uma igreja católica chamada de São João, de construção recente feita pela comunidade, e uma antiga estação de trem com uma estrutura onde ficava a caixa d'água para abastecimento das atividades da Maria Fumaça e da antiga ferrovia da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (REFFSA). Nos dois lados da ferrovia há moradias, algumas delas foram construídas no período de funcionamento da estação, hoje desativada, e nelas moram ex-funcionários da estrada de ferro. Atualmente a denominação da ferrovia é Ferrovia Transnordestina Logística (FTL).

A localização da comunidade de Piçarra fica de acordo com as seguintes coordenadas geográficas: 0577014 E; 9702218 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 9)

Na comunidade de **Vila Samara** está localizado o cemitério Nossa Senhora de Boa Viagem, que encontra-se em área que pertence a uma empresa. Mas, grande parte dos moradores mais antigos, devido aos vínculos familiares com moradores da Ilha de Tauá-Mirim, enterravam os mortos nessa ilha. Atualmente o cemitério serve para os moradores de cinco comunidades do entorno: Estiva, Samara, Coqueiro, Inhaúma e Juçara. A vila tem como principais atividades econômicas a agricultura tradicional, a pesca artesanal e o extrativismo. O núcleo antigo da comunidade é conhecido com Piçarreira.

A comunidade de Vila Samara está localizada conforme as coordenadas geográficas: 0572941 E; 9696635 S (GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA, 2016, p. 9).

1º ATO - O PEDIDO DE CRIAÇÃO DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM

O pedido de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim foi feito quando algumas dessas comunidades de pescadores, representadas por seus líderes comunitários e outros sujeitos simpatizantes da causa, encaminharam ao IBAMA, em 18 de agosto de 2003, um abaixo-assinado solicitando a criação de uma unidade de conservação, que os ajudasse na manutenção de seu modo de vida tradicional.

Nesse primeiro ATO, será mencionada a reação contra o Polo Siderúrgico, que não chegou a ser implantado, o Movimento Reage São Luís e a movimentação das comunidades; o relato de Beto do Taim, para entender mais como se deu o movimento que antecedeu o pedido de criação da RESEX; como foi formalizado o processo; como se deu a constituição dos órgãos ambientais federais e a conjuntura de desmembramento destes.

A reação contra o Polo Siderúrgico, o Movimento Reage São Luís e a movimentação das comunidades

Nesse item pretendemos fazer um apanhado geral dos movimentos de resistência aos grandes empreendimentos na Ilha de São Luís, anteriores e concomitantes ao pedido de criação da RESEX e quais foram as motivações e conjunturas que levaram a este. Mais uma vez, não será possível construir uma linha reta nesse processo histórico, portanto haverá idas e vindas, também, nesta etapa da etnografia.

No ano de 2004, foi anunciado nos principais veículos de comunicação maranhenses um projeto de instalação de um polo siderúrgico no município de São Luís, pela companhia Vale S.A (então denominada Companhia Vale do Rio Doce) em parceria com o Governo do Estado do Maranhão. O primeiro protocolo de intenções foi assinado ainda no ano de 2001, visando à instalação de três usinas siderúrgicas, porém era necessário realizar alterações no Plano Diretor do município para transformar a área pretendida de Zona Rural para Zona Industrial (ALVES, 2014), já que este era um fato impeditivo, ou no mínimo questionável, para a instalação de qualquer tipo de indústria na área.

Segundo Alves (2014, p. 24), os jornais locais na época chamavam a atenção para a magnitude do projeto do Polo Siderúrgico, em termos de investimento e projeção de produção, o Maranhão era vislumbrado como o futuro maior produtor de aço do mundo, o governo maranhense prometia crescimento e geração de empregos. Como parte significativa da reação contra o referido empreendimento, há a formação de um grupo organizado por

membros da sociedade civil, profissionais liberais, de diversos movimentos sociais, entre os quais havia a adesão de ao menos 40 entidades de São Luís e outras organizações sociais e internacionais, conectadas em rede, constituídos com a finalidade de resistir à instalação do polo siderúrgico (ALVES, 2014, p. 17).

Segundo Zagallo (2004), a instalação do polo siderúrgico seria “a maior agressão ambiental já realizada no Maranhão” e implicando na “emissão de 35,6 milhões de toneladas/ano de dióxido de carbono (CO₂), principal responsável pelo efeito estufa que está prejudicando o clima em todo o planeta”.

Eram previstas três usinas siderúrgicas que ocupariam uma área de 2.471,71 hectares, que resultaria no deslocamento compulsório de cerca de 14.400 pessoas que habitavam 12 povoados: Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnauaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira, dentre os quais Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, parte do Cajueiro e parte da Vila Maranhão estão dentro dos limites atuais da RESEX, com destaque na participação no movimento de resistência das Associações de Moradores dos povoados do Taim e Rio dos Cachorros (ALVES, 2014).

Dentre os impactos mais significativos apontados pelo movimento estavam: o aumento populacional relacionado à falta de infraestrutura urbana, baixa capacidade de abastecimento de água e o consequente aumento implicado pelo funcionamento das usinas siderúrgicas, tendo em vista que já havia um déficit no abastecimento de água na cidade, com interrupções frequentes no fornecimento do serviço à população (ALVES, 2014). Adiciona-se a isso a importância dos atributos ambientais da região devido a exuberante presença de manguezais e nascentes de água doce e todas as relações ecológicas que sua supressão implicaria, como, por exemplo, a diminuição do pescado e prejuízo aos aquíferos⁹⁴.

Sobre a dimensão do movimento de resistência, Alves (2014, p. 24) afirma que:

Com relação aos informativos produzidos pelas entidades, o que chama atenção era o número expressivo de entidades envolvidas e a pluralidade das mesmas. O engajamento e a mobilização de entidades profissionais, associação de moradores, sindicatos, fóruns diversos, além de profissionais liberais (médicos, advogados,

⁹⁴ Aquíferos são reservatórios naturais de água subterrânea de grande importância para o abastecimento humano em todo o mundo e sua má exploração pode causar danos irreversíveis aos mesmos. Podem ser classificados em freáticos (superficiais) ou artesianos (profundos e submetidos a altas pressões). São reabastecidos naturalmente pelas águas das chuvas (precipitação).

jornalistas, sociólogos, geólogos), intelectuais, pesquisadores de universidades, professores e funcionários públicos, convergindo em um movimento mais amplo que uniu diversos atores sociais, contrários à instalação do polo siderúrgico.

Inicialmente procurei identificar a complexa rede de entidades que compunha a base do Movimento Reage São Luís, unindo as associações de moradores dos povoados da Zona Rural que seriam atingidos pelo projeto do polo siderúrgico. As entidades, tão distintas, como, por exemplo, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – MA), Sindicato dos Ferroviários, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e Instituto Maranhense de Recursos Hídricos (IMRH). Isto são apenas algumas das entidades que ilustram a pluralidade na base de formação do movimento.

Beto do Taim

Para entender mais como se deu o movimento que antecedeu o pedido de criação da RESEX, voltamos ao ano de 1996. Alberto Cantanhede Lopes, conhecido por Beto do Taim⁹⁵, em entrevista realizada em 24/03/2007⁹⁶, afirma que foi nesse ano que as discussões sobre algum tipo de proteção para os pescadores iniciaram. Nesta entrevista, Beto dá detalhes sobre a percepção da poluição dos rios e diminuição do pescado, desde a instalação das indústrias mais antigas, fala sobre a influência que a possibilidade de implantação do polo siderúrgico teve sobre a proposta de criação da RESEX, como e quais foram os apoiadores dos movimentos sociais e outras instituições até chegar à proposta da RESEX.

Beto relata que a partir dos anos 1980 os pescadores começam a observar a diminuição do pescado e atribuir o fato à poluição advinda das grandes empresas do entorno. Segundo ele, como tentativa de contornar a situação e garantir a segurança alimentar dos moradores, primeiro foi discutida a possibilidade de constituição de um fundo de financiamento, ou de reserva, para os pescadores e incentivo ao uso de instrumentos de pesca que diminuíssem a sobrepesca de peixes menores. Nessas discussões o município teve parte, mas as grandes empresas que participariam do fundo de compensação “nunca apareceram”:

Essa era uma proposição que chegamos a discutir com o governo municipal, inclusive. A empresa é que nunca participou, a Vale do Rio Doce nem a Alcoa nunca participaram disso. Nós fizemos seminário internacional pra isso e chamamos eles, todo mundo, o Ministério Público, o Poder Judiciário, os Poderes Executivos, a Assembléia Legislativa, teve até alguns deputados participando, mas a empresa nunca participou nem explicou porque não participava (MIRANDA; MAIA; GASPARGASPAR, 2009, p. 181)

⁹⁵ Beto do Taim é pescador e liderança comunitária, foi dirigente da União de Moradores do Taim, integrante do MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores) e do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e reside no povoado do Taim, uma das comunidades pertencentes à RESEX, localizado na Zona Rural II de São Luís.

⁹⁶ Entrevista com Beto do Taim, realizada por Ana Caroline Pires Miranda, Maiana Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar. Veja na entrevista na íntegra no capítulo 7 do livro Ecos dos Conflitos Ambientais: a RESEX de Tauá-Mirim (MIRANDA; MAIA; GASPARGASPAR, 2009).

Seguiu-se a essa, a proposta de fazer um “Centro de Referência” para acompanhar os incidentes gerados pelos danos ambientais ou acidentes de trabalho, a progressão de doenças, que gerasse a possibilidade de fazer exames para medir o acúmulo de metais (especialmente o alumínio) no cabelo e sangue. Porém a proposta também não foi bem sucedida, conforme explica Beto:

Mas não se conseguiu criar o Centro de Referência, porque a proposta era o seguinte: a sociedade civil vai ter uma participação no controle desse centro, de indicar técnico, de não deixar só que o poder público indique, porque nós sabemos que o poder público também é manipulado pela empresa. Para você chegar e pegar um diagnóstico de um trabalhador acidentado na Alumar, você não consegue chegar. Não tem médico que dê um diagnóstico e dizer “-fulano esteve aqui, passou tal dia e o diagnóstico dele esse.” Então, começamos a dizer: “-nós vamos querer um Centro de Referência, mas que tenha uma outra postura, onde o Poder Público, a empresa mais a comunidade tenha acesso às informações e inclusive na indicação dos técnicos que irão pra lá”. Antes disso o governo topou a discussão. Quando chegou nessa parte, morreu a discussão. (MIRANDA; MAIA; GASPARG, 2009, p. 181-182)

Beto fala em uma terceira proposição, antes de se chegar à ideia da RESEX, que foi baseada em “potencializar” o Conselho de Meio Ambiente, fazendo um tipo de conselho das comunidades, com a pretensão de comprar equipamentos para monitorar a emissão de poluentes, mas segundo ele: “isso também não foi pra frente”.

Então, nós partimos, assim, para outra alternativa e a **quarta proposição foi criar unidade de conservação** em torno dos projetos como uma forma da comunidade mostrar sua contribuição na preservação. (MIRANDA; MAIA; GASPARG, 2009, p. 182. Grifo meu).

Em relação à definição sobre a proposta da Reserva Extrativista, e a definição do tipo de Unidade de Conservação, Beto disse que algumas pessoas das comunidades, incluindo ele, fizeram visitas a Reservas Extrativistas do Maranhão e Pará.

Para chegar na Reserva extrativista não demorou muito tempo. Nós começamos a pensar nela meio pingada a discussão em 1996, e começamos a aprofundá-la em 1998. Mas começamos a aprofundá-la em 1998, nós já tínhamos, por exemplo, o Centro de Populações Tradicionais, o CNPT, que subsidiava muito essa discussão, a partir das Reservas do Acre, que nós nunca conseguimos ir lá, mas eles traziam essas informações nas discussões de Unidades de Conservação. Toda a assembleia do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), todas as assembleias do CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), todas as assembleias da COIABE (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), que são os povos indígenas, todos esses grupos, todas as assembleias desses grupos incluía na pauta as Unidades de Conservação. Então, nós estávamos sempre nesses debates. Então, para chegar a conclusão de que a melhor unidade de conservação era RDS ou Resex não foi tão difícil devido aos vários elementos que eu estou colocando. (MIRANDA; MAIA; GASPARG, 2009, p. 184)

Quando questionado se tiveram apoio durante o processo de oficialização do pedido da RESEX, Beto cita a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), os técnicos da

FETAEMA, o Fórum Carajás e a Tijupá entre outros agentes como os professores Nascimento de Moraes, José Policarpo, Maristela de Paula Andrade e o professor Aranha, já falecido. Dos movimentos sociais Beto cita o apoio de Marluze Pastor, Helena Heluy, Ademar Pinheiro. Cita ainda a importância de tomar conhecimento de um estudo considerado de referência para eles, que foi sobre os Polos Siderúrgicos de Camaçari, na Bahia, e Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

A RESEX teria a vantagem de garantir a posse e o uso das terras, já que os moradores das comunidades não se identificavam com o título de assentados, apesar de ser o título concedido pelo ITERMA⁹⁷.

E nós não nos enquadrámos enquanto assentamento, nós nos enquadrámos enquanto população tradicional, então, não é um assentamento, é uma comunidade histórica, com mais de cem anos, quase duzentos anos, então nós não nos enquadrámos nesse aspecto como um assentamento, nem muito menos como ocupação como o governo quis dizer no processo de discussão do Pólo Siderúrgico. Tem documento do Estado dizendo que as poucas ocupações que tinha, era ocupações irregulares e dos últimos quarenta anos. A cada projeto que o Estado pensar, ele tem que primeiro que regularizar a terra em nome de quem já está para depois comprar, indenizar e relocar em outro lugar. Não fizeram nada disso para a implantação da Alcoa, não fizeram nada disso para a implantação da Alumar, da Vale do Rio Doce, não fizeram nada disso para o Polo, para o Distrito Industrial do Maracanã, não teve nada disso, as comunidades foram simplesmente cedendo lugar para as empresas. Em 2000, houve um processo e o Estado perdeu o domínio útil das Glebas Tibiri, Pedrinhas, Itaqui, Bacanga. Em 2001, o então secretário recorreu, e a secretária nacional do Patrimônio da União deu de volta o domínio útil ao Estado. (MIRANDA; MAIA; GASPARI, 2009, p. 185)

Quando perguntado pelos entrevistadores se eles não haviam pensado em pleitear o título de comunidades quilombolas, Beto argumenta que haviam pensado sim, porém os faltava elementos de registro, as poucas marcas que existem carecem de estudos antropológicos, segundo ele. Diz, também, que os antigos contavam que o povoado do Taim era refúgio de escravos. Apesar da possibilidade de existir documentos na prelazia, na Igreja do Carmo, dos Capuchinhos, Beto afirma que o arcebispo não havia permitido o acesso aos documentos. Contudo, a diocese fez a doação da Ilha de Tauá-Mirim, para efeito de assentamento pelo governo do estado.

Nós estamos no Taim, por exemplo, com famílias que estão na sexta geração e, para a lei de populações tradicionais, bastam três gerações. Os outros povoados também são antigos. O Porto Grande tem, o Porto Grande virou esse nome Porto Grande por

⁹⁷ Reproduzo a nota original da entrevista: Em 1996, o ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), vinculado ao governo estadual, concedeu o título de assentamento rural a vários povoados da Zona Rural de São Luís. Esta situação, no entanto, nunca foi regularizada em cartório e, apesar de toda a propaganda política feita, então, pela Governadora Roseana Sarney Murad, os moradores de toda a região continuam sem garantias formais da titulação de suas terras.

conta do porto mesmo, mas a comunidade original era Encantado e tinha um dos terreiros de mina mais antigos do Estado. O Rio dos Cachorros da mesma forma, a Vila Maranhão tem a segunda igreja mais antiga, a de São Joaquim. Então, assim, não é uma ocupação qualquer, a igreja de São Joaquim só é mais nova que a de São José do Desterro, que é de 1612. (MIRANDA; MAIA; GASPAS, 2009, p. 185)

A entrevista com Beto do Taim esclarece as motivações e expõe a necessidade que os moradores têm de preservar o ambiente natural local, tendo em vista sua própria segurança alimentar e territorial e transparece, ainda, a lucidez com que reivindicam a Unidade de Conservação na modalidade Reserva Extrativista, como sugere a seguinte fala, em resposta ao questionamento dos entrevistadores quanto a RESEX atender às necessidades das famílias das comunidades:

Ela consegue atender algumas. A primeira é a posse da terra que se garante. A segunda é que nós podemos decidir a forma de uso e ser reconhecido enquanto política pública. Se nós definimos que a partir de agora vamos proibir que se pesque com determinado equipamento no rio, fazemos um acordo entre nós da unidade, o IBAMA reconhece e é obrigado a fiscalizar. Nós não vamos fazer e os outros também não podem fazer. (...) É claro que o órgão público que vai ser, na verdade, o grande parceiro é o Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA. Ele reconhece esses acordos e aí transforma em portarias que têm que ser respeitados, inclusive por nós que fizemos o acordo, principalmente por nós. (MIRANDA; MAIA; GASPAS, 2009, p. 187)

Nessa mesma entrevista, Beto destaca o recrudescimento da luta pela constituição da RESEX no momento em que é anunciada a instalação do Polo Siderúrgico na região, prejudicando não apenas o meio ambiente, além de agir na zona de amortecimento da Unidade de Conservação, mas competindo diretamente pelo uso do território, já que haveria a necessidade de deslocamento compulsório de várias famílias pertencentes aos povoados da RESEX. Antes do Polo, Beto se refere a outros projetos como a USIMAR, que não chegou a ser implantada por causa de problemas com escândalos de corrupção, além da Vale e Alumar, presente desde os anos 1970 - 1980.

A discussão sobre o Pólo Siderúrgico ganhou essa conotação toda já em 2005, o processo [*da Reserva*] já estava oficializado, depois de quase seis anos discutindo. A discussão se deu em várias comunidades, mas em níveis diferentes, né. No Taim, ela teve uma conotação maior, pelo seguinte: pela minha participação no movimento dos pescadores, o Movimento Nacional dos Pescadores, e com essa minha participação, eu tive a oportunidade de estar em vários espaços onde se discutiam os grandes projetos na Amazônia. E aí estavam incluídos a produção de alumínio na cadeia de alumínio, a cadeia do aço. Então, estávamos discutindo grandes temas, não mais a redução do peixe no rio, mas estávamos discutindo quais eram as consequências, qual era a razão disso, a raiz do problema. (MIRANDA; MAIA; GASPAS, 2009, p. 177-178)

Em 2007, à época da entrevista, os pesquisadores questionam sobre as discussões do Polo Siderúrgico, que haviam ficado paradas por algum tempo, sendo retomadas naquele

momento. Beto retrata uma situação muito interessante no conflito quando diz que houve uma “inversão”:

E, ela parou, mas está para retomar essa discussão, que eu estou chamando de inversão, que é Reserva Extrativista versus Pólo Siderúrgico, e é o contrário: é Pólo Siderúrgico tentando interferir na vida da gente. Então, o que é a gente colocou enquanto preocupação, como eu disse antes, é que nós íamos ser engolidos pelo projeto, nós das comunidades do Porto Grande e Taim, que não estávamos necessariamente no mapa da planta da fábrica, mas nós íamos ficar ilhados desse lado daqui, sem a menor condição de subsistência e aos poucos íamos ter que abrir mão disso daqui, talvez até sem indenização, pelas condições de saúde. Aí, o poder público teria a maior responsabilidade por isso, porque nós não temos estrutura de saúde⁹⁸, nós não temos o aparelho do Estado para a saúde que pudesse arcar com isso (MIRANDA; MAIA; GASPARG, 2009, p. 193).

Beto considera que por causa da poluição do ar e da água de modo geral, a sobrevivência no local seria impossível em médio prazo e que, todos os projetos que haviam sido discutidos, como, por exemplo, projetos para a pesca e agricultura foram engavetados após a discussão do Polo Siderúrgico, porque os bancos não queriam assumir os riscos de emprestar dinheiro para uma população ameaçada de deslocamento, pois não haveria como pagar o empréstimo se as populações fossem remanejadas.

Ou seja, além de ameaçadas essas famílias ficaram condenadas à ausência de políticas públicas por décadas. Na verdade, essas populações tradicionais, como modo de vida rural e em relativa harmonia com a natureza vêm sendo engolidas há muito tempo na luta contra o “desenvolvimento” e o “progresso”.

Para Silva (2009, p. 164), enquanto os Governos Municipal, Estadual e Federal e os grandes investidores vêem os territórios como uma oportunidade de bons negócios, por apresentar uma logística formada pelo Complexo Portuário do Itaqui, estradas e ferrovia e por sua localização privilegiada, mais próxima dos centros de comércio norte-americanos e europeus; as populações locais os vêem como o lugar em que “nasceram, cresceram, se criaram”, em que construíram uma história, em que mantêm relações de vizinhança, compadrio, amizade, e que lhes é provedor dos meios de sobrevivência obtidos com o trabalho na terra, no mar e nos rios, cuja mão de obra é mobilizada através de uma imbricada rede de solidariedade.

Apesar do projeto do polo siderúrgico não ter se concretizado, com a possibilidade de alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís, os

⁹⁸ Não há postos de saúde localizados nas comunidades da RESEX, ver (STEINHORST DAMASCENO, 2009).

moradores das comunidades ameaçadas não saíram ilesos de todo o processo que antecedeu a tentativa de instalação do empreendimento. Antes mesmo da aprovação do projeto do polo, os gestores do empreendimento iniciaram a demarcação dos povoados e o cadastro das famílias que seriam deslocadas, o que causou muita insegurança nos moradores:

As demarcações e os cadastros das famílias foram feitos pela empresa paulista Diagonal Urbana Consultoria LTDA (contratada pelo Governo do Estado e pela Vale), que tentou impor aos moradores restrições quanto ao uso de suas residências, como proibição de reforma e ampliação de casas, além de marcar com números pichados com tinta preta as residências das famílias que supostamente seriam removidas... Somente os povoados Rio dos Cachorros e Taim resistiram e impediram a (de)marcação (SILVA, 2009, p. 164).

Silva (2009, p. 165) destaca a importância da articulação entre lideranças e movimentos sociais contrários à implantação do polo siderúrgico em São Luís, principalmente com o movimento Reage São Luís, “que atuou nos povoados difundindo informações sobre como os moradores seriam atingidos pelo empreendimento”. As informações difundidas pelos representantes dos movimentos sociais contribuíram para a percepção de que as comunidades corriam o risco de serem deslocadas, ou desterritorializadas, assim como, no caso de permanência no território, “terem como vizinhas usinas altamente poluidoras que acabariam por expulsá-los, uma vez que a vida se tornaria impossível com mais poluição”.

Silva (2009) destaca ainda algumas falas que demonstram o apego dos moradores ao seu local de vida que, apesar do conflito, “não pensam em sair, pois o território apresenta-se como o ambiente em que estão acostumados a viver; provedor das condições de sustento; considerado tranquilo, onde podem dormir sem se preocupar com seus bens materiais, sem a violência que o meio urbano apresenta”:

“Aqui, a gente ainda dorme de porta aberta e ainda amanhece tudinho. Ainda segundo Sr. Inaldo (46 anos, pescador): [...] os governantes, os interesses deles é só pra eles. Então, fica ruim pra gente que é acostumado num sistema desse aqui, num ambiente. A situação fica precária porque realmente se eles precisassem do terreno, rapaz, negociasse, nós vamos precisar do terreno porque vai beneficiar a nossa geração. Tudo bem. Aí desse outro terreno igual, mas aí não, aí eles querem é tomar e recompensa nada. Eu aqui, saio daqui, sempre gostei de fazer isso, boto o cofo na cintura e saio por aí. Eu posso mandar botar o arroz no fogo, aí, pegar os peixes. Chego de lá com eles vivinhos, pulando, e o arroz ainda não tá pronto (entrevista realizada em 18/06/2008. In: SILVA, 2009, p. 166)

Alguns moradores, segundo Silva (2009) se opuseram ao empreendimento por reconhecerem que, se fossem deslocados e tivessem que mudar para a cidade, não teriam condições de trabalho, “pois vivem da roça e da pesca e seria inviável morar na cidade e se locomover todos os dias para a zona rural para trabalhar”:

[...] eu não sou empregado, trabalho na zona rural, eu sou lavrador, sou pescador. Então, não adianta eu ir lá pro centro e vir trabalhar aqui. Eu me dou muito bem aqui no Taim, na zona rural, se eu mudar daqui pro Limoeiro, pro Rio dos Cachorros, pra Porto Grande, eu vou trabalhar no mesmo ramo. Agora, se eu mudo pra cidade, vou ficar desempregado (Sr. Waldemir, 56 anos, entrevista realizada em 25/05/2008. In: SILVA, 2009, p. 166 e 167).

Outra característica especial dessas comunidades foi “a forma como se mobilizaram para participar das audiências suscitadas pelo projeto de alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís”; “como se reuniram para tentar entender de que forma seriam atingidos pelo empreendimento”; “como impediram a (de)marcação de suas casas pelos técnicos contratados pelo Governo do Estado e pela Vale” são momentos enfatizados nas entrevistas realizadas por Silva (2009), em que ressaltam o processo decorrente da possibilidade de implantação do polo como mais uma ocasião em que tiveram que se unir em defesa do território:

Nós saía daqui, eu e minha filha, nós fazia era comida, levava logo daqui feita, garrafa com água, comida, garrafa com café, tudo nós levava pra passar o dia todinho se possível. Essa daqui era menor [aponta sua filha], ainda era gurizinha, a gente levava tudinho... Aqui no Taim não ficava era ninguém, todo mundo ia (refere-se às Audiências Públicas e demais mobilizações), nós já lutamos demais por causa desse pedaço de chão aqui do Taim... Mas quem sabe um dia nós não somos favoritos (D. Maria Paula, 55 anos, lavradora, entrevista realizada em 16/06/2008. In: SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 167).

Essa vinda dessa siderúrgica aqui, nessa época, as comunidades tudo se uniram, uma com as outras, pra poder debater (Sr. Inaldo, entrevista realizada em 17/02/2009. In: SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 167)

Como já mencionado anteriormente por Beto do Taim, a partir de 1996, nos espaços de discussão criados pela Igreja Católica, na Paróquia São José do Bonfim, no bairro da Vila Nova, vários representantes comunitários começaram a discutir sobre a possibilidade de implantação de uma Reserva Extrativista, sendo que, posteriormente, as discussões sobre foram realizadas nas comunidades que seriam contemplados na proposta (SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 168).

Dentre os sujeitos e instituições que contribuíram para a discussão, através de consultorias sobre a constituição de Unidades de Conservação, podemos citar o CNPT/IBAMA⁹⁹ (Centro Nacional de Populações Tradicionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o CNS (Conselho Nacional de Seringueiros), o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), o Fórum Carajás, a COIABE (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), dentre outros

⁹⁹ Na época o CNPT era vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, atualmente é vinculado ao ICMBio.

movimentos. As visitas de representantes comunitários a outras Unidades de Conservação (Maracanã e Alter do Chão, no Pará; Cururupu e Frechal, no Maranhão) também contribuíram para a decisão sobre a Reserva (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 168).

Reforçando o que já foi ressaltado por nosso interlocutor, Beto do Taim, a opção por uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na modalidade Reserva Extrativista, deu-se porque esta modalidade de área protegida assegura a permanência das pessoas em seus territórios e lhes possibilita dialogar acerca do uso dado ao mesmo, mas também, devido ao entendimento mais amplo, engendrado no âmbito dos movimentos sociais, mais especificamente baseado no GTA, de que “as Unidades de Conservação apresentavam-se como uma via para diminuir a tensão sobre a terra, onde há conflito decorrente da disputa por sua posse” (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 168).

Ainda segundo Beto do Taim, no âmbito da articulação dos movimentos acima mencionados, existe a proposta de criação de uma Reserva Extrativista na Ilha do Maranhão, que estaria inserida dentro de um planejamento maior do GTA, voltado para o Norte do país vislumbrando o fechamento da fronteira do Acre até o Maranhão como área de conservação. Essa proposta baseia-se na “visão da entidade de que as Reservas Extrativistas contribuem para a redução do desmatamento”, “assim como o plano de manejo ajudaria a manter a biodiversidade da floresta”, “uma vez que os grupos que fazem uso dos recursos naturais devem encontrar a melhor maneira de continuar a utilizá-los sem sobre-explorá-los” (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 169).

Parafraseando Chico Mendes, o que nós queremos com a Reserva Extrativista? Deixamos que ele mesmo responda: “Que as terras sejam da União e que elas sejam de usufruto dos seringueiros ou dos trabalhadores que nela habitam, pois não são extrativistas só os seringueiros” (GRZYBOWSKI, 1989, p. 24). Foi com essa inspiração que personagens de alguns dos povoados da Zona Rural II de São Luís – MA, no ano de 2003, protagonizaram o abaixo assinado que deu origem ao processo que criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

O processo

A iniciativa objetiva para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim ocorreu quando estas comunidades de pescadores encaminharam ao IBAMA, em 18 de agosto de 2003, um abaixo-assinado solicitando a criação de uma unidade de conservação.

Dentre as etapas necessárias para a implantação da RESEX, já foram cumpridas: a solicitação formal dos moradores da área; a realização de vistoria técnica pelo CNPT/IBAMA para realização do levantamento sobre a potencialidade dos recursos; a elaboração de laudos socioeconômicos e biológicos; e a realização de consulta pública aos moradores da área para a implantação da reserva. O processo foi concluído, no âmbito do IBAMA¹⁰⁰, e enviado para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), aguardando sanção presidencial. Se a RESEX de Tauá-Mirim for oficializada constituirá a primeira reserva extrativista do município de São Luís e a primeira localizada em uma capital de estado brasileiro, sendo que o Maranhão possui apenas cinco das 48 Reservas Extrativistas do Brasil (IBAMA, 2007).

Segundo a Instrução Normativa (IN) nº 03, de 18 de Setembro de 2007 (IN 03/2007) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, é definido no Art. 2º desta IN o entendimento do conceito de *Povos e Comunidades Tradicionais*, como disposto no Decreto Nº. 6.040/2007:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Sendo assim consideradas as comunidades da área pleiteada, seguimos para as diretrizes para a criação de uma RESEX, no Art. 3º os incisos preconizam: I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental; II – a transparência do processo de criação e a adequação à realidade local; III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social; IV – o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de

¹⁰⁰ O processo para a criação da RESEX do Taim (atualmente RESEX de Tauá-Mirim) foi concluído, no âmbito do IBAMA no estado do Maranhão, em setembro de 2007. Hoje a criação e gestão das Unidades de Conservação estão a cargo do ICMBio, ver Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais; V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na criação da Unidade; VI – a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais; e, VII – a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características socioculturais.

O histórico feito até aqui demonstra que as comunidades da RESEX de Tauá-Mirim cumprem todos o pré-requisitos e diretrizes preconizadas pelo órgão gestor das Unidades de Conservação, o ICMBio. Os passos dados em seguida, segundo a IN nº 03/2007 estão contidos nos artigos 4º, 5º e 6º, conforme citação:

Art. 4º A solicitação para a criação de RESEX ou RDS deve ser encaminhada formalmente ao Instituto Chico Mendes por população tradicional ou sua representação.

Art. 5º A solicitação para a criação de RESEX ou RDS deve indicar, preliminarmente, a área proposta para criação da Unidade e a população tradicional envolvida, suas principais práticas produtivas e os recursos naturais manejados e o compromisso com o uso sustentável da Unidade.

Art 6º A partir do recebimento da solicitação, o Instituto Chico Mendes deve efetuar uma vistoria na área, uma ou mais reuniões com a população tradicional envolvida e emitir parecer técnico sobre a viabilidade de criação de uma RESEX ou RDS (BRASIL, 2007b?).

Em parágrafo único, a IN nº 03/2007 destaca que “a solicitação da população tradicional pode vir acompanhada de manifestações de apoio de instituições governamentais, não governamentais, comunidade científica e da sociedade civil organizada”. No processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim há diversas cartas de apoio de instituições variadas, dentre elas o GEDMMA.

Abertura do processo de criação da Reserva Extrativista do Taim (que posteriormente passou a ser denominada Tauá-Mirim) no IBAMA (IBAMA/ICMBio 02012.001.265/2003-72)¹⁰¹ com data de autuação em 22/08/2003, tem como interessado a UNIÃO DOS MORADORES REMAR E SOL, que “solicita abertura de processo visando criar Reserva Extrativista”. A partir daí, o IBAMA dá início aos procedimentos necessários de avaliação da pertinência de criação da unidade que são basicamente: a elaboração de estudos técnicos e a realização de consultas públicas.

¹⁰¹ O processo de criação da RESEX foi iniciado ainda no IBAMA e posteriormente passou para a competência do ICMBio, por isso no processo consta o nome dos dois órgãos ambientais.

A proposta de Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (Taim), passou por todas estas etapas com parecer favorável¹⁰² do órgão local (IBAMA). Em 18 de setembro de 2007, a então Superintendente do IBAMA, Marluze do Socorro Pastor Santos, encaminha o processo solicitando a criação da reserva Extrativista do Taim e salienta que todos os tramites legais cabíveis a tal superintendência foram realizados e submete a apreciação do diretor da DIUSP/ICMBio.

A constituição dos órgãos ambientais federais e a conjuntura política institucional

Para contextualizar os momentos em que essas instituições ambientais foram constituídas, algumas informações históricas são importantes. A primeira Unidade de Conservação brasileira, criada em 1937, no Estado do Rio de Janeiro, foi o Parque Nacional de Itatiaia, com base na primeira lei ambiental brasileira, o Código Florestal de 1934 (GOSTINSKI, 2012; CASES, 2012).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a consolidação da política ambiental brasileira, por ter um capítulo inteiro relacionado ao meio ambiente. No final dos anos 1980 foi elaborado o anteprojeto de Lei do Sistema de Unidades de Conservação, que tinha como propostas a revisão conceitual e legal das destas unidades; análise da representatividade do sistema; elaboração de diretrizes e estratégia para implementação no novo sistema. A partir da interação entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), surgiu a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), criada para a execução da 1ª fase do projeto, propondo algumas categorias para dar suporte ao novo projeto de Unidades de Conservação, foi entregue ao IBAMA (recém criado) em 1989. Este projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e encaminhado ao Congresso Nacional, que após oito anos de estudo aprovou como a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (GOSTINSKI, 2012).

Voltando à constituição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), este foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA); Superintendência da Borracha

¹⁰² IBAMA/CNPT – MA. **Laudo Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim.** São Luís, 2007. Mimeo.

(SUDHEVEA); Superintendência da Pesca (SUDEPE), e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM), que tinha no IBAMA seu órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis. Apenas em 16 outubro de 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgão de hierarquia superior, com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil. (Fonte:<http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/institucional/historico-e-base-juridica.html>. Acessado em 10/01/2016)

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial. Foi criado dia 28 de agosto de 2007, dividindo o corpo de técnicos e analista ambientais do IBAMA, pela Lei 11.516. O ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Segundo informação do sítio oficial na internet, cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. O ICMBio é ainda encarregado de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais (<http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/institucional/historico-e-base-juridica.html>. Acessado em 10/01/2016).

Nos próximos ATOS continuaremos o detalhamento do processo que neste momento tem apenas pendente a assinatura do Decreto, na Casa Civil, que não foi assinado na gestão do presidente Lula da Silva, pois nessa época foi convencionado um acordo informal que previa a anuência dos governadores dos Estados da Federação na qual estivesse situada a UC para que o processo fosse finalizado. No caso da RESEX de Tauá-Mirim, a então governadora do Maranhão Roseana Sarney, em provocação do MPF, enviou carta declarando abertamente que o estado era contrário à criação da RESEX, o que percebemos que foi, e ainda é, o maior empecilho a sua concretização, via decreto presidencial.

Em 2007, houve o desmembramento do IBAMA e a Criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, ICMBio, gerando insatisfação e uma crise institucional, o que

pode ter acarretado em implicações políticas nos processos de criação de Unidades de Conservação no Brasil, de um modo geral¹⁰³. Esse foi também um ano de mudanças de governos Estadual e Federal. No Estado do Maranhão, o governador Jackson Lago foi cassado e assumiu Roseana Sarney, a segunda colocada no processo eleitoral. Beto do Taim denuncia que uma carta de apoio a RESEX de Tauá-Mirim, dada por Jackson Lago, para compor o processo de criação desapareceu. Em seu lugar, posteriormente, Roseana Sarney se declara, em carta, veementemente contra a criação da RESEX.

Voltando a questão da suposta carta de apoio a RESEX de Tauá-Mirim, assinada ex-governador do Maranhão, Jackson Lago, que teria sumido do processo, Beto do Taim aceita conceder entrevista para falar sobre o assunto. Quando Beto do Taim é questionado sobre a coincidência da separação entre o IBAMA /ICMBio e o sumiço da carta ele reflete:

Humm...não, não necessariamente. O IBAMA, o IBAMA foi, o Instituto Chico Mendes foi criado de uma parte de integrantes do IBAMA, mas não necessariamente tinha a ver com nenhum processo. Agora, coincidiu o período. (...) O período coincidiu...que foi quando passa os processos pro ICMBio, ele chega, ele chega na Casa Civil sem essa carta. Porém, como eu disse, a carta não é uma exigência legal, ela... alguns outros processos caminharam, sem a carta de governo de estado (Entrevista realizada por mim no dia 13/11/2015).

Dessa forma, percebemos que o ano de 2007, no qual o processo da RESEX de Tauá-Mirim foi concluído, foi um ano turbulento em termos da instabilidade política em diversos âmbitos, em termos do governo do estado e da crise nas instituições ambientais, além de ter sido um ano de eleições presidenciais.

¹⁰³ Ver blog Mary Alegretti: <http://maryallegretti.blogspot.com.br/2007/05/chico-mendes-e-politica-ambiental.html> e Lei 11.516/2007, que trata do desmembramento do IBAMA.

2º ATO - TÉRMINO DA PRIMEIRA FASE E INÍCIO DA SEGUNDA: terminam os direitos objetivos do meio ambiente e dos povos e comunidades tradicionais e começa a disputa de interesses.

Consideramos, para fins analíticos, como o primeiro momento de ruptura o momento no qual o Estado do Maranhão se posiciona declaradamente contrário a RESEX. Assim, consideramos, também, que a partir desse ponto há o término da prevalência dos direitos objetivos do meio ambiente e dos povos e comunidades tradicionais e o início da disputa de interesses em torno do território.

Ao final de 2005, foram realizadas diversas vistorias pelo IBAMA com o objetivo de colher informações preliminares sobre a área que estava sendo pleiteada como RESEX. Em 2006, foi concluído o primeiro estudo, resultando em um Laudo Sócio-Econômico (IBAMA, 2006) e foi realizada uma primeira consulta pública em atendimento à Lei nº 9.885/2000 (SNUC). Até então, a proposta de criação da RESEX incluía apenas as seis comunidades que ficam localizadas na Grande Ilha do Maranhão: Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Cajueiro e parte da Vila Maranhão. Na consulta pública, um dos participantes, considerando as características de conservação ambiental e modo de vida tradicional de seus moradores, se manifestou pela inclusão no perímetro da RESEX da ilha de Tauá-Mirim e suas seis comunidades: Portinho, Jacamim, Ilha Pequena, Embaubau, Amapá e Tauá-Mirim. A proposta foi acatada e resolveu-se ampliar os estudos já realizados.

Em 2007, foram realizados novos levantamentos fundiários, socioeconômico e biológico, e nova consulta pública foi realizada, concluindo pela inexistência de impedimento à criação da RESEX pelo ICMBio e foi declarado que “a área em questão possui vocação ecológica e social para a consolidação de uma Reserva Extrativista” (IBAMA, 2007, p. 44).

Após a fase de elaboração dos estudos técnicos, o ICMBio, em setembro de 2008, concluiu pela viabilidade da RESEX, sendo encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual ressaltou a necessidade de manifestação do Ministério da Defesa e do Governo do Estado do Maranhão. O que se tem a partir daí é que o processo de criação da RESEX não segue mais as vias consideradas “normais” para qualquer processo de criação de Unidades de Conservação na modalidade Reserva Extrativista. Então, se constituiu um

imbróglio judicial na medida em que o MPF determina que há, de fato, morosidade no processo¹⁰⁴.

É importante destacar que a judicialização do conflito em torno da RESEX, ou seja, o momento em que o processo de criação não se restringe mais apenas aos órgãos ambientais, mas este chega ao Ministério Público e à Justiça Federal, não marca o início do conflito, visto que desde a década de 1970 os habitantes da região na qual está situada a RESEX vêm sofrendo os efeitos e impactos dos grandes empreendimentos implantados, dentre os quais estão a poluição e demais passivos ambientais e os deslocamentos compulsórios de comunidades. Porém, com a judicialização, o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim alcança maior visibilidade, é o momento a partir do qual esse se torna público, ou se torna um conflito visível no meio jurídico, ou seja, não diz mais respeito apenas àquelas comunidades inicialmente pleiteantes, mas, oficialmente, diz respeito a toda a sociedade.

Fazendo um parêntese para explicação sobre o papel e a função do Ministério Público Federal na sociedade brasileira, é importante destacar que o Ministério Público Federal (MPF) integra o Ministério Público brasileiro, conquista garantida pela Constituição Federal de 1988. O Ministério Público brasileiro é composto pelos Ministérios Públicos nos estados e pelo Ministério Público da União, que, por sua vez, possui quatro ramos: o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Foi instituído para ter independência em relação aos demais “poderes” da estrutura do Estado brasileiro:

O Ministério Público Federal (MPF) surgiu, em sua configuração atual, com a Constituição Federal de 1988, que incluiu o Ministério Público brasileiro como função essencial à Justiça. Cabe ao MPF assegurar o respeito aos direitos dos cidadãos, por meio da fiscalização e cobrança na aplicação das leis. O MPF também atua extrajudicialmente, ou seja, propondo acordos (Termos de Ajuste de Conduta, recomendações, inquérito civil público, audiências públicas). O Ministério Público Federal, assim como o Ministério Público brasileiro, não faz parte de nenhum dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e tem independência funcional assegurada pela Constituição Federal. O MPF atua em casos federais, regulamentados pela Constituição e pelas leis federais, sempre que a questão envolver interesse público. O chefe do MPF é o Procurador-geral da República, nomeado pelo presidente da República, com autorização da maioria absoluta do Senado Federal (fonte: <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/sobre/historico-do-mpf>).

¹⁰⁴ O temo “morosidade”, ou mora, se refere à demasiada demora dos processos judiciais e às frustrações ao usuário do sistema público que tal demora provoca. A Emenda Constitucional EC nº 45/2004 determina aspectos relativos ao princípio da duração razoável do processo.

Dentro do MPF existe a área que trata do interesse público acerca do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, cada área utiliza como apoio as chamadas “Câmaras Técnicas”, com competência para analisar as contendas específicas, que nesse caso é a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão¹⁰⁵, que trata especificamente dos temas relacionados à flora, fauna, áreas de preservação, gestão ambiental, reservas legais, zona costeira, mineração, transgênicos, recursos hídricos e preservação do patrimônio cultural, entre outros.

No Ministério Público Federal (MPF), mais especificamente na Procuradoria da República no Estado do Maranhão (PR-MA), foram instaurados dois (02) Inquéritos Cíveis Públicos (ICP) para investigar denúncias envolvendo a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e ameaças à segurança dos povos e comunidades tradicionais que habitam a área. O inquérito mais antigo e principal é o ICP de número 1.19.000.000719/2008 – 89, com data de autuação em 21/07/2008, que trata de ocorrência de possível mora no desfecho das providências administrativas da RESEX de Tauá-Mirim.

O segundo processo de investigação, ICP¹⁰⁶ de número 1.19.000.001090/2009 – 75, instaurado pelo Ministério Público Federal, no qual Alberto Cantanhede Lopes (Beto do Taim) é requerente, com data de autuação em 21/10/2009, há o documento no qual a contenda é resumida da seguinte forma: “apurar ocorrência de lesão ao direito à moradia e direitos culturais das comunidades de Bom Jesus do Cajueiro e próximas, em razão de anunciada relocação de seus integrantes para instalação da área de tancagem da Petrobrás, a ser promovida pelo Estado do Maranhão”¹⁰⁷.

Em seguida, no processo, há um documento chamado de Portaria de Instauração Nº 10/2010, que considera as declarações prestadas na Procuradoria da República em 16 de setembro de 2009, por Alberto Cantanhede Lopes (Beto do Taim). A partir dessa denúncia é

¹⁰⁵ As Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal são os órgãos setoriais que coordenam, integram e revisam o exercício funcional dos membros da instituição – procuradores e subprocuradores da República. São organizadas por função ou por matéria. Cada Câmara de Coordenação e Revisão é composta por três membros do Ministério Público Federal, sendo um indicado pelo procurador-geral da República e dois pelo Conselho Superior do MPF, juntamente com seus suplentes, para mandato de dois anos. Sempre que possível, a indicação é feita entre integrantes do último grau da carreira, ou seja, entre os subprocuradores-gerais da República. A Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC nº 75/1993) define as competências das mesmas (fonte: <http://www.mpf.mp.br/conheca-o-mpf/atuacao/camaras-de-coordenacao-e-revisao>) acessado em 15/02/2015.

¹⁰⁶ Inquérito Civil Público diz respeito à investigação interna feita pelo Ministério Público Federal (MPF) a qual precede a solicitação de abertura de Ação Civil Pública pela Justiça Federal.

¹⁰⁷ Portaria de Instauração nº 10/2010 ASS. A referida área de tancagem dizia respeito a equipamentos de apoio para a construção da Refinaria Premium I, da Petrobras, que foi planejada para ser construída no município de Bacabeira, a 60 km de São Luís, mas que seria interligada ao Porto do Itaqui por um sistema de dutos. Esse projeto, se realizado, impactaria diretamente a área da RESEX de Tauá-Mirim. No entanto, em função dos efeitos da grave crise mundial que teve seu auge em 2008 e de problemas internos da Petrobras, o projeto de construção da Refinaria foi abortado no início de 2015.

que o MPF dá início a uma das investigações que posteriormente foi encaminhada à Justiça Federal.

O Procurador da República Alexandre Silva Soares pede abertura de procedimento administrativo com a finalidade de apurar possíveis irregularidades quanto à:

(...) efetivação do projeto de construção de um cás (sic) de atracamento de navios na área das comunidades Cajueiro, Camboa dos Frades, Coqueiro, Vila Maranhão, Porto Grande, Estiva, Jacamim, Taim, Tauá-Mirim e uma comunidade de pescadores da Praia de Boa Razão, cujas comunidades, com exceção das duas primeiras e da última, compõem a proposta da Reserva Extrativista do Taim (Ofício nº 829/2009 – ASS/PR/MA. No processo anexo 1, pag. 000005).

O procurador pede, também, informação sobre a existência ou não de licenciamento ambiental do mencionado empreendimento ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, o senhor Washington Rio Branco. Da mesma forma, o Procurador solicita informações ao presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), senhor Hermes Luís Farias Ferreira sobre o mesmo empreendimento. Dentro do prazo de 10 dias solicitado pelo Procurador, a EMAP responde, pelo nome da senhora Maria do Socorro Heickel, presidente em exercício, que “a EMAP não teve qualquer participação na referida reunião, nem há projetos do domínio desta Administradora Portuária destinados à construção de cais na área indicada.” (anexo 1, pag. 000007) e indica a Secretaria de Indústria e Comércio como órgão possivelmente promotor da reunião.

O processo de número 1.19.000.001090/2009 – 75 está apenso ao processo de número 1.19.000.000719/2008 – 89. Esses são processos de Inquérito Civil Público (ICP) promovidos no âmbito do Ministério Público Federal, que seguem em paralelo. Atualmente ambos compõem a Ação Civil Pública (ACP) que tramita na Justiça Federal¹⁰⁸. Mais a frente, na medida em que se fizer necessário para análise do caso, voltaremos a esse ICP.

Segundo o documento redigido e assinado pelo Procurador da República Alexandre Silva Soares, referente ao Inquérito Civil Público nº 1.19.000.000719/2008 – 89 e apenso, intitulado **Pedido de Antecipação de Tutela**¹⁰⁹, o qual seria a petição inicial, propositura da Ação Civil Pública pelo MPF à Justiça Federal, as negativas do governo do estado com

¹⁰⁸ Registros: Autuação do ICP 1.19.000.000719/2008 – 89 (21/07/2008). Autuação do ICP 1.19.000001090/2009 – 75 (21/10/2009). Apensamento do 1090/2009 ao 719/ 2008 fls. 248 da ACP (19/09/2012). Em 17/07/2013 o MPF promove a Ação Civil Pública (ACP) nº 36138-02.2013.4.01.37000, com data de autuação em 29/07/2013. Todos os documentos e andamento processual que datarem antes de 29/07/2013 foram atos realizados no âmbito do MPF, no ICP 719/2008 – 89. O que for posterior a essa data são atos na ACP que tramita na Justiça Federal.

¹⁰⁹ Desse momento em diante me basearei neste documento (Pedido de Antecipação de Tutela referente ao Inquérito Civil Público nº 1.19.000.000719/2018 – 89 e apenso) para pontuar os fatos ocorridos no desenrolar do processo, na medida em que detalhes forem necessários serão citados os documentos específicos.

relação à criação oficial da RESEX de Tauá-Mirim iniciam em 2008, em resposta a consulta feita pelo MMA:

Como adiante será observado, o procedimento não tem andamento em função de impasse formado entre os órgãos da Administração Federal e o Estado do Maranhão, que, malgrado todas as iniciativas conciliatórias já adotadas (inclusive com a participação do MPF), continua a manter-se firme em oposição juridicamente injustificada à criação do espaço territorial especialmente protegido (ACP, 17/07/2013 p. 5).

(...) Ainda em 2008, o processo foi submetido à apreciação do Ministério do Meio Ambiente - MMA, tendo este ressaltado a necessidade de manifestação do Ministério da Defesa e do Governo do Estado do Maranhão.

Observa-se, portanto, da análise das diferentes manifestações técnicas sobre os laudos, consultas públicas e demais atos do procedimento de criação da RESEX, que inicialmente não foi apresentada qualquer divergência acerca do mérito do pedido de criação da Unidade de Conservação Federal, estando o procedimento devidamente instruído (ACP, 17/07/2013 p. 7).

Sobre a disputa, o procurador destaca que há contradição em termos do posicionamento do Estado do Maranhão, que anos antes cedeu, através do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), a posse aos mesmos moradores que agora se tornaram empecilho ao “desenvolvimento” do Maranhão:

Ao ser ouvido o Estado do Maranhão, contudo, afirmou a sua contrariedade à criação da Unidade de Conservação Federal no local proposto, em seguidas manifestações que pontuaram a sua incompatibilidade com a pretensão de transformar a região em um amplo distrito industrial, bem como ceder novas áreas para empreendimentos portuários, mediante a retirada dos moradores do local, no qual foram assentados pela ação do Instituto de Terras do Maranhão - ITERMA.

A partir desse momento, inicia-se o aguardo indefinido sobre a criação ou não da unidade de conservação federal. E, enquanto isso, desenvolve-se processo de degradação em função da explosão de empreendimentos econômicos na Ilha de São Luís, relacionados à extração ilícita de minerais para construção civil, Usina Termoeletrica e ampliação da zona portuária, tudo em descompasso com a possível implantação de um espaço territorial especialmente protegido (ACP, 17/07/2013 p.7).

No mesmo documento, o procurador Alexandre Soares relata que, em 2009, “foi encaminhado ao Governo do Estado do Maranhão o Aviso nº 154 sobre a proposta de criação da unidade de conservação e solicitada a sua manifestação”. No ano seguinte, já em outubro de 2010, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) solicitou uma discussão com o Ministério do Meio Ambiente, sobre o processo de criação da RESEX, “alegando possíveis interferências com atividades portuárias, marítimas e hidroviárias na área”, ou seja, o órgão declara que há disputa de interesses pela posse e uso do território, podemos imaginar que essa postura se deu devido à possibilidade de restrições motivadas pela delimitação de uma zona de amortecimento em torno do complexo industrial e portuário.

O procurador Alexandre Soares destaca ainda que, mesmo antes disso, o Estado do Maranhão já vinha apresentando sua oposição à proteção ambiental da região, como pode ser observado em comunicação datada de 15 de outubro de 2007, o então Secretário Estadual de Indústria e Comércio encaminha “missiva” onde relata que:

(...) a referida área está encravada na retroárea portuária, atingindo terras destinadas ao Distrito Industrial Portuário, ao Subdistrito Siderúrgico e a Zona de Processamento da Exportação autorizada pelo Governo Federal, projetos de grande importância sócio-econômica para São Luís e também de interesse do Governo do Maranhão. (...) a referida região é estratégica para o desenvolvimento das atividades de apoio ao funcionamento do Porto do Itaqui, principal agente do Corredor Centro-Norte de Exportação, em franca expansão de volumes de carga oriundas do crescimento da produção agroindustrial brasileira, principalmente da produção de biodiesel e etanos da região supracitada¹¹⁰ (ACP, 17/07/2013 p. 8).

Na ACP, o Procurador destaca que após essa ocasião, em atendimento ao Aviso nº 154, o Estado do Maranhão reiterou o seu posicionamento, através de expediente subscrito pela Governadora do Estado do Maranhão e encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2011, no qual determinou sua oposição em função das seguintes razões¹¹¹:

As discussões em torno da proposta da unidade de conservação têm demonstrado a existência de fortes conflitos de interesses com projetos industriais e portuários previstos para a região, que são de suma importância para o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão e do Brasil, considerando-se, em especial, o *hinterland* do complexo portuário de São Luís, que atinge desde as províncias minerais amazônicas até as fronteiras agrícolas do centro-oeste do País.

(...) Desses conflitos, o de maior relevância refere-se à sobreposição da reserva proposta com a área do porto organizado do Itaqui, administrado pela estatal Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP. Por haver implicações para o setor portuário, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, de maneira muito competente e responsável, está buscando conciliar os interesses conflitantes e realizou reuniões com algumas das partes interessadas na questão, inclusive o próprio MMA, com o objetivo de que sejam apresentados todos os projetos privados e governamentais que têm como foco a área em questão (ACP, 17/07/2013 p.8 -9).

Em nota, neste mesmo documento, consta que a Presidência da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), representando interesses do Estado do Maranhão, também havia se manifestado questionando a sobreposição parcial da RESEX com a área portuária¹¹². Em função do conjunto de oposições apresentadas, segundo o que consta na ACP, foram realizadas reuniões com representantes dos órgãos públicos envolvidos para se

¹¹⁰ A “missiva” consta nas fl. 293 dos autos do ICMBio – ofício nº 171/2007 – GAB/SINC, subscrito pelo então Secretário Estadual, Sr. Júlio César Teixeira Noronha.

¹¹¹ Transcrição parcial do ofício nº 061/211 – GG, de 31 de março de 2011 – fl. 436/437 dos autos do ICMBio, conforme nota da ACP.

¹¹² Tal manifestação consta nas fls. 426/427 dos autos do ICMBio.

chegar a uma solução em relação ao impasse ocasionado pela sobreposição parcial da área portuária com a área pretendida para a implantação da RESEX:

Na reunião realizada no final de 2010, com a presença de representantes do MMA, ICMBio, ANTAQ e do Consórcio Alumar, foram feitas referências a projetos existentes para a região e decidido que essas propostas seriam enviadas ao MMA e ao ICMBio para análise. Mas, as informações que foram mencionadas pelo Estado do Maranhão [indicativas dos grandes projetos para região] não foram encaminhadas até hoje, apesar das diversas reuniões realizadas¹¹³. Em 26 de janeiro de 2011, na sede da ANTAQ, foi realizada nova reunião, desta vez, com a presença de representantes do Governo do Maranhão, além de MMA, ICMBio e ANTAQ (ACP, 17/07/2013 p. 9).

Segundo consta no documento que propõe a ACP, acerca desta reunião, a presidência do ICMBio haveria informado ao MPF que:

O representante do Governo do Estado discorreu sobre o planejamento territorial e projetos de empreendimentos previstos para a área. **O entendimento do Governo é de que a proposta para a Reserva Extrativista não é passível de negociação, pois há pretensão de se criar um polo industrial no local, inclusive com a retirada das populações tradicionais**¹¹⁴ para reassentamento em outras áreas¹¹⁵ (ACP, 17/07/2013, p. 9. Grifos meus).

Segundo o que consta no documento, acordou-se na reunião que os projetos mencionados pelo Estado do Maranhão seriam encaminhados ao MMA e ICMBio para análise. O Estado do Maranhão haveria informado ao MMA, por meio do Ofício nº 061/2011-GG, de 31 de março de 2011, que apresentaria o planejamento estadual e os projetos empresariais previstos para a área proposta para a RESEX, bem como solicitou que nenhuma decisão fosse tomada quanto à criação da unidade de conservação até que os documentos fossem analisados (ACP, 17/07/2013, p. 10).

A partir desse ponto o impasse se transforma no único obstáculo objetivo à criação da RESEX, assim, no âmbito dos agentes que tomam partido favorável, se organiza um movimento interinstitucional denominado de Grupo de Trabalho Pró-RESEX de Tauá-Mirim¹¹⁶, com o intuito de pressionar as diversas instâncias e acionar a mídia acerca da contenda em torno da Unidade de Conservação. Dessa forma, há o surgimento de um fato

¹¹³ As informações foram prestadas pela Presidência do ICMBio ao MPF por meio do Ofício nº 642/2011-GP/ICMBio, à fls. 148/149 do ICP 1.19.000.000719/2008 – 89.

¹¹⁴ Aqui fica explícita a intenção do governo do estado de promover o deslocamento compulsório, ou seja, é o próprio governo que promove a desterritorialização das comunidades tradicionais, lhes tolhendo a subjetividade, em nome dos grandes projetos de desenvolvimento, em última instância do capital.

¹¹⁵ Ofício nº 642/2011-GP/ICMBio.

¹¹⁶ O Grupo de Trabalho (ou GT) Pró-RESEX de Tauá-Mirim é um grupo constituído em rede, que une os representantes das comunidades, pesquisadores da universidade, representantes de órgão ambientais e movimentos sociais que atua de forma rizomática, ou seja, sem hierarquia de relações, com o intuito de promover a criação da RESEX de Tauá-Mirim.

novo, em abril de 2011, quando o MPF recebeu representação subscrita por representante do Grupo de Trabalho Pró-RESEX de Tauá-Mirim “**acerca da interferência do Governo do Estado no processo de criação da RESEX e morosidade na sua conclusão**”¹¹⁷, bem como de possível intenção de alteração do zoneamento municipal para transformar a Zona Rural em Zona Industrial” (grifo no original).

Nova reunião foi realizada em 2011, no mês de junho, na sede do ICMBio em Brasília/DF, com representantes do deste órgão, do MMA e representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), “com o objetivo de discutir limites para a RESEX, com a proposição de soluções que atendessem às diferentes demandas na área e resguardassem as comunidades interessadas”. Nesse momento, a ANTAQ apresentou “**proposta de novos limites para a RESEX de Tauá-Mirim**, com o intuito de excluir as áreas controversas” (grifo no original). Até então, nenhum projeto para região fora apresentado pelo Governo do Estado conforme já havia sido exposto em reunião anterior.

Segundo o procurador da república Alexandre Soares, no mesmo período, o Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, após provocação da PR/MA, em nota informativa declara que: “*não há qualquer impedimento para prosseguimento do processo. Entretanto, informamos que o Governo do Estado do Maranhão [...] solicita ao MMA que nenhuma decisão a respeito da criação da unidade de conservação seja tomada antes que os projetos industriais e portuários previstos para a região sejam criteriosamente analisados e considerados*”¹¹⁸ (ACP, 17/07/2013 p. 10, grifo no original). Portanto, foram diversas negativas bastante claras que demonstram a oposição do Estado do Maranhão à criação da RESEX de Tauá-Mirim e a questão de torna um impasse.

Assim chegou-se a um impasse: o Governo do Maranhão opunha-se terminantemente à criação da RESEX. Uma rodada de negociações foi aberta, envolvendo diversos órgãos federais e estaduais. O Estado ficou de dizer concretamente quais os projetos para região, mas não o fez, nem admite negociar novos limites para a Unidade de Conservação (ACP, 17/07/2013 p. 10).

Diante do impasse constatado, o MPF, em novembro de 2011, expediu a **Recomendação PR/MA/ASS nº 005/2011** destinada ao ICMBio, para que, através do seu Presidente, **promovesse e concluísse o processo de criação da Resex de Tauá-Mirim até o final do ano de 2012**, bem como ao Estado do Maranhão, através do Secretário Estadual de Indústria e Comércio – SEDINC, para que se abstinhasse de promover o deslocamento compulsório das populações extrativistas beneficiárias da criação da Resex de Tauá-Mirim das áreas que ocupam, **até a**

¹¹⁷ A representação consta às fls. 89/101 dos autos principais do ICP nº 1.19.000.000719/2008 – 09, que acompanha a inicial.

¹¹⁸ Nota informativa nº 22/2011/DAP/SBF (fl. 143 do I. C. P. Nº 1.19.000.000719/2008 – 89).

decisão final do ICMBio e da União sobre o procedimento nº 02012.001265/2003-72 (ACP, 17/07/2013 p. 10-11, grifos no original).

Por fim, os fatos se encaminham para uma tentativa de consenso, com a alteração dos limites da RESEX, que no jargão ambiental é chamado de “desafetação¹¹⁹”. Essa tentativa de consenso será analisada no próximo Ato.

¹¹⁹ O termo desafetação, na tutela jurídico ambiental, significaria o contrário de afetação, que é a atribuir ao bem uma destinação que não possuía, ou seja, “desafetar” significa alterar a destinação do bem público para a categoria destinada anteriormente (fonte: <https://jus.com.br/artigos/4208/a-desafafetacao-de-areas-verdes-advindas-de-aprovacao-de-loteamentos-perante-a-tutela-ambiental>) Acessado em 15/02/2016.

3º ATO - TENTATIVA DE CONSENSO: novos limites da RESEX de Tauá-Mirim

No terceiro ATO, percebemos uma tentativa conciliatória por parte dos órgãos interessados na criação da RESEX e atitude de resignação por parte das comunidades pleiteantes, mesmo havendo prejuízo para algumas, que ficaram de fora dos limites. Detalharemos os diversos momentos em que houve a tentativa conciliatória, porém sem sucesso, tendo em vista que o governo do Estado do Maranhão não recuou quanto a sua posição em nenhum momento, até o presente.

Há também, como mencionado anteriormente, a criação de um grupo de trabalho interinstitucional denominado GT Pró-RESEX de Tauá-Mirim, que influencia diretamente na mobilização em favor da criação da RESEX e que possui alguma de suas atas de reuniões juntadas ao processo judicial.

Em resposta à Recomendação PR/MA/ASS nº 005/2011, de novembro de 2011, na qual o MPF recomenda ao ICMBio, que esse “promovesse e concluísse o processo de criação da Resex de Tauá-Mirim até o final do ano de 2012”, bem como ao Estado do Maranhão, representada pela SEDINC, “para que se abstinhasse de promover o deslocamento compulsório das populações extrativistas beneficiárias da criação da RESEX de Tauá-Mirim das áreas que ocupam, até a decisão final do ICMBio e da União sobre o procedimento nº 02012.001265/2003-72”: a SEDINC¹²⁰ informou o acatamento à recomendação expedida pelo MPF. Porém, o ICMBio¹²¹ informou que “até a ocasião os projetos que o Governo alega contemplar as demandas sociais e as de desenvolvimento econômico para a região não tinham sido encaminhados à autarquia e que foram feitos novos contatos com a SEDINC no intuito de realizar reuniões e vistorias conjuntas, bem que, somente após estes trabalhos, seria possível manifestação quanto à proposta de criação de reserva” (ACP, 17/07/2013 p. 11).

Segundo o que consta na ACP, foi realizada reunião na sede do ICMBio em São Luís, no dia 30 de março de 2012, com a presença de representantes da autarquia, da SEDINC e das comunidades, a partir da qual resultou nova proposta de limites para a Unidade de Conservação Federal a ser criada, conforme narrado no Laudo Técnico nº 07/2012, que resumiu as discussões realizadas.

¹²⁰ Ofício nº 200/2011/GAB/-SEDINC, datado de dezembro de 2011, à fl. 176 do inquérito.

¹²¹ Ofício nº 145/2012 – GP/PRESI/ICMBio, datado de março de 2012, à fl. 182 do inquérito,

Pela nova proposta, seria completamente excluída qualquer sobreposição com a área do Porto do Itaqui, bem assim com outros espaços onde, no passado houve extração mineral de areia e outros produtos para a construção civil. De acordo com a nova proposta apresentada pelo ICMBio ao Estado do Maranhão, como forma de solucionar o impasse criado, foram feitas as seguintes alterações (fls. 196/200 dos autos do ICP nº 1.19.000.000719/2008-89):

- 1) exclusão da comunidade Cajueiro (a depender de consulta às comunidades envolvidas);
- 2) incorporação de novas áreas de manguezal, ao sul, em uma faixa que margeia o canal;
- 3) as áreas dos portos da ALUMAR e do Itaqui seriam completamente excluídas, bem assim aquelas onde verificada a extração mineral para a construção civil na região do Porto Grande (ACP, 17/07/2013 p. 11).

Apontamos aqui uma **tentativa de conciliação** de interesses ambientais e econômicos, que “levada a efeito após a expedição de recomendação pelo MPF, que durou cerca de um ano, com diversos encontros entre entes federais e o Estado do Maranhão, onde a tônica foi uma saída consensual para o impasse formado, com o acompanhamento das discussões diretamente pelo Ministério Público” (ACP, 17/07/2013 p. 11 - 12).

As imagens comparativas, constantes no Laudo Técnico MPF/PR-MA nº 07/2012, elaborado pelo analista pericial do MPF, Rafael Gomes Gerude, mostram ampla retração da unidade de conservação sobre a área portuária, ampliando a reserva ao sul, distante dos terminais portuários e “abrindo mão” da comunidade do Cajueiro, uma das comunidades beneficiárias (ACP, 17/07/2013 p. 12).

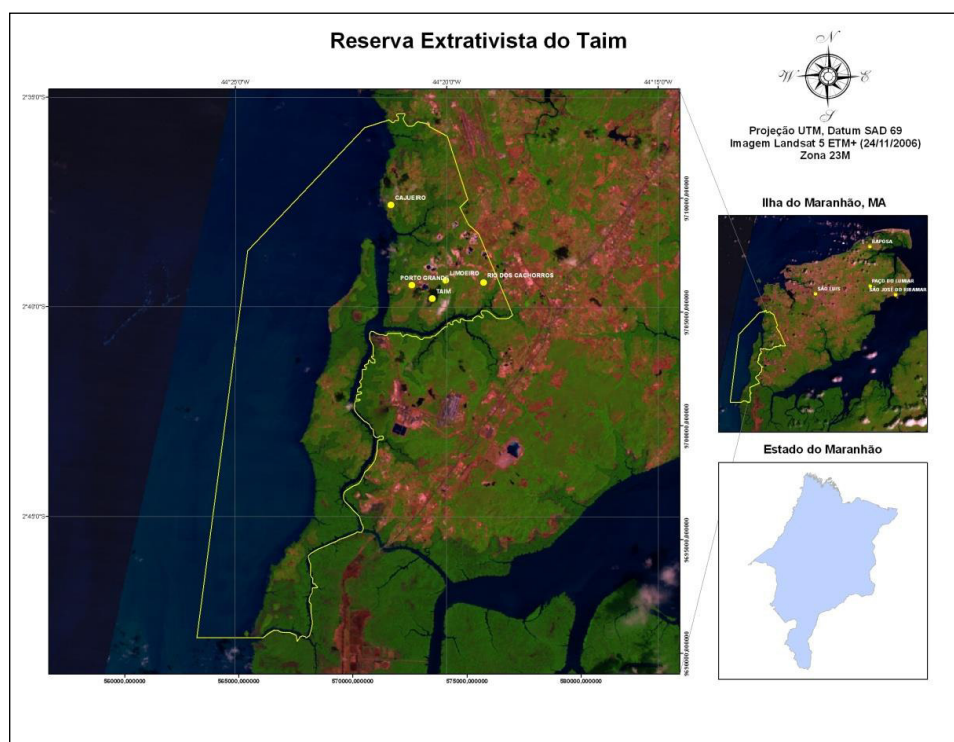


FIG.13: Imagem de satélite com os limites da RESEX de Tauá-Mirim propostos originalmente.

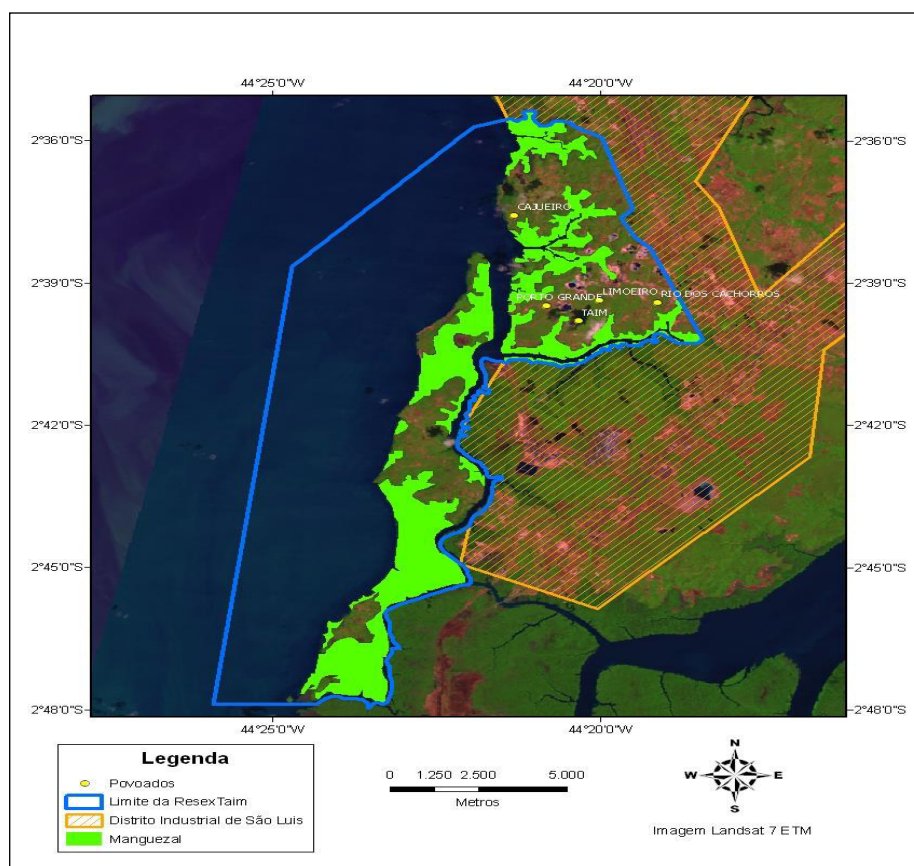


FIG.14: Imagem de satélite com os novos limites da RESEX e marcação do DISAL

O que acontece daqui em diante é que, uma vez apresentada a nova proposta pelo ICMBio no final do primeiro semestre de 2012, o Estado do Maranhão deveria se manifestar, o que só veio a efetivamente ocorrer no início de 2013, quando a Governadora do Estado do Maranhão dirigiu novo expediente à autarquia federal, indicando que: *“a implantação de uma RESEX numa área como essa, em vez de estimular, certamente se ergueria como obstáculo a todo um processo de desenvolvimento econômico, de interesse local, regional e nacional.”*¹²²

Essa foi a resposta do Governo do Estado, após discussão com a Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão, o qual solicitou mais uma vistoria conjunta no local ao ICMBio, no que foi atendido. A Secretaria de Indústria e Comércio chegou a informar ao MPF que, através do ofício nº 115/2012/GAB-SEDINC:

o propósito do Estado (...) consiste em encontrar uma solução de longo prazo, que consolide o papel logístico do Maranhão, compatibilizando a sua expansão com o planejamento urbano da capital e o respeito às comunidades da região. Para tanto, o Governo do Maranhão está procedendo a uma avaliação criteriosa das alternativas de ordenamento territorial e seus impactos locais e regionais, considerando inclusive a criação da RESEX. (fl.211 do ICP in ACP, 17/07/2013 p. 13).

Devido à permanência do dissenso quanto à destinação da área pretendida pela RESEX, já que nenhum plano foi apresentado concretamente, o ICMBio destinou nova comunicação ao MPF, informando a realização da vistoria pleiteada e “a persistência da oposição do Estado do Maranhão”, que assim retornou “sem se manifestar sobre a proposta conciliatória” apresentada no ano de 2012:

Em atendimento à solicitação da Excelentíssima Governadora, no período de 13 a 15 de abril do corrente visitamos a área proposta para criação da Reserva, bem como mantivemos tratativas com o Governo do Maranhão e o setor empresarial representado pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEM (*sic*). Como resultado do diálogo, foram assumidos os seguintes encaminhamentos:

O Governo do Maranhão reafirmou o compromisso de apresentar ao ICMBio e as comunidades demandantes uma proposta alternativa, incluindo tanto os impactos ambientais quanto os sociais.

A FIEM (*sic*) reconheceu o pleito das comunidades, assim como a importância da proteção dos ambientes naturais do entorno do Distrito Industrial da Ilha de São Luís. Contudo converge com a posição do Governo estadual no sentido de que tais objetivos **podem ser melhor alcançados com soluções mais efetivas do que a criação da Reserva Extrativista naquele espaço.**

Por fim, **embora não se tenha determinado um prazo fixo**, o ICMBio irá tratar do assunto com a devida prioridade, visando o encaminhamento definitivo da criação

¹²² Ofício nº 07/2013 – GG, subscrito pela Excelentíssima Senhora Governadora do Maranhão, datado de 22 de janeiro de 2013.

da referida Reserva, ou de uma proposta alternativa que venha a ser pactuada com as partes¹²³ (ACP, 17/07/2013 p. 14).

Dessa forma, o Procurador da República Alexandre Silva Soares caracteriza o quadro de “mora no andamento do procedimento” em função da “ausência de decisão no feito administrativo desde o ano de 2008”, momento no qual o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim foi encaminhado pelo ICMBio ao Ministério do Meio Ambiente, devidamente instruído, com pareceres relativos à viabilidade da criação da Unidade de Conservação, bem como manifestação desde àquela época do Estado do Maranhão. O procurador deixa claro que a motivação da mora não é técnica, e sim política, e “se mostra injustificada, considerando a moldura normativa na qual o caso se apresenta” (ACP, 17/07/2013 p. 14-15).

Por fim, o documento apresenta razões pelas quais a oposição do Estado do Maranhão à RESEX de Tauá-Mirim é injustificada, do ponto de vista jurídico. Apesar de reconhecer que há discricionariedade em matéria ambiental na forma da Lei nº 9.985/2000 e do Decreto nº 4340/2002, nos termos de criação de uma UC Federal, deve-se considerar as diversas perspectivas de desenvolvimento para uma determinada região, segundo o procurador da república:

...reconhecer discricionariedade ao Poder Público não significa absoluta ausência de limites para a conformação das suas deliberações, sobretudo em assuntos que envolvem aspectos técnicos a serem considerados na motivação da decisão e são tomados como pressupostos para a discussão adequada pela Administração (ACP, 17/07/2013 p. 15).

Nesse caso, as questões levantadas pelo Estado do Maranhão são relativas à percepção diferenciada da função a ser dada à mesma região onde é pretendida a instalação da RESEX. O fato é que o governo do estado vem utilizando o discurso de *vocação “natural” industrial* das áreas como mera retórica na tentativa de impor um tipo de uso de interesse exclusivo econômico, não levando em consideração as questões sociais e ambientais envolvidas¹²⁴.

Segundo Carvalho (2011, p. 44 e 45), a partir das investidas do regime ditatorial com os projetos de cunho nacional para a Amazônia, atingindo também a cidade de São Luís, houve o planejamento de instalação de um complexo voltado a atender o **mercado de**

¹²³ Ofício nº 264/2013 – GABIN/PRESI/ICMBio, de 25 de abril de 2013, subscrito pelo Sr. Presidente do ICMBio, Roberto Ricardo Vizentin.

¹²⁴ Isso fica nítido quando se leva em conta a forma arbitrária e autoritária nas quais vêm ocorrendo as discussões no âmbito das alterações no Plano Diretor da cidade de São Luís, como será abordado adiante.

exportação¹²⁵. O Estado teria patrocinado “toda a infra-estrutura urbana e portuária necessária ao funcionamento das indústrias de transformação mineral, a Albrás e a Alunorte, em Barcarena (PA) e a Alumar em São Luís, (MA)” Ainda segundo a pesquisadora, são instalados em São Luís, além da Alumar (1980); a Vale (1976); a Estrada de Ferro Carajás (1978) e o Porto do Itaqui (1986).

O fato ganha ênfase a partir de uma perspectiva política em meados dos anos 1970, época em que foi elaborado e aprovado o **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município**, que tinha como principal objetivo orientar o crescimento físico decorrente da implantação de grandes plantas industriais e redes de infraestrutura. Vários tipos de incentivos foram dados para a implantação de grandes empreendimentos, principalmente nas áreas amazônicas, fazendo com que a capital maranhense fosse atingida diretamente por essas trajetórias que tinham o intuito de promover o desenvolvimento. Desde o final da década de 70, a capital maranhense assumiu **uma nova vocação econômica** a partir da implantação de grandes projetos envolvendo a exploração mineral, que se expressaram na construção da EFC (Estrada de Ferro Carajás) e no terminal da CVRD em São Luís. Ao longo da década de 80 do século XX foram efetivadas também propostas de constituição de pólos de produção siderúrgica e de ferro ligada ao longo do corredor dessa estrada, em adição à implantação da fábrica ALUMAR e ao projeto Usimar [...]. Porém, a especialização desta - **vocação econômico-industrial** esteve voltada, prioritariamente, para o mercado externo (CARVALHO, 2011, p. 44 e 45. Grifos meus).

A construção das instalações físicas da Vale e da Alumar, aliada às características de exportação que o Porto do Itaqui assume, enquanto objeto logístico essencial ao mercado que vinha sendo estabelecido e efetivado, leva à atual configuração do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). A ideia de implantação de um distrito industrial em São Luís “surtiu quando da divulgação do potencial de minério de ferro da Serra dos Carajás, no Pará, e, da possibilidade do escoamento desse minério pelo Porto do Itaqui” (CARVALHO, 2011, p. 45).

Segundo Carvalho (2011, p. 47), podemos destacar outras ações governamentais como a criação da Secretaria de Indústria e Comércio, em 1973, responsável pelo planejamento da política industrial no estado, bem como a instituição da Companhia de Desenvolvimento Industrial, em 1974. Nessa fase é elaborado o primeiro **Plano Diretor do município**, que data de 26 de junho de 1975 (Lei nº 2.155) e sua respectiva **lei complementar de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano**, que tinham como diretrizes básicas a hierarquização das vias urbanas, a organização do espaço urbano em zonas de uso diferenciado e a preservação da paisagem.

¹²⁵ Os grandes empreendimentos voltados ao mercado externo, com pouca ou nenhuma integração ao mercado local, e de negociação de commodities são considerados **enclaves econômicos**, não trazem mais benefícios sociais que danos ambientais. O termo é utilizado na literatura pós-colonial para descrever a relação de dependência que ocorre nos “países em desenvolvimento”.

Como resultado dessas ações, Carvalho (2011, p. 47) destaca a “expropriação de uma grande massa populacional”, que habitava o oeste da Ilha, para implementação do Consórcio Alumar, além de influenciar a vinda de um grande contingente de pessoas para o trabalho de construção civil, “o que causou um considerável aumento do número de palafitas que deram origem a grandes ocupações próximas ao centro urbano, surgindo bairros desordenados, sem infraestrutura, saneamento e planejamento urbano”. Alguns exemplos de bairros criados nesse contexto são: Areinha, Coroado, Coroadinho, Anjo da Guarda, Vila Nova, Vila Embratel, Vila Bacanga, Sá Viana I e Sá Viana II.

Tais espaços refletem resultados da implantação e da consequente remoção da população anteriormente ocupada, não somente pela instalação da Vale e da Alumar, mas também do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado próximo a São Luís. A falta de um espaço digno de moradia e do não preparo infraestrutural da cidade, reforçado pela recessão econômica pela qual o país passou nesse período, que fez com que o setor da construção, em escala local, obtivesse uma queda, foram alguns dos fatores que acabaram por proporcionar o aumento das desigualdades locais¹²⁶ (CARVALHO, 2011, p. 48).

A lei do plano diretor (SÃO LUÍS, 1992a) e sua respectiva Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (SÃO LUÍS, 1992b) recebem destaque enquanto projetos de ordenamento territorial, tendo que partir de uma perspectiva da participação da sociedade na elaboração do planejamento. Seria necessária uma discussão conjunta das duas leis, pois são complementares, entretanto é importante lembrar que o plano diretor é uma lei maior, a de zoneamento seria um objeto que a completaria (CARVALHO, 2011, p. 57):

Assim, o plano diretor passa a assegurar a participação popular nas tomadas de decisão sobre o desenvolvimento urbano. Tal participação deveria proporcionar à sociedade uma forma de garantia dos seus direitos, a exposição de suas vontades e necessidades.

Art. 71: É garantida a participação da população em todas as etapas do processo de planejamento pelo amplo acesso às informações sobre os Planos, Projetos, Programas de Desenvolvimento Urbano e mediante a exposição e apresentação dos seus problemas, propostas e soluções, que serão necessariamente considerados (SÃO LUÍS, 1992a).

É nesse contexto que surge o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) que tem seu primeiro traçado baseado no Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, que delimitava a área industrial do Itaqui-Bacanga. Posteriormente, o Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977, determina como industrial a área do Tibiri-Pedrinhas, acrescentando outro território ao perímetro. A obrigatória adequação do DISAL à legislação ambiental, com as áreas Itaqui-Bacanga e Tibiri-Pedrinhas unificadas, resultou na formulação do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de

¹²⁶ Carvalho (2011, p. 48) menciona as dúvidas quanto ao desenvolvimento industrial, em termos predatórios do ambiente e da sociedade, que foram levantados por parte da população, que gerou protestos que culminaram em uma organização, “um movimento de intelectuais e profissionais liberais de classe média” denominado Comitê de Defesa da Ilha.

maio de 1980, que declarava que o Distrito Industrial de São Luís obtinha uma área de 19.946,2316 ha (...) (CARVALHO, 2011, p. 57-58).

Em 29 de dezembro de 1992, se instituiu uma reformulação, a Lei Municipal nº 3.252, que passou a ter relação direta com a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís. Outra lei é criada no dia 24 de dezembro do mesmo ano, a Lei Municipal nº 3.253, ambas começam a funcionar gerindo o espaço e dando atribuições e funcionalidades ao mesmo (CARVALHO, 2011, p. 76).

A partir de julho de 2001, com a aprovação do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257), os municípios passam a ter uma diretriz voltada à política urbana, incluindo a obrigatoriedade do plano diretor e a periodicidade de sua revisão. Dessa forma, o Plano Diretor de São Luís entrou na lista do governo federal para os municípios que teriam a obrigatoriedade de revisar seus planos até o ano de 2006. Carvalho enfatiza a articulação política da prefeitura de São Luís, tendo interesse em aumentar o perímetro da área do DISAL, modificando a lei antes mesmo da alteração do plano diretor, já que é a lei de zoneamento que vai dispor sobre a divisão do município em zonas, definir normas de parcelamento e uso do solo e estabelecer as intensidades de ocupação, utilização e as atividades adequadas, toleradas e proibidas no município (CARVALHO, 2011, p. 76).

Assim é dado o início da alteração do perímetro do DISAL, que já havia sido reformulado em 2002, pelo Decreto Estadual nº 20.727, de 23 de agosto de 2004. A Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís (lei complementar do plano diretor) sofre uma modificação pela Lei Municipal nº 4.548, de 09 de dezembro de 2005, “que tem como premissa básica facilitar a implantação de indústrias em áreas anteriormente consideradas rurais, quando determina que 1.063,6088 hectares desta área sejam convertidos em área industrial” (CARVALHO, 2011, p. 77).

Neste caso ocorreram três audiências que tinham o intuito de discutir a modificação das zonas. A primeira foi realizada no dia 13 de dezembro de 2004 e a segunda no dia 07 de março de 2005, as duas na Vila Maranhão, e a terceira no dia 28 de março de 2005, no Ministério Público Estadual. Segundo Carvalho, tais audiências tiveram duas características marcantes. Sobre a primeira foi que a marcação terceira audiência, que seria às 10 h, mas teve início às 9 h, dificultando uma maior participação popular; e a segunda sobre a modificação da mudança de nomenclatura da zona, como foi constatado:

Enquanto no primeiro edital a nomenclatura para denominar a área que seria transformada em zona industrial, era Zona Industrial 04 (Pólo Siderúrgico), nos dois editais subsequentes, foi alterada para Zona Industrial 03 – Itaqui. [...] A resposta dada a respeito da modificação em relação à nomenclatura da área [...] demonstrou que aquele debate público era visto como mera formalidade (...). O discurso da necessidade de alterações nos limites do Distrito Industrial para viabilizar a circulação econômica, trouxe à tona o interesse do poder público, em consonância com grandes empresas capitalistas, em rever aspectos urbanísticos legais da cidade de São Luís, **utilizando-os para proporcionar benefícios a grupos específicos**. Tornou-se notório que a configuração do zoneamento, tal como efetuada em sua atual elaboração, ainda é vista como um problema por determinados representantes do poder público (CARVALHO, 2011, p. 78. Grifo meu).

Dessa forma, os atuais limites do Distrito Industrial, por serem determinados por leis estaduais, conflitam com as leis municipais, não demonstrando nenhum recorte para a retirada de zonas rurais do seu perímetro, englobando não somente zonas industriais, a zona marítima e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), mas também, o Terminal Pesqueiro do Porto Grande (que é localizado em comunidade rural e atendia os pescadores locais), “o Cinturão Verde, zonas residenciais e zonas rurais, em que ainda estão inseridos alguns povoados”, como o Rio dos Cachorros, Porto Grande, Taim, Limoeiro e Santa Rita (CARVALHO, 2011, p. 78).

Tal confusão referente aos aspectos legais remete a uma falsa impressão de que os povoados rurais localizados no interior perimetral do DISAL estariam enquadrados nas áreas que poderiam ser utilizadas pelo setor industrial, o que acaba induzindo a maiores pressões para as alterações, seguindo os objetivos ditos —funcionais das áreas.

O Plano Diretor sofre reformulação em 11 de outubro de 2006 (Lei Municipal nº 4.669), lei esta que já viria com uma definição de conteúdo, a partir de modificações efetuadas na lei de zoneamento para beneficiar o ganho de área no setor industrial. O processo de modificação do plano recebeu muitas críticas, sobretudo por já vir carregado da dimensão espacial apontada na lei de zoneamento, bem como por ter tido sequências de audiências públicas com caráter duvidoso e também dado o grande esvaziamento durante sua elaboração (CARVALHO, 2011, p. 78 e 79).

Carvalho (2011, p. 79) ressalta que o Estatuto da Cidade estabelece, no artigo 40 § 4º, inciso I e no artigo 52, inciso VI, “que no processo de elaboração ou revisão do Plano Diretor, bem como na sua implementação, deve haver a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, sob pena de o prefeito responder pelo crime de improbidade administrativa caso não observe esta obrigação”. Assim, o governo de viu na obrigação de, ao menos, proporcionar uma modesta participação popular nas discussões em torno da mudança do plano diretor:

Os relatórios apresentados pelo Conselho da Cidade, apontam que houve 863 participantes nas 15 audiências regionais (Anil/Aurora; São Cristóvão/João de Deus; Cohama/Vinhais; Bairro de Fátima/Monte Castelo; Zona Rural I; Zona Rural II;

Sacavém/Coroadinho; São Francisco/Calhau; Maranhão Novo/Bequimão; Turu/Olho D'água; Alemanha/João Paulo; Cidade Operária/Janaína; Centro/Liberdade; Itaquí-Bacanga; Cohab/Cohatrac); 653 participantes nas 6 audiências temáticas (Trânsito; Desenvolvimento Rural; Habitação; Planejamento Territorial; Saneamento Ambiental; Acessibilidade), totalizando-se 1.516 cidadãos, ou cerca de 0,15% da população da cidade, que participaram diretamente das discussões em audiências públicas (...) (CARVALHO, 2011, p. 79).

Carvalho (2011, p. 80) afirma que a alteração do zoneamento municipal “parece ser mais um ato voltado às pressões diretas de empresas, com apoio do aparelho público”, sobrepondo-se ao interesse dos moradores situados no interior do perímetro da nova zona industrial (antiga zona rural), “criando discursos favoráveis a um ordenamento territorial **com vocação** para a atividade industrial” (Grifo meu).

Pensando na intencionalidade de ampliação do DISAL, primeiramente foi alterado o perímetro do mesmo, em 2004, logo em seguida ocorre a alteração da Lei de Zoneamento, em 2005, apenas posteriormente é reformulado o Plano Diretor da cidade, em 2006. Assim, conforme Carvalho (2011, p. 79) explicita, o uso e a ocupação do solo deverão ser regulamentadas por lei complementar com finalidade de “adequar as zonas industriais, às reais necessidades do parque industrial do Município, analisando e redimensionando os atuais limites que contemplam áreas industriais fixadas anteriormente a elaboração deste Plano Diretor (Art. 20º, III)”.

Em trabalho anterior a mesma autora destaca a existência de discursos, encontrados em notícias veiculadas no site da Associação Comercial do Maranhão, afirmando claramente o posicionamento dos entes públicos envolvidos: “[...] O Porto do Itaquí, o corredor de exportação Carajás deixam clara a vocação industrial daquela área. Dessa forma o tratamento não deve ser o de estímulo a atividade rural [...]” (CARVALHO, 2008, p. 56).

Conforme o procurador Alexandre Soares da Silva indica no pedido de antecipação de tutela, a área em questão não é considerada pela legislação¹²⁷ de zoneamento ambiental de São Luís como Distrito Industrial:

Segundo essa perspectiva, a área não poderia ser destinada à proteção ambiental, pois já estaria afetada a atividades econômicas diversas, especialmente a portuária e infraestrutura respectiva, geração de energia, navegação, dentre outras relativas à implantação empresarial.

Todos esses empreendimentos seriam realizados nessa mesma região, onde haveria a expansão do Distrito Industrial sob responsabilidade do Poder Público Estadual.

¹²⁷ Ver a Lei na íntegra em: <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>

Contudo, essa alegação esbarra em circunstâncias de fato e de direito que permitem questionar a fundamentação jurídica dessa oposição:

Ainda que o Estado do Maranhão ressalte a existência de sobreposição da área pretendida para a Unidade de Conservação com Distrito Industrial, a legislação local de São Luís, ao realizar o zoneamento municipal, **dispõe de forma diversa ao aduzir que a referida região possui características rurais ou voltadas à proteção ambiental.**

Com efeito, a criação de Distritos Industriais deve obedecer às leis de uso e ocupação do solo e ao zoneamento ambiental, no caso especificamente a Lei Municipal nº 4.669/200622. Pelo que se observa na referida Lei, tem-se uma configuração distinta de Zona Industrial em praticamente todas as áreas incluídas na proposta de criação de Unidade de Conservação Federal, conforme análise no anexo Parecer Técnico nº 03/2013, da lavra do analista pericial em Biologia desta PR/MA:

“O limites proposto para a Resex do Tauá-Mirim abrangerá uma área aproximada de 200 km², dos quais, 80 km² estão na parte terrestre. Em relação ao Plano Diretor de São Luís, a Resex do Tauá-Mirim localizar-se-á, totalmente em área classificada como rural, exceto uma pequena porção de cerca de 0,65 km², que abrange área classificada como urbana (FIG. 1). Em relação ao Zoneamento Urbano de São Luís, a Resex do Tauá-Mirim será constituída por espaços classificados como ZPA2 (Zona de Proteção Ambiental); ZI2 – (Zona Industrial); ZI3 Rio dos Cachorros e ZRU Rio dos Cachorros (Zona Rural), conforme segue (FIG. 2):

- Zona de Proteção Ambiental: 58,5 km²

- Zona Rural: 20,5 km²

- Zona Industrial (2 e 3): 1,0 km²”

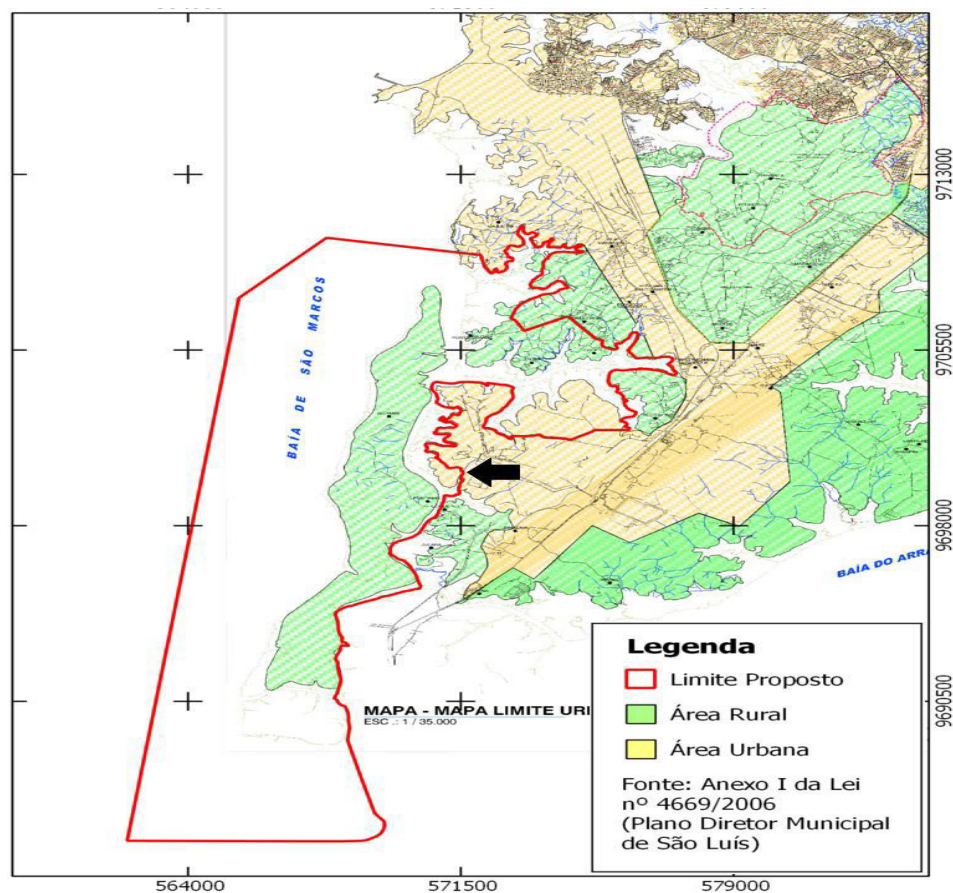


FIG. 15: Situação da Resex do Tauá-Mirim em relação ao Plano Diretor do Município de São Luís – PDSL. Verifica-se que praticamente a totalidade da Resex encontra-se em “Área Rural”, exceto uma pequena porção (seta), que é classificada como “Área Urbana” (Lei Municipal nº 4.669/2009). Fonte: MPF, 2013.

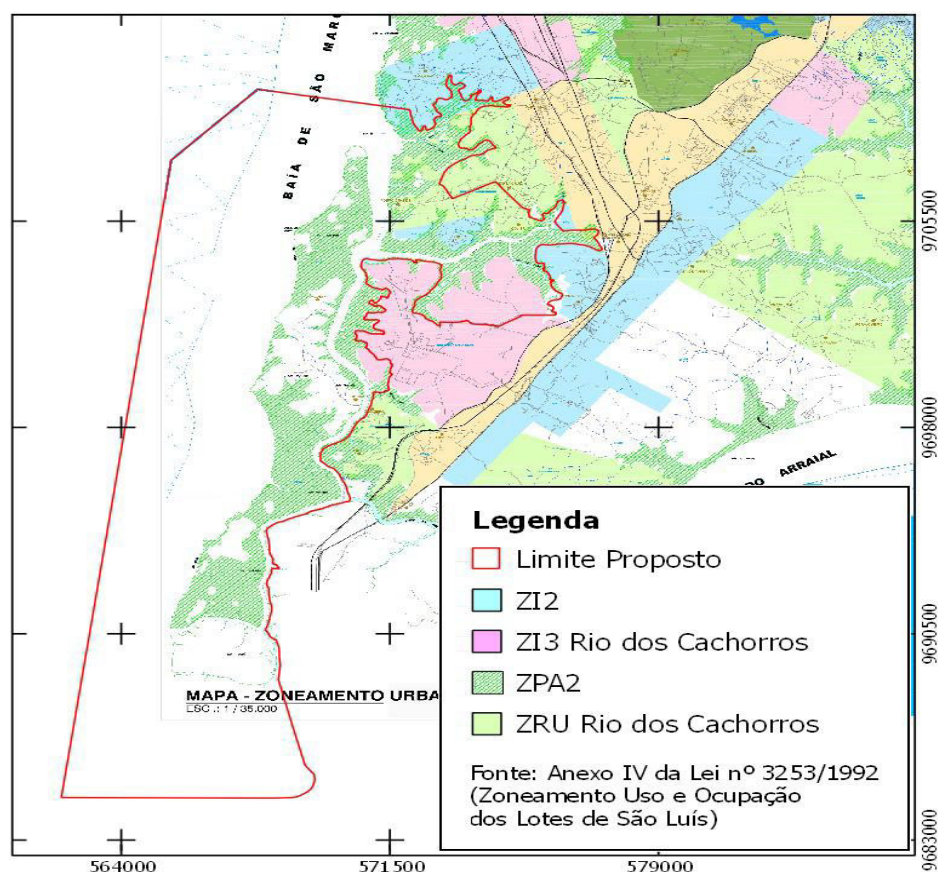


FIG. 16¹²⁸: Situação da RESEX do Tauá-Mirim em relação ao Zoneamento Urbano do Município de São Luís – ZUSL (Lei Municipal nº 3.253/1992)¹²⁹ (ACP, 17/07/2013 p. 15-17). Fonte: MPF, 2013.

A segunda razão pela qual a oposição do Estado do Maranhão à RESEX de Tauá-Mirim é injustificada, do ponto de vista jurídico, segundo a peça do MPF (ACP, 17/07/2013) seria a ausência de licenciamento ambiental do Distrito Industrial, um fato grave, tendo em vista o discurso do estado de que a área em contenda tenha “vocação industrial”. No documento, o procurador alega que “qualquer expansão do Distrito Industrial seria limitada pela legisla o municipal, que obriga o licenciamento do Polo Portuário   conformidade com a legisla o de ocupa o do solo municipal, conforme art. 30, VIII, da CF/88”.

Não bastasse esse aspecto, que limita efetivamente a pretensão estadual de expansão do Distrito Industrial, **deve-se observar que tal empreendimento** (i.e., o Distrito Industrial em opera o) **não possui licenciamento ambiental**; com efeito, não são apenas os empreendimentos portuários ou indústrias existentes ou a se instalar que demandam a prévia avalia o do Poder Público em matéria ambiental, **mas também o próprio Distrito Industrial**, conforme o anexo da Resolu o CONAMA n  237/97. Essa **irregularidade foi reconhecida pela Justiça Federal do Maranhão**, ao anular o anterior licenciamento ambiental procedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão e submetê-lo ao IBAMA, em fun o de vício de competência conforme circunstâncias discutidas nos autos da aço civil pública n  0001592- 62.2006.4.01.3700, da qual se transcreve o dispositivo da sentença:

¹²⁸ As figuras e suas respectivas legendas estão reproduzidas conforme a peça jurídica original.

¹²⁹ Os mapas da situa o da RESEX em rela o ao zoneamento municipal foram retirados da A o Civil Pública, fls. 17 e 18 (ACP, 17/07/2013).

“(...) decido julgar procedentes os pedidos de fundo do feito principal (Art., 269, I, do CPC), **reconhecendo a nulidade dos atos administrativos praticados no processo de licenciamento 03783/SEMA, bem como para determinar ao Estado do Maranhão que, havendo interesse no licenciamento do distrito industrial nos moldes já mencionados, proceda ao requerimento junto ao IBAMA**, sob pena de cominação de multa diária.”¹³⁰

Assim, por mais essa razão, a irresignação do Estado do Maranhão com a criação da Unidade de Conservação não teria motivação juridicamente adequada. (ACP, 17/07/2013, p. 19. Grifos no original).

A terceira razão pela qual a oposição do Estado do Maranhão à RESEX de Tauá-Mirim é injustificada, do ponto de vista jurídico, seria o fato de que a implantação do empreendimento levaria ao deslocamento compulsório de centenas de famílias, como já foi explanado no 1º ATO, porém, é assunto que diz respeito à desterritorialização e deve ser retomado.

O Governo Federal, como desdobramento do Projeto Ferro Carajás, criou em 1980 o Programa Grande Carajás, que ia muito além do projeto de exploração minerária, constituindo-se como um programa interministerial que visava dinamizar economicamente e incorporar a Amazônia oriental brasileira à lógica da expansão capitalista, ampliando e modernizando as atividades econômicas agropecuárias, minerárias, florestais, industriais. Enfim, um gigantesco programa de desenvolvimento regional, com fortes consequências sociais, ambientais, geográficas. A partir desse programa, paisagens e modos de vida foram fortemente modificados, porém, com intensos processos conflituosos, pois formas tradicionais de ocupação e uso de territórios foram confrontadas, processos de deslocamento compulsório foram realizados, povos indígenas, quilombolas e camponeses tiveram seus territórios invadidos e ameaçados e disputas territoriais, se intensificaram, com reações variadas e com maior ou menor intensidade por parte dos atingidos pelos processos deflagrados (COELHO; COTA, 1997; GISTELINCK, 1988).

No município de São Luís, dois desdobramentos do Programa Grande Carajás foram significativos para os moradores das comunidades que hoje reivindicam a criação da RESEX de Tauá-Mirim. Um deles foi a instalação da fábrica de alumina e alumínio de um consórcio liderado pela multinacional americana Alcoa e com participação da mineradora BHP Billiton, que se trata do Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar), conforme já mencionado anteriormente. Para tanto, o consórcio recebeu do estado maranhense um terreno de

¹³⁰ Nota reproduzida da ACP (17/07/2013) fl. 19: A ação foi proposta pelo MPF em função da pretensão do estado do Maranhão de realizar a expansão do Distrito Industrial, para instalação de Polo Siderúrgico na mesma região objeto da lide. Atualmente, encontra-se em grau de recurso no TRF da 1ª Região.

aproximadamente 10.000 hectares, no qual existiam vários povoados rurais e que foram compulsoriamente deslocados. Alguns dos povoados que foram ameaçados de deslocamento resistiram fortemente e conseguiram permanecer em seus territórios, mas a maior parte daqueles que se localizavam na área de desapropriação determinada pelo governo estadual foram deslocados e “seus moradores receberam indenizações irrisórias”, sem que houvesse qualquer “projeto de reassentamento” dos mesmos (GLISH, 1984).

Outra situação emblemática foi a instalação da então Companhia Vale do Rio Doce, hoje denominada de Vale, que implicou na desapropriação de cerca de 4.000 hectares e, também, no deslocamento de vários povoados rurais e de pescadores. Essas experiências de deslocamento e suas consequências para as vidas dos deslocados foram acompanhadas e vividas por muitos dos moradores dos povoados que hoje lutam pela RESEX de Tauá-Mirim. A Zona Rural de São Luís, desde o século XIX, foi se constituindo em um grande território tradicional, com laços de parentesco, amizade, compadrio e de dependência econômica e afetiva entre os moradores dos vários povoados, principalmente aqueles cujas famílias se instalaram na região há mais tempo (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2015, p. 6).

Assim, as perdas territoriais não foram sentidas somente por aqueles que passaram diretamente pelo processo de deslocamento, ou desterritorialização, mas por toda população da Ilha do Maranhão que sofreu uma visível diminuição em sua qualidade de vida¹³¹, que sentiu em seu cotidiano o inchaço dos serviços básicos, como transporte e saúde e uma visível periferização, inclusive com a ocupação das áreas de manguezais e de preservação permanente.

Alberto Catanhede Lopes, o Beto, que é morador da comunidade do Taim, em entrevista a Ana Carolina Pires Miranda, Maiâna Roque da Silva Maia e Rafael Bezerra Gaspar (2009, p. 203), lembra que:

nós tínhamos uma relação com as comunidades de lá (área em que foi implantada a Alumar), que elas eram muito mais agricultoras que nós daqui. Nós, desse lado, éramos muito mais pescadores ... quando era tempo de fazer farinha, eles não tinham tempo nem para ir na beira do rio pescar... Então, nós sortíamos eles de peixe e eles traziam farinha. Além de que, como a área deles lá era maior, sempre foi maior, a gente ia lá buscar a palha, o cipó para construção das casas aqui. Com a implantação da Alcoa, várias pessoas aqui foram presas por tentar fazer isso, então, foi um outro

¹³¹ Carvalho (2011) faz uma retrospectiva sobre os efeitos desses projetos de desenvolvimento para a cidade de São Luís, com destaque para a questão do uso e ocupação do solo.

recurso que a gente perdeu, a relação que a gente tinha com o outro lado do rio, com as comunidades de lá, Carnaúba, Pindotiua, Paquatua. Essas comunidades lá, depois do igarapé, a gente tinha essa relação muito estreita com eles...

É importante destacar que o conflito ambiental, cuja responsabilidade de perpetuação é, há décadas, dos governos do Estado do Maranhão, tem gerado um grave processo de desterritorialização dessas comunidades. Muitos daqueles que passaram pelos processos de deslocamento, em função de seus laços de parentesco ou amizade foram residir nos povoados vizinhos, levando suas histórias sentimentos e ressentimentos. Toda essa experiência social gerou um acúmulo de conhecimento que passou a ser compartilhado pelas principais lideranças das comunidades que não foram imediatamente atingidas pelas obras de infraestrutura ou pela instalação de empreendimentos industriais. Apesar disso, a sensação de ameaça ficava cada vez mais forte, pois era visível a mudança da paisagem local e a crescente expansão dos empreendimentos de origem externa (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT'ANA JÚNIOR, 2015, p. 7).

Assim, o documento do MPF reitera a contradição jurídica existente no conflito em torno do território quando afirma que “a manifestação do Estado do Maranhão de expandir o Distrito Industrial na mesma área em que ele próprio assentara dezenas de famílias gera inaceitável estado de insegurança jurídica a todas elas dada a atuação contraditória à expectativa de estabilidade gerada pelo Poder Público Estadual, através da sua autarquia fundiária, o Instituto de Terras do Estado do Maranhão”. Finaliza reiterando que “há o risco concreto de deslocamento compulsório de diversas famílias”, conforme citação:

Não bastassem essas circunstâncias, há que se observar que a implantação pelo Estado do Maranhão de um Distrito Industrial no mesmo espaço teria a potencialidade de deslocar compulsoriamente aqueles que ora são interessados na criação da Unidade de Conservação, notadamente famílias de pescadores que vivem na região há décadas e aguardam o pronunciamento do ICMBio e da União, **os quais foram assentados no mesmo espaço pelo Estado do Maranhão**, através da ação fundiária do ITERMA.

Com efeito, o Estado do Maranhão realizou o assentamento das famílias interessadas nas localidades de Tauá-Mirim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Taim e Cajueiro conforme levantamento fundiário (fls. 43/36 do procedimento 02012.001265/2003-72 – ICMBio). Em manifestação administrativa anterior, o próprio Ente Público que ora se opõe à implantação de RESEX realizou o assentamento das famílias que seriam beneficiadas pela sua implantação.

(...) Essa possibilidade de deslocamento compulsório das famílias foi concretamente manifestada pelo Estado do Maranhão ao fazer editar os Decretos nº 27.291 e 27.292, de 05 de abril de 2011, **declarando de utilidade pública áreas na**

localidade de Cajueiro, para implantação de terminal portuário na região¹³² (ACP, 17/07/2013, p. 19-20).

O procurador destaca, ainda, que a indefinição do procedimento administrativo se dá devido ao fato da autarquia ambiental condicionar sua decisão à prévia concordância do Governo do Estado do Maranhão com os termos da proposta, o que não é pautado em legislação, mas em acordo de interesse político, como pudemos perceber nos meandros desta pesquisa.

Em termos objetivos o documento (ACP 17/07/2013), além de determinar a mora como irrazoável, lembra que “todos são iguais perante a lei”¹³³ e pede antecipação de tutela tendo em vista a segurança territorial das comunidades da RESEX, por sofrerem ameaça “superveniente e concreta” de deslocamento compulsório e cita os seguintes trechos de documentos como prova cabal das intenções do governo do estado do Maranhão:

No ano de 2011, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC assim informou ao MPF sobre sua pretensão quanto à área ocupada pela **comunidade Cajueiro**, *in litteris*:

“Por se tratar de área voltada à recepção de empreendimentos industriais e correlatos, incluídos neste rol terminais portuários, é exato afirmar que, **caso haja projeto industrial de relevante interesse público, o Estado do Maranhão não somente intenciona a realocação das famílias ali residentes como efetivamente o fará [...]**”¹³⁴.

E, antes mesmo, publicou no Diário Oficial do Estado os **Decretos nº 27.291 e nº 27.292**, ambos de 05 de abril de 2011, segundo os quais nos termos de seus parágrafos 1º, respectivamente:

“Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação total, em favor da SUZANO PAPEL E CELULOSE, ou de empresa por ela controlada direta ou indiretamente, os imóveis constituídos de terra e benfeitorias, de propriedade privada, excluídos os bens de domínio público compreendidos na Faixa de Área destinada à infraestrutura de energia e transportes.”

“Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação total, em favor da SUZANO PAPEL E CELULOSE S. A., ou de empresa por ela controlada direta ou indiretamente, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade privada, excluídos os bens de domínio público compreendidos em área maior de terra localizada no Módulo F – Norte do Distrito Industrial do Município de São Luís, Estado do Maranhão, cujas restrições administrativas são imprescindíveis para a implantação do Terminal Portuário Grandis.”

E acrescenta, em informação apresentada: “*pelos marcos geodésicos descritos no parágrafo único do artigo 1º deste diploma legal pode-se depreender que o espaço a ser desapropriado coincide com a área em questão*”

¹³² Publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 05 de abril de 2011, visto às fls. 82/85 do anexo ICP 1.19.000.001090/2009-75, apenso desta ACP.

¹³³ Art. 5º, LXXVII, da Constituição Federal de 1988, *in litteris*: “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos: a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*”.

¹³⁴ Ofício nº 118/2011-GAB-SEDINC, às fl. 82, apenso, do ICP 1.19.000.000719/2008-89.

[...] A implantação de uma RESEX numa área como essa, em vez de estimular, certamente se ergueria como **obstáculo a todo um processo de desenvolvimento econômico, de interesse local, regional e nacional.**”¹³⁵ (ACP, 17/07/2013, p. 26-27).

Para fins de nos situarmos cronologicamente no tempo, é importante lembrar algumas datas de eventos importantes no decorrer do processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim e de sua judicialização, mas também de datas que remontam a ocupação ancestral de um território, ocupação essa que inicia desde o século XVI.

QUADRO 04: Cronologia do processo de disputa territorial na Zona Rural II de São Luís - MA

Aldeia <i>Januarem</i>/Arraial do Furo/Freguesia de São Joaquim do Bacanga/ Zona Rural II de São Luís¹³⁶		
EVENTOS RELEVANTES	DATA	TEMPO TRANSCORRIDO ATÉ 21/03/2016
Indícios históricos dos primeiros processos de povoamento na área por indígenas e senhores de escravos – Aldeia <i>Januarem</i> e Rio dos Cachorros.	Século XVI	Cerca de cinco séculos
Primeiro grande empreendimento de infraestrutura – Canal do Arapapaí. No século XVIII a Vila Maranhão era chamada de Furo em função da tentativa de construção de um canal que ligaria o Igarapé do Arapapaí e o Rio Bacanga, o que possibilitaria melhorar a navegação entre aquela região e o centro de São Luís.	1742 - 1848	Cerca de dois séculos
O Arraial do Furo - construção templo da matriz - Igreja de São Joaquim do Bacanga da freguesia de mesmo nome. Lei provincial nº 186 de 1814.	1814	Dois séculos
Início dos primeiros empreendimentos modernos: VALE(1976)/ ALUMAR(1980)/ Estrada de Ferro Carajás (1978)/ Porto do Itaqui (1986).	Décadas de 1970 - 1980	Mais de 30 anos
Movimentos sociais e ambientalistas de São Luís constituem o Comitê de Defesa da Ilha, movimento contrário à implantação das plantas industriais da Vale e da Alumar na Zona Rural de São Luís	Década de 1980	Aproximadamente 30 anos

¹³⁵ Ofício nº 07/2013 – GG, subscrito pela Excelentíssima Senhora Governadora do Maranhão, datado de 22 de janeiro de 2013.

¹³⁶ Nomes pelos quais foi conhecida a localidade a qual hoje denominamos de Vila Maranhão, Zona Rural II de São Luís. Obviamente a lógica de delimitação geográfica não é a mesma dos dias atuais, mas acreditamos que essas denominações de sobrepuseram de certa maneira. Ver De Jesus (2015) e Oliveira (2015).

Aldeia Januarem/Arraial do Furo/Freguesia de São Joaquim do Bacanga/ Zona Rural II de São Luís		
Instituição do Ministério Público Federal como “poder independente”, defensor do interesse público e possuidor de função essencial à Justiça, pela CF/1988.	1988	Aproximadamente 30 anos
Início das discussões nas comunidades acerca da proteção de seu território.	1996	Aproximadamente 20 anos
Empreendimentos do século XXI – Polo Siderúrgico/Termelétrica/Ampliação Zona Portuária e Industrial	2000 – 200?	Mais de 15 anos
Pedido de abertura do processo de criação da RESEX do Taim pela UNIÃO DOS MORADORES REMAR E SOL (IBAMA/ICMBio 02012.001.265/2003-72)	22/08/2003	12 anos e cinco meses
Entidades da sociedade civil dão início à constituição do Movimento Reage São Luís, visando dar continuidade à luta realizada pelo Comitê de Defesa da Ilha (década de 1980)	2004	Aproximadamente 12 anos
Realizada consulta pública em atendimento à Lei nº 9.885/2000 (SNUC)	2006	Aproximadamente 10 anos
Em 2007, foram realizados levantamentos fundiários, socioeconômico e biológico, concluindo pela inexistência de impedimento à criação da RESEX pelo ICMBio e foi declarado que “a área em questão possui vocação ecológica e social para a consolidação de uma Reserva Extrativista”	2007	Aproximadamente nove anos
O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é criado pela Lei 11.516/2007, dividindo, materialmente e em termos de posicionamento, o corpo de técnicos e analista ambientais do IBAMA.	28/08/2007	Nove anos e sete meses
Marluze do Socorro Pastor Santos (Superintendente do IBAMA/MA) encaminha o processo solicitando a criação da reserva Extrativista do Taim e salienta que todos os tramites legais cabíveis a tal superintendência foram realizados e submete a apreciação do diretor da DIUSP/ICMBio em Brasília.	18/09/2007	Nove anos e seis meses
Abertura de Procedimento Administrativo no MPF (PA) nº 1.19.000.000719/2008-89	21/07/2008	Oito anos e oito meses
Autuação do ICP nº 1.19.000.001090/2009-75	21/10/2009	Sete anos e cinco meses
Autuação do ICP nº 1.19.000.000719/2008-89	08/08/2010	Seis anos e sete meses
Prorrogação do ICP nº 1.19.000.001090/2009-75 por mais um ano.	09/05/2011	Cinco anos e 10 meses
Prorrogação do ICP nº 1.19.000.001090/2009-75 por mais um ano.	08/05/2012	Quatro anos e nove meses

Aldeia <i>Januarem</i>/Arraial do Furo/Freguesia de São Joaquim do Bacanga/ Zona Rural II de São Luís		
Recomendação PR/MA/ASS nº 005/2011 - MPF recomenda ao ICMBio que esse promovesse e concluísse o processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim até o final do ano de 2012.	11/11/2011	Cinco anos e quatros meses
Apensamento do ICP nº 1.19.000.001090/2009-75 ao ICP nº 1.19.000.000719/2008-89	19/09/2012	Quatro anos e seis meses
Autuação da Ação Civil Pública na Justiça Federal- ACP nº 36138-02.2013.4.01.3700 Autor: MPF Réus: União, Órgãos Ambientais, Estado do Maranhão, outros.	29/07/2013	Três anos e oito meses

O ATO FINAL (?) - A possibilidade de ruptura com o *status quo* e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim

A ideia de um ATO final surge da perspectiva de mudanças efetivas na política no Estado do Maranhão quando da proximidade das eleições de 2014, e consequente saída da então governadora Roseana Sarney, do PMDB, pleito no qual o então candidato Flávio Dino, do PC do B, era uma esperança de tempos melhores, inclusive em relação às negociações sobre a legalização da RESEX de Tauá-Mirim. Dessa forma, o Ato final significava a esperança de ruptura com o *status quo* e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim.

Porém, o que se desenrolou a partir daí não alterou em nada o estado de coisas que vem sendo desenhado desde as últimas décadas no Maranhão. Houve maior abertura de diálogo do governo do estado com os pleiteantes da RESEX, no entanto, o diálogo não tem resultado em resultados concretos. A expectativa de que o novo governo se posicionasse favoravelmente à criação da RESEX não se efetivou. Diante da posição dúbia do governo estadual e das dificuldades colocadas no âmbito federal, no mês de maio de 2015, as principais lideranças do movimento pela criação da RESEX de Tauá-Mirim convocaram uma Assembleia Popular que declarou criada, de fato, a Reserva e criou seu Comitê Gestor, como forma de legitimar o direito das comunidades tradicionais diante da omissão do poder público, que se define pela União e Estado do Maranhão.

Iniciamos esse ATO final fazendo uma breve retrospectiva sobre as políticas desenvolvimentistas e sua relação com as políticas ambientais brasileiras, nas quais coincide os períodos de maior capacidade de investimento do Estado brasileiro com uma menor efetividade, ou “poder de barganha”, das políticas ambientais brasileiras. O título do item é *As políticas desenvolvimentistas versus as políticas ambientais no Brasil*.

Em seguida falamos da *possibilidade de ruptura com o status quo e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim*, de forma a pontuar alguns elementos que ajudam no entendimento da contenda territorial e política do caso da RESEX.

No item *O APAGAR DAS LUZES: a tentativa de alteração do plano diretor de São Luís e a criação da RESEX de Tauá-Mirim*, o apagar das luzes surge como expressão representativa de uma das tentativas de alteração do plano diretor sem a devida participação

da sociedade. A recrudescência em torno do movimento Pró-RESEX de Tauá-Mirim, reforça a possibilidade de que esta seja oficializada. Tal alternativa merece atenção quando lembramos que os embates se dão não apenas em relação às esferas federal e estadual, mas ainda no âmbito municipal: em breve, deverão ser retomadas as discussões em torno do Plano Diretor de São Luís, que pretende transformar parte da Zona Rural II de São Luís, onde está situada a área da RESEX, em Zona Industrial ou Zona Portuária. *A criação da RESEX de Tauá-Mirim* em Assembleia Popular é destaque de um item a parte.

As políticas desenvolvimentistas versus as políticas ambientais no Brasil

Em relação política ambiental brasileira, ela está estritamente relacionada com as políticas desenvolvimentistas, atreladas às políticas econômicas, sendo muito forte o discurso do chamado “crescimento econômico”. Ora, para fazer o país crescer, segundo o discurso dominante, deve haver investimento em obras de infraestrutura e empresas que gerem empregos para a população e o país cresça economicamente, mesmo que o meio ambiente e as populações tradicionais saiam perdendo, o que podemos chamar de “desenvolvimento a qualquer custo”¹³⁷, discurso no qual há a argumentação de que o “bem comum” (MAGALHÃES, 2007, p. 20) deve prevalecer.

Primeiramente, há que se pensar sob uma perspectiva crítica a destruição do meio ambiente, seja pela retirada de vegetação nativa bem como pelas externalidades ambientais negativas¹³⁸, termo que incorpora os diversos tipos de poluição oriundos da indústria da transformação (fábricas), prospecção mineral (mineradoras e petrolíferas), além dos danos ambientais e sociais causados pela agropecuária extensiva e monoculturas, de modo geral.

Não se pode negar que a crise capitalista atual tenha um forte componente ambiental envolvido (LOWY, 2005; MÈZÀROS, 2001), o que pode ser constatado desde a primeira crise mundial do petróleo, quando os recursos naturais deixam de ser percebidos como bens gratuitos e abundantes para serem vistos como bens escassos, de acordo com a análise da ecologia política (GORZ, 1978).

¹³⁷ Aziz Ab Saber menciona o termo no prefácio da obra de Orlando Valverde, Grande Carajás: Planejamento da Destruição.

¹³⁸ O conceito de *externalidade ambiental negativa*, oriundo da economia, se refere aos custos da degradação ambiental que não estão inseridos no custo total do produto manufaturado, mineral, florestal ou agropecuário, porém são repassados para a sociedade ou voltam para o meio ambiente. Pode ser simplesmente denominado de “externalidades”, na linguagem da economia ecológica (MARTÍNEZ ALIER, 2009). Ou seja, em uma economia capitalista, os lucros são privatizados e os custos socializados.

Ainda, não há como deixar de pensar criticamente acerca dos problemas sociais gerados pela intensificação das atividades industriais, das obras de infraestrutura, atividades florestais, mineração, monoculturas e de produção de *commodities*, em geral, que envolvem grupos sociais, geralmente menos favorecidos política e economicamente, atingidos pelos efeitos negativos dessas atividades. É incorporado como suporte teórico dessa pesquisa o conceito de Justiça Ambiental¹³⁹ (ACSERALD, 2004; ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009) demonstrando o caráter étnico, racial e de classes da questão ambiental.

Outra questão relevante, como já mencionado anteriormente, é quanto à aproximação entre o debate sobre reforma agrária e o problema ambiental, não apenas considerando o território em si como objeto em disputa, mas a opressão gerada pelas externalidades ambientais oriundas dos processos industriais, que obrigam os grupos sociais residentes em determinadas áreas a se deslocarem ou se submeterem a possíveis problemas de saúde, tornando ambos os grupos sociais potencialmente *desterritorializados*.

A utilização da estratégia de solicitar a criação de Unidades de Conservação de uso sustentável como *alternativa* ao modelo de reforma agrária, ou como uma política de manutenção dos territórios ameaçados, tem sido observada, como já destacamos no 1º ATO. As primeiras unidades de conservação, do tipo Reserva Extrativista, surgiram das lutas sindicais, nas quais foram mescladas as questões do trabalho, do meio ambiente e do direito a terra. A luta dos seringueiros pela criação das primeiras Reservas Extrativistas no Acre demonstra que a disputa pelo território também move as contendas ambientais, ou vice-versa (SANT'ANA JÚNIOR, 2004; LÖWY, 2005; ALMEIDA, 2009).

Até a década de 1930, o Brasil tinha sua economia baseada estritamente no modelo agroexportador e na produção de bens de consumo duráveis. A maioria da população ainda habitava o meio rural, apesar do crescente processo de urbanização. Com a crise de 1929, que leva a quebra da bolsa de Nova Iorque, e com a crise de superprodução cafeeira no Brasil, houve necessidade de mudanças estruturais para tornar o país mais ajustado às novas condições econômicas e sociais, através de políticas de estímulos para o deslocamento do eixo

¹³⁹ “Por justiça ambiental designamos o conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas (...)” Extrato da Declaração de fundação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, contracapa (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009).

produtivo da agricultura (rural) para a indústria (urbano), “modernizando”¹⁴⁰ a economia brasileira. A partir desta década, com o aparecimento sutil do industrialismo e, com ele, a progressiva urbanização, aos poucos os problemas ambientais tornaram-se perceptíveis.

O desenvolvimentismo como “ideologia” econômica e política tem início no Brasil na chamada Era Vargas, cujo primeiro período de governo se deu entre os anos 1930 e 1945¹⁴¹. Sua longa permanência no poder tornou-o uma das personalidades mais marcantes da vida política nacional no século XX e permitiu que se falasse em uma “Era Vargas”. Desde que assumiu o governo provisório da República com a vitória da chamada Revolução de 1930, Getúlio Vargas passou a representar um divisor de águas entre as forças políticas do país. É dito que, em seus governos, o Estado¹⁴² cresceu em tamanho e em poder e se tornou o principal responsável pelo processo de “modernização” do Brasil (D’ARAUJO, 1999).

A Era Vargas destacou-se por um forte intervencionismo do Estado na economia e um forte caráter nacionalista. Nela são implementadas grandes obras de infraestrutura apresentadas como essenciais para o desenvolvimento econômico do país, há o investimento em siderurgia e são criados órgãos de planejamento, inexistentes até então, além de empresas estatais importantes como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Eletrobrás (D’ARAUJO, 1999). Baseava-se na concepção de que o desenvolvimento se faria com base na articulação de um tripé: empresa pública, empresa privada nacional e capital internacional (BASTOS, 2006). Percebe-se nestas bases políticas algumas das características que acompanharão as políticas econômicas brasileiras até os dias de hoje. Bastos (2006) destaca um crescente “distributivismo trabalhista” no governo Vargas, que é marcado por algumas conquistas sociais, como os direitos trabalhistas. Para o autor, estes são os principais objetivos da política *varguista* (BASTOS, 2006 p. 241):

¹⁴⁰ As aspas refletem uma crítica à naturalização do conceito de modernidade em termos da tendência evolucionista e uniformizadora “de pensar as várias sociedades humanas como dispostas em estágios de desenvolvimento hierarquizados e segundo a qual as sociedades e regiões mais ‘atrasadas’ deveriam mobilizar todas as suas forças ou serem ajudadas para atingir os estágios atuais daquelas mais ‘adiantadas’(...) (SANT’ANA JÚNIOR, 2005, p. 21 nota 3). Para aprofundar o debate ver SANT’ANA JÚNIOR, H. A. Modernidade e Tradição: aspectos de um debate sociológico sempre retomado. **Revista de Políticas Públicas/** Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. v 9, nº 2. São Luís: EDUFMA, 2005. Semestral. p. 19-39.

¹⁴¹ Vargas foi presidente em dois períodos. Na primeira fase, Vargas foi chefe de três governos, de 1930 a 1934, governo provisório; de 1934 a 1937, governo constitucional; e de 1937 a 1945, Estado Novo, de caráter ditatorial. No segundo período, Vargas retorna ao governo em 1951, eleito por voto direto, porém, após grave crise política, suicida-se em 24 de agosto de 1954.

¹⁴² O Estado aqui representa o aparelho burocrático, ou o Estado brasileiro ou a União.

O que apresenta maior continuidade é a adesão ao ideário do nacional-desenvolvimentismo, ou seja, a vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, superando:

(i) a especialização primário-exportadora; e

(ii) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da **vocação natural** (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas (grifo meu).

Segundo Senra (2009), o processo econômico mundial se inclina atualmente, por um lado, a promover a homogeneização dos territórios e, por outro, a reforçar as desigualdades sociais e econômicas, expressas em múltiplas escalas espaciais, e tal fato vem sendo percebido no processo de constituição do território brasileiro. Segundo o autor, a fim de intervir nesse processo, desde o pós-guerra, em 1945, o Governo Federal do Brasil adotou uma série de políticas públicas visando o desenvolvimento regional.

A continuidade das políticas desenvolvimentistas se dá no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), um governo com características democráticas que teve como lema de sua campanha “cinquenta anos em cinco”. Seu Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como Plano de Metas (31 metas) privilegiavam os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Este plano foi fomentado com financiamento externo para grandes empreendimentos de infraestrutura, como hidrelétricas e estradas, na tentativa de atrair o capital estrangeiro para investimentos no setor industrial, como exemplo o polo automobilístico e de eletrodomésticos instalados no ABC paulista. Na sua gestão, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com objetivo de promover a interiorização econômica, territorial e demográfica do país, além da construção de uma nova capital no Centro-Oeste, Brasília, deixando como herança o desequilíbrio nas contas públicas e alta taxa de inflação.

Segundo Sant’Ana Júnior (2004, p. 110), as políticas de desenvolvimento implementadas durante a ditadura civil-militar, após o golpe de 1964, foram elaboradas a partir de um “discurso justificador claramente modernizante”, fazendo parte destas as “ofensivas modernizadoras vindas de cima”¹⁴³, caracterizadas por um forte controle do Estado sobre a economia. Especificamente em relação à região amazônica, os governos ditatoriais deflagraram uma série de iniciativas que apresentavam como principal objetivo a “integração

¹⁴³ A fundamental ambivalence of modernity is captured by the twin notions of liberty and discipline and examined in three major dimensions: the relations between individual liberty and political community, between agency and structure, and between locally situated human lives and widely extended social institutions (WAGNER, 2003).

subalterna da região ao desenvolvimento econômico do país”, no qual a Amazônia deveria suprir de matéria prima os novos centros urbanos, sendo a hidrelétrica de Tucuruí e a rodovia Transamazônica exemplos contundentes de grandes obras de desenvolvimento implementadas à época (SANT’ANA JÚNIOR, 2004). A partir dessa lógica, a Amazônia foi considerada um grande “vazio demográfico” a ser ocupado, incorporando o modo de produção da sociedade dominante e aniquilando outros modos de relação com a natureza e outras culturas.

É importante destacar os planejamentos desse período que atingiram a região nordeste e norte, principalmente a região amazônica, pois este resgate histórico auxiliará no entendimento do direcionamento estratégico que é observado atualmente na região de estudo¹⁴⁴. Alguns desses planejamentos foram a “Operação Amazônia”, no governo Castelo Branco, os PINs (Programas de Integração Nacional), no governo Médici, e o Programa Grande Carajás, no governo Figueiredo¹⁴⁵. Com a crise econômica dos anos 1980, houve uma diminuição da capacidade de investimento do Estado brasileiro nessas políticas de desenvolvimento regionais, que foram retomadas com a volta da estabilidade econômica, ainda no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), com o lançamento do Programa Avança Brasil, mas melhor evidenciadas nos governos Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014), com Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁴⁶.

O conjunto de grandes obras de infraestrutura, consequência histórica das políticas e planos de desenvolvimento mencionados anteriormente, tem atraído para o Estado do Maranhão, atualmente, um grande número de empreendimentos novos devido à dinâmica local, facilitada pela logística do escoamento da produção, fato que gera, diretamente ou indiretamente, inúmeros conflitos ambientais na região. Podemos citar como exemplo de

¹⁴⁴ O estado do Maranhão, apesar de pertencer geograficamente à região nordeste, possui características de zona de transição entre os biomas da Amazônia, Cerrado e Caatinga, o que é muito relevante ecologicamente e em termos da conservação da biodiversidade. Além disso, a parte ocidental de seu território compõe oficialmente à Amazônia Legal.

¹⁴⁵ Por meio destes planos foram criados órgãos governamentais e foram obtidos financiamentos junto a instituições financeiras internacionais.

¹⁴⁶ O Programa de Aceleração do Crescimento, mais conhecido como PAC, foi lançado em 28 de janeiro de 2007 no governo do presidente Lula, com continuidade no Governo Dilma. É um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, geração de emprego e renda, etc. A capacidade de investimento do Estado brasileiro em projetos de desenvolvimento é percebida como tendo uma forte relação com o sucesso das políticas ambientais, ou seja, quanto maior a capacidade de investimento do Estado, mais subalternas e menos efetivas são as políticas ambientais. O início do segundo governo de Dilma Rouseff tem sido marcado por dúvidas quanto à capacidade do Estado brasileiro de manter as políticas de desenvolvimento que vinham sendo implementadas e de manutenção do PAC.

vantagem estratégica local o Complexo Portuário de São Luís, que tem nos Portos do Itaqui (o segundo maior porto do mundo em profundidade, permitindo o atracamento de navios de grande calado) e da Ponta da Madeira (de propriedade da Vale S.A.) as principais portas de escoamento da produção agropecuária, mineral e industrial da região.

Alguns pesquisadores tem denominado a fase, iniciada por volta de 2003, como a fase logística:

O foco é dado pelos governos Lula, já que somente em 2011 a nova presidente Dilma Rousseff assume seu cargo (mesmo assim, destacando a continuidade do governo anterior). A ideologia do paradigma associa o **liberalismo ao elemento externo** e o **desenvolvimentismo ao elemento interno**, admitindo operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado. Nessa fase, a diplomacia no mundo é acionada, sem restrições geográficas ou políticas para a abertura de mercados. Na esfera política se recupera a autonomia decisória da política exterior, implementando um modelo de inserção pós-desenvolvimentista. Há a tentativa de elevação do patamar nacional ao nível das nações avançadas. A prevalência absoluta do Estado é limitada, bem como é diminuída a crença anticientífica no poder ilimitado do mercado. É repassada a responsabilidade do Estado empresário à sociedade. A ação externa empreendida pelo governo Lula tem três linhas de frente: a) a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade; b) o enfrentamento das dependências estruturais; c) a ideia de reforçar a América do Sul como polo de poder e plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros (CARVALHO, 2011, p. 60. Grifos meus).

Justifica-se o estudo retrospectivo dos planos de desenvolvimento regional, pois as abordagens das políticas brasileiras têm tido um forte caráter territorial (CARVALHO, 2009), regional e local (SENRA, 2009), seguindo um padrão internacional verificado no processo de globalização, “este marcado pela internacionalização dos mercados”, “financeirização dos ganhos de capital” e “flexibilização da produção”, possuindo uma forte tendência a promover uma “relativa homogeneização cultural” e a reforçar as desigualdades sociais e econômicas (OLIVEIRA, 2004). Em oposição, Senra (2009) afirma que com a preocupação em minimizar as desigualdades regionais advindas do referido processo, o Brasil lança mão de políticas de desenvolvimento associadas ao território de modo a intervir e reverter tais tendências a este tipo de desigualdade, especialmente após os anos 2000, quando houve a retomada de uma série de medidas e adoção de novos instrumentos para “tentar diminuir as elevadas desigualdades entre regiões e intraregiões, em diferentes escalas territoriais, em ambientes urbanos e rurais, nas dimensões econômica, social e ambiental”¹⁴⁷.

¹⁴⁷ É necessário destacar que estas características *territorial, regional e local* dizem respeito a uma preocupação com a regionalização presente em políticas federais, ou seja, no sentido de cima para baixo, por isso, ao contrário do que o termo possa dar a entender, essas políticas não emergem da região, mas são impostas e ocultam interesses capitalistas que não perpassam a diminuição das desigualdades, a não ser por mera retórica.

O aspecto territorial é importante de ser considerado neste trabalho porque nele residem as raízes¹⁴⁸ dos conflitos ambientais atuais. A concretização dos planos de desenvolvimento regional traz à tona a disputa por territórios que são significados de modo particular pelos diferentes atores (sujeitos), gerando conflitos como consequência de diferentes lógicas de uso e apropriação desses territórios, o que coloca em xeque a eficácia dessas políticas, especialmente nas dimensões social e ambiental.

Segundo Sant'Ana Júnior *et. al.* (2009, p. 21):

No Maranhão, conflitos socioambientais se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, ainda que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante pareçam, mesmo que discursivamente amenizadas, através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental. Os efeitos desse modelo continuam nefastos devido à lógica de ocupação espacial e de produção que o sustenta.

O desenvolvimento que tem sido implementado nas regiões norte e nordeste é baseado em moldes ambiental e socialmente predatórios, o que torna os conflitos inevitáveis. Além do mais, como analisa Gustavo Esteva (2000, p. 81), o conceito de desenvolvimento oferece ao homem moderno “uma expectativa ilusória implícita nas conotações de desenvolvimento e sua rede semântica: crescimento, evolução, maturação, modernização”. Também, acerca da esperança de dias melhores: “...uma imagem de um futuro que é simplesmente a continuação do passado...desenvolvimento, um mito conservador, se não reacionário” (*Id Ibid*).

Além do campo discursivo, também são revelados dados que demonstram o lado mais perverso do chamado “desenvolvimento”. Segundo o relatório anual da Anistia Internacional (2012, p. 109), após quase um século de desenvolvimento capitalista, no Brasil:

Apesar de avanços importantes em termos de políticas de segurança pública, os agentes de aplicação da lei continuaram a **usar a força de modo excessivo** e a **praticar torturas e execuções extrajudiciais**. Grupos de extermínio e milícias continuam a causar preocupação. Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e outros maus-tratos foram registrados nos sistemas penitenciários adulto e juvenil, assim como em carceragens das delegacias de polícia. Nas áreas rurais, conflitos por terras resultaram no **assassinato de diversos ativistas rurais e ambientais**. Pistoleiros contratados por proprietários de terras continuaram a atacar comunidades indígenas e quilombolas com impunidade. **Milhares de pessoas foram despejadas à força para dar lugar à instalação de grandes obras de infraestrutura** (grifos meus).

¹⁴⁸ É necessário problematizar o uso do termo raiz, em contrapartida ao termo rizoma, segundo Gilles Deleuze e Felix Guattari (2011).

No contexto do Programa Grande Carajás¹⁴⁹, que abrange os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, os empreendimentos de infraestrutura criados durante o processo histórico de desenvolvimento regional (grandes ferrovias, estradas, portos e hidrovias) e, portanto, já disponíveis no presente, fazem com que se legitime o discurso da *vocação industrial*, no contexto das políticas *neodesenvolvimentistas*, percebido nos meandros da política ambiental, conforme tem se mostrado no presente estudo de caso da RESEX de Tauá-Mirim.

Segundo Montenegro (2010, p. 3) o *neodesenvolvimentismo*, “com seus programas de aceleração do crescimento”, sua aposta em uma “reprimarização das exportações”, sua “ênfase nas parcerias público-privadas” e sua opção pelo “fortalecimento de empresas nacionais para concorrer no mercado internacional”, continua com o mesmo processo de mercantilização exaustiva dos recursos e mantendo o foco na economia rural e de extrativismo mineral voltada para a exportação. Como consequência, essas duas orientações articuladas provocam a sobreexploração das áreas já ocupadas e das novas fronteiras abertas, “o que gera forte impacto nos grupos sociais que foram se acomodando nas bordas dos territórios da reprodução intensa do capital: em geral, esses povos e comunidades tradicionais” (MONTENEGRO, 2010, p. 3).

Katz (2007) caracteriza o neodesenvolvimentismo, analisando o caso argentino, como um “padrão de acumulação que combina ênfase industrialista na substituição de importações”, “associação estreita com o capital estrangeiro”, “regime agroexportador e centralidade da atividade agrária” e o “caráter de regressão social do neoliberalismo”. Em oposição, mas em coerência com sua formação desenvolvimentista e estruturalista, Bresser Pereira (2003) caracteriza esse novo padrão de acumulação em seus trabalhos como uma oportunidade que o Brasil teria de alcançar os países desenvolvidos através de:

...uma teoria econômica e uma proposta de política econômica voltada para o desenvolvimento econômico. Uma proposta que não sofra dos vícios da frouxidão

¹⁴⁹ Aqui cabe mais uma nota sobre o Programa Grande Carajás (PGC), que é um projeto de desenvolvimento regional que inclui exploração mineral, florestal, agropecuária, industrial, iniciado na década de 1980, que ocupa uma área de cerca de 900 mil km², que corresponde a um décimo do território brasileiro, em região cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia. Abrange terras do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão. O Programa foi criado durante o governo Figueiredo e administrado pela empresa estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce, quando Eliezer Batista era seu presidente. Para a consolidação desse ambicioso programa foram construídas importantes obras de infraestrutura, que incluem a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, localizado no Complexo Portuário do Itaqui, em São Luís. Enquanto Programa de Governo, o PGC foi extinto em 1991, pelo então presidente Fernando Collor, no entanto, suas consequências e desdobramentos continuam se fazendo presente na Amazônia oriental.

fiscal (populismo fiscal) e da frouxidão cambial (populismo cambial), mas que afirme a necessidade de uma intervenção firme do Estado para sanar parcialmente as falhas do mercado. Uma proposta que esteja comprometida com o equilíbrio fiscal e o fortalecimento do Estado, inclusive porque só Estados fortes podem garantir mercados fortes. Uma proposta que esteja voltada para os interesses dos mais pobres e para o interesse nacional.

Veiga (2006) faz uma crítica a todos os termos cunhados após o surgimento do conceito de desenvolvimento, como o “desenvolvimento humano” e “desenvolvimento sustentável”, isso para não falar do debate com os adeptos do “pós-desenvolvimento”. Para este último, Veiga (2006) imagina alguma possibilidade concreta apenas com a superação do capitalismo. Usando as palavras de Celso Furtado, Veiga (2006) diz que esse “novo-desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo” é apenas mais um dos frequentes deslizamentos para o reducionismo econômico; assim como o próprio “desenvolvimento sustentável” estas são apenas *bruscas inovações retóricas*, ou o mesmo desenvolvimento, como quer que este seja qualificado.

Para Boito Júnior (2012), o “neodesenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma é expressão moderada do desenvolvimentismo da “Era Vargas” e o prefixo *neo* enfatiza a influência neoliberal desse modelo de desenvolvimento que, apesar de não romper em definitivos com seus pilares, apresenta avanços sociais e benefícios para a classe trabalhadora, em relação aos governos dos anos 1990.

O que se pretende demonstrar aqui é que não apenas a política do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciada no último governo Lula e continuada no governo Dilma, dando seguimento às políticas desenvolvimentistas da “Era Vargas”, mas uma série de planos regionais que, historicamente sequenciados, geraram resultados concretos que acabam por entrar em conflito com as políticas ambientais atuais e interferem diretamente no sugestionamento de “vocações” das áreas, determinando, de modo geral, o conflito pela disputa do território, como pode ser exemplificado pelo estudo de caso da RESEX de Tauá-Mirim.

Seria, portanto, legítimo ao Estado definir a “vocações” dos territórios? Outras perguntas vêm à tona: como o fator econômico e o fator cultural interferem no que os diversos grupos sociais esperam, de fato, que seja feito acerca do meio ambiente? Qual seria *o discurso dominante* que estaria por trás do que realmente se espera como solução em relação a estes conflitos?

É importante ressaltar que a expressão do movimento social contemporâneo e sua tentativa de deslegitimação pelo discurso do *neodesenvolvimentismo* têm interferido no processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim. Paralelamente, percebe-se a subalternização das políticas ambientais perante a estabilização da economia e retomada dos investimentos em infraestrutura, a partir dos anos 2000.

A possibilidade de ruptura com o *status quo* e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim

Esse item procura analisar as possibilidades de intervenção da atual conjuntura política, marcada pelas mudanças de governos estaduais, na perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim, e pretende ser uma breve avaliação da conjuntura política local, seus atores e as influências desse conjunto no estudo de caso.

O processo de criação da RESEX se arrasta desde 2007, quando houve a conclusão do laudo técnico, por parte do órgão ambiental competente, com parecer favorável, sendo solicitada abertura de Ação Civil Pública na Justiça Federal, baseada nos dois Inquéritos Cíveis Públicos que foram fruto de investigações do MPF. Porém, devido aos entraves políticos interpostos pelo governo do estado do Maranhão e por outras agências federais, desde então, dirigidos por membros ou aliados políticos do chamado “grupo Sarney”¹⁵⁰, a Unidade de Conservação não saiu do papel.

A partir de 2015, o estado do Maranhão está sendo governado por um grupo político que dizia pretender romper com o *status quo*, criando expectativa de reviravolta no processo, por parte dos movimentos sociais e defensores da causa ambiental. O conflito está caracterizado pela disputa de território entre as comunidades tradicionais de pescadores e agricultores, que querem defender seu modo de vida e o meio ambiente; e as grandes empresas transnacionais e antigos grupos políticos, que desejam transformá-lo em distrito industrial.

Com base em documentos produzidos nas audiências públicas, entrevistas e matérias na imprensa, analisamos a atual conjuntura e percebemos uma forte pressão por parte das comunidades tradicionais e movimentos sociais para que a RESEX saísse definitivamente do papel, em 2015. Porém, ao chegar ao final deste ano de 2015, as expectativas foram

¹⁵⁰ Nos referimos ao Grupo Sarney como os familiares e aliados políticos que são caracterizados como uma oligarquia, ou ironicamente como uma “dinastia Sarney” (GONÇALVES, 2008).

arrefecidas, devido à falta de sucesso nas tentativas de diálogo dos movimentos sociais com o novo governo, que, apesar da realização de inúmeras reuniões e da abertura de alguns espaços de interlocução, em termos de resultados tem se mostrado tão autoritário quanto o anterior.

Outro fato relevante no processo é a forte tentativa de intervenção de grupos empresariais e setores dos governos estadual e municipal em fazer grandes alterações no Plano Diretor do município de São Luís, sem a devida transparência, dando impulso a um forte movimento de reação contrária por parte dos movimentos sociais e da população em geral. Como esclarecido na Introdução deste trabalho, existe o grande desafio de fazer análise de um processo dinâmico e em plena efervescência e que envolve diversos fatores e estratégias, como acontece neste caso da criação da RESEX de Tauá-Mirim que estamos estudando.

Depois de todas essas idas e vindas em relação ao processo de criação da RESEX de Tauá-Mirim, que se arrasta por todo esse tempo (desde sua abertura em 2003, com a redefinição dos limites em 2009 e judicialização em 2013), sendo objeto de disputa entre as comunidades, de um lado, e os grupos econômicos e políticos, de outro, o presente momento guarda a expectativa de oficialização da RESEX, que já teve seu comitê gestor, como afirmamos anteriormente, determinado em assembleia e composto por representantes das próprias comunidades e de movimentos e instituições que as apoiam.

Justamente pelas indefinições no jogo políticos vemos a possibilidade concreta de ruptura com o *status quo*¹⁵¹ e a perspectiva de oficialização da RESEX de Tauá-Mirim, tendo em vista não apenas a mudança de governo no estado do Maranhão, esfera na qual permanece o maior entrave à criação por decreto da referida Unidade de Conservação, mas também ao avanço da pressão das comunidades, em razão da experiência de lutas e resistências acumuladas ao longo desse árduo trajeto.

Em relação ao atual Governo do Maranhão, devem ser observadas suas contradições para que se faça uma breve análise política de seu posicionamento, nesse processo, e de suas diferenciações discursivas em relação “ao grupo que dominou a cena política maranhense imediatamente anterior que, descontados breves intervalos, foi hegemônico no cenário

¹⁵¹ Esse “estado de coisas” a que nos referimos, diz respeito a uma era de desmandos do grupo Sarney no Maranhão, na qual o jogo político escuso e o autoritarismo foram a tônica. Em relação à RESEX de Tauá-Mirim, esse “estado de coisas” proporcionou a dificuldade na publicação do decreto de criação, em razão dos interesses envolvidos e a força dos *players* junto aos governos.

político local ao longo de quase quatro décadas” (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2015, p. 12).

Para maiores detalhes da disputa política no Maranhão e do poder que tem o “grupo Sarney”, na figura de José Sarney¹⁵² e seus filhos naturais¹⁵³ e políticos, equipado com poderoso aparelho midiático, destaco a citação abaixo, de Castro (2011, p. 5 e 6):

É nesse cenário que destacamos a manutenção do poder político nas mãos da família que governa o Maranhão. Sem deixar de lado a questão estrutural, mas, ao contrário, procurando perceber a relação entre a ordem vigente e o papel desempenhado pelos Sarney, pelo seu aparato midiático, e pela sua perpetuação no poder como contribuintes para a reprodução da ideologia dominante. Desde a eleição de José Sarney para governador, em 1966, até hoje, sua figura é central na política do Maranhão, exercendo influência também no plano nacional. Gonçalves (2008: 71-72) classifica-o como “gestor de todos os governantes do Maranhão entre 1970 e 2004, exceção feita ao governador Oswaldo da Costa Nunes Freire”. Vários membros da família também atuam politicamente tanto no cenário local quanto no nacional. A trajetória do chamado grupo Sarney, que gravita em torno de sua figura e de sua família, porém, não é sempre ascendente. Em 2004, por exemplo, o governador e filho político José Reinaldo Carneiro Tavares, rompeu com o grupo. Em 2006, ele apoiou o candidato Jackson Lago, o principal adversário de Roseana Sarney ao Governo do Estado. O candidato Lago venceu o pleito aquele ano, tendo derrotado Roseana Sarney, por uma pequena diferença (menos de 2% do total de votos válidos no segundo turno). Roseana, segunda colocada, inconformada com o resultado, recorreu à Justiça Eleitoral. Em 2009, com o julgamento da ação movida pela coligação “A Força do Povo”, liderada pela candidata Roseana Sarney, no TSE, Jackson Lago teve seu mandato cassado por abuso de poder econômico (a tese era de que Reinaldo firmara convênios com prefeituras do interior quando governador, beneficiando a candidatura de Lago). Roseana é, então, diplomada governadora. Em 2010, reelege-se, concorrendo novamente. Roseana Sarney, Jackson Lago e Flávio Dino, então deputado federal, foram os principais candidatos ao Governo do Estado em 2010. Roseana venceu em primeiro turno obtendo, 50,08% dos votos válidos, estreita margem que impediu a realização de um segundo turno no Estado.

A família Sarney não se destaca apenas no cenário da política maranhense. Segundo Castro (2011, p. 6), além de ser o principal grupo político local há mais de quarenta anos, é a proprietária da maior rede de mídia do Estado, o Sistema Mirante, que inclui as retransmissoras, no Maranhão, da principal rede de televisão do país, a Globo, o jornal de maior circulação, o Estado do Maranhão, o maior portal de notícias na internet, e várias rádios AM e FM em São Luís e no interior.

¹⁵² Com o fim da ditadura militar (1964-1985), o último presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, morreu antes de tomar posse e seu vice – José Sarney – assumiu o Governo Federal. Ao deixar a presidência, Sarney elege-se sucessivas vezes senador pelo Amapá. Foi presidente do Congresso Nacional durante o Governo Fernando Henrique Cardoso e por duas vezes sob o Governo Lula.

¹⁵³ Os mais notórios, ambos filhos naturais, em oposição a filhos políticos (GONÇALVES, 2008, 74; 75), Roseana Sarney e José Sarney Filho.

Para contextualizar o histórico dessa disputa política, e as diferenças e semelhanças entre os governos durante a hegemonia do grupo Sarney e a perspectiva de mudança com a eleição de Flávio Dino, do PC do B, trago a seguinte citação:

O grupo Sarney ganhou a cena política com a ascensão de José Sarney ao cargo de governador em 1966, durante o regime ditatorial, e prevaleceu durante a redemocratização e nos governos que se seguiram. O chamado patriarca ocupou praticamente todos os cargos principais, foi primeiro deputado federal, depois governador, presidente da República durante a transição para a volta da democracia, senador pelo estado do Amapá, por diversas vezes seguidas, até encerrar seu mandato em 2014. Chegou a ocupar por quatro vezes a presidência do Senado e indicou diversas vezes ministros e postos-chave na administração federal, como aliado de sucessivos governos sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), cujos partidos se digladiam na cena nacional. A filha de Sarney, Roseana Sarney Murad, foi por quatro vezes governadora, seu filho, José Sarney Filho, deputado federal até hoje por sucessivos mandatos, além de diversos parentes, entre irmão e neto ocupando cargos de vereador a deputado estadual, apenas para citar os que lhe são ligados por laços de sangue¹⁵⁴. Em 2014, seu grupo perde as eleições para Flávio Dino, que iniciou vida pública como militante estudantil, tendo sido juiz federal, eleito deputado federal por um mandato, candidato derrotado a prefeito de São Luís e sofrido nova derrota em 2010 para o governo do Estado, cargo que vem a ocupar em 2014 com grande votação (mais de 63% dos votos). Flávio Dino ascende ao Governo do Maranhão pondo-se como opositor do grupo então hegemônico (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT'ANA JÚNIOR, 2015, p. 12-13).

Em termos das similaridades entre o “grupo Sarney” e o grupo hoje liderado pelo governador Flávio Dino, podemos afirmar que José Sarney e seu grupo sempre se colocaram como sendo os agentes capazes de levar o Maranhão a patamares elevados do desenvolvimento capitalista:

A minha geração, há 50 anos, resolveu superar a situação de pobreza do Maranhão existente até então com um planejamento baseado na criação de infra-estrutura, a começar pela criação do Porto do Itaqui. Este, hoje, é o segundo porto do país, com a exportação de 120 milhões de toneladas de minério de ferro e alumínio. Possui, também, o Maranhão uma das melhores estruturas elétricas e de estradas do Nordeste. Avança agora como grande produtor de soja e madeira – de reflorestamento – para a indústria de celulose, já foi iniciada a construção no estado, em Bacabeira, da maior refinaria da Petrobras. E agora se descobre a grande reserva de gás, que coloca o Maranhão no mapa mundial da energia...

A descoberta do Pré-Sal do gás, em terra firme, de custo baixo, reforça a convicção de que chegou uma nova era na região. Bom para nós e para o Brasil. No Maranhão este sentimento é mais forte e todos sentem que demos adeus à pobreza (Sarney, J. *O Pré-Sal do Gás*. In: O ESTADO DO MARANHÃO, 22 de agosto de 2010: 1).

¹⁵⁴ Mais informações sobre a presença do grupo político Sarney no Maranhão, ver: Castro (2012); Gonçalves (2000 e 2008); Reis (2007).

Flávio Dino, por sua vez, demarca sua ascensão com uma declaração que agora seria ele o responsável por assegurar esse modelo de desenvolvimento: antes mesmo de sua posse, declara que se iniciará no Maranhão um novo ciclo, “implantando o capitalismo”¹⁵⁵.

Podemos indicar, numa análise prévia, como diferenciação as estratégias de ambos para chegar a esse mesmo objetivo: o grupo Sarney, por exemplo, utiliza o maior “aparato comunicacional” do Estado para conseguir a adesão popular ao seu intento; Flávio Dino faz uso de ferramentas como a internet e diz apostar na participação popular, uma rede de blogues alinhados e jornais que faziam oposição ao “Grupo Sarney”. Como indicativo disso, a criação da secretaria estadual de Direitos Humanos e Participação Popular e o atendimento de movimentos sociais, pelo próprio governador, que jamais seriam recebidos pelos governantes ligados ao grupo Sarney¹⁵⁶, ainda que tais recepções, pelo que se pode observar, estejam sob controle do atual governo maranhense (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2015).

No campo da luta em torno da criação da RESEX, podemos demarcar, entretanto, diferenças e proximidades entre os grupos: durante os governos da governadora Roseana Sarney, a estratégia para barrar a reivindicação de criação era a completa invisibilização dessa luta nos meios midiáticos e a impossibilidade de diálogo com os grupos afetados pela iminente desterritorialização.

No início do governo de Flávio Dino, estes foram por sucessivas vezes recebidos nos gabinetes das secretarias estaduais como a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Segurança Pública. Recentemente, os diálogos diminuíram e o comportamento dos “meios midiáticos” se assimila ao trato dispensado por Roseana Sarney, “ao não tratar do assunto” (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2015).

Como vimos no processo de judicialização do caso RESEX de Tauá-Mirim, a depender do governo do Estado do Maranhão, as populações tradicionais e o meio ambiente

¹⁵⁵ Comunista, Dino promete 'choque de capitalismo' no Maranhão. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/08/comunista-dino-promete-choque-de-capitalismo-no-ma.html>. Acessado em 02/06/2015.

¹⁵⁶ Como exemplo: “Flávio Dino recebe MST para debater ações em benefício dos trabalhadores do campo”. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/flavio-dino-recebe-mst-para-debater-acoes-em-beneficio-dos-trabalhadores-do-campo/>. Acessado em 02/06/2015.

têm seus direitos ameaçados constantemente, ou melhor, quem deveria defendê-los passa a ser uma ameaça, sendo necessária intervenção, por antecipação de tutela, pela justiça Federal.

Lembramos que mesmo as possibilidades de diálogo que existiram, a partir de 2015, não foram concessões dadas às comunidades, mas “arrancadas” nas lutas protagonizadas por elas. Tais lutas foram a “força motriz” que recrudesceu a pressão pela criação da RESEX e foram resultado de outra força que se dá em torno da disputa pelo território da comunidade do Cajueiro¹⁵⁷, cuja área, em parte, está inserida no traçado previsto para a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

Em 2010, Roseana Sarney teve entre seus financiadores de campanha a empresa Suzano, que tem interesse na criação de um porto dentro da área da reserva de Tauá-Mirim. Agora, em 2014, o ex-secretário de meio ambiente do governo Roseana, Victor Mendes, também recebeu doações de campanha da Suzano. Enquanto isso, a formalização da reserva ambiental é boicotada, causando um enorme prejuízo a todos que vivem na Ilha de São Luís (<http://cajueiroresiste.blogspot.com.br/2014/12/jornal-vias-de-fato-maranhao-urgente.html> .acessado em 15/02/2016).

Entre os grandes projetos previstos para a área, que contaram com empenho enorme dos órgãos governamentais, notadamente durante os governos ligados ao Grupo Sarney, está a construção do porto na praia de Parnauçu, comunidade do Cajueiro. Parnauçu está situada na área prevista para a RESEX e tem na pesca a principal atividade de seus moradores. Além da pressão simbólica, com as promessas de grandes valores em indenização, os moradores passaram a sofrer um processo extremo de violência física, com a instalação de cancelas e placas na área, alegada pela empresa WPR como sua, cerceando o direito de ir e vir das comunidades, cerceamento esse reforçado pela presença de segurança privada no local que, segundo a comunidade, portava-se de maneira intimidatória, exercendo papel de verdadeira milícia armada¹⁵⁸. A referida empresa está envolvida no projeto de construção do porto que pretende, entre outras *commodities*, exportar pasta de celulose produzida pela empresa Suzano no interior do Maranhão.

Tomemos nota, aqui, de mais uma similaridade entre os grupos políticos: se os da família Sarney arvoravam-se de arautos do desenvolvimento em razão, também, de sua dependência para a reprodução no poder, em relação aos grupos econômicos que lhe financiavam campanhas eleitorais, Flávio Dino, por sua vez, recebeu enorme quantia em dinheiro da Suzano nas últimas eleições, conforme prestação de contas nos tribunais eleitorais (fonte: <http://cajueiroresiste.blogspot.com.br/>).

¹⁵⁷ Cajueiro Resiste contra a WPR, ver: <http://cajueiroresiste.blogspot.com.br/>

¹⁵⁸ Para detalhes, ver www.cajueiroresiste.blogspot.com. Acessado em 04/06/2015.

A pressão sobre o Cajueiro foi o estopim para fortalecer a luta pela criação da RESEX: as comunidades uniram-se em assembleias populares, em interdições de rodovias, em pressão nas secretarias, na interrupção de audiências públicas forjadas pela secretaria de Meio Ambiente – para impedir a participação popular, uma delas chegou a acontecer dentro do quartel geral da Polícia Militar do Maranhão –, em denúncias dos casos de violência e desrespeito a direitos. A WPR chegou a derrubar mais de duas dezenas de casas no Cajueiro/Parnauaçu, contando com apoio dos aparatos policiais e judiciais do Estado, ainda que de modo comprovadamente irregular, como restou posteriormente atestado – os casos estão detalhados na página criada para registrar as ações da comunidade e as denúncias contra o Estado e a empresa WPR¹⁵⁹ (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2015).

Durante as assembleias para discutir a situação do Cajueiro e traçar estratégias de resistência, fortaleceu-se o sentimento de que uma das formas mais acertadas para assegurar o território, não apenas do Cajueiro bem como de todas as comunidades que vêm sendo atingidas pelo avanço dos empreendimentos em conluio com o Estado, seria justamente a reivindicação em torno da criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Desse modo, o movimento pela criação da unidade de conservação tem se organizado ainda mais, ganhando adesões tanto entre os comunitários quanto entre a população, ainda que a “barreira midiática”, mesmo sob o governo Flávio Dino, permaneça. Destaque-se que, desde que o novo governo assumiu, ações pontuais em defesa do Cajueiro foram conquistadas pelas comunidades como, por exemplo, a revogação da licença prévia concedida “no apagar das luzes” dos governos Roseana Sarney/Arnaldo Melo¹⁶⁰. Estes foram recebidos, por diversas vezes, por secretários de Governo, antes mesmo da posse, para tratar da questão – mas nunca o foram pelo governador. As ações foram pontuais, e até hoje temporárias, posto que não definitivas e irrevogáveis, em torno da violência contra o Cajueiro, pouco se avançou na questão da RESEX no âmbito do governo estadual, com este ao menos evitando dar declarações mais contundentes, ou definitivas, em relação ao assunto. A milícia que atuava no local foi afastada pela secretária de Segurança, com o titular da pasta afirmando empenho pessoal em relação a essa questão (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2015).

¹⁵⁹ Ver nota anterior.

¹⁶⁰ Roseana entregou o governo antes do término do seu mandato ao seu correligionário Arnaldo Melo, então presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, em mais um dos lances do intrincado jogo político local.

Mais recentemente, duas movimentações praticamente sincrônicas – e opositoras – são destaque nessa quarta fase: a Assembleia das Comunidades da Zona Rural II de São Luís, ocorrida em 17 de maio de 2015, na qual foi criada autônoma e simbolicamente a RESEX de Tauá-Mirim, com a definição de um Comitê Gestor pelos próprios comunitários; e a notícia veiculada na mídia de que o atual governador, Flávio Dino, teria assinado um protocolo de intenções para a criação de um polo siderúrgico no Maranhão, em conjunto com a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e o primeiro ministro da República Popular da China, Li Keqiang.

Com o passar do tempo, o novo governo foi apresentando sua opção por um modelo de desenvolvimento que não demarca posição diferenciada ao defendido anteriormente. Flávio Dino, sem consultar a população, apostando nos acordos com o grande capital internacional, com o modelo baseado na **economia de enclave** a partir da siderurgia, já veementemente repudiado pela população em outro momento e ambientalmente condenada, demonstra essa sua posição na disputa: segundo reportagem veiculada em pelo menos dois canais de mídia eletrônica, o blog dos leões¹⁶¹, blogue oficial do novo governo do estado do Maranhão, e o blogue Marrapá¹⁶², independente (porém reconhecidamente pró-Flávio Dino), o governador assinou um protocolo de intenções com o governo Chinês para a implantação de um polo siderúrgico no Maranhão.

Essa notícia soa velha, quando lembramos, pelo que foi exposto anteriormente, que uma das lutas que deu força ao movimento Pró-RESEX de Tauá-Mirim foi justamente a oposição, por parte dos movimentos de resistência, a um polo siderúrgico, da Companhia Vale, que seria implantado, na Ilha do Maranhão, anunciado no ano de 2004. As justificativas são sempre as mesmas, como o fato de São Luís possuir ótima infraestrutura portuária para o escoamento da produção.

É importante, nesse ponto, a contextualização teórica nos termos da exclusão social, que é inerente ao sistema capitalista, que não atua apenas nos **sistemas de produção**, mas também **operacionaliza o sistema político vigente**, especialmente em relação ao mecanismo periférico em termos da geração de matéria prima e commodities, culminando nos deslocamentos compulsórios dos quais temos recorrido. Para essa análise, trazemos novamente Deleuze e Guattari (2011):

¹⁶¹ Disponível em: <http://blogdosleoes.ma.gov.br/category/governo-do-maranhao/> Acessado em 04/06/2015.

¹⁶² Disponível em: <http://marrapa.com/chineses-demonstram-interesse-para-investir-em-siderurgia-no-ma/> Acessado em 04/06/2015.

[...]. E se é verdade que no centro se exerce, pelo menos parcialmente, uma tendência para a baixa ou para a igualização da taxa de lucro, que leva a economia para os setores mais progressivos e mais automatizados, tem-se também que um verdadeiro “desenvolvimento do subdesenvolvimento” na periferia assegura uma alta taxa de mais-valia assim como uma exploração crescente do proletariado periférico em relação ao do centro. **Pois seria grande um grande erro acreditar que as exportações da periferia provêm principalmente de setores tradicionais ou de territorialidades arcaicas: na verdade, elas provêm de indústrias e de plantações modernas, geradoras de mais-valia**, de modo que não são os países desenvolvidos que fornecem capitais aos países subdesenvolvidos, antes pelo contrário. Tanto é verdade que a acumulação primitiva não se reproduziu de uma vez para sempre na aurora do capitalismo, mas é permanente e não para de reproduzir-se. O capitalismo exporta capital filiativo. Ao mesmo tempo em que a **desterritorialização capitalista se faz do centro para a periferia, a decodificação dos fluxos na periferia se faz por uma “desarticulação” que arruína setores tradicionais** e leva ao desenvolvimento de circuitos econômicos voltados para fora, a uma hipertrofia específica do terciário, a uma extrema desigualdade na distribuição das produtividades e dos rendimentos. Cada passagem de fluxo é uma desterritorialização, cada limite deslocado, uma decodificação. O capitalismo esquizofreniza cada vez mais na periferia (DELEUZE; GUATTARRI, 2011, p. 308. Grifo meu).

“O Apagar das Luzes”: a tentativa de alteração do plano diretor de São Luís e a criação da RESEX de Tauá-Mirim

O apagar das luzes surge como expressão representativa de uma das tentativas de alteração do plano diretor sem a devida participação da sociedade, em vésperas de feriado natalino, entre outros momentos, aproveitando a possibilidade de “distração do povo”.

A recrudescência em torno do movimento Pró-RESEX de Tauá-Mirim, reforça a possibilidade de que esta seja oficializada. Tal alternativa merece atenção quando lembramos que os embates se dão não apenas em relação às esferas federal e estadual, mas ainda no âmbito municipal: em breve, deverão ser retomadas as discussões em torno do Plano Diretor de São Luís: há uma proposta de alteração do Plano Diretor do município de São Luís, que transformaria parte da Zona Rural II de São Luís, onde está situada a área da RESEX, em Distrito Industrial.

Essa é uma questão que se arrasta há bastante tempo, além de ser controversa e de já ter tido embate popular, no sentido de evitar que a alteração se desse sem a observância dos requisitos obrigatórios em lei, como a realização de audiências públicas. A alteração do Plano Diretor está em tramitação no Conselho da Cidade, que pode buscar legitimar a não legalização da RESEX de Tauá-Mirim, entre outros grandes projetos de desenvolvimento, caso se efetive a transformação da zona rural em zona industrial.

A alteração do plano diretor de São Luís é uma estratégia utilizada pelos empreendedores, políticos e detentores do “grande capital” para legitimar a falácia da “vocação industrial” da Ilha do Maranhão e consequentemente expropriar a terra e local onde mantém o modo de vida centenas de pessoas consideradas populações tradicionais. Embora a lei de zoneamento e as alterações em questão não sejam objeto de aprofundamento neste trabalho, por ser um processo em pleno desenrolar, o que compromete seu acompanhamento e problematização em tempo hábil, destaco sua relevância para o conflito em questão.

Assembleia Popular na Casa das Águas



FIG. 17: Fotografias da Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

No domingo, dia 17 de maio de 2015, foi realizada a Assembleia das Comunidades da Zona Rural II de São Luís, na Casa das Águas, no Taim, na qual estava agendada a pauta: “contra a invasão de nossas terras pelas empresas; pela garantia ao nosso lugar; pela dignidade da nossa gente; pelo meio ambiente; por nossas vidas; **RESEX de Tauá-Mirim Já**”! As comunidades atenderam a solicitação, realizando a assembleia, discutindo seus temas

e, ao final, **declarando criada a RESEX de Tauá-Mirim e seu respectivo Conselho Gestor.**

Além de moradores das comunidades da área da RESEX, estiveram presentes representantes de movimentos sociais e sindicais, pesquisadores e estudantes de universidades, comunidades ameaçadas de despejo na Ilha de São Luís, representantes de comunidades rurais, quilombolas e indígenas de várias partes do Estado do Maranhão:

Comunidades Presentes: Apaco – Santa Bárbara (São Luís); Cajueiro (São Luís); Camboa dos Frades (São Luís); Emabubal (São Luís); Jacamim (São Luís); Jardim Belo Horizonte (São Luís); Maracanã (São Luís); Pindova (São Luís); Povo Gamela – Itaquaritiua (Viana); Povo Guajarara (Santa Inês); Povo Kreie (Barra do Corda); Quilombo Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru); Rio do Meio Piriri (Assentamento) - Rio do Meio Tibiri (São Luís); Rio dos Cachorros (São Luís); Santa Helena (Pinheiro); Santa Joana (Itapecuru); Santa Maria (Codó); Santa Ria (Paço do Lumiar); São Raimundo (Santa Helena); Sítio do Meio 2 (Paço do Lumiar); Taim (São Luís); Tajipuru (São Luís)

Entidades Presentes: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB Seção São Luís; Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas); CPT (Comissão Pastoral da Terra); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso); Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA); Fórum das Comunidades Ameaçadas de Despejo de Paço do Lumiar; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMA); Justiça nos Trilhos; Quilombo Raça e Classe; Quilombo Urbano; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís; Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) (Ata da Assembleia Popular da Área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, 17 de maio de 2015).



FIG. 18: Fotografias da Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

Como possibilidade de ilustração de um momento histórico nas lutas dos povos e comunidades tradicionais pela manutenção de seu território, mas também para contribuir com a proposta de *multivocalidade e autoria coletiva* desse trabalho, destaco algumas falas que ocorreram na Assembleia, evento produtivo que culminou na criação da RESEX de Tauá-Mirim pelos participantes, que teve duração de um dia inteiro e seus intervalos foram recheados com o toque do tambor de crioula, cantos e danças.



FIG. 19: Fotografias da Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

É importante dizer que houve um fato de extrema relevância para o desenrolar dos acontecimentos na Assembleia Popular na casa das águas, no Taim, que culminou com a criação do Conselho Gestor da RESEX, e que marca um dos limites dos acontecimentos aqui escolhidos para serem abordados nesse trabalho, mas que não encerra o conflito em questão. Tal evento foi o I Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, encontro que antecedeu, imediatamente, no dia anterior à Assembleia em questão e se deu no mesmo local, a Casa das Águas, no Taim, fortalecendo o movimento e destacando a importância de autonomia e possibilidade do “bem viver” em territórios ancestralmente ocupados. Segundo Meire, do CIMI, esse foi o encontro de articuladores da Teia dos Povos e

comunidade Tradicionais com representantes de indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, sertanejos, etc. e foi um encontro de formação:

...formação sobre autonomia, descolonização, gestão territorial. Contou com a colaboração da antropóloga Carol, do CIMI em Recife, que contribuiu conosco nessa reflexão. E a Teia é um espaço de articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o apoio de algumas entidades que colaboram com esse processo que é ...CIMI, a CPT, o MICCB, o MOQUIBOM e a articulação dos indígenas.¹⁶³

Conforme o relato registrado em Ata da Assembleia, Maria Máxima Pires, conhecida como Dona Máxima, da Comunidade do Rio dos Cachorros, enfatizou a autonomia necessária para lutar pelo território. Destacou a necessidade de “descolonizar os gestores públicos e multinacionais que chegam querendo tomar o território”.

Zé Reinaldo do Taim, morador da Comunidade do Taim afirma que “no território do Taim já morou conselheiros, uma etnia de origem africana, é uma comunidade tradicional”. Afirmou também que:

a luta pela terra começou nos anos 80. O conflito começou quando uma pessoa recebeu um terreno, no qual passava finais de semana. Depois, esse senhor se aproximou do time de futebol, ganhou a confiança dos moradores e começou a aumentar seu terreno. Depois, quis se apresentar como dono de todo o Taim. Como reação, e para garantir o território, os moradores fundaram união de moradores e entraram com processo na justiça e ganharam a demanda, reforçando seu sentimento de pertencimento. A lei de Zoneamento não respeita os títulos da terra (Ata da Assembleia Popular da Área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, 17 de maio de 2015).

Clovis do Cajueiro, morador da Comunidade do Cajueiro disse que “A luta do Cajueiro é paralela com a do Taim e a do Rio dos Cachorros”. Ele diz que começou no movimento em 1990 e destacou a necessidade de “serem comunidade e não serem festejo”. Clovis diz que descobriram (a comunidade) que o documento (título da Terra), não vale o que valia, mas evidenciou que a comunidade unida precisa “fazer valer”. Apontou como um erro que a comunidade cometeu foi “não se identificar imediatamente como povos tradicionais”, e o registro ficou somente como assentamento. “Começaram a dizer que a área era polo industrial, o porto, a Petrobrás, a Suzano, todos queriam a área. Por último veio a WPR, querendo a área. O documento não garante a área. A comunidade está sendo pressionada para vender suas propriedades”.

Eleonora, moradora da Comunidade do Rio dos Cachorros, iniciou sua fala colocando que “a luta não é diferente dos outros territórios”. Recapitulou que “na época da

¹⁶³ Relato recolhido por mim, por áudio, via internet.

Vale” as pessoas foram incentivadas a vender seus territórios alegando que “não se plantava nem um tomate”. Mas ela lembrou da pesca, “que as pessoas pescavam e que não queriam sair do seu território”. “Não há peixe melhor que o peixe do Rio dos Cachorros”, disse.

Seu Teotônio faz parte da Associação de Moradores da Ilha do Tauá-Mirim e é morador da comunidade do Jacamim. Ele enfatizou a luta com outros companheiros, como “Beto, Dona Máxima, todas as comunidades que estão aqui presentes e outros que são pescadores e lavradores”. Ele diz que o Jacamim é um assentamento assinado na época do governo Fernando Henrique Cardoso, porém, Roseana (Sarney) não deu os títulos de terra, deu somente o documento geral e hoje eles brigam pelo título da terra.

Alberto Cantanhede Lopes, o Beto do Taim, morador da Comunidade do Taim disse que está na *Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas* e visitou um mosaico de Conservação no Litoral Sul de São Paulo que envolve 57 UCs de vários modelos, entre elas, uma é uma Reserva Extrativista Marinha. Beto deu notícia também, da criação de três unidades de conservação no estado do Pará. Veio de Carutapera, “que está demandando, também a criação de uma Resex”. Segundo ele, “existem vários pedidos de RESEX Marinhas no Maranhão”, entre elas, “Tauá-Mirim, que tem mais resistência”, Icatu, Humberto de Campos e Carutapera. Beto disse que “se deve buscar no encontro estratégias para uma carta e forçar a criação da RESEX”. Disse que começaram a discutir a RESEX de Tauá-Mirim:

porque estavam perdendo produtos, na pesca, na agricultura... perdendo para empresas do Estado, isso no final dos anos 90. A proposta de Criação da Unidade, inicialmente, Taim, Taua-Mirim, Rio dos Cachorros.... Houve audiência Pública e incluíram os povoados da Ilha de Tauá-Mirim. Relação com o Governo do Estado foi ficando mais difícil, após o governo Jackson Lago. Roubaram uma carta do governo que estava no processo... A área tem um patrimônio hídrico grande, a RESEX é importante, no sentido hídrico, da pesca, de visitação etc. (Ata da Assembleia Popular da Área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, 17 de maio de 2015).



FIG. 20: Fotografias da Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

Dona Máxima, da Comunidade do Rio dos Cachorros, disse que “o projeto de criação da RESEX nasceu das comunidades. Depois vieram outros atores, como o GEDMMA que se juntaram a luta”. Evidenciou que no território “há diversos espaços conservados, como, por exemplo, os manguezais, e quem contribuiu para essa conservação foram as comunidades”. “A luta pela RESEX de Tauá-Mirim, é um projeto de vida para toda a ilha de São Luís”, ela disse e enfatizou que a vida cultural das comunidades como “o tambor de crioula e os festejos dos santos” como manifestações das comunidades tradicionais.

Claudia Durans, representando a CSP-Conlutas, disse que “faz bem escutar depoimentos”, dessa forma, identificou que “fazemos parte da mesma luta”. Destacou o fortalecimento através da “luta unida”, “movimento popular”, “movimento de resistência da natureza”, “todos os oprimidos e humilhados pela sociedade” e registrou a situação da ilha do medo, localizada nas proximidades do Porto do Itaqui, e disse que “querem retirar duas famílias que moram ali”, para ampliação do Porto.

Claudio Castro, jornalista, evidenciou as “más condições de transporte” e destacou a “necessidade de lutas integradas”. Ele denunciou que “o governo diz que está apoiando a luta, mas não consegue devolver a carta roubada do MMA!”. Sugeriu que fossem feitas placas com os dizeres: “RESEX Tauá-Mirim, comunidade do Taim” e colocar as placas com o nome das comunidades, fazendo “o papel de poder público”.



FIG. 21: Fotografias da Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

Rosana, moradora da Comunidade do Taim, disse que “a luta da RESEX é uma luta antiga pelo território em prol das comunidades”. Falou também sobre a degradação provocada pela Alumar, “depois constrói, falando em responsabilidade social!”. Afirmou que o “governo e as empresas privadas não reconhecem a titularidade das terras dos moradores”. “O nosso futuro é hoje, é o presente. É preciso fazer o processo de *descolonização*”. Disse ser muito bom ver os companheiros, Krinie, Canela, a parte boa da universidade, todos nessa luta. Sugeriu fazer o campeonato de futebol do território da RESEX. “O governo não é nosso aliado, para fazer algo a favor da comunidade, é só pressionado. A RESEX é uma luta do bem viver”.



FIG. 22: Fotografia de Rosana na Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

Clóvis, da Comunidade do Cajueiro, lembrou que há um “projeto para construir uma base naval na Ilha do Medo” e que “o Maranhão está entre os quatro estados mais cogitados para a produção de petróleo e gás”.

Padre Clemir, da CPT, questionou a existência da RESEX, provocou dizendo: “Nós vamos esperar o governo enviar um papel para dizer o que é nosso?” e propôs a criação do Comitê Gestor do Território, para quando o ICMBio instituir a RESEX, já ter um comitê trabalhando. Segundo consta da Ata: “o público se manifestou favorável à ideia, que naquele momento ganhou força para instituir a RESEX, independente da decisão do governo. Nesse momento, houve muitas manifestações paralelas, tratando de autonomia das comunidades sobre o território...”.

Cleuson, da Comunidade de Tajipuru e representando o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís, disse que fizeram “um levantamento das comunidades mais antigas, centenárias e outras mais novas”. Disse que “todas as comunidades da Zona Rural de São Luís devem estar unidas e organizadas para lutar pelos seus direitos!”.

Michel, agricultor e morador da comunidade de Apaco, Santa Bárbara, e também representando o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís, disse que “nada que foi conseguido foi sem luta, muitas pessoas deram seu sangue em defesa dessas lutas. Antes a gente esperava as coisas acontecerem, hoje a gente tem que se antecipar, e daqui a 15 anos tentar resolver”. Ele destaca que:

na região metropolitana há 185 mandatos de reintegração de posse na mesa do secretário de segurança. Na área Tibiri Pedrinhas há aproximadamente 90 comunidades que hoje estão em questão judicial, em litígio quase que 50%. Vivemos um caos, no Maranhão e no Brasil. A questão da água, cita o caso de São Paulo, e diz que o nordeste está na mira dos interesses do sul. Evidencia que o projeto da RESEX é algo que vai servir pra nossos filhos, netos e bisnetos, então era pra ter mais de 500 pessoas, há falta das comunidades que também estão do lado de fora, pois a elas também interessa. Fala da importância da juventude. A gente sente falta do poder público, da imprensa que deveria estar registrando este evento, e as pessoas não tem acesso. Este é um projeto que interessa a nós e não a eles. Há Projetos do ITERMA – dando documento que “não vale nada”. O outro, “desenvolvimento social” interessa a eles, mas não a nós, a nós interessa a RESEX. A terceirização que não nos interessa, vem o projeto (Ata da Assembleia Popular da Área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, 17 de maio de 2015).

Sislene, representando o movimento Justiça nos Trilhos, reforçou a proposta de Claudio Castro, e também a de Máxima, a questão dos festejos, para alimentar o espírito de pertencimento e de resistência nas comunidades. A sugestão é “fazer um calendário dos festejos para colocar a questão da RESEX” e reforça a questão do território e autonomia já mencionado por Meire, do CIMI.



FIG. 23: Fotografias da Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

França, moradora da Comunidade do Taim e estudante do Curso de Educação Ambiental do GEDMMA, ressaltou a importância da união, pois “se não tiver os outros que são contra a criação da RESEX ficarão mais e fortes e os que defendem ficarão mais fracos”. “No Taim houve desunião” e ela pensava que “essa união não iria acontecer em função de problemas internos” e diz que ficou “contente” por que quando chegou viu que “as pessoas que diziam que não iriam participar estavam presentes”, e então “mostra a importância da unidade”. “A união é o principal instrumento para a criação da RESEX, povo unido jamais será vencido”, diz ela e para finalizar: “já chega de tanto sofrer, chega de tanto esperar..., nunca desista por que a RESEX é nossa!”.



FIG. 24: Fotografias da Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

Dona Máxima, da Comunidade do Rio dos Cachorros, pede a fala de novo sugerindo “pressão, um painel no Palácio dos Leões!”.

Maria Aparecida, da comunidade Tibirí, fala da “não resolução do ITERMA e da venda de terras, por parte de pessoas que vem de fora e colocam placas de venda”. Diz que “as invasões trazem problemas, vem gente de todo lado, pinheiro, Codó, etc. e trazem conflitos... as roças estão sendo destruídas. Antigamente tinha os rios e hoje estão construindo casas em cima dos rios...”.

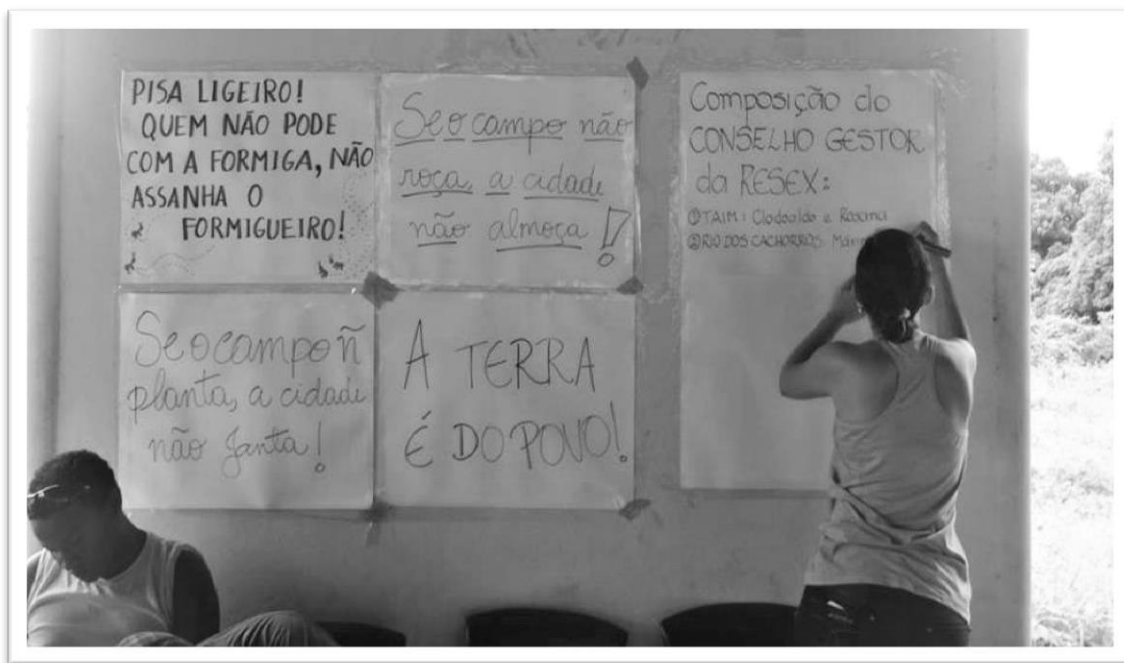


FIG. 25: Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Joelma Santos.

Esses foram apenas alguns dos depoimentos registrados em ata. O encerramento da Assembleia Popular se dá com a Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, e seu Conselho Gestor, e música cantada por Padre Clemir. Dessa reunião saem as seguintes propostas e encaminhamentos:

Reunião com o Bispo de São Luís, reunir com entidades (CNBB, Cáritas, CRB, AGB- Seção São Luís, MOQUIBOM, Vias de Fato, FETAEMA, Fórum Carajás, OAB-MA, APRUMA), incluir a questão da RESEX no Cajueiro e estabelecer essa ligação como ferramenta de luta, a necessidade de se realizar um trabalho de base, registrar o Terreiro do Egito, chamar as entidades de terreiro para a luta em defesa do Cajueiro, trazer a tona a identidade quilombola enquanto território (como estratégia paralela para além da RESEX), realizar estudos sobre Plano Diretor com jovens, entidades, articuladores (Nesse ponto, as comunidades conduziram o processo se apropriando principalmente com o debate do poder público), respeitar a agenda da coletividade, não “entrar” na agenda do Estado, legitimando suas ações, Garantir a OIT 169 (prioridade) e se apropriar como estudo de formação, reuniões e formações nas comunidades e propor matéria para o Vias de Fato sobre a RESEX no dia 28 de Março de 2015, no Encontro das Comunidades Atingidas da Ilha de São Luís, continuar com as estratégias de mobilização, atos e ocupação (Ata da Assembleia Popular da Área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, 17 de maio de 2015).

A seguir registro uma produção artística que simboliza a Assembleia Popular e constituição da RESEX de Tauá-Mirim:

Assim está agora identificada a Casa das Águas do Taim, batizada "Benedito Pereira", lembrando um dos grandes guerreiros pelos direitos das comunidades da área. A arte foi feita pelo bravo militante do Movimento de Hip Hop Quilombo Urbano, Gegê Graffiti, que disse que o Movimento de Hip Hop Militante está nesta luta em favor da Resex! A Casa das Águas agora é ponto de referência para as comunidades da Resex Tauá-Mirim, como deliberado por elas mesmas durante a

Assembleia Popular do histórico dia 17 de maio de 2015, quando elas instituíram o Conselho Gestor da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim! (Texto Claudio Castro: <https://www.facebook.com/resextaua/photos/a.791083667572668.1073741826.179946215353086/1069829176364781/?type=3>)



FIG. 26: Fotografia Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015, cedida por Claudio Castro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



FIG. 27: Diagrama, ou mapa simbólico, construído na mística de abertura da casa das águas no Taim, na Assembleia de 17/05/2015. Foto cedida por Joelma Santos e tratada por mim no programa *Photoscape*.

A Assembleia Popular da Casa das Águas, no Taim, constituiu-se num momento de grande simbologia em torno da autonomia das comunidades e em aprofundar a luta pelo território. Ela foi marcada por certo tom de esperança, a partir do novo governo do estado do Maranhão, mesmo com sua posição supostamente à esquerda na política nacional, dadas as diferenciações já demarcadas em relação ao grupo que dominava a cena política anteriormente, gerando a expectativa de rompimento com o estado de coisas que estava posto com a “dinastia Sarney”¹⁶⁴ no Maranhão.

O movimento que surge, em sincronia com a autocriação da RESEX de Tauá-Mirim, e designação de seu Conselho Gestor, a **Teia de Povos e Comunidades Tradicionais**, nos remete a lembrança do movimento dos **Povos da Floresta**, nos idos das lutas de Chico Mendes e seus companheiros. A partir dessa reflexão, podemos pensar que esse trabalho reconta as origens do GEDMMA, enquanto grupo de pesquisa, e de seu objeto de estudo em destaque, como a entrevistas de Osmarino Amâncio, trazida por Horácio Antunes lá da

¹⁶⁴ Sobre a “Dinastia Sarney” ver Gonçalves (2000; 2008): “A Reinvenção do Maranhão Dinástico” e “A Invenção de uma Rainha de Espada: atualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico”, respectivamente.

Floresta Amazônica e que recheia as lutas atuais de significados. A construção coletiva dessa luta por um território do bem viver, não tem sido em vão...

As tentativas de alteração do plano diretor foram muitas e não se encerram no momento atual, porém, considero o momento de autocriação da RESEX como um decisivo em relação a um possível “ponto de virada” no jogo ou no “drama” que envolve a RESEX. Os ATOS, da forma como foram postos em sequência, delimitam a possibilidade de pontos de ruptura, mais do que uma cronologia histórica, o que conta aqui não é uma linha temporal retilínea e linear, mas recheadas de curvas e laços nos quais o desfecho é sempre um *devoir*.

A atual tentativa de alteração do plano diretor de São Luís suscitou uma reação extremamente organizada em torno destas alterações. Formou-se uma rede de movimentos, de aspecto rizomático, sem hierarquias, semelhante ao que ocorreu no Movimento Reage São Luís, no início dos anos 2000, bem como em outros movimentos anteriores, contra a instalação de um Polo Siderúrgico na Ilha, inclusive com a elaboração de oficinas prévias às audiências públicas, estas últimas feitas sem divulgação adequada e com boicote por parte das instituições que representam o Estado.

Esse é um tema que está em movimento, portanto, não há nada definido e trabalhamos com possibilidades e movimentos de resistência, tanto no que se refere à legalização da RESEX já autocriada, como a nova possibilidade de instalação de um polo siderúrgico ou a alteração do plano diretor de São Luís.

Em relação às disputas e movimentações entre os agentes envolvidos na questão, percebe-se momentos de pressão sobre as comunidades, que tiveram por efeito o recrudescimento das resistências por parte dos alvos da ação das grandes empresas que ambicionam a área e que, em vez de gerar desânimo ou temor por parte das comunidades tradicionais afetadas, fizeram com que essas despertassem para a necessidade de ação conjunta, reforçando os vínculos de solidariedade e a estratégia em torno da reivindicação da RESEX, ressaltando o caráter positivo e propositivo do movimento. É o movimento criador em Deleuze.

No âmbito do Estado, embora se tenha registrado momentos de maior tensão sobre as comunidades nos governos estaduais anteriores, ainda não houve, até o momento, uma sinalização concreta no sentido de assegurar o território a quem o ocupa há bastante tempo,

antes de a área ser alvo de disputa por parte dos grandes projetos de “desenvolvimento”. Ao contrário, os acenos mais recentes são no sentido de se manter as estratégias de avanço desenvolvimentista no local, desconhecendo ou reprimindo outras dinâmicas que não as inseridas nesse contexto que aciona forçadamente uma “vocação natural e estratégica” da área para o desenvolvimento, desconhecendo ou sufocando outras que poderiam ser igualmente consideradas “natural e estratégica”, como a reprodução de modos de vida que equalizem preservação ambiental e reprodução social.

Se, por um lado, o momento não é o de reforçar, com o aparato estatal a violência física contra as comunidades, por outro, permanece a violência simbólica, de inviabilização, de diminuição do diálogo, da não permissão que os agentes que reivindicam sua própria área tenham suas falas reverberadas na sociedade. Estes, por seu lado, rompem com essa barreira da forma que podem, no sentido de avançar e manter seu firme posicionamento pela estratégia de criação da RESEX como forma de assegurar território, e assim acionam redes de solidariedade, acionam contatos no sentido de unificar lutas em territórios distintos, o que demonstra a importante participação de atingidos pelos grandes empreendimentos, seja na cidade ou no campo, em seus fóruns, aumentando a visibilidade através do mundo virtual das redes sociais, declaram e reforçam sua autonomia, movendo-se também no tabuleiro das disputadas, saindo do compasso de espera, e avançando com determinação para não apenas verem criada, mas construindo a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim na Ilha do Maranhão (STEINHORST DAMASCENO; CASTRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2015).

Esse trabalho teve a intenção era fazer uma espécie de estado da arte quanto à produção acadêmica e social da/na RESEX de Tauá-Mirim. Muitos pontos deixaram de ser trabalhados, ou ter sua discussão aprofundada, em função da possibilidade de sistematizar o trabalho dos 10 anos do grupo GEDMMA referentes a este caso, mesmo assim, muita coisa pode ter ficado de fora. O GEDMMA é mais do que um grupo de estudos profícuo, é nossa casa, é onde aprendemos a pesquisar a realidade social e ao mesmo tempo lutar por justiça.

A RESEX de Tauá-Mirim não está sozinha. É preciso refletir sobre a Política Ambiental no Brasil e no Maranhão, suas semelhanças e especificidades. Há a percepção de que quanto maior o poder de investimento do Estado, menor a força, a efetividade ou poder de enfrentamento que políticas ambientais possuem, o inverso é verdadeiro. Parece que a política ambiental, em termos de estratégias como a criação da Unidade de Conservação, ou licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos ou projetos são “engavetados” na medida em que o Estado retoma seu poder de investimento.

Falar sobre a política ambiental brasileira não é apenas falar da contenda da RESEX de Tauá-Mirim, em São Luís do Maranhão, mas é falar também de Belo Monte, no Pará e o acidente da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Mariana, Minas Gerais, como exemplos da

tragédia que é a política ambiental brasileira, em favorecimento do chamado “desenvolvimento a qualquer preço”, seja ele ora responsabilidade do neodesenvolvimentismo, ora responsabilidade do neoliberalismo.

Algumas estratégias pontuais podem ser vistas, mas que parecem mais resultado do trabalho de pequenos grupos, com poderes limitados na gestão ambiental. Há momentos também em que vislumbramos a possibilidade de recrudescência da luta ambiental, pela conformação do movimento em redes, apoiadas pelos novos aparatos tecnológicos de comunicação. Em outros momentos sentimos uma oscilação entre otimismo e pessimismo, por exemplo, quando falamos das perspectivas no futuro próximo, em termos das alterações do Plano Diretor do Município e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo em São Luís. Ao menos não estamos sós e por isso nos resta lutar diante das incertezas desse constante devir.

Esperamos que esse trabalho seja utilizado como instrumento de luta e que a metodologia da multivocalidade e o trabalho coletivo de construção do conhecimento possam cada vez mais “inspirar” e facilitar o diálogo com os nossos interlocutores das “causas ambientais”, na perspectiva de que o poder hegemônico - tanto político, quanto o econômico, mas também a hegemonia do conhecimento -, sejam rompidos com o fim de construirmos um mundo mais igualitário, solidário e harmônico com a natureza.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A. , BEZERRA, G.N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ACSERALD, Henri. O Movimento de Resistência à Monocultura do Eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. In: XIII **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 29 de Maio a 21 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE). Disponível em: www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT13%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Agricultura%20e%20dos%20Alimentos/SBS.2007.eucalipto.pdf. Acesso em: 20/04/2008.

ADRIANCE, Madelaine Cousineau. **Terra Prometida**: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 10 **Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara**. São Luís, setembro 2007 ISBN: 85-86037-20-6.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização”. In: **Travessia**. maio/agosto: 1996. p. 30-35.

ALMEIDA, Mauro W. B.; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro, [et.al.] (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p. 92-107.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política**: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís, em São Luís - MA. Outubro de 2014. 190f. Tese (doutorado), UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro. 2014.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. p. 29-40.

ALVES, Rubem. **O prazer de ler**. In: ALVES, Rubem. Entre a Ciência e a Sapiência: o dilema da educação. 22ª Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

AQUINO, Maria J. S. e SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio A. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; SILVESTRE, Daniel Ribeiro. Implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís do Maranhão. In: RODRIGUEZ, Maria Elena (Org). **Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. Relatores Nacionais e de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**. Rio de Janeiro, 2006. p. 19-30.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base**. Economia, Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dezembro 2006.

BOITO JÚNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV - cemacro.fgv.br http://cemacro.fgv.br/9_forum_economia , acessado em 14/10/2015.

BRASIL, Lei Nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. Estatuto das cidades. **Estatuto da Cidade**: Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 273p.

BRASIL. **Instrução Normativa ICMBio nº 03, de 18 de setembro de 2007** - Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/SBF, 2000.

BRESSER-PEREIRA Luiz Carlos. **The new developmentalism and conventional orthodoxy**. São Paulo: FGV, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Retomada da Revolução Nacional e Novo Desenvolvimentismo**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: editora 34, 5ª ed. 2003.

BRITO, Maria dos Remédios de. Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de Subjetividade desterritorializada. ALEGRRAR nº09 - jun/2012 - ISSN 18085148

BUNKER, Stephen G. Underdeveloping the Amazon; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

CABRAL, Stela Araújo; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Resiliência e psicanálise: aspectos teóricos e possibilidades de investigação. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, 16(1),42-55, mar. 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A presença do autor e a pós-modernidade Em antropologia**. Novos Estudos CEBRAP Nº 21, julho de 1988 pp. 133-157.

CANO, Wilson; **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970**; UNICAMP; Campinas: Global, 1981.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo**. 3ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006, 222p.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Capítulo I: Introdução e Capítulo II: Análise integrada. p. 15-52.

CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. *In*: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 223-250.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. *In*: CASTRO E. e MARIN, R. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989. p. 151-192.

CARVALHO, Fernanda C. **Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís – MA**. *In*: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (orgs.). **Ecos dos Conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís EDUFMA, 2009.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Gestão do Território, Lugar e Conflitos Socioambientais**: o Caso da Usina Termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Brasília, 2011. Mimeo.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Ordenamento Territorial e Impactos Sócio-Ambientais no Distrito Industrial de São Luís - MA**. São Luís: Curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão, 2008. Monografia de Graduação.

CARVALHO, Vilson Sérgio. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário**. Rio de Janeiro: Wak, 2002.

CASES, Maria Olatz (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas EcológicasWWF-Brasil, Brasília, 2012. 396p.;il; 29,7cm.

CASTRO, Antonio Carlos Leal de; CASTRO, Keilly Danielle Duarte; PORTO, Heliene Leite Ribeiro. Distribuição da Assembléia de Peixes na Área de Influência de uma Indústria de Alumínio na Ilha de São Luís – MA. **Arq. Ciên. Mar**, Fortaleza, 2010, 43(2): 71 – 78.

CASTRO, Claudio Coimbra. **Mídia e dominação política no Maranhão: poder político e reprodução capitalista**. São Luís, 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

CASTRO, Claudio Coimbra. **Mídia, Política e Reprodução Capitalista no Maranhão**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTA_DO_CULTURA_E_IDENTIDADE/MIDIA_POLITICA_E_REPRODUCAO_CAPITALIST_A_NO_MARANHAO.pdf. Acessado em 04/05/2015.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**; o dilema brasileiro: pão ou aço. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Cap. V: Estudo do Conjunto Brasileiro. p. 263-292.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

COMUNIDADE DO TAIM REJEITA PÓLO SIDERÚRGICO. Disponível em: <HTTP://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=348&mat-id=8018>. Acesso em 22/02/2009.

COSTA SOBRINHO, P. V. Chico Mendes: trajetória de uma liderança. In PAULA, E. A. de & SILVA, S. S. da (Org). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2006.

COSTA, Clarissa Lobato da; ALMEIDA, Zafira da Silva de, GARCEZ, Danielle Sequeira. **Características das Pescarias Artesanais Praticadas da Área da Futura Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão**. In: IV SEDMMA (Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente). São Luís – MA. 11 e 13/11/2015. Anais do IV SEDMMA, GEDMMA, 2016.p.: 200-214.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no Campo – Brasil 2012** Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

D'INCAO, Maria Angela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As Instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 212p. Disponibilizado em: <http://www.fgv.br/cpd/doc>. Último acesso em 10.09.2012.

DE JESUS, Tayanná Santos Conceição. **Violência, memória e a resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013)**. 2014. Monografia de Curso (História) – Universidade Federal do Maranhão. Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

DE JESUS, Tayanná Santos Conceição; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de Ancestralidade, Trajetórias e Resistências: conflitos ambientais em Rio dos Cachorros, São Luís-MA. **Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 55-77, jul./dez. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2. Vol. 1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DIREITOS HUMANOS. **Vale do Rio Doce viola direitos humanos**. Disponível em: www.direitos.org.br. Acesso em 22 fev. 2009.

DOBLAS, Juan. **Rotas do Saque: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)**. São Paulo : ISA - Instituto Socioambiental, 2015. <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/publicacao-detalha-novo-ciclo-de-atividades-criminosas-na-terra-do-meio-pa> .Acesso em 01/09/2015.

DOCUMENTOS ANÁLISADOS Livro de Registros de Batismos da Freguesia de São Joaquim do Bacanga. Livro número 149. Período de 1835 – 1855. Arquivo Público do Estado do Maranhão: Inventário dos Códices. APEM. São Luís, MA, 2002.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na Ilha: um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio em São Luis do Maranhão**. São Luis: Cáritas Brasileira, 1984. 21

EISENSTADT, Shmuel. N. (org.) **Patterns of Modernity**. Londres: Frances Pinter, 1987. Vol. II - Beyond the West.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Barcelona, Grupo Editorial Norma, 1996.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, E. M. **Tambor de Mina em Conserva**. 1997, São Luís, 180p.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FROTSCHER, Méri, LAVERDI, Robson, VANDERLINDE, Tarcísio. Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. Transcrição: Danusa de Lourdes Guimarães da Silva. Edição: Francisco Atanásio Júnior e Méri Frotscher. **Espaço Plural. Ano X. Nº 20. 1º Semestre, 2009**. (p. 165-174)

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. III Subdesenvolvimento e distribuição de renda. p. 85-115.

FURTADO, Celso; **Formação econômica do Brasil**; 24ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Leitores, espectadores e internautas**. Trad. Ana Goldberger. São Paulo : Iluminuras, 2008.

GASPAR, Rafael B. **População tradicional**: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. de; PEREIRA, Madian de J. F; ALVES, Elio de J. P; PEREIRA, Carla R. A (Orgs.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 177-204.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Taim e a Criação da Reserva Extrativista**: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente. 2007. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

GEDMMA, NERA, NEGÓ, NUPEDD/UFMA. **Relatório Sucinto de Levantamento de Comunidades Tradicionais do Entorno da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís, 04 de fevereiro de 2016. 12 p.

GEDMMA/UFMA. **Relatório Socioantropológico - RESEX de Tauá-Mirim**: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA – Brasil, São Luís, 2014.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GISTELINCK, Frans. **Carajás**: usinas e favelas. São Luís: Minerva, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma Rainha de Espada**: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. São Luís: EDUFMA, 2008. Coleção Dissertações & Teses do CCSO/UFMA.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: EDUFMA; PROIN(CS), 2000.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições, UFMA; PROIN (CS), 2000.

GORZ, André / BOSQUET, Michel. **Écologie et Politique**. Paris: Seuil, 1978.

GOSTINSKI, Luana Fontoura. **Unidades de Conservação Maranhenses: Histórico, Classificação e Gestão**. Portal Educação, p. 01-08, 29 out. 2012. Acessado em 05/01/2016.

<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/19040/unidades-de-conservacao-maranhenses-historico-classificacao-e-gestao>

GRZYBOWSKI, Cândido. Org. **O testamento do homem da floresta**: Chico Mendes por ele mesmo. FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional. Rio de Janeiro, 1989.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**: Vol. 4, No 7 (2002). Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/74/72> Acessado em 20/08/2015.

HAESBAERT, Rogério, BRUCE, Glauco. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. Niterói. **GEOgraphia**, Vol. 4, No 7 (2002).

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBAMA/CNPT – MA. **Lauda Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís, 2006. Mimeo.

IBAMA/CNPT – MA. **Lauda Sócio-Econômico e Biológico para a Criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís, 2007. Mimeo.

JARDIM, Emanuelle Lyra. **Educação ambiental**: para quem ela serve? Uma discussão sobre a Resex de Tauá-Mirim e projetos de desenvolvimento no povoado de Porto Grande. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Ambiental) - Universidade Estadual do Maranhão. Orientadora: Madian de Jesus Frazão Pereira.

KATZ, Claudio. El curso neo-desarrollista. **Rebelión**, 2007. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=46861> . Acesso em: 15 ago. 2010.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 3ª ed. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, 2001, vol. 7, nº 1 (ene.-abr.), p. 149-160.

LITTLE, Paul E. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma Antropologia da Territorialidade. Série Antropologia 322. Brasília, 2002. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm (acessado em 23/12/2015)

LÖWY, Michel. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortêz, 2005.

MAGALHÃES, S. Barbosa. **Lamento e Dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira.** 2ª ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Desenvolvimento, subdesenvolvimento: breves registros sobre a teoria da dependência e considerações sobre “precursores”.* In: www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/papers/sep/mesa05/guido.doc, acessado em 31/08/2011.

MARANHÃO. **Diagnóstico dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão.** Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo do Maranhão. São Luís: Lithograf, 1991.

MARANHÃO. **Relatório da Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo.** São Luís, mimeo, 2003

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; MARTINS, Cynthia Carvalho. **A devastação dos babaquais e a desestruturação de modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.** Nova Cartografia Social da Amazônia - Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o desmatamento e a devastação. Boletim Informativo Nº 1. Junho/2014. Edição Guerra do Carvão UEMA/PPGCSPA/GESEA/PNCSA.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração.** Tradução. Maurício. Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. Capítulo XXIV – **A chamada acumulação primitiva.** In: O Capital - crítica da economia política. Primeiro livro. Volume II. 22ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, SDH/PR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, chamado **Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**, 2ª Edição (coleção Direito à Memória e à Verdade), Brasília, dezembro de 2011, acessado em 16/06/2015 www.mda.gov.br/.../pageflip-4001789-487363-lt_Retrato_da_Represso_P-16583171.pdf

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro nos tempos do aço.** 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios.** In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, W. (orgs.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da UnB, 2011.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Conflitos territoriais na Amazônia na “era do capital”.** In SHIRAISHI NETO, Joaquim, et all (orgs.). Meio Ambiente, Territórios & Práticas Jurídicas: enredos em conflito. São Luís: Edufma, 2011. 328 p.

MESQUITA, Benjamin Alvino de; *et al.* **Grandes projetos e seus impactos:** a luta das quebradeiras de coco por compensação ambiental nas reservas extrativistas do babaçu. *In:* SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (orgs.). Políticas Públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade. Belém: ICSA/UFPA, 2011. 387p.

MIRANDA, Ana C. P.; MAIA, Maiãna R. S.; GASPAR, Rafael B. **Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim.** *In:* SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. de; PEREIRA, Madian de J. F; ALVES, Elio de J. P; PEREIRA, Carla R. A (Orgs.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 177-204.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Povos e comunidade tradicionais:** análise do processo de construção sociológica e jurídica da expressão. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. **Unidades de conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras:** o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. *In:* SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. de; PEREIRA, Madian de J. F; ALVES, Elio de J. P; PEREIRA, Carla R. A (Orgs.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 177-204.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiana Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bezerra **Entrevista com Alberto Catanhede, o Beto do Taim.** *In:* SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (orgs.). Ecos dos Conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís EDUFMA, 2009. p. 177-204.

MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira; MUELLER, Suzana. **Autoria coletiva, autoria ontológica e intertextualidade: aspectos conceituais e tecnológicos.** Ci. Inf., Brasília, v. 36, n. 2, p. 35-45, maio/ago. 2007.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, Repertórios e Ações:** o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro, São Luís. São Luís, 2015. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

MORIN, Edgar. **À procura dos fundamentos perdidos.** *In:* MORIN, Edgar. A minha esquerda. Trad. Edgar de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2011. 278 p.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. Organizadores. Maria da Conceição de Almeida, Edgard Assis Carvalho (tradutor). 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006. 120 p.

MOURA, Margarida Maria, **Camponeses.** 2ª ed. Ed Ática. São Paulo, 1988.

MPF, Ação Civil Pública, Processo Nº 36138 – 02.2013.4.01.3700. (prot.: 29/07/2013) Unidade de Conservação da Natureza – Meio Ambiente. 1º VOL.

NOVAES, R. C.; TAROUCO, J. E. F.; RANGEL, M. E. S.; DIAS, L. J. B. S. **Análise da sensibilidade ambiental da parte ocidental da Ilha do Maranhão**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE.

OLIVEIRA, João Carlos Costa, BARBOSA José Henrique Cerqueira. **Roteiro para criação de unidades de conservação municipais**. Brasília, DF : Ministério do Meio Ambiente, 2010. 68p. : il. ; 26 cm.

OLIVEIRA, Josemiro Ferreira. **Levantamento Do Processo Histórico De Ocupação Dos Povoados Do Taim, Rio Dos Cachorros, Porto Grande E Cajueiro**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Relatório PIBIC, 2014. Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

OLIVEIRA, Josemiro Ferreira. **Levantamento Do Processo Histórico De Ocupação Dos Povoados Do Taim, Rio Dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro E Cajueiro**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Relatório PIBIC, 2015. Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

OLIVEIRA, V. M.; REBELO-MOCHEL, F. **Macroendofauna Bêntica de Substratos Móveis de um Manguezal sob Impacto das Atividades Humanas no Sudoeste de São Luís-Ma**. Boletim do Laboratório de Hidrobiologia. São Luís, 1999.

OLIVEIRA, L.R.C. **Uso, manejo, conservação e importância socioeconômica da Juçara (*Euterpe oleracea* Mart. *Palmae*) na Ilha de São Luís, Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís. 2003. 98 p.

OTONI, Ricardo Benedito. **A OCUPAÇÃO AGRÁRIA DO POVOADO VILA MARANHÃO E A PROPOSTA DE INSTALAÇÃO DE UM PÓLO SIDERÚRGICO EM SÃO LUIS: soberania ou dependência brasileira através da política de exportação de recursos naturais? II Jornada Internacional de Políticas Públicas - UFMA**. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

PAULA ANDRADE, Maristela. De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos. *In: Boletim Rede Amazônia*. Ano 2, nº 01, 2003.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes. **NERA**. Presidente Prudente Ano 11, nº. 13 pp. 102-117 Jul.-dez./2008.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, 178p.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Acessado em 20/12/2015: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>

PNUD/GEF/MMA, **Effective Conservation and Sustainable Use of Mangrove Ecosystems in Brazil** United Nations Development Programme, Global Environment Facility and

Ministry of the Environment (MMA) of the Federative Republic of Brazil - Project Document No.00055992, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005a.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005b.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Lei de Zoneamento**, nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992, dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís, 1992. Disponível em: www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203253.pdf. Acesso em: 20/04/2008.

REBELO-MOCHEL F. *Et Alli*. **Degradação dos manguezais na Ilha de São Luís (MA): processos naturais e impactos antrópicos**. In.: *Ecossistemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental*. Proust M. T. e Mendes A. Org. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2001. 216p. il.

REBELO-MOCHEL, Flávia. **Manguezais Amazônicos**: status para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In.: MARTINS, Marlúcia Bonifácio; OLIVEIRA, Tadeu Gomes de (Orgs.). *Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação*. Belém: MPEG, 2011.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s/n], 2007.

Relatório Técnico do Projeto de Extensão: Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA. Processo: AEXT-01701/12/ FAPEMA. Proponente: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior.

RODRIGUEZ, Maria Elena (Org). **Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. Relatores Nacionais e de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**. Rio de Janeiro, 2006.

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANT’ANA JÚNIOR, H. A. Modernidade e Tradição: aspectos de um debate sociológico sempre retomado. **Revista de Políticas Públicas**/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. v 9, nº 2. São Luís: EDUFMA, 2005. Semestral. pp. 19-39.

SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; STEINHORST DAMASCENO, E. **A criação da RESEX de Tauá-Mirim e sua importância para São Luís**. Jornal Pequeno, São Luís, 22 ago. 2010. Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2010/8/22/a-criacao-da-resex-de-taua-mirim-e-sua-importancia-para-sao-luis-128997.htm>. Acesso em: 28 ago. 2010.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A. de; PEREIRA, Madian de J. F; ALVES, Elio de J. P; PEREIRA, Carla R. A (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Florestania: a saga acreana e os povos da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2004. 327p.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Projetos de desenvolvimento e a criação de reservas extrativistas: estratégias de luta de grupos sociais locais no Acre e no Maranhão**. In ESTERCI, Neide, SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de, TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino (orgs.). **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Projetos de desenvolvimento, impactos sócio-ambientais e a reserva Extrativista do Taim**. **Ciências Humanas em Revista**. v. 5 nº especial, Universidade Federal do Maranhão, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs). **Ecos dos conflitos ambientais: A RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA/GEDMMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; SILVA, Sislene Costa da. **Taim: conflitos socioambientais e estratégias de defesa do território**. In **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luís: EDUFMA. 2010. Nº 13. Volume 13. P.159-172.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; MUNIZ, Lenir Moraes. **Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global**. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 255-276.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A. **A RESEX de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate**. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (orgs.). **Ecos dos Conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. São Luís EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR. Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta**. Rio Branco-AC, EDUFAC, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR; STEINHORST DAMASCENO. **Conflitos Ambientais e a Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA**. In: Rede de Estudos Rurais – Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações - Dossiê 3 / Organizado por Jalcione Almeida, Cleyton Gerhardt, Sônia Barbosa Magalhães. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012. p. 159 – 173. ISBN – 978-85-63737-03-8

SANT'ANNA, Renata de. Populações Humanas em Unidades de Conservação. In: **Boletim Rede Amazônia** – Dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos socioculturais. Rio de Janeiro: Ano 2, nº 01, 2003.

SANT'ANNA, Renata. Populações humanas em unidades de conservação. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, nº1. Rio de Janeiro, 2003. p. 117-123.

SANTOS, Iannara Mendes Cavalcante dos. **Homem do mar, homem de fé: o catolicismo popular como manifestação simbólica de luta, resistência e teimosia dos pescadores artesanais de Brasília Teimosa**. Dissertação (mestrado). Orientador: João Luíz Correia Júnior. Universidade Católica de Pernambuco. Curso de Mestrado em Ciências da Religião. 2011. 97f.

SANTOS, Walkerlene Cecília Soeiro. Relatório de PIBIC-CNPq-AF- UFMA: **Levantamento do processo histórico de ocupação dos povoados do Taim, Rio dos Cachorros e Porto Grande**. São Luís: UFMA, 2013. Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

SANTOS, Walkerlene Cecília Soeiro. Relatório de PIBIC-CNPq-AF- UFMA: **Levantamento do processo histórico de ocupação dos povoados do Taim, Rio dos Cachorros e Porto Grande**. São Luís: UFMA, 2012. Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

SÃO LUÍS. Lei nº 3.253 de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e dá outras providências. Diário Oficial do Município. São Luís, 15 abr. 1992b. n. 88. p. 6-27.

SÃO LUÍS. Lei nº 4.548 de 09 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís. Diário Oficial do Município. Ano XXV – São Luís, 0/12/2005, nº 232.

SÃO LUÍS. Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de São Luís, e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>>. Acesso em: 2 de setembro de 2009.

SÃO LUÍS. Prefeitura. Lei nº 3.252 de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município e dá outras providências. Diário Oficial do Município. São Luís, 15 abr. 1992a. n. 88. p.1-6. 116

SBRANA, Darlan Rodrigo. **Levantamento de Conflitos Socioambientais no Maranhão no Ministério Público Federal**. Relatório apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/ Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012. Mimeo.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Situação Atual do Grupo de Ecossistemas: “Manguezal, Marisma E Apicum”** Incluindo Os Principais Vetores De Pressão E As Perspectivas Para Sua Conservação E Usos Sustentável. São Paulo, sd. www.anp.gov.br/meio/guias/5round/.../manguezal_marisma_apicum.pdf. Acessado em 20/01/16.

SENRA, Kelson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil: uma análise comparada dos Períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988), e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009)**, 140 p. (UNB- GEA, Mestre, Gestão

Ambiental e Territorial). Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Departamento de Geografia. Brasília, 2009. Mimeo.

SHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha – Grupo de Ecossistemas: Manguezal, Marisma e Apicum** PRONABIO – PROBIO, 1999.

SILVA, Sislene Costa da. **Filhos do Taim: estratégias para defesa e uso de um território**. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA, 2009. Dissertação de Mestrado. Orientador: Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior.

SILVA, Vicente Gomes da. **Legislação ambiental comentada**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SIMMEL, G. **Sociologia**. E. Moraes Filho (Org.). São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

Site do ICMBio: A Reserva Chico Mendes é modelo de sustentabilidade. <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/10/reserva-extrativista-chico-mendes-e-modelo-de-sustentabilidade>. Acessado em 15/04/2015.

SORIA, Heliana Baia Evelin; BLANDTT, Lucinaldo da Silva; RIBEIRO, Jorgeane Correa. **Resiliência: a capacidade de adaptação e/ou transformação nas desigualdades sociais**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

SOUSA, Alan de Andrade. O ambiente, a política, o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do polo siderúrgico de São Luís. In: In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio A. de; PEREIRA, Madian de J. F; ALVES, Elio de J. P; PEREIRA, Carla R. A (Orgs.). **Ecoss dos conflitos socioambientais: A RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 61-86.

SOUZA FILHO, P. W. M.; LESSA, G. C.; COHEN, M. C. L.; COSTA, F. R.; LARA, R. J. The subsiding macrotidal barrier estuarine system of the eastern Amazon coast, Northern Brazil, p. 347-376. In: DILLENBURG, S. F., HESP, P. A. (Ed.). **Geology and Geomorphology of Holocene coastal barriers of Brazil**. New York: Springer-Verlag, 2009. 380 p.(Series Lecture Notes in Earth Sciences, 107, p. 347-376, 2009.

SOUZA-FILHO, P. W. M. **Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia: Cenários Morfológicos, Mapeamento e Quantificação de Áreas Usando Dados de Sensores Remotos**. Revista Brasileira de Geofísica, 23(4): 427-435, 2005.

SPALDING M, BLASCO F & FIELD C. **World mangrove atlas**. ISME, Okinawa, 1997. 178 pp.

STEINHORST DAMASCENO, E. **Valoração Ambiental do Ecossistema Manguezal na Área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, em Fase de Criação - São Luís – MA**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente (PPGSA). São Luís, 2009. Mimeo.

STEINHORST DAMASCENO, Elena; BARBOZA, Elizângela Maria. **O Homem e o Manguezal: Percepções Ambientais e Expectativa de Efetivação da Reserva Extrativista do Taim (São Luís - MA)**. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA,

Madian J. F; ALVES, Elio J. P; PEREIRA, Carla R. A (orgs.). Ecos dos Conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís EDUFMA, 2009.

STEINHORST DAMASCENO, Elena; CASTRO, Claudio Correa; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **O Ato Final (?)**: a possibilidade de ruptura com o *status quo* e a perspectiva de efetivação da RESEX de Tauá-Mirim. GT04 - Conflitos socioambientais. ANAIS do XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, realizado de 20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre – RS. Disponível para pesquisa (<http://sbs2015.com.br/>) - GT 04, 2ª Sessão do dia 22/07/2015, no link: http://automacaodeeventos.com.br/sociologia2015/sis/admin/pro_lista_programa.asp?strConsulter=S. Último acesso em 01/11/2015.

STEINHORST DAMASCENO, Elena; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)**: expressão e forma do movimento social contemporâneo. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. De 23 a 26 de agosto de 2011. UFMA. São Luís, MA.

SUMAN, D. O. Status of Mangroves in Latin America e Caribbean Basin. Rosential School of Marine and Atmospheric Science, Universidad de Miami, Florida & Tinker Foundation New York, 1994.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. Universidade de São Paulo/ Universidade de Brasília, 1989.

VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <www.scielo.br>. Último acesso em 10.09.2012.

VIEIRA, Elaine Cunha; GOMES, Ana Raissa de Oliveira; CAMARA, Marcelo Brito; DINIZ, Juarez Soares. **Aspectos Socioeconômicos e Atributos Ambientais da Ilha de Tauá-Mirim, São Luís – MA**. In: IV SEDMMA (Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente). São Luís – MA. 11 e 13/11/2015. Anais do IV SEDMMA, GEDMMA, 2016.p.: 190-199.

WAGNER, Peter. **A sociology of modernity**; liberty and discipline. Londres: Routledge, 1994.

ZAGALLO, José Guilherme. **Pólo siderúrgico em são Luís**: a ilusão que pode custar caro. Publicado em: 03 de julho de 2005. Disponível em: www.jornalvejaagora.com.br/2005. Acesso em: 20/04/2008.

ZAGALLO, José Guilherme. Polo Siderúrgico em São Luís: impacto social e riscos ambientais. **Habitat International Coalition**, c2004. Disponível em: <http://www.hic-net.org/>. Acesso em: 29/09/2015.

ZAGALLO, José Guilherme. **Pólo Siderúrgico em São Luís**: Impacto social e riscos ambientais. Publicado em 05 de novembro de 2004. Disponível em: www.al.ma.gov.br/helena/paginas/doc.php?cod=636. Acesso em: 20/04/2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução André Telles. Coleção Conexões. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009. 128p.

Sítios da Internet

<http://www.gedmma.ufma.br/>

<http://cajueiroresiste.blogspot.com.br/>

<https://osmarinofloresta.wordpress.com/quem-e-osmarino/>

Jornais Impressos

Sarney, J. *O Pré-Sal do Gás*. In: O ESTADO DO MARANHÃO, 22 de agosto de 2010.